

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

NATHÁLIA BIZINOTO SILVA

BNB – Lógica de atuação e distribuição regional de recursos

UBERLÂNDIA
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

NATHÁLIA BIZINOTO SILVA

BNB – Lógica de atuação e distribuição regional de recursos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador(a): Profª Dra. Vanessa Petrelli Corrêa

UBERLÂNDIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586b
2013

Silva, Nathália Bizinoto, 1987-

BNB - Lógica de atuação e distribuição regional de recursos /

Nathália Bizinoto Silva. - 2013.

183 p. : il.

Orientadora: Vanessa Petrelli Corrêa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Créditos - Teses. 3. Banco do Nordeste do
Brasil - Teses. I. Corrêa, Vanessa Petrelli. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

NATHÁLIA BIZINOTO SILVA

BNB - Lógica de atuação e distribuição regional de recursos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador(a): Prof^ª Dra. Vanessa Petrelli Corrêa

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa (orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (membro)
Universidade Federal de Uberlândia

Prof^ª. Dra. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti (membro)
Universidade Estadual de Campinas

Uberlândia, 30 de novembro de 2012.

Aos meus avós Ângelo e Helena e ao meu tio Cláudio.

À minha mãe Cleide.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por estar ao meu lado em todos os momentos e por me dar forças para que eu pudesse seguir em frente. Agradeço à minha mãe Cleide pelo amor, pelos conselhos, pelos ensinamentos e por ter me acompanhado em todas as fases de minha vida. Seu apoio foi imprescindível para que eu pudesse atingir minhas metas e chegar até aqui. Aos meus avós Ângelo e Helena agradeço pelo carinho, pelo grande amor, pelos ensinamentos e por serem minha base. Tenho certeza de que, de alguma forma, permanecem ao meu lado como sempre estiveram. Agradeço à minha madrinha Carmen, à minha tia Celma e aos meus primos Anderson, Vanessa e Caroline pelos momentos que compartilharam comigo.

Agradeço também à todos os professores do Instituto de Economia (UFU), por todo o aprendizado que me permitiram. Agradeço à minha orientadora, professora Vanessa Petrelli Corrêa, cujos conhecimentos e apoio foram essenciais para a construção de todo este trabalho. Agradeço ao professor Henrique Dantas Neder e à professora Vanessa da Costa Val pelas sugestões e orientações. Agradeço também aos professores Antônio César Ortega, Clésio Lourenço Xavier e Niemeyer Almeida Filho pelo apoio.

À todos os colegas do Mestrado agradeço pelas conversas e pela convivência, que, com certeza, contribuíram para o meu trabalho ao longo do curso. Agradeço à Samantha, Camila, Sabrina, Tatiana Athayde, Henrique Pereira, Ester e André. Agradeço também à Fernanda, por toda ajuda, por ter acompanhado o desenvolvimento do trabalho e pela grande amizade.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a dinâmica de distribuição regional de recursos pelos bancos no Brasil, especialmente, pelos bancos públicos. A base do estudo será a abordagem pós-keynesiana sobre moeda, para a qual esta afeta motivos e decisões dos agentes, tendo efeitos reais na economia, tanto no curto quanto no longo prazo. A oferta de crédito pelos bancos tem papel fundamental no crescimento econômico e no desenvolvimento regional. De acordo com essa perspectiva, a distribuição regional de recursos apresenta uma significativa concentração em regiões mais dinâmicas e integradas economicamente e em agentes de maior porte (com maior integração econômica). Nesse âmbito de discussão, surge a perspectiva sobre o papel dos bancos públicos no sentido de reverter essa lógica concentradora de recursos. Ou seja, os bancos públicos teriam papel central no sentido de direcionar um maior volume de crédito para regiões menos dinâmicas, visto que a lógica de valorização não seria seu principal objetivo. Todavia, este não é exatamente o comportamento dos bancos públicos no Brasil, no período recente. Para este estudo, analisamos o movimento do crédito do Sistema Financeiro Nacional no período recente, como também, a evolução das principais contas de ativo e de passivo dos bancos públicos e privados (nacionais e estrangeiros) no país. Ademais, foram construídos e analisados indicadores de crédito, no sentido de investigar essa distribuição e essa concentração de recursos. Analisamos indicadores construídos com intuito estudar a distribuição de recursos pelo Sistema Bancário por município, bem como, a distribuição de recursos pelo Banco do Nordeste, visto que este é um importante banco do segmento bancário público do país e tem um papel relevante na distribuição do crédito no Brasil.

Palavras-chave: Crédito, Bancos Públicos, Concentração de Crédito.

ABSTRACT

This study aims to analyze the dynamics of regional distribution of credit by banks in Brazil, especially by public banks. The basis of the study will be the post-Keynesian approach on currency, to which this affects motives and decisions of the agents, having real effects on the economy in both the short and the long term. The supply of credit by banks plays a fundamental role in economic growth and regional development. According to this perspective, the regional distribution of resources has a significant concentration of the most dynamic regions and economically integrated and agents larger (with greater economic integration). In this context of discussion, there is the perspective on the role of public banks to reverse this logic concentrating resources. That is, public banks have a central role in order to direct a larger volume of credit to less dynamic regions, since the logic of valuation would not be your main goal. However, this is not exactly the behavior of public banks in Brazil, in recent years. For this study, we analyzed the movement of credit's Financial System in recent years, but also the evolution of the main accounts of assets and liabilities of public and private banks (domestic and foreign). Furthermore, were constructed and analyzed credit indicators in order to investigate the distribution and the concentration of resources. We analyze indicators constructed with the intention to study the distribution of resources by the Banking System by municipality, as well as the distribution of resources by Banco do Nordeste, since this is an important bank of the segment public in the country and has an important role in the distribution of credit in Brazil.

Key-words: Credit, Public Banks, Concentration of Credit.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Fluxos Financeiros Privados para Economias Emergentes, 1999-2009 (dados anuais em bilhões de dólares).....	50
Gráfico 2.2 - Embi + Brasil em pontos base.....	50
Gráfico 2.3 - Taxa Selic diária, acumulada em 12 meses e Taxa de câmbio (1994=100).....	51
Gráfico 2.4 - Taxa treasury (USA) de 1 ano, diária acumulada em 12 meses.....	51
Gráfico 2.5 - Evolução das operações de crédito totais do sistema financeiro nacional (1995=100).....	61
Gráfico 2.6 - Operações de crédito totais (% PIB).....	62
Gráfico 2.7 - Operações de crédito do SFN – Destino por atividade econômica (participação - %).....	63
Gráfico 2.8 - Evolução das operações de crédito do sistema financeiro nacional – Destino por atividade econômica – Pessoas Físicas e Outros Serviços (1995=100).....	64
Gráfico 2.9 - Evolução das operações de crédito do sistema financeiro nacional – Destino por atividade econômica (1995=100).....	65
Gráfico 2.10 - Operações de crédito do SFN – Recursos livres e direcionados (%).....	67
Gráfico 2.11 - Recursos direcionados – Evolução 2000 = 100.....	68
Gráfico 2.12 - Operações de crédito do SFN – Recursos livres e direcionados – taxa de variação anual.....	68
Gráfico 2.13 - Operações de crédito por origem de capital – Evolução (2004 T1 = 100).....	69
Gráfico 2.14 - Operações de crédito por origem de capital – Participação em relação ao total do SFN (%).....	70
Gráfico 2.15 - Operações de crédito por propriedade de capital – Taxa de variação anual....	70
Gráfico 2.16 - Evolução das operações de crédito por setor de atividade econômica – Bancos Privados (nacionais e estrangeiros) – valores em milhões de R\$.....	71
Gráfico 2.17 - Operações de crédito a pessoas físicas – Participação por propriedade de capital (%).....	71
Gráfico 2.18 - Operações de crédito ao setor comércio – Participação por propriedade de capital (%).....	72
Gráfico 2.19 - Evolução das operações de crédito por setor de atividade econômica – Bancos Públicos – valores correntes em milhões de R\$.....	73
Gráfico 2.20 - Operações de crédito ao setor rural – Participação por propriedade de capital (%).....	73
Gráfico 2.21 - Operações de crédito habitacional – Participação por propriedade de capital (%).....	74

Gráfico 2.22 - Operações de crédito para o setor industrial – Participação por propriedade de capital (%).....	74
Gráfico 2.23 - Bancos Privados Nacionais – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$.....	82
Gráfico 2.24 - Bancos Privados Nacionais – Principais contas de passivo – participação percentual.....	83
Gráfico 2.25 - Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$.....	83
Gráfico 2.26 - Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de passivo – participação percentual.....	84
Gráfico 2.27 - Bancos Privados Estrangeiros – Componentes da conta Obrigações por Empréstimos e Repasses – participação percentual.....	85
Gráfico 2.28 - Bancos Públicos – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$.....	86
Gráfico 2.29 - Bancos Públicos – Principais contas de passivo – participação percentual....	86
Gráfico 2.30 - Bancos Públicos – Componentes da conta Obrigações por Empréstimos e Repasses – participação percentual	87
Gráfico 2.31 - Bancos Públicos – Componentes da conta Outras Obrigações – participação percentual.....	87
Gráfico 2.32 - Bancos Privados Nacionais – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	89
Gráfico 2.33 - Bancos Privados Nacionais – Principais contas de ativo – participação percentual.....	90
Gráfico 2.34 - Componentes da conta Operações de Crédito – Bradesco, Itaú e Unibanco – participação percentual.....	90
Gráfico 2.35 - Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	92
Gráfico 2.36 - Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de ativo – participação percentual.....	92
Gráfico 2.37 - Componentes da conta Operações de Crédito – HSBC, Santander e ABN – participação percentual	93
Gráfico 2.38 - Bancos Públicos – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	94
Gráfico 2.39 - Bancos Públicos – Principais contas de ativo – participação percentual.....	94
Gráfico 2.40 - Componentes da conta Operações de Crédito – BB, CEF e BNB – participação percentual.....	96

Gráfico 3.1 - Banco do Brasil – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	114
Gráfico 3.2 - Banco do Nordeste – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	115
Gráfico 3.3 - Banco da Amazônia – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$.....	115
Gráfico 3.4 - Banco do Nordeste – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$.....	118
Gráfico 3.5 - Banco do Nordeste – Total de Depósitos - valores correntes em R\$ Mil	119
Gráfico 3.6 - Banco do Nordeste – Outras Obrigações e Exercícios Futuros – valores correntes em R\$ Mil.....	119
Gráfico 3.7 - Operações de crédito do BNB e do FNE	122
Gráfico 3.8 - Total das operações de crédito de curto prazo do BNB – valores correntes em bilhões de Reais	124
Gráfico 3.9 - Total das operações de crédito de curto prazo do BNB por estado – valores correntes em bilhões de Reais	125
Gráfico 3.10 - Total das operações de crédito de curto prazo do BNB por porte – valores correntes em bilhões de Reais.....	125
Gráfico 3.11 - Total das operações de crédito de longo prazo do BNB – valores correntes em bilhões de Reais	127
Gráfico 3.12 - Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por fonte de recursos – valores correntes em bilhões de Reais	127
Gráfico 3.13 - Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por estado – valores correntes em bilhões de Reais	128
Gráfico 3.14 - Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por porte – valores correntes em bilhões de Reais	129
Gráfico 3.15 - Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por setor econômico – valores correntes em bilhões de Reais	129
Gráfico 3.16 - Taxa de crescimento anual do PIB real – Nordeste e Brasil (em %).	131
Gráfico 3.17 - Índice de Gini.....	131
Gráfico 3.18 - Extrema pobreza (%).....	132
Gráfico 3.19 - Taxa de crescimento média anual do PIB segundo ramos de atividade no período 2002-2009 (em %).	133

Gráfico 3.20 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH – Período 2003-2006.....	142
Gráfico 3.21 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH – Período 2007-2010.....	143
Gráfico 3.22 - Análise de Correspondências Múltiplas – indicadores de crédito de longo prazo e IDH – Período 1999-2002.....	143
Gráfico 3.23 - Análise de Correspondências Múltiplas – indicadores de crédito de longo prazo e IDH – Período 2003-2006.....	144
Gráfico 3.24 - Análise de Correspondências Múltiplas – indicadores de crédito de longo prazo e IDH – Período 2007-2010.....	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1 - Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Brasil	105
Mapa 3.2 - Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Brasil.....	106
Mapa 3.3 - Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Brasil.....	107
Mapa 3.4 - Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Nordeste.....	110
Mapa 3.5 - Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Nordeste.....	110
Mapa 3.6 - Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Nordeste.....	111
Mapa 3.7 - Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Sul.....	112
Mapa 3.8 - Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Sul.....	112
Mapa 3.9 - Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Sul.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Crédito direcionado.....	67
Quadro 2.2 - Balancete dos bancos no Brasil segundo o Cosif.....	77
Quadro 3.1 - Indicador de crédito por município.....	102
Quadro 3.2 - Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Brasil	104
Quadro 3.3 - Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Brasil	104
Quadro 3.4 - Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Brasil.....	104

Quadro 3.5 - Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Nordeste e Sul	108
Quadro 3.6 - Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Nordeste e Sul	108
Quadro 3.7 - Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Nordeste e Sul	108
Quadro 3.8 - Medidas de Fortalecimento do Patrimônio do BNB em 2001.....	121
Quadro 3.9 - Indicador de crédito do BNB por município.....	135
Quadro 3.10 - Classificação índice de captação de curto prazo – período 2003-2006.....	135
Quadro 3.11 - Classificação índice de captação de curto prazo – período 2007-2010.....	136
Quadro 3.12 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 1999-2002.....	136
Quadro 3.13 - Classificação índice de captação de longo prazo - período 2003-2006.....	136
Quadro 3.14 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 2007-2010.....	136
Quadro 3.15 - Índice do IDH – período 2003-2006 (créditos de curto prazo).....	138
Quadro 3.16 - Índice do IDH – período 2007-2010 (créditos de curto prazo).....	138
Quadro 3.17 - Índice do IDH – período 1999-2002 (créditos de longo prazo).....	139
Quadro 3.18 - Índice do IDH – período 2003-2006 (créditos de longo prazo).....	139
Quadro 3.19 - Índice do IDH – período 2007-2010 (créditos de longo prazo).....	139
Quadro 3.20 - Classificação Crédito Curto Prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de Curto Prazo liberado – Período 2003-2006.....	148
Quadro 3.21 - Classificação Crédito Curto Prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de Curto Prazo liberado – Período 2007-2010.....	148
Quadro 3.22 - Classificação Crédito Longo Prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de Longo Prazo liberado – Período 1999-2002.....	149
Quadro 3.23 - Classificação Crédito Longo Prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de Longo Prazo liberado – Período 2003-2006.....	149
Quadro 3.24 - Classificação Crédito Longo Prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de Longo Prazo liberado – Período 2007-2010.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Quantidade de bancos pela estrutura de capital.....	60
Tabela 2.2 - Participação percentual das instituições do segmento bancário no volume de crédito do segmento.....	60

Tabela 2.3 - Participação percentual das instituições do segmento bancário nos depósitos do segmento.....	60
Tabela 2.4 - Operações de crédito do sistema financeiro – Destino por atividade econômica – % PIB	65
Tabela 2.5 - Habitação – taxas anuais de variação (%).....	66
Tabela 3.1 - Operações de crédito do BNB – 30 maiores captadores.....	146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - PERSPECTIVA TEÓRICA: MOEDA, BANCOS E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE RECURSOS A PARTIR DA ABORDAGEM KEYNESIANA	16
1.1 - As abordagens “Clássica” e “Keynesiana” e a definição do papel dos bancos no crescimento econômico	16
1.2 - A evolução do sistema financeiro sob a abordagem Pós-Keynesiana.....	26
1.3 - A questão da distribuição regional de recursos	41
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O AJUSTE DE PORTFÓLIO DOS BANCOS.....	49
2.1 - Modificações no Sistema Financeiro Nacional no período recente: a periodicidade..	50
2.2 - As mudanças regulatórias e da estrutura de propriedade	55
2.3 - O movimento do crédito.....	61
2.3.1 - Principais atividades que puxaram a expansão – a diversificação.....	62
2.3.2 - Bancos Públicos X Bancos Privados – a mudança de dinâmica dos bancos públicos.....	66
2.4 - Uma análise sobre a dinâmica de ajuste de portfólio dos bancos públicos e privados no Brasil.....	75
2.4.1 - A organização dos balancetes bancários no Brasil	76
2.4.2 - O ajuste de portfólio dos bancos públicos e privados no Brasil	80
2.4.3 - Considerações sobre a dinâmica de ajuste dos bancos	98
CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARTICULAR DAS LIBERAÇÕES TOTAIS E DAS LIBERAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, ENQUANTO UM BANCO PÚBLICO PARTICULAR	101
3.1 - O estudo dos mapas de distribuição das operações de crédito do Sistema Bancário	102
3.1.1- Os indicadores e mapas do Brasil como um todo.....	103
3.1.2 - Resultado dos indicadores e mapas individuais das regiões Nordeste e Sul	108
3.2 - O estudo do balancete do BNB inserido no ajuste dos bancos públicos	114
3.3 - Evolução dos créditos de Curto Prazo e Longo Prazo do “Sistema BNB”	123
3.4 - Estudo da distribuição do crédito do “Sistema BNB” a partir de dados por município	133
3.4.1 - Metodologia	133
3.4.2 - Análise das operações de crédito de curto prazo do BNB por município – Análise de Correspondências Múltiplas	141
3.4.3 - Análise das operações de crédito de longo prazo do BNB por município – Análises de Correspondências Múltiplas.....	143
3.4.4 - Outros resultados	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXO 1.....	169
ANEXO 2.....	174
ANEXO 3.....	179

INTRODUÇÃO

Nosso estudo versa sobre o papel dos bancos públicos e questiona a capacidade dos mesmos agirem como elemento desconcentrador de recursos. Esta discussão engloba o período 1999-2010, envolvendo, inclusive, a atuação dos mesmos como elemento anticíclico no interregno 2007-2010 na economia brasileira. O nosso ponto é avaliar o papel destes bancos no sentido de dirigir recursos para os agentes mais pobres nas regiões mais pobres.

Este estudo se insere no âmbito do Grupo de Pesquisa coordenado pela Professora Vanessa Petrelli Corrêa sobre estrutura de financiamento brasileira. Este grupo segue as hipóteses levantadas pela professora quanto às características basilares desta estrutura (Corrêa, 1996) e suas mudanças recentes (Corrêa, 2006; Corrêa, 2010a). Estas análises mais recentes seguem também vários outros trabalhos que serão citados ao longo da dissertação.

É importante destacar que a presente análise se coloca como uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo citado Grupo de Pesquisa, que gerou diversas dissertações de mestrado sobre a temática em questão: Adati (2002), Barbosa (2005), Silva (2006), Lima (2009), Quiente (2010), Fernandes (2011).

Um dos pontos importantes da discussão é o de que, no que se refere à lógica de operação do Sistema Financeiro Nacional, sempre foi possível observar que, historicamente, os recursos direcionados tenderam a se concentrar em agentes economicamente integrados e em regiões de maior desenvolvimento econômico, o que mantém e intensifica as desigualdades tanto entre agentes econômicos (de maior porte e integrados x de menor porte, desintegrados e pobres) quanto entre regiões (centro x periferia). Ressalta-se ainda que a tendência à concentração bancária em regiões centrais resulta em efeitos negativos para o crescimento das regiões periféricas, o que, portanto, também eleva os problemas regionais.

Teoricamente parte-se da concepção de Keynes (1937) quanto às características do sistema bancário e da capacidade de o mesmo criar moeda, bem como, do avanço desta discussão, apresentado por Minsky (1986). Paralelamente, a discussão quanto à concentração regional de recursos, usando a mesma abordagem, é efetuada a partir de Dow (1993). Por fim, a análise da especificidade da estrutura de financiamento

brasileira segue, conforme mencionado, a análise de Corrêa (1996), que se baseia nas ideias de Tavares (1983).

A questão fundamental é a de que o Sistema Bancário privado tem como foco de sua atuação a lógica de lucratividade. Dadas as características do Sistema Financeiro Nacional e do perfil dos ativos financeiros no país, a oferta de empréstimos fica continuamente relacionada à alta lucratividade propiciada pelas aplicações em títulos públicos e se restringe a créditos de curto prazo. De outro lado, a tendência do Sistema é altamente concentradora regionalmente, por porte e por tipo de tomador. No que tange a esta última questão, ela se tornou mais grave, especialmente, após a adoção das Regras da Basiléia a partir do final da década de 1980.

No contexto de um país continental como o Brasil, o papel dos bancos públicos se apresenta como sendo essencial, sendo os mesmos responsáveis pela oferta de créditos de longo prazo no país, a partir de captações compulsórias: FAT, PIS/PASEP, Fundos Constitucionais, Exigibilidades sobre depósitos à vista.

Neste mesmo contexto, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia têm um papel importante no desenvolvimento de suas respectivas regiões. Dessa forma, destaca-se a importância dos bancos públicos regionais, que teriam papel central no sentido de direcionar um maior volume de recursos para regiões menos dinâmicas, visto que a lógica de valorização não seria seu principal objetivo. Todavia, atualmente, este não é exatamente o comportamento dos bancos públicos no Brasil.

O objetivo deste trabalho é o de analisar a lógica de atuação do Banco do Nordeste (BNB) no contexto do comportamento dos bancos públicos brasileiros nos últimos anos, mais especificamente após 1999.

Objetivos Específicos

i) O intuito é analisar os balancetes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia e levantar a dinâmica das principais contas de ativo e passivo destes bancos e as mudanças legislativas que definiram os ajustes contábeis dos mesmos. Pretende-se estabelecer uma periodicidade para a lógica de operação destes bancos, seguindo proposta apresentada em Corrêa (2010a), segundo a qual no que se refere à dinâmica da expansão de crédito, esta pode ser dividida, basicamente, em quatro fases: 1994 a 1999, segundo semestre de 1999 a 2002, 2003 a 2007, 2007 a 2010.

ii) Nesse sentido, pretende-se fazer um estudo semelhante ao trabalho de Lima (2009) analisando cada um dos bancos (BB, BNB e BASA) em separado, para o período 1995 a 2010, seguindo a periodização mencionada no item anterior, observando o que aconteceu nos momentos de mudança de liquidez internacional.

O ponto de partida essencial da análise é o de que o estudo do comportamento dos créditos ofertados pelos bancos não pode se dar sem se analisar a lógica de ajuste de portfólio dos mesmos, face às mudanças conjunturais e a perspectivas de variações no ciclo financeiro.

Considerando esta perspectiva, as hipóteses perseguidas são as que se apresentam abaixo:

i) Os bancos públicos mudaram sua lógica de atuação, especialmente após 1999 e até 2008, se aproximando da lógica dos bancos privados, que priorizam operações mais seguras e ainda assim lucrativas, que são as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (TVM). No âmbito das adequações às exigências das regras da Basiléia, os bancos públicos, recentemente, passaram por profundas mudanças em sua forma de atuação, diminuindo o seu volume de crédito concedido e aumentando as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, de forma significativa.

ii) No que se refere à distribuição regional de recursos, de acordo com Corrêa (2010a), observa-se a permanência da concentração de recursos nas regiões mais dinâmicas e em agentes de maior porte.

iii) Houve uma volta da ação mais efetiva de oferta de créditos em detrimento das operações em Títulos a partir de 2008, quando os bancos públicos atuaram com um papel anticíclico importante. No entanto, a hipótese é a de que a expansão de recursos nesta fase deu-se privilegiando os agentes de maior porte e as regiões mais dinâmicas.

Assim sendo, é considerada neste trabalho a hipótese de que a concentração espacial de recursos permanece.

A partir daí, pretende-se investigar estes aspectos para o caso do Banco do Nordeste. Para proceder a esta tarefa e conseguir chegar aos pontos que pretendemos levantar, no primeiro capítulo faremos uma breve apresentação da perspectiva teórica da

qual partimos. No segundo capítulo, apresentaremos a análise de ajuste de portfólio do sistema bancário brasileiro entre 1995 e 2010, levando em conta uma periodicidade que considera a dinâmica do ciclo financeiro internacional, interligado com o movimento macroeconômico nacional.

Note-se que grande parte desta análise já foi desenvolvida, por Corrêa (Corrêa & Almeida Filho, 2001; Corrêa & Adati, 2004; Corrêa, 2006; Corrêa, 2010a) e também por vários outros autores de mesma filiação teórica que recentemente trataram do mesmo tema. O intuito aqui é o de organizar os dados para o que nos interessa levantar quanto à especificidade da atuação do segmento dos bancos públicos no país. Ademais, outro ponto importante neste segundo capítulo é o de levantar os dados mais recentes, sendo que a análise vai até 2010.

Por fim, no terceiro capítulo apresentaremos os resultados das análises mais aplicadas que desenvolvemos. A primeira parte do mesmo é mostrar a dinâmica espacialmente concentradora do sistema, partindo-se de uma base de dados que considera as liberações do Sistema Bancário por município.

A seguir, passamos ao estudo do Banco do Nordeste propriamente dito. Para tal, ainda no terceiro capítulo, iniciamos esta análise mostrando o estudo da especificidade de ajuste de portfólio do Banco do Nordeste no período considerado para mostrar os condicionantes da oferta de crédito por parte do referido banco.

Na próxima parte, apresentamos o estudo que relaciona a distribuição do crédito do BNB por município com os níveis de Desenvolvimento Humano do mesmo município em questão, separando-se o estudo dos créditos de curto prazo dos créditos de longo prazo. O intuito é o de verificar se os créditos do banco conseguem romper minimamente com a barreira da alta relação existente entre alta concentração do crédito e municípios de alto dinamismo econômico.

Por fim, ainda neste capítulo encerramos com alguns outros dados referentes à concentração dos créditos do banco, com o intuito de nos fornecer informações adicionais para a análise.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVA TEÓRICA: MOEDA, BANCOS E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE RECURSOS A PARTIR DA ABORDAGEM KEYNESIANA

Neste capítulo temos por objetivo apresentar a perspectiva teórica que servirá de base para o estudo desenvolvido em nosso trabalho. Partiremos da perspectiva Keynesiana, sendo que os trabalhos basilares de Keynes (1937a, 1937b, 1982) acerca dos conceitos de moeda, crédito e preferência pela liquidez, dão a base para a compreensão do papel e da dinâmica do sistema bancário em economias capitalistas. Ademais, inserido neste contexto está também a discussão da distribuição regional de recursos e sua relação com a redução das desigualdades regionais. O ponto de partida da abordagem é a compreensão da inexorável relação entre o “lado real” e o “lado monetário”, sendo que a moeda é parte integrante do sistema econômico. Ela afeta diretamente “motivos” e “decisões” dos agentes, num mundo em que estes últimos apresentam diferenças fundamentais entre si. O contexto é o de uma “economia monetária da produção” (KEYNES, 1971), em que existe hierarquia entre os agentes, em que o mundo é “não ergótico”, em que o passado importa e as decisões presentes afetam o futuro sem, no entanto, ser possível saber os acontecimentos que ocorrerão à frente. Ou seja, é o contexto de agentes livres, com situações de decisão diferentes, sendo impossível saber *ex ante* o comportamento de cada um. É o contexto de incerteza própria a uma economia mercantil, com generalização de trocas.

1.1- As abordagens “Clássica” e “Keynesiana” e a definição do papel dos bancos no crescimento econômico

No que se refere à abordagem teórica, há diferentes interpretações sobre os conceitos de moeda e crédito e, em nosso trabalho, conforme mencionado, o ponto de partida é a compreensão de que a moeda é um ativo que tem a característica básica de ser a liquidez por excelência, podendo ser trocado por qualquer outro ativo, sem perdas (Keynes, 1982). A capacidade de ser reserva de valor e ser estalão dos preços é essencial em uma economia eivada pela incerteza. Mas mais do que isto, devido às características do sistema capitalista, ela também pode ser demandada para poder-se efetuar operações especulativas.

Outro elemento central da abordagem é a compreensão do conceito de moeda bancária e da especificidade dos “bancos”, que são agentes especiais. Estes têm a capacidade de criar moeda, o que é especialmente importante quando fazem isto gerando recursos para a decisão de investir (KEYNES, 1937a e 1937b).

A compreensão quanto ao papel da moeda é um elemento separador de distintas correntes teóricas na área da economia. O próprio Keynes parte desta diferenciação, quando inicia sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Logo no início explicita suas diferenças ao resumir a determinação do Emprego a partir do que ele chama de “Modelo Clássico”. Este resumo define claramente o papel da moeda enquanto um elemento apartado do “lado real” da economia, o que se apresenta como uma visão oposta àquela apontada por Keynes.

Segundo a teoria “clássica” abordada por Keynes¹ a moeda não tem papel relevante na definição das decisões centrais do processo econômico, não tendo papel no desenvolvimento nacional ou regional. Esta interpretação considera que a moeda é neutra, não afetando as decisões dos agentes econômicos. O ponto de partida é a consideração de um ambiente em que todos os agentes são iguais e em que seria possível construir o futuro, existindo apenas o risco probabilístico. Nesse sentido, a moeda teria apenas a função de ser meio de troca.

Neste modelo e naqueles que também se parte das mesmas hipóteses básicas², as decisões de produção e de emprego são definidas a partir de variáveis reais.

Ademais, o nível de produção de “equilíbrio” é determinado por duas funções: a função de produção e a curva de oferta do trabalho, já que a curva de demanda por trabalho depende de fatores técnicos (curva de demanda = curva de PMgT). A determinação dos níveis de equilíbrio do emprego e de salário real ocorre no mercado de trabalho, por meio da interação entre oferta e demanda de trabalho.

O nível do emprego é definido no mercado de trabalho a partir da oferta de trabalho por parte dos trabalhadores (buscando a maximização da relação renda X lazer) e da demanda das firmas por trabalho (buscando a maximização do lucro). A partir da igualação entre os níveis de oferta e demanda por emprego, chega-se ao nível de

¹ Que se refere essencialmente ao modelo de equilíbrio geral walrasiano.

² Que aqui consideraremos como sendo os “modelos ortodoxos”.

emprego de “equilíbrio”, que é aquele em que trabalhadores e detentores do capital se encontram satisfeitos (no nível em que $PMgt = w/P$). A partir daí, e utilizando-se este nível do emprego na função de produção desta economia (que considera retornos decrescentes de escala), chega-se ao nível de produção, que é considerado de “pleno emprego”, no sentido de que todos os trabalhadores que aceitam aquele salário real estão empregados.

Uma vez determinado o nível de emprego consistente com o pleno emprego, automaticamente estará definido o nível de produção àquele nível de emprego. Ou seja, a partir da função de produção $Y = Y(N,K)$ determina-se o nível de produto ou renda nacional. Neste contexto é que o mercado de trabalho determina a oferta agregada e o nível de produto de equilíbrio é consistente com o pleno emprego da força de trabalho. Assim, toda força de trabalho que aceite determinado salário será empregada, ou seja, não existe desemprego involuntário. Considera-se apenas a existência de desemprego voluntário (os desempregados não têm emprego porque não aceitam o nível de salário real vigente) ou de desemprego friccional (proveniente de algum desequilíbrio temporário na indústria). Os salários monetários devem ser flexíveis para se chegar ao nível de equilíbrio de pleno emprego.

Como não há sentido para os agentes reterem moeda por ela mesma (moeda é apenas meio de troca), já se sabe o que os agentes vão fazer e as decisões de oferta destes agentes não consideram a demanda. A parte da renda não utilizada em consumo ($Y-C=S$) é dirigida aos bancos, sendo que estes apenas recebem os recursos. A concepção é de que eles são meros repassadores de recursos e não criam moeda. Distribuem o estoque de poupança que está depositado ou que eles “sabem” que será depositado. Podem eventualmente criar moeda, mas apenas temporariamente, pois o fazem já sabendo o montante da poupança que será depositado, uma vez que neste modelo é possível definir-se a poupança agregada *ex ante*.

Para os nossos propósitos, o que queremos destacar é que as teorias que partem dessa abordagem (modelos monetaristas, modelos novo clássicos, modelos neo-keynesianos) não consideram o papel da moeda e o papel do crédito no desenvolvimento econômico, visto que são decisões calcadas no “lado real” que definem os gastos dos agentes.

Para os “clássicos”, a poupança passada determina o investimento futuro, como também isto ocorre para todos os modelos que partem do individualismo metodológico e de ambientes em que a margem de comportamento dos agentes já é conhecida (*ex ante*). Os modelos citados acima, que também partem dessa abordagem, serão aqui considerados “ortodoxos” e para os mesmos os bancos têm um comportamento particular, que diverge daquele apontado por Keynes.

De fato, nos modelos “ortodoxos”, os demandadores de recursos são agentes deficitários (os investidores), enquanto que os ofertadores de recursos são agentes superavitários, que depositam dinheiro nos bancos (poupadores). Nos mesmos pressupõe-se o pleno emprego dos fatores de produção, sendo possível saber-se, *a priori*, qual será a renda agregada. Isto posto, é possível que os agentes “decidam” quanto irão poupar e quanto vão consumir de uma renda agregada já sabida *ex-ante*.

O modelo “clássico” e os demais modelos dele derivados e que consideram suas hipóteses iniciais estão baseados na Lei de Say, para a qual toda oferta cria sua própria demanda. Parte-se de um mercado perfeitamente competitivo, no qual existe um grande número de firmas pequenas, que produzem produtos homogêneos e que são tomadoras de preços do mercado. O conceito é o de que a decisão das mesmas não afetam as demais firmas, em um ambiente caracterizado pela existência de informação completa, pela ausência de incerteza efetiva, pela neutralidade da moeda e pela ausência de hierarquia entre os agentes, cujas decisões não influenciam os demais agentes. Neste modelo, a quantidade de moeda em circulação está articulada à Teoria Quantitativa da Moeda, para a qual a moeda é neutra, sendo utilizada apenas como meio de troca.

Tendo em vista a determinação da renda, anteriormente descrita, a igualdade entre demanda e oferta agregada é mantida em equilíbrio por meio da relação entre poupadores e investidores, que se confrontam definindo aí o nível de taxa de juros de “equilíbrio”. Definido aí o nível de poupança (igual ao investimento) é que se chega, por diferença, ao nível de consumo ($Y-S=C$). Ou seja, no plano *ex ante* pode-se definir o quanto será produzido, vendido e ganho e, portanto, o quanto de renda que será obtida e poupada.

Os agentes poupadores (superavitários) não gastam parte de sua renda com consumo no presente para receberem uma recompensa satisfatória dada pela taxa de juros, emprestando para os agentes deficitários (investidores), que realizarão

investimentos. Se a taxa que os investidores pagam aos poupadores for igual a produtividade marginal do capital (PMgK), isto é, a produtividade adicional de uma nova unidade de capital, os investidores estarão dispostos a investir. A produtividade marginal do capital é decrescente. Neste modelo é a mudança de hábitos dos poupadores que faz a poupança variar, o que provoca variações no investimento, sendo que a moeda e o sistema bancário não são centrais às decisões.

Entretanto, a perspectiva adotada em nosso trabalho não será essa, visto que consideraremos que a moeda afeta motivos e decisões dos agentes econômicos. Trabalharemos com a perspectiva keynesiana, segundo a qual existe incerteza quanto ao futuro e, por isso, conforme já mencionado, os agentes podem demandar moeda para os motivos precaução e especulação, além do motivo transação já considerado pelos clássicos. Além disso, tal teoria defende que os bancos podem criar moeda, conforme suas expectativas. A decisão dos bancos, seu comportamento e o ajuste de seu portfólio são centrais à decisão dos agentes. Neste modelo a moeda tem papel central na determinação do nível de atividade econômica no curto e no longo prazo, sendo a variável central no funcionamento da economia capitalista.

Na concepção de Keynes uma economia monetária é aquela em que a moeda afeta motivações e comportamentos dos agentes econômicos, tanto no curto quanto no longo prazo (Carvalho, 2006). Ademais, o desemprego é causado pela decisão de agentes econômicos em não exercer toda a demanda por bens e serviços, cuja produção geraria emprego, devido à preferência por acumular riqueza sob a forma monetária, forma mais segura de se acumular riqueza, dada a incerteza quanto ao futuro, que pode gerar maior ou menor intranquilidade, a depender do momento.

O sistema de contratos pode mitigar a sensação de incerteza do produtor ao definir a estabilidade de alguns custos fundamentais (custo da mão de obra, valor da moeda internacional, nível da taxa de juros), pelo menos a curto prazo, permitindo o cálculo do Preço Global de Oferta (KEYNES, 1982). No entanto, é importante considerar que a incerteza nunca é mitigada. Por isso, em momentos em que o “grau de confiança” é menor, os agentes consideram mais seguro acumular riqueza sob a forma de ativos financeiros considerados seguros (como os títulos públicos) ou moeda, que são os ativos de maior liquidez.

Ademais, enquanto que para os clássicos a taxa de juros é determinada pela oferta e demanda de crédito, para Keynes ela é determinada pela oferta e demanda de liquidez. Paralelamente, o volume de emprego é determinado pelos empresários a partir de suas decisões de gasto, considerando a demanda esperada. Neste sentido, é a demanda esperada que determina a oferta. Dessa forma, o volume de emprego é determinado pelos empresários, cuja demanda por trabalho depende da receita que esperam receber das vendas dos produtos.

Paralelamente, a decisão de investimento é um dos componentes centrais da demanda agregada e o investidor toma a decisão de investir a partir de uma decisão de aplicação financeira que engloba a rentabilidade esperada futura (descontada para valor presente) da compra de um bem de capital, comparada com a rentabilidade de outros ativos, sendo que o mais líquido e seguro é a moeda.

Ocorre, no entanto que, mesmo que haja expectativas positivas para o investimento e que o cálculo capitalista leve à decisão pelo mesmo, muito frequentemente tal decisão pode não se efetivar, por falta de recursos. É aí que retornamos ao papel do sistema bancário como “chave” do crescimento econômico (KEYNES, 1937a e 1937b), sendo que a partir desta discussão, Keynes explicita o papel dos bancos na criação de moeda *ex ante*.

Esta discussão é apresentada por Keynes no momento em que o mesmo constrói o conceito de demanda por liquidez sobre o motivo *finance* (KEYNES, 1937a e 1937b). Ele nos mostra que entre o momento da decisão do investimento e a efetivação do mesmo nenhuma “poupança nova” terá sido criada. Ora, no momento em que o conjunto dos empresários decide efetivar decisões que levem a economia “crescer a taxas crescentes” não haverá “poupança” suficiente para efetivar estas decisões. O que define a possibilidade desta efetivação é a decisão dos bancos avançarem estes recursos (criando moeda) e ficando temporariamente ilíquidos. À medida que o investimento se processa, os fluxos de renda (w e L) resultantes da produção do setor produtor de bens de investimento (e do processo multiplicador) geram renda nova e poupança de igual magnitude do investimento.

Ou seja, a partir desta discussão, que parte da concepção de moeda do autor, os bancos se apresentam como agentes especiais, criadores de moeda, capazes de influir nos rumos do crescimento econômico. Mais que isto; suas decisões de oferta de

recursos não dependem da poupança passada depositada em seus cofres. Eles podem criar moeda.

É claro, no entanto, que esta decisão não é tomada num ambiente de certeza. Antes pelo contrário. O fato de o próprio investimento gerar a poupança correlata à medida que está sendo implantado (construção da fábrica, antes de sua operação), não indica que os bancos estejam a salvo do problema da iliquidez. De fato, os poupadores que irão depositar recursos nos bancos serão o mesmo grupo que estará investindo. Estes últimos deveriam pagar o empréstimo aos bancos quando o investimento estivesse concluído, mas antes que o empreendimento estivesse funcionando ou antes que ele tivesse sido capaz de gerar o grande volume de recursos necessário à implantação da indústria. Num período de produção é impossível levantar estes recursos. Por isto mesmo, vias de regra, os investidores só conseguirão pagar estes recursos, se eles tomarem um novo empréstimo (de preferência de longo prazo), para cobrir o empréstimo anterior.

Segundo Keynes, a forma institucional considerada para fazer isto (consolidação financeira- *funding*) é através do lançamento de títulos de dívida no mercado de capitais. Os compradores destes títulos seriam justamente os novos poupadores. Caso eles decidam comprar os títulos, o recurso sairá dos bancos, mas retornará, na forma do pagamento dos investidores devedores. No entanto, caso os ‘poupadores” decidam não comprar o título de dívida dos investidores lançados no mercado de capitais, estes últimos não conseguirão pagar aos bancos, podendo haver uma corrida bancária, à medida que um conjunto de investidores não conseguir efetuar a consolidação financeira. Ou seja, a decisão de avançar empréstimos para investimento é altamente arriscada para o sistema bancário. Segundo Keynes, os bancos só farão isto se acharem que há condições favoráveis de os futuros poupadores comprarem os títulos de dívida que serão lançados no futuro pelos bancos (Keynes, 1937a e 1937b).

A partir daí é que se constrói o chamado circuito do financiamento do investimento (Corrêa, 1996:16) que afeta centralmente o crescimento econômico, na medida em que permite as decisões de investir:

Finance-Investimento-Poupança-Funding

Ou seja, este é um contexto diametralmente oposto ao apresentado pelo “modelo clássico” e os demais dele derivados. Na concepção Keynesiana, o sistema bancário tem papel crucial na oferta de *finance* para investimento, sendo o *finance* um fundo rotativo que se renova toda vez que o empresário paga a dívida, visto que, quando o empresário paga o banco, esse pode conceder novos empréstimos. Na concepção do autor, não é o montante da poupança depositada que define a decisão dos bancos de ofertar o *finance* para o investimento. A “decisão” dos poupadores *ex post* é importante, no sentido de que a decisão do que fazer a partir da poupança já efetivada importa. Na verdade, o que importa é o que os bancos “acham” que os poupadores vão fazer com seus recursos. Assim, a decisão dos bancos leva em conta a sua própria expectativa quanto aos acontecimentos futuros.

Na medida em que eles são agentes econômicos centrais, sua decisão está num nível de hierarquia mais alto, o que explicita a diferença entre os agentes e o não individualismo metodológico.

Ao mostrar a existência da demanda por liquidez sob o motivo *finance*, Keynes, portanto, põe em evidência a importância do papel do sistema financeiro na determinação do nível da capacidade produtiva, visto que, segundo ele, o *finance* é ofertado, principalmente, pelos bancos, dado que estes têm a capacidade de criar moeda e são grandes aglutinadores de recursos.

Daí podemos então observar o papel dos bancos, na medida em que eles são grandes criadores de moeda, sendo que os empréstimos não dependem da poupança passada, mas da capacidade dos bancos em criar *cash*.

Outra questão aberta por esta discussão é a compreensão de que os bancos são agentes econômicos cujo objetivo é o de gerar valorização. Neste sentido, a oferta de crédito é apenas uma das formas de aplicação a que eles têm acesso. Por vezes, mesmo que não tenham recursos, a decisão pode ser a de não emprestar. Neste sentido, a oferta de recursos depende do “desejo” dos bancos de ofertar empréstimos, quando comparado a outras alternativas. Ademais, a tendência do sistema será sempre a de relacionar segurança \times rentabilidade. Há também que se analisar as relações de endividamento dos próprios bancos.

Dentro dessa discussão, dada a mencionada importância do papel dos bancos, é importante fazermos algumas observações sobre o comportamento dos mesmos.

Neste contexto é que partimos para destacar outro avanço teórico importante para a concepção que utilizaremos ao longo do trabalho. Ainda que Keynes tenha levantado as questões centrais que embasam o papel dos bancos e seu comportamento, é preciso notar que o autor não avançou no detalhamento de questões financeiras importantes, como a dinâmica de ajuste de portfólio dos agentes e o significado desse ajuste sobre a tomada de decisão.

Os chamados autores pós-keynesianos avançam neste aspecto, retomando escritos originais de Keynes, contrapondo-se à vertente do “Keynesianismo bastardo”, que transformou o modelo de Keynes num “caso especial” do “modelo clássico”. Para os propósitos de nosso trabalho, vamos considerar especialmente as contribuições de Minsky para esta discussão, ainda que vários autores desta corrente se dediquem a avançar nesta mesma discussão. O intuito aqui é de retomar ideias centrais de Minsky relativas ao comportamento do sistema bancário.

O autor nos mostra que a decisão dos agentes envolve fluxos de recebimentos e pagamentos. Neste sentido, é necessário observar a dinâmica de ativos e passivos dos agentes econômicos. A partir daí, é possível inferir a dinâmica dos bancos analisando os seus balancetes.

As contas básicas do lado do ativo bancário são: (i) Encaixes (voluntários e compulsórios), (ii) empréstimos e (iii) aplicações em títulos. Do lado do passivo, são: (i) os depósitos à vista e (ii) o patrimônio líquido.

A compreensão é de que os bancos são grandes aglutinadores de capital e esperam obter lucros a partir de diferentes aplicações, sendo os empréstimos apenas uma delas. Estes podem ser ativos muito rentáveis, apesar de muito ilíquidos. A iliquidez dos empréstimos se deve ao fato de que o prazo de seu retorno está definido em contrato, de forma que se o banco precisar do recurso líquido antes disto, estará em uma posição de iliquidez, mesmo tendo um ativo para receber no futuro.

Para realizar operações de empréstimo o banco cria um passivo contra si mesmo, um depósito à vista contábil, criando moeda escritural ou bancária (CORRÊA, 1996). Isso é possível porque, historicamente, permanece no passivo dos bancos certo

montante de recursos, visto que há sempre clientes depositando e sacando recursos. Ademais, os bancos sabem que, a não ser que aconteça uma corrida bancária, seus clientes não irão querer sacar todo o seu dinheiro ao mesmo tempo, sendo que os bancos concedem empréstimos em magnitudes superiores aos depósitos “reais” recebidos.

Seguindo a forma tradicional de operação do sistema bancário (baseada na captação de depósitos à vista), a imposição do encaixe compulsório, por parte do Banco Central, limita o volume de empréstimos concedido pelos bancos, por limitar o volume de recursos disponível para esses. Ou seja, considerando esta lógica de liquidez, o ajuste de liquidez é feito “pelo lado do ativo” (MINSKY, 1986).

Minsky (1986) chama a atenção para o fato de que os empréstimos são apenas um dos ativos que os bancos podem ter, visto que aplicações em títulos ou em encaixes (preferência pela liquidez) também são formas de manter ativos bancários. Neste contexto, os empréstimos são aplicações de maior risco, dada sua grande iliquidez. Em períodos de instabilidade e crise econômica, as expectativas dos agentes econômicos passam a serem pessimistas e, por isso, prevalece a preferência pela liquidez, o que torna mais atrativas as aplicações em títulos de dívida líquidos³, ou a manutenção em encaixes em detrimento da concessão de crédito, visto que estes têm liquidez muito maior, por causa da existência de mercados secundários desenvolvidos, que permitem que tais títulos possam ser convertidos rapidamente em moeda.

Dessa forma, os elementos expostos evidenciam que o sistema financeiro gera impactos sobre a determinação do nível de atividade econômica e de crescimento econômico. Ou seja, nesta concepção a oferta de crédito não é limitada pela poupança existente, mas pela oferta de recursos, isto é, de *cash*, ofertado basicamente, por parte do sistema financeiro, o qual tem a capacidade de criar moeda. Assim sendo, na abordagem de Keynes, os bancos têm a “chave do crescimento econômico”, por apresentarem significativa capacidade de alavancar recursos.

A compreensão fundamental de tal discussão envolve o fato de que a análise de Keynes leva em conta uma economia capitalista avançada, com elevado grau de centralização de capitais, havendo um sistema bancário desenvolvido. O mercado de capitais também é desenvolvido, possibilitando a consolidação financeira, sendo que

³ Títulos de dívida pública interna são considerados ativos líquidos, na medida em que tem amplo mercado secundário que facilita a rápida venda dos mesmos, com baixa perda.

seu modelo parte da análise da operação do sistema bancário inglês no início do século passado. É neste contexto que colocamos acima que a operação “tradicional” do sistema bancário era a de sua época, em que a operação dos bancos ocorria basicamente por meio da captação de depósitos à vista e da oferta de empréstimos não securitizáveis.

Já neste contexto os bancos exercem influência sobre o nível dos investimentos e do crescimento econômico de duas formas. A primeira delas se refere ao fato de que as oscilações nas condições e no volume do crédito ofertado pelos bancos geram impactos sobre a quantidade de moeda disponível na circulação industrial, o que aumenta o preço dos ativos de capital e, portanto, modifica a atratividade do novo investimento (Minsky, 1986). A segunda forma está relacionada aos impactos da atuação dos bancos sobre a dinâmica da circulação financeira, visto que, por ser uma alternativa de conservação de riqueza, a moeda por eles criada afeta a taxa de juros, que, por sua vez, tem efeitos sobre as avaliações dos rendimentos esperados dos novos investimentos produtivos. Soma-se a isso o fato de que a demanda é afetada pela decisão de ofertar crédito, visto que essa última influencia a decisão de gasto dos agentes que receberão o crédito.

Ou seja, a partir da abordagem de Keynes e considerando o desenho do sistema bancário no início do século XX, já era possível mostrar, institucionalmente, a relação entre o mercado de créditos e de capitais na oferta do crédito para o investimento.

Paralelamente, a abordagem de Minsky destacou a importância de se explicitar as relações entre a dinâmica de ativos e passivos, que já estava presente em Keynes, mas que será detalhada pelos autores pós-keynesianos. Ocorre, no entanto, que a própria lógica de operação dos bancos e dos financiadores em geral (englobando o mercado de capitais) se modifica a partir da década de 1960, tornando-se cada vez mais complexa.

Assim, para entender a dinâmica do sistema bancário na atualidade, é preciso considerar estas mudanças. Esta discussão será efetivada a partir da abordagem de Minsky (1986) e Chick (1996), sendo que a seguir passaremos a considerar estes aspectos.

1.2- A evolução do sistema financeiro sob a abordagem Pós-Keynesiana

Entre a década de 1930 e a de 1960 a estrutura de financiamento norte-americana mostrou-se compatível com o “modelo keynesiano”, sendo que, especialmente no período do pós II Guerra e até basicamente a década de 1960, a

configuração é a da chamada “Pax Americana”, que contava com a estrutura financeira robusta herdada do conservadorismo pós-depressão e do imediato pós-guerra (CORRÊA, 1996), bem como, com a construção de instituições multilaterais criadas no Pós-Guerra, com o intuito de garantir a estabilidade da moeda internacional – que passa a ser o dólar.

Como resultado da depressão de 1929, a estrutura de financiamento norte-americana passou a ser caracterizada pela segmentação e pela elevada regulamentação, havendo o estabelecimento de limites mais rígidos sobre a forma pela qual os bancos atuavam, bem como, controles governamentais rigorosos sobre o setor financeiro.

No período do New Deal iniciou-se a implementação de medidas que modificaram a estrutura financeira dos EUA. Neste âmbito foram estabelecidos limites para a relação entre bancos comerciais e companhias de investimento e para o consentimento referente à abertura de bancos, bem como, a reabertura, por meio de medidas de emergência, de alguns bancos falidos. Além disso, os poderes do FED foram ampliados e foram impostas reservas compulsórias (*federal deposit insurance*) no sentido de garantir reservas de segurança. Destaca-se também o surgimento de uma estrutura segmentada, sendo que áreas de atuação dos intermediários financeiros foram delimitadas. No que tange à atuação dos bancos, esta ficou restrita às suas operações tradicionais. Ademais, os bancos comerciais foram proibidos de emitir notas bancárias, bem como, de pagarem juros sobre depósitos à vista, sendo, além disso, imposto um limite para os juros sobre depósitos a prazo.

Tais medidas partiam da perspectiva de que, por não haver uma substancial preocupação em manter operações mais seguras, a atuação pouco cautelosa dos bancos (baixas reservas de segurança mantidas e concessão de financiamento a projetos de investimentos de rentabilidade duvidosa), bem como, a participação destes na abertura de capital de várias empresas, seriam imprescindíveis para se entender a crise financeira que eclodiu em 1929.

De acordo com esta mesma perspectiva, uma grande competição interbancária teria resultado do pagamento de juros sobre depósitos, fazendo com que os bancos diminuíssem suas reservas para níveis que estavam abaixo de patamares seguros. Além disso, os bancos tornaram-se atuantes no mercado de capitais no sentido de assegurar a consolidação financeira que possibilitaria a cobertura dos créditos concedidos, além de

se envolverem na concessão de empréstimos arriscados e em investimentos questionáveis.

Assim sendo, partindo desta perspectiva e com objetivo de tornar as operações mais seguras e de diminuir a competição interbancária, foram estabelecidos limites aos juros pagos sobre os depósitos. Somada a esta medida, dado o objetivo de aumentar o controle do FED e de diminuir a especulação, os intermediários financeiros tiveram suas áreas de atuação delimitadas, bem como, foi feita uma clara divisão entre os mercados de crédito e de capitais, no que tange às suas operações e aos seus agentes.

Observa-se, de acordo com Corrêa (1996), que, em princípio, os bancos estavam mais cautelosos e não se opuseram as estas limitações e a estes controles, que, todavia, diminuía a participação dos depósitos interbancários e colocavam empecilhos à competitividade dos bancos em relação às outras instituições do mercado financeiro. Destaca-se, portanto, que, principalmente, nos primeiros anos após a depressão de 1929, todos os agentes econômicos tornaram-se mais cautelosos. O controle sobre o sistema financeiro foi corroborado pelo estabelecimento de restrições e de controles, que, além disso, consistiram em um obstáculo ao surgimento de inovações em tal sistema.

Dessa forma, observa-se o surgimento de uma estrutura de financiamento caracterizada pela segmentação e pela elevada regulação, sendo resultado da conjuntura existente no período pós-depressão de 1929. Ademais, tal estrutura estava intrinsecamente relacionada ao regulamento do Estado, à adoção de posturas financeiras mais cobertas, por parte dos detentores de capital e, portanto, à relação público x privado.

Ou seja, voltamos ao que foi colocado anteriormente: o fato de que entre 1929 e 1960, a operação dos bancos ocorria da forma “tradicional”, consistindo basicamente em captação de depósitos e em oferta de empréstimos.

Neste desenho, o nível de reservas dos bancos e até mesmo as operações de crédito podem sofrer os impactos do estabelecimento de reservas compulsórias pela autoridade monetária.

Em uma estrutura financeira em que os bancos garantissem sua liquidez operando somente com reservas em espécie, o poder do Banco do Central sobre a expansão do crédito seria decisivo, visto que os bancos, no sentido de satisfazerem as

determinações da autoridade monetária quanto à manutenção de reservas compulsórias, teriam de manter substanciais margens de reservas em espécie, o que, possivelmente colocaria limites à expansão dos empréstimos. Mas, na verdade, não é isso o que acontece, visto que os bancos são capazes de gerar fluxos de liquidez em seu favor.

Conforme Minsky (1986), observa-se que quanto maior a quantidade de alternativas para os bancos gerarem fluxos de liquidez em seu favor pelo lado de captações flexíveis (operações de passivo), menor será o controle do Banco Central sobre a expansão de crédito. Assim sendo, quanto maior a quantidade de instrumentos de *position making* (geradores de liquidez) disponíveis para os bancos do lado do passivo, menor será o efeito da política monetária do FED (Banco Central norte-americano) sobre a oferta de crédito.

Minsky (1986) mostra esta dinâmica, explicitando que no período pós-depressão, houve um aumento da parcela correspondente às operações com encaixes e com aplicações em títulos no ativo dos bancos, sendo estas aplicações de elevada liquidez (que pudessem gerar fluxo de liquidez de forma rápida). Isso foi resultado tanto do aumento do nível de reservas compulsórias exigidas pelo FED quanto do comportamento mais cauteloso por parte dos bancos, que elevaram a parcela de encaixes voluntários em seus ativos. É este o sentido de colocar que o Sistema trabalhava de forma bastante robusta.

No período imediato pós-II Guerra esta estrutura de financiamento conservadora e caracterizada pela elevada liquidez foi mantida. Como consequência dos gastos de guerra, das restrições estabelecidas sobre investimentos e dividendos, os agentes econômicos privados acumularam um volume substancial de *cash* e de títulos do Tesouro.

“At the end of World War II the commercial banks were replete with government securities. The government-security market was the primary position-making market, and the Treasury bill was the primary position-making instrument. Banks that had excess cash would buy Treasury bills, and banks that had cash (reserve deposit) deficiencies would sell Treasury bills.”
(Minsky, 1986:71)

Ou seja, dados os aspectos apresentados, observa-se a existência de uma compatibilidade entre a estrutura de financiamento existente nos EUA no imediato pós-II Guerra e o modelo keynesiano de financiamento.

Quanto ao mercado financeiro norte-americano, no que se refere ao financiamento concedido ao investimento (compra de máquinas e equipamentos), os bancos concediam crédito de curto prazo e, dada a existência de mercado de capitais desenvolvido, era possível haver a consolidação financeira, de forma que a dívida de curto prazo poderia ser transformada em dívida de longo prazo, o que também é condizente com a proposição do modelo de Keynes. Os instrumentos de consolidação eram de longo prazo, podendo ser realizados por meio da venda de ações ou debêntures no mercado de capitais. Ressalta-se que é a situação de estabilidade, característica do referido período, que corroborou para tal consolidação e, para a efetivação da consolidação financeira. Destaca-se ainda a existência do mercado secundário, capaz de assegurar que os títulos de longo prazo pudessem ser negociáveis.

Entretanto, conforme Minsky (1986), no pós-II Guerra, no âmbito do movimento de internacionalização econômica, que começou a se intensificar, principalmente, a partir do final da década de 1940 (com destaque para as multinacionais e a hegemonia dos EUA), e da modificação na forma de articulação do capitalismo a nível mundial, observa-se os limites da referida estrutura de financiamento, a qual começa a passar por mudanças substanciais, principalmente, a partir da década de 1960, sendo os EUA os propulsores de tais inovações financeiras, difundidas para as outras economias capitalistas.

Corrêa (1996) aponta que, a partir de Bretton Woods, emerge uma nova ordem monetária internacional, que apresentava como objetivo estabelecer um padrão monetário estável, sendo institucionalizado o padrão dólar-ouro, e criadas instituições que tinham como fim regular as relações internacionais (GATT, FMI, BIRD). Nesse contexto, a hegemonia norte-americana e do dólar é consolidada, destacando-se o estabelecimento da paridade entre esta moeda e as demais.

Ainda no imediato pós- II Guerra destacou-se também uma substancial expansão econômica, associada a fatores que corroboraram para a dinamização da estrutura econômica, tais como os gastos militares, a expansão de novos ramos, como o eletro-eletrônico e os resultados da segunda revolução industrial nas economias capitalistas avançadas, a qual impulsionou a difusão tecnológica nos setores de bens duráveis e de indústria pesada (líderes). Em tais setores as plantas, geralmente, são grandes e a indivisibilidade de seu capital fixo é substantiva e, portanto, seu funcionamento requer a

centralização de grandes volumes de capital estando, assim, associado a enormes empresas. Dessa forma, o já mencionado processo de internacionalização é imprescindível para tal crescimento econômico, ao tornar possível que novas áreas de mercado, tanto em economias avançadas quanto em economias periféricas fossem ocupadas por oligopólios norte-americanos. Assim sendo, no imediato pós-II Guerra a economia mundial apresentava relativa prosperidade.

Tal dinâmica econômica internacionalizada se consolidou com a expansão de empresas transnacionais norte-americanas e com os impactos destas sobre países avançados e periféricos. Neste âmbito, os EUA, como país hegemônico, detinha reservas internacionais e recursos para impulsionar a reestruturação de países europeus e do Japão, possibilitando que suas empresas entrassem na Europa e que produtos feitos no Japão e na Alemanha entrassem no seu mercado interno. Dessa forma, as grandes empresas alemãs e japonesas puderam se expandir impulsionadas por suas exportações, havendo, assim, um processo de internacionalização e a emergência de estruturas oligopólicas que, não obstante a sua semelhança com as estruturas norte-americanas, apresentavam um maior desenvolvimento em termos tecnológicos e financeiros.

A recuperação das economias europeia e japonesa e a consequente perda de competitividade de exportações da indústria manufatureira dos EUA; os gastos militares na guerra da Coreia; e a saída de substanciais volumes de capitais dos EUA, na forma de investimentos diretos estrangeiros feitos por corporações norte-americanas e de empréstimos externos concedidos, fizeram com que o balanço de pagamentos norte-americano ficasse comprometido, apresentando déficit. No sentido de tentar resolver esta situação, foram adotadas medidas que visavam o controle sobre a saída de fluxos de capitais dos EUA. Por isso, foi coibida a obtenção de crédito nos EUA pelas filiais de multinacionais norte-americanas, o que estimulou a expansão do crédito concedido à tais empresas pelas filiais de bancos norte-americanos no exterior, bem como, impulsionou a internacionalização dos mesmos.

Neste contexto, observou-se uma crescente oferta de dólares fora do mercado monetário norte-americano, que, juntamente com a persistente demanda de dólar resultante da crescente demanda por crédito por parte da Europa e do Japão, propiciou a formação do Euromercado, isto é, um mercado internacional de moedas estrangeiras.

Dessa forma, o Euromercado surgiu como um mercado de Eurodólares, um mercado de dólares fora do mercado monetário norte-americano, que provocou mudanças no sistema financeiro internacional, consistindo em um elemento relevante do movimento de internacionalização dos mercados monetário e capitais. Destaca-se ainda, nesse cenário, o processo de integração do sistema financeiro internacional.

O surgimento do Euromercado, portanto, foi possibilitado por circunstâncias características desse cenário internacional. Durante a década de 1950, a Guerra Fria provocou a transferência de dólares para bancos localizados na Europa. O padrão dólar-ouro, a possibilidade de que uma moeda fosse depositada fora de seu país de origem, e o livre movimento de capitais entre os EUA e a Europa, propiciaram o restabelecimento do fluxo de capitais de curto prazo no Euromercado. Além disso, o déficit do Balanço de Pagamentos dos EUA, resultante de fatores já mencionados, também era um elemento que contribuiu para a consolidação do Euromercado. Neste contexto, as medidas tomadas pelos EUA, no sentido de controlar e de conter a saída de fluxos de capitais do país para o exterior, bem como, a decisão de bancos centrais europeus (que tinham grandes volumes de dólares em depósitos) no sentido de incentivar o depósito de dólares em eurobancos nos mercados monetários localizados fora de seus países, também estimularam o desenvolvimento do Euromercado.

Conforme Minsky (1986), é importante ressaltar também que, principalmente a partir da década de 1970, houve transformações nas proporções de empréstimos e nos títulos do governo norte-americano nas carteiras de títulos dos bancos comerciais. Os títulos do governo, não obstante oferecessem maior segurança (garantia do governo), não estavam disponíveis para operações de *position making*, devido à pequena dimensão de seu mercado para negociação. Ademais, dado que a dimensão da atividade de *position making* tem relação com todos os bens financeiros, a queda da parcela de títulos do Tesouro, em relação aos bens totais, que se deu entre o final da II - Guerra e a metade da década de 1970 mostra que a manutenção de tais títulos nas carteiras dos bancos reduzia cada vez mais a capacidade destes de negociarem sua *position making*.

Outro destaque é que os ativos bancários cresceram relativamente à posse de depósitos no FED e aos valores em caixa. Como o volume total de atividades relacionadas à *position making* estava associado aos bens financeiros, era necessário que os bancos desenvolvessem um conjunto substantivo de instrumentos de *position*

making, no sentido de continuaram operando com baixos volumes de caixas e de reservas em relação aos seus bens. Dessa forma, os bancos comerciais precisaram desenvolver tipos de obrigações que economizassem suas reservas.

Since the total volume of position-making activity is related to the volume of financial assets, banks need to develop a wide array of position-making instruments – and markets- in order to be able to function with such lower ratios of cash and reserves to total assets. (Minsky, 1986:75)

Assim sendo, com o desenvolvimento do Euromercado, os bancos puderam tomar dinheiro emprestado em bancos estrangeiros para estabelecer posição (*make position*). Os dólares emprestados no exterior consistem em um tipo de obrigação que não absorve reservas. Se a filial de um banco norte-americano tomasse eurodólares emprestados, transferindo-os para sua sede nos EUA, estes fundos seriam como um depósito de reserva nos EUA, não sendo, entretanto, uma obrigação que absorvesse reservas. “*Banks also borrow from foreign Banks to make position. The dollars borrowed abroad (Eurodollars) are another example of a type of liability that does not absorb reserves.*” (Minsky, 1986:76)

De acordo com Corrêa (1996), anteriormente ao Euromercado, as atividades bancárias internacionais referiam-se apenas ao financiamento do comércio exterior e às operações de compensação de contas entre dois bancos localizados em países diferentes. Todavia, no âmbito do desenvolvimento do Euromercado, as corporações multinacionais norte-americanas ampliaram sua demanda por novos serviços bancários, o que fez com que os bancos começassem a oferecer formas alternativas de aplicação, exercendo novas modalidades de atividade, além das que já exerciam. Essas corporações procuravam fundos em eurodólares para o financiamento de seus investimentos.

No Euromercado, as operações de crédito (tomada e concessão) eram de curto prazo. Assim sendo, esse mercado possibilitava transações de curto prazo e operações financeiras em moedas estrangeiras, possibilitando também, que instituições financeiras conseguissem recursos para o cumprimento de obrigações de curto e médio prazo.

Dentre as modalidades alternativas de aplicação, oferecidas pelos bancos internacionais na década de 1960, estão os eurobonds, que consistiam em títulos de longo prazo, cuja emissão era feita por corporações industriais e pelo governo, no Euromercado. O surgimento do mercado de eurobonds passou a atender a procura por

títulos de longo prazo por parte de investidores internacionais, havendo um mercado de capitais internacional, cuja demanda era atendida pela oferta de eurobonds, que eram subscritos por bancos internacionais.

Ressaltou-se também o desenvolvimento de um mercado internacional de transações interbancárias, uma inovação que se tornou importante mecanismo para o refinanciamento de bancos internacionais, pois um banco podia realizar aplicações ou receber empréstimos de bancos de outros países.

Diante do exposto acima, observa-se que, no âmbito do Euromercado e, principalmente, do processo de internacionalização da dinâmica econômica, sob a hegemonia dos EUA, observa-se a emergência de novos instrumentos financeiros e as modificações na forma de atuação dos bancos, passando estes a realizarem novos tipos de atividades, além das tradicionais, visto que as corporações multinacionais procuravam, de forma crescente, novos serviços bancários. São, assim, criadas novas formas de aplicação, como os eurobonds, por exemplo, na busca por ativos líquidos e rentáveis, como também, ocorre a expansão do mercado de transações interbancárias, sendo peça importante no refinanciamento de bancos internacionais.

Como já foi mencionado, apesar da hegemonia dos EUA, este país começa a perder competitividade frente à recuperação da economia europeia e japonesa. Neste contexto, segundo é colocada em xeque a então existente estabilidade estrutural.

Pode-se perceber, portanto, que a estrutura financeira robusta, construída nos EUA no período pós-crise de 1929, se manteve no imediato pós-II Guerra, mas a partir do final da década de 1950, esta estrutura começou a passar por transformações substantivas, rumo à expansão da riqueza financeira e fictícia e à integração da economia internacionalizada.

Assim sendo, as condições de financiamento se modificaram e ocorreram inovações financeiras na estrutura de financiamento dos EUA. *“Banks have been innovative in creating instruments that can be used to generate a flow of reserves toward a particular bank if the need arise, even as they free reserves in the banking system.”*(Minsky,1986:75). Neste contexto, a flexibilização da atividade de *position making* consiste na principal inovação. Essa atividade, que até então envolvia operações apenas no lado do ativo do balancete dos bancos, começou a ser realizada no lado do

passivo, o que significa que os bancos começaram a gerar fluxos de liquidez por meio de operações do lado de seu passivo. Essa inovação se consolidou na década de 1960, em que surgiram os Certificados de Depósitos (CDs) negociáveis, que passaram a fazer parte do passivo bancário (depósitos à vista, depósitos a prazo, fundos federais, CDs, outros) sendo o principal instrumento para *making position* dos bancos norte-americanos. Com isso, tornou-se viável a expansão dos empréstimos bancários a taxas maiores que as taxas da expansão das reservas bancárias. “*One such reserve-economizing deposit was the large-denomination certificate of deposit (CD), which is, at least in principle, negotiable.*” (Minsky, 1986:1975).

Neste sentido, podemos dizer que muda a dinâmica de ajuste do Sistema bancário em situação da busca de liquidez que passa a ser efetuada, em parte pela via de operações de Passivo. Além de Minsky, é fundamental também considerar a construção deste argumento a partir da abordagem proposta por Chick (1994) sobre o desenvolvimento bancário. A autora constrói estágios para o desenvolvimento do Sistema bancário. Também considera que o movimento de flexibilização dos passivos deve ser visto como um novo estágio de evolução. Para a autora a partir da década de 1960 entra-se no estágio III, sendo que ainda ocorrerão os estágios IV e V.

Ou seja, até então o desenvolvimento bancário se encontrava na fase II, em que os depósitos são amplamente aceitos como meio de pagamento, dado que o sistema bancário obteve a confiança do público e demonstrou sua viabilidade. A expansão de crédito pelos bancos é um múltiplo das reservas destes. O nível regional de reservas é determinado por reservas do Banco Central e pelo fluxo de reservas reais e financeiras entre regiões. A oferta de moeda é endógena, não sendo determinada pela autoridade monetária. Na fase III, observa-se o desenvolvimento de mecanismos de empréstimo interbancário, o qual representa um suplemento ao mecanismo de empréstimos à vista e possibilita o uso mais eficiente das reservas disponíveis. O avanço dos empréstimos interbancários e especialmente o avanço dos fundos de reserva federal nos Estados Unidos são justamente vistos por Minsky (1996) como o início de uma nova fase, que envolve a criação de passivos flexíveis.

Com o surgimento dos CDs negociáveis na década de 1960, a atividade de *position making* passou, a ter mais uma forma de geração de liquidez pelo lado do

passivo. Isto se dava através do lançamento de um título de dívida negociável, o CD. Esta dinâmica se estendeu para os mercados financeiros internacionais.

Essas inovações afetaram o comportamento de todos os agentes econômicos. Na década de 1960, as corporações não-financeiras aumentaram seus gastos com ativos fixos, de forma rápida, sendo que esses gastos cresceram mais rápido e à taxas maiores que as fontes internas de fundos dessas corporações, destacando-se a expansão da participação de fundos externos no financiamento das decisões de investimento dessas corporações, ou seja, houve um aumento dos empréstimos recebidos por essas para a realização de investimentos, visto que os bancos estavam fornecendo maiores volumes de crédito de curto prazo.

Por isso, esses novos instrumentos financeiros, com características de curto prazo, provocaram mudanças nos passivos de corporações financeiras e não financeiras, podendo essas, portanto, bancarem suas *make position* obtendo recursos. Assim, essas inovações possibilitaram que as empresas se envolvessem em um processo especulativo e fictício.

No final da década de 1960, o Japão e países europeus realizaram o desenvolvimento de tecnologias em setores nos quais os norte-americanos não haviam empregado sua tecnologia. Países europeus diminuíram sua dependência em relação aos EUA, conseguindo centralizar capitais e consolidar suas posições, por meio de suas empresas. Desenvolveram estruturas oligopólicas, cujas bases tecnológicas e financeiras eram mais avançadas que as dos EUA.

É importante ressaltar também que, na década de 1960, a elevação da concessão de empréstimos por parte dos bancos aumentou o endividamento das empresas e das famílias, bem como, causou impactos inflacionários, como resultado da elevação da demanda por bens e da oferta de moeda. Assim sendo, o governo norte-americano visou realizar uma política restritiva, objetivando o controle sobre a inflação. Como as inovações financeiras diminuíram o controle da autoridade monetária, via compulsório, sobre o sistema financeiro, essa elevou o taxa de juros das operações de redesconto, fazendo com que os bancos elevassem a taxa de juros dos empréstimos. Essa medida objetivava a redução da concessão de empréstimos por parte dos bancos, visto que quando ocorre elevação da taxa de juros do redesconto, os bancos tendem a diminuir suas concessões de créditos para evitar que tenham que recorrer à ajuda do Banco

Central no sentido de obterem as reservas suficientes para honrar seus compromissos. Todavia, essa medida fez com que famílias e empresas não pagassem os empréstimos que receberam dos bancos e estes, portanto, não tiveram reservas suficientes para honrar os Certificados de Depósitos que haviam emitido. Em consequência disso, houve uma corrida bancária contra Certificados de Depósito em agosto de 1966.

Na fase IV, por sua vez, o princípio do prestador de última instância (Banco Central) está firmemente estabelecido. “... o Banco Central já aceitou totalmente a responsabilidade pela manutenção da estabilidade do sistema bancário.” (Chick,1994:13)

Na expectativa de que essa política continue a ser seguida, os bancos tomam-se cada vez mais audazes: os empréstimos podem agora se expandir além da capacidade determinada pelas reservas do sistema. Pode-se, virtualmente, contar com o Banco Central como garantia no caso da falta de reservas. (Chick,1994:13)

Isto ocorre à medida que a Autoridade Monetária vai perdendo sua capacidade de controlar a criação de moeda a partir de operações de compulsório. A partir daí, os Bancos passam a ter maior poder na criação de moeda, mas a possibilidade de ruptura do sistema atinge níveis nunca antes verificados e várias possibilidades de crises financeiras se apresentam, destacando-se as corridas contra os Certificados de Depósitos na década de 1960 (Minsky, 1986). Nestas situações o papel do Banco Central começou a atuar mais fortemente como prestador de última instância se explicitou como elemento estabilizador. Assim, para o autor “*The credit crunch of 1966 was the first difficult since the 1930s that involved a run on a financial instrument or institution and that induced the Federal Reserve to act as a lender of last resort.*” (Minsky, 1986:87)

Tendo em vista a crise dos CDs, os *commercial papers* passaram a substituí-los, sendo que os mesmos consistem em títulos de dívida de curto prazo (aproximadamente 180 dias), cuja emissão era realizada por empresas não financeiras, no mercado de capitais de renda fixa, não oferecendo garantias reais. Havia ainda o acordo de recompra no ato de venda do título, que fixava a data de recompra e o preço de venda do título. O rendimento oferecido por esse título era de acordo com o juro fixado pelo contrato e, ao final do período, deveria haver o pagamento do juro e do principal. O acordo de recompra consistia em outra técnica utilizada por negociadores de títulos do governo e bancos comerciais para estabelecer posições.

Além disso, outra mudança que ocorreu na década de 1970 foi que os bancos passaram a agir de forma mais cautelosa, concedendo um menor volume de empréstimos e aumentando a taxa de juros cobrada sobre estes.

Entretanto, o lançamento de *commercial papers* no mercado de capitais por parte dos bancos, provocou nova elevação do endividamento dos bancos, das famílias e das empresas. Nesse âmbito, houve novamente uma corrida bancária, desta vez contra os *commercial papers*, semelhante a que ocorrera contra os CDs na década de 1960, devido ao fato de que bancos e empresas começaram a não terem recursos suficientes para honrar os *commercial papers* que haviam lançado. Isso deu origem a uma crise, que, portanto, gerou a necessidade de atuação da autoridade monetária. Dessa forma, confirmou-se a função do Banco Central como prestador de última instância, bem como, gerador e controlador da liquidez, o que levou os bancos a constituírem sindicatos com o intuito de refinarar organizações que não acessavam os fundos do Banco Central. “*The second postwar financial disturbance that required lender-of-last-resort intervention occurred in 1970. This time the market in distress was the commercial-paper market*”. (Minsky, 1986:91)

Conforme Minsky (1986), não obstante a crise de 1969-70 no mercado de *commercial papers* evidenciou uma grave recessão eminente, a atuação do FED como prestador de última instância e o volumoso déficit federal (1970,71,72) foram elementos essenciais no sentido de conter esta recessão. O fluxo de caixa corporativo sofreu uma elevação brusca no período posterior à referida crise, constituindo base para outro surto de expansão e de financiamento externo em períodos posteriores.

Todavia, percebemos que o poder de controle das autoridades monetárias sobre o sistema financeiro foi limitado pelas inovações financeiras das décadas de 1960 e 70, visto que, por possibilitarem que os bancos obtivessem novas formas de obter recursos, de gerar e de adquirir um fluxo de liquidez, dificultaram a operacionalização da autoridade monetária, no sentido de realizar política monetária contracionista e de controlar a oferta a oferta de moeda no mercado monetário.

Logo, o controle do Banco Central, por meio do estabelecimento de compulsório, sobre a expansão dos empréstimos concedidos pelos bancos é tanto menor quanto maior forem as possibilidades que os bancos possuem de utilizar instrumentos de *position making*. Assim, a flexibilização da atividade de *position making* e a

diversificação dos passivos bancários, ampliaram as possibilidades de os bancos obterem ativos líquidos, via utilização de novos instrumentos de *position making*, o que, portanto, reduziu o poder da autoridade monetária, pois a elevação do compulsório passou a não alterar, de forma substantiva, o montante de empréstimos concedidos pelos bancos. Além disso, outras consequências das inovações das décadas de 1960 e 70 foram o aumento do déficit público, da taxa de juros de empréstimos e da dívida interna e externa, principalmente, dos países em desenvolvimento, bem como, aumentos da inflação e ampliação do processo de internacionalização.

The behaviour of a system with such a variety of position-making possibilities is quite different from that of a simple system in which the Treasury-security market monopolized position-making activity. Furthermore, techniques for position-making are still evolving. Whenever rapid innovations in ways of buying money and in substitutes for bank financing take place, the articulation between Federal Reserve policy actions and the volume of financing available loosens. (Minsky, 1986:76)

Dessa forma, especialmente devido ao período de crescimento mundial pode-se dizer que o período que vai da década de 1960 até o final da década de 1970 é aquele em que há forte liquidez nos mercados financeiros, e especialmente nos mercados internacionais, via operação do Euromercado. Nesta fase estava posta em cheque a preferência pelas operações financeiras seguras e cobertas, que havia prevalecido até o imediato pós-II Guerra. Houve, gradativamente, a redução da parcela de títulos do governo que compunham a carteira de títulos financeiros dos bancos, bem como, houve redução da participação dos depósitos à vista sobre o total do passivo bancário, dado que as operações financeiras seguras e cobertas deixaram de ser prioridade.

Esta dinâmica vai ao encontro da abordagem apresentada por Minsky (1986) quanto à dinâmica de ajuste dos financistas e os ciclos financeiros. Ele nos mostra que nos períodos de expansão a decisão dos bancos tende a ser a de expandir os empréstimos, reduzindo as aplicações mais líquidas. A tendência é a de enfrentar mais riscos. Ao fazerem isto, facilitam a oferta de empréstimos, o que leva aos demais agentes a terem o mesmo comportamento de se arriscarem mais em suas condições de endividamento. O sistema vai saindo, paulatinamente, de uma situação mais coberta, para outra mais arriscada. Aí o autor explicita o conceito de posturas financeiras. Os agentes vão saindo de uma situação em que seus ativos são capazes de gerar fluxos para o pagamento dos juros e principal das dívidas contraídas (operações Hedge). Vão entrando em uma situação em que os devedores passam a esperar que os fluxos gerados

por seus ativos cubra o pagamento dos juros. O principal seria pago por renegociação de dívidas (operações especulativas).

O auge deste processo vem a seguir quando os agentes, tomados por expectativas positivas e pela facilidade de endividamento entram em processos em que os fluxos esperados de rendimento de seus ativos não é capaz de cobrir, nem sequer os juros das dívidas contraídas. Supõem-se ser possível efetuar novas dívidas para pagar os juros (operações Ponzi).

Assim sendo, nesta estrutura financeira que se configura, os bancos expandem especulativamente sua oferta de empréstimos em fase de prosperidade e reduzem abruptamente a concessão de empréstimos nos momentos de crise e de instabilidade. Os Bancos Centrais apresentam menor controle sobre a expansão dos empréstimos, pois os bancos, neste momento, se arriscam mais e os tomadores de empréstimo também. No momento de crise, muitos estão bastante endividados.

Ora, este é apenas o início do processo de crescimento da complexidade de operação do Sistema Bancário. Os novos estágios de inovações financeiras que surgem a partir daí, dizem respeito ao avanço das operações com mercados futuros e derivativos, que não são tratados por Minsky, mas são destacados por Chick (1996).

O que se percebe é que a variação abrupta da taxa de juros norte americana na década de 1970 provocada pela política monetária americana e o fim do padrão dólar ouro deixaram clara a possibilidade das variações imprevisíveis e profundas nos juros e câmbio. Neste sentido, os contratos financeiros passam a tentar contrabalançar estas questões. São criados os contratos de empréstimos com taxas pós-fixadas e, paulatinamente passam a aparecer inovações financeiras mais complexas. O avanço das operações com mercados Futuros, de Opções e de operações Swap surge como uma tentativa de criar operações que dêem a sensação de cobertura de riscos, sendo as mesmas chamadas de operações derivadas.

Paralelamente, a redução abrupta dos empréstimos resultante da dificuldade de pagamento dos devedores sobre os contratos pós-fixados após o aumento dos juros passou a gerar a buscas por operações de alavancagem de recursos não bancárias. É neste contexto que avançam as operações de endividamento através do lançamento de títulos de dívida direta via mercado de capitais – chamadas de operações com *securities*.

Ora é dentro deste mesmo contexto que os bancos começam a lançar títulos de dívida nos mercados financeiros dando como garantia suas carteiras de crédito de “bom nível de risco”. Ou seja, iniciava-se a operação de securitização dos ativos bancários. Era como se os bancos estivessem vendendo seus ativos.

O avanço deste processo se dá quando se cria uma empresa paralela ao próprio banco para lançar as dívidas e custodiar os créditos que garantem as dívidas bancárias, sendo que a dívida gerada não consta nos balancetes bancários. São as chamadas operações “off the balance” e operações via “shadow banking system”. Chick (1996) indica estes avanços, mostrando a fase V, em que os bancos operam com todos os instrumentos, avançando no sistema de securitização de recebíveis.

Para os nossos propósitos, a análise realizada por Minsky já dá os elementos que queremos analisar sobre o ajuste dos bancos no Brasil, que não avançam muito no sistema de securitização de recebíveis. Ainda assim, optamos por citar estes últimos processos, para a indicação da complexidade recente dos mercados financeiros.

1.3- A questão da distribuição regional de recursos

Diante do exposto anteriormente, conforme a abordagem de Minsky (1986), as inovações financeiras foram tornando cada vez maior a capacidade dos bancos de criar moeda, tornado-os cada vez menos sujeitos aos impactos de políticas monetárias – redesconto e compulsório. Assim sendo, os bancos, por meio da flexibilização de passivos, podem captar recursos por outros meios, além dos depósitos à vista. Dessa forma, o sistema bancário torna-se cada vez menos sujeito a controles e mais especulativo em período de expansão. Quanto a este aspecto ressalta-se o desenvolvimento do sistema bancário apresentado em Chick (1994), em que se percebe que o papel dos bancos torna-se cada vez mais relevante e a moeda gera cada vez mais impactos sobre o lado real da economia (não neutralidade da moeda). A autonomia dos bancos em administrarem seus recursos torna-se cada vez maior e suas decisões geram cada vez mais impactos a níveis regionais.

Conforme mostramos, a oferta de crédito pelos bancos depende da confiança em informações disponíveis e, à medida que a base de informações piora, aumenta a influência de elementos convencionais na tomada de decisões, o que intensifica desigualdades. Ocorre assim, a fixação de maiores taxas de juros e de restrições à

expansão do crédito em regiões periféricas. Dada a existência de diferentes níveis de informação, de incerteza e de confiança dos agentes, as diferenças regionais (centro e periferia) se intensificam com as restrições ao investimento resultantes do aumento da incerteza. O comportamento dos agentes no que se refere à moeda e aos ativos financeiros resulta em diferentes desenvolvimentos regionais.

No que se refere à oferta de crédito, é importante ressaltar o poder de decisão do sistema bancário. Em geral, a visão dos agentes econômicos é a de que, de um lado, as regiões (ou economias) centrais apresentam a percepção de que os agentes a consideram menos instáveis do que as regiões periféricas. Nestas últimas as trajetórias de crescimento são consideradas mais instáveis e tende haver uma maior “preferência pela liquidez” dos agentes econômicos – bancos e indivíduos – pelos motivos especulação e precaução.

A partir daí, nestas regiões, a tendência é a de que os bancos apresentem maior preferência pela liquidez e, dessa forma, há maior resistência para a oferta de crédito. Voltamos aí com a decisão relacionada ao poder de decisão do sistema bancário no que tange à oferta de créditos. Alguns trabalhos que seguem esse argumento são: Nogueira, Figueiredo e Crocco (2008), Amado (1997, 1998), Crocco e Jayme Jr. (2006), Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008), Nogueira, Crocco e Figueiredo (2008), Sicsú e Crocco (2003), Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2004).

É importante comentar que a introdução do referencial pós-keynesiano no âmbito regional da análise espacial foi feita primeiramente por Dow (1982) e, segunda essa autora, não obstante Keynes tenha dado destaque à importância da moeda no âmbito nacional, não foi ressaltada a relevância do papel da moeda em âmbito regional. Dow (1982, 1993) parte de conceitos teóricos pós-keynesianos e de elementos da Teoria da Causação Cumulativa e da Dependência, para analisar como o sistema financeiro afeta o lado real da economia, resultando em padrões de desenvolvimento regional desiguais. A autora tenta mostrar que mudanças na preferência pela liquidez do público e dos bancos alteram o multiplicador bancário e, além disso, essa preferência varia de região para região. Dessa forma, economias contemporâneas com igual base monetária teriam aumento em seus multiplicadores monetários na medida em que aumentasse as expectativas otimistas sobre os preços locais dos ativos, a liquidez dos mercados locais

destes ativos, o grau de desenvolvimento financeiro e o resultado comercial favorável com outras regiões.

O estudo de Dow (1982, 1993) considerou dois tipos de regiões, ou seja, regiões centrais e regiões periféricas. As regiões centrais são prósperas, apresentam mercados ativos e sofisticação financeira, além de uma estrutura produtiva historicamente dominada pela indústria e pelo comércio. Já as regiões periféricas, apresentam uma economia estagnada, com tênues mercados e um menor grau de sofisticação financeira. Suas atividades estariam concentradas no setor primário e nas manufaturas de baixa tecnologia. Sua dinâmica econômica estaria voltada para a exportação para o centro e, portanto, suas receitas de vendas apresentariam sensibilidade à conjuntura dos mercados das regiões centrais e, assim, seriam bastante voláteis. Ademais, os bancos das regiões centrais teriam vantagens em relação aos bancos das regiões periféricas, também devido ao fato de que as primeiras seriam responsáveis pela inovação, inclusive financeira. O diferencial entre as regiões centrais e as regiões periféricas seria mantido também pelo fato de que uma inovação financeira alcança a periferia somente após certo período de tempo e, além disso, há custos de transação e de informação, resultantes da distância.

Ademais, conforme a autora, as regiões periféricas apresentariam uma maior preferência pela liquidez do público e dos bancos, bem como, os ativos dessas regiões teriam uma liquidez menor do que os das regiões centrais, o que faria com que, no longo prazo, o multiplicador bancário da periferia fosse menor. Dada a contextualidade espacial, ativos de economias de várias regiões podem ser mantidos, simultaneamente, por um agente, o que resultaria não apenas na endogeneização espacial da base monetária, mas também, na intensificação do caráter distinto das ofertas de moeda regionais.

Dentro desta lógica, os bancos nacionais acabam por emprestar menos para a periferia, dada a sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, preferirão manter um nível mais alto de reservas e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro. (Nogueira, Figueiredo e Crocco, 2008, p. 4).

Ressalta-se ainda que, dada a maior preferência pela liquidez do público na periferia, isso resultaria em uma maior parcela de depósitos à vista sobre depósitos a prazo e, com isso, os bancos seriam levados a reduzirem o prazo de seus empréstimos

no sentido de se ajustarem ao menor prazo dos depósitos, o que diminuiria o volume de recursos de longo prazo para a região periférica.

No que se refere à oferta de empréstimos, como viemos discutindo, a mesma depende da influência da confiabilidade quanto à base de informações disponíveis. À medida que a confiabilidade nesta base de informações diminui, menor será a oferta de empréstimos, o que intensifica as desigualdades regionais. Ou seja, nas regiões periféricas as taxas de juros dos empréstimos tenderiam a ser mais elevadas, bem como, são colocadas restrições substanciais para a expansão de crédito. Portanto, retomando o que já foi comentado acima, o sistema bancário tende a apresentar uma menor disposição para conceder créditos para regiões periféricas (menos desenvolvidas e menos integradas economicamente).

Assim sendo, podemos afirmar que a oferta de crédito sofre impactos tanto da preferência pela liquidez quanto dos estágios de desenvolvimento bancário explicitados em Chick (1994).

Seguindo esta perspectiva, Amado (1999) caracteriza as economias centrais como apresentando trajetórias de crescimento mais estáveis e com dinâmica mais endógena, além de concentrarem sua produção nos setores secundário e terciário e de apresentarem menor incerteza, melhor difusão de informações, instituições e mercados mais desenvolvidos, menor propensão a importar e ativos mais líquidos.

Ainda de acordo com a autora, ocorreria o também o favorecimento dos bancos do centro por meio do processo de concentração bancária. Este processo é explicado pela propensão à fuga de liquidez da periferia para o centro, visto que em regiões periféricas há uma maior preferência pela liquidez por parte dos agentes e existem dois problemas com os quais os bancos se defrontam, quais sejam a perda de reservas para o centro e a perda de reservas, para o público em geral, em proporção maior do que a que ocorre com os bancos do centro, devido à maior preferência pela liquidez por parte do público.

Desta forma, os bancos com centros decisórios em regiões centrais têm menor acesso às informações regionais e menor confiabilidade em projetos da periferia, restringindo, de forma significativa, o crédito a tais projetos. Já os bancos da periferia

apresentam maiores informações sobre projetos regionais e, portanto, são os maiores responsáveis pela concessão de crédito para estes.

Para além do trabalho de Dow, Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008), retomam o trabalho de Christaller (1996) e Losh (1944/54), para mostrar a compatibilidade dos mesmos com a abordagem acima. Os últimos dois autores trabalham a partir da consideração de que existe um sistema de polarização das atividades financeiras nacionais de acordo com características econômicas, estruturais e funcionais de cada um dos espaços analisados. A teoria do “lugar central” foi desenvolvida sob aspectos diferentes por Christaller (1966) e Losch (1944/54) e, a principal característica dessa teoria, consiste na agregação do sistema urbano à análise, no sentido de explicar a localização de atividades de acordo com as urbanidades inerentes a cada lugar central de maior ou menor hierarquia, partindo-se de um modelo hierárquico.

Trabalhos como o de Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008) e de Sicsú e Crocco (2003) ampliaram essas referências sobre a teoria do lugar central para o sistema financeiro e, seguindo essa discussão, destacam que existe uma hierarquização espacial, em destacando-se a diferença entre centros financeiros e seu entorno. A ideia é a de que as atividades financeiras tendem a se concentrar nos espaços que apresentam maior concentração populacional e maior dinâmica econômica e de serviços. Ou seja, a localização do sistema bancário está diretamente relacionada com população, grau de urbanização e nível de renda das regiões e, portanto, está relacionada à centralidade de cada região.

A conclusão do trabalho de Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008) é que a análise sobre o papel do sistema financeiro na configuração da rede urbana brasileira torna evidente o fato de que este setor desempenha um papel fortemente concentrador nesta configuração. Tal fato decorre não da distribuição espacial do sistema financeiro, apesar de a mesma também ser concentrada, mas sim de suas estratégias e de sua lógica de atuação. Essa abordagem é compatível com a perspectiva pós-keynesiana sobre a distribuição regional de crédito abordada por Dow, segundo a qual, como mencionamos, em regiões de maior dinâmica as expectativas são mais favoráveis, ao contrário das regiões menos dinâmicas, as quais apresentam maior preferência pela liquidez, em comparação às regiões mais dinâmicas, havendo, assim, diferenças na disponibilidade de crédito para cada uma destas regiões.

Ora, esta é uma discussão importante pois de acordo com Dow e Fuentes (2006), a economia regional tradicional subestima a influência da moeda sobre as disparidades regionais de renda, visto que pressupõe a neutralidade da moeda, ou seja, que a oferta de moeda não exerce efeito sobre nenhuma variável real. Neste sentido, a moeda também não tem papel de determinar variáveis a nível regional, o que evidentemente se difere do argumento construído a partir da perspectiva pós-keynesiana que estamos tratando.

Rodriguez-Fuentes (1998) explicita quais seriam as principais razões para desconsiderar os efeitos de variáveis monetárias. A primeira razão seria a hipótese ortodoxa sobre neutralidade da moeda no longo prazo, o que resultaria na inexistência de impactos sobre variáveis reais em nível regional. A segunda razão seria a não utilização de instrumentos de política monetária por parte das regiões. A terceira razão seria a existência de economias extremamente abertas e com perfeita mobilidade de capital. Ou seja, os capitais movimentam-se livremente entre regiões e são somente resultados dos fluxos reais, a menos que o comportamento acomodativo seja interrompido por alguma falha de mercado.

Assim, para a maioria dos economistas regionais a moeda é neutra no longo prazo. Porém, a partir da década de 1980, destacaram-se trabalhos que começaram a analisar o funcionamento do sistema financeiro e seus impactos espaciais. Começam a ser abordados trabalhos que destacam o fato de que a lógica capitalista das instituições financeiras faz com que o empréstimo às áreas e agentes de baixa renda seja uma atividade de maior risco, o que provoca uma “exclusão financeira”, ou seja, tais áreas e agentes têm acesso aos serviços financeiros limitados ou negados. Assim, a forma de operação do sistema financeiro estaria contribuindo para aprofundar as desigualdades regionais e sociais, dada a existência de uma grande parcela da população excluída do acesso ao crédito, à conta bancária, etc. Ademais, é preciso considerar também que, apesar de o processo de liberalização financeira generalizada, juntamente com o avanço tecnológico, ter proporcionado maior e mais rápido fluxo financeiro no mundo como um todo, os centros financeiros mundiais resistiram a esse processo, o que fez o sistema financeiro mundial continuar apresentando concentração espacial, havendo, ademais, um forte efeito concentrador da atividade bancária, resultante do profundo processo de integração financeira, via integração por fluxos (desaparece a distinção entre bancos regionais e nacionais), e a integração por estruturas (processo de fusões e aquisições no

sistema financeiro), processos que levam à “exclusão financeira” de indivíduos e de áreas inteiras.

Em nível da análise do sistema financeiro no Brasil e a distribuição de crédito, vários são os trabalhos que têm tratado desta questão, considerando a abordagem Keynesiana e Pós-Keynesiana. Citamos por exemplo: Nogueira, Figueiredo e Crocco (2008), Amado (1997, 1998), Crocco e Jayme Jr. (2006), Corrêa, 2006, Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008), Nogueira, Crocco e Figueiredo (2008), Sicsú e Crocco (2003), Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2004), Corrêa e Muniz (2010) dentre outros trabalhos que partem da perspectiva pós-keynesiana e que visam estudar as estratégias bancárias diferenciadas no território, concluem que o sistema bancário brasileiro atua de forma diferenciada no espaço, de acordo com sua localização, o que intensifica as desigualdades regionais.

A consideração é a de que a abordagem teórica levantada contribui para o entendimento dessa dinâmica financeira, local e regional, visto que considera a moeda como integrante do processo econômico. Nesse sentido, é importante ressaltar que as desigualdades regionais e a concentração industrial no centro são intensificadas pela concentração bancária, o que, portanto, eleva os problemas regionais. Ou seja, a tendência à concentração bancária no centro resulta em efeitos negativos no crescimento da periferia.

Dessa forma, destaca-se a importância dos bancos regionais públicos na concessão de crédito para economias periféricas por, potencialmente, poderem impor menores limites à oferta de crédito para tais economias e por seus créditos ofertados gerarem maiores impactos positivos sobre estas. O nacional, mas também existem bancos com caráter regional – Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB).

Ainda no que se refere à questão da distribuição regional de recursos, é importante ressaltar, portanto, a substancial concentração de agências bancárias que se observa no Brasil, em especial, nas regiões mais dinâmicas economicamente. No que tange à distribuição dos depósitos e empréstimos, conforme Corrêa (2003 e 2006c) estes se encontram concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, dada a concentração de empréstimos em regiões economicamente mais

dinâmicas e, portanto, a ocorrência de um vazamento de recursos das regiões periféricas para as centrais.

Daí a importância dos bancos públicos regionais que teriam papel central no sentido de manter os recursos captados no estado, além de poderem direcionar um maior volume de empréstimos para regiões menos dinâmicas, visto que a lógica de valorização não seria seu principal objetivo. Todavia, este não é exatamente o comportamento dos bancos públicos no Brasil.

Até agora apresentamos perspectivas que tratam da questão da concentração de crédito em regiões mais dinâmicas economicamente, em detrimento das menos dinâmicas. Mas, é importante ressaltar também a concentração de crédito em produtores de maior porte, mais integrados economicamente, em detrimento, portanto, dos produtores de menor porte. Estes últimos apresentam maiores dificuldades de acesso à crédito, por possuírem um menor número de ativos e por não oferecerem as garantias requeridas pelo sistema bancário.

Para a literatura convencional, os produtores de menor porte não apresentam declarações financeiras confiáveis, monitoramento de agências públicas de regulação, entre outros elementos, o que faria com que eles estivessem mais sujeitos a cometerem atos ilícitos e à falência. Segundo a abordagem pós-keynesiana, entretanto, há maiores dificuldades na liberação de recursos para os produtores de menor porte, porque o sistema bancário, ao buscar maximizar lucros e reduzir riscos, limita a oferta de crédito para os agentes de menor porte, por haver a expectativa de que o problema que estes possam vir a gerar seja maior. Assim sendo, a lógica de funcionamento do sistema bancário capitalista resultaria na concentração de recursos em regiões mais dinâmicas e integradas economicamente, bem como, em agentes econômicos de maior porte, com maior integração econômica.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O AJUSTE DE PORTFÓLIO DOS BANCOS

O intuito desta parte do trabalho é o de retomar as principais mudanças do Sistema Financeiro brasileiro. A perspectiva que trabalhamos levanta o fato de que não se pode analisar a atuação específica de um determinado banco (especialmente se ele é um banco público) sem considerar o contexto e a dinâmica do Sistema como um todo, ao qual ele está inserido. Tais mudanças envolveram fatores externos, referentes à própria dinâmica da concorrência bancária internacional, à relação do país com o exterior, e fatores domésticos, ligados ao perfil da política monetária e cambial, bem como, à mudanças regulatórias. Neste contexto, conforme indicado na introdução desta dissertação, o trabalho segue as hipóteses da linha de pesquisa do NUDES, liderada pela professora Vanessa Petrelli Corrêa, quanto à análise da dinâmica do Sistema Financeiro Nacional. O argumento (Corrêa, 2010a; Corrêa e Adati, 2004) é o de que o ajuste inflacionário do Plano Real e a abertura do mercado financeiro provocam mudanças institucionais, e há uma mudança estrutural importante, relativa a modificações no perfil da propriedade da estrutura de financiamento. No entanto, tais mudanças ainda não mudaram efetivamente a lógica do Sistema.

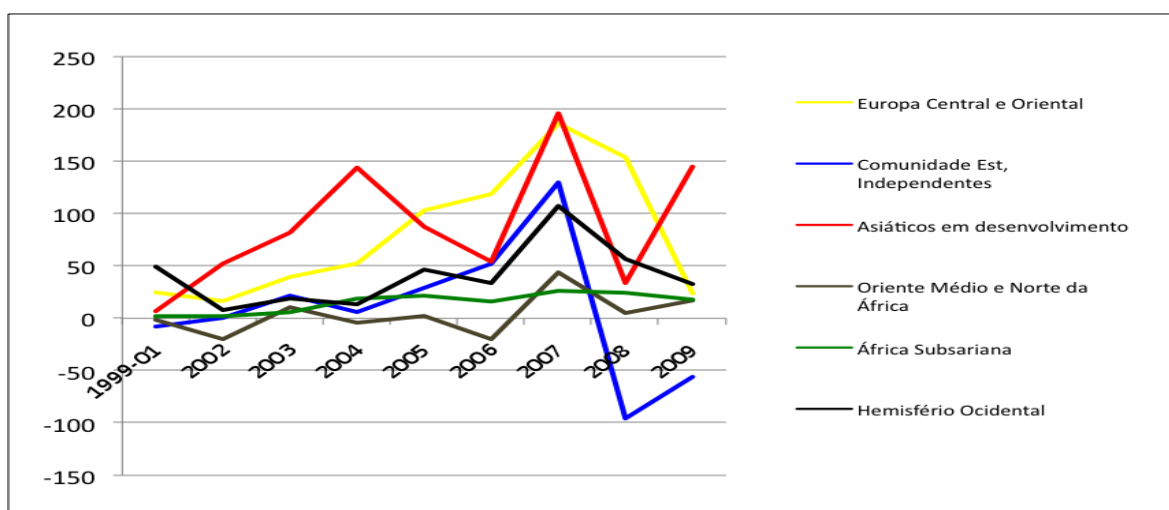
Paralelamente, a consideração é a de que após 2004 o processo de maior estabilidade do país (não apenas inflacionária) e de crescimento provoca um ajuste de portfólio nos bancos, aumentando-se mais explicitamente as decisões de oferta de crédito (Lima e Corrêa, 2009). No entanto, questiona-se se teria havido, efetivamente, uma mudança estrutural mais profunda. Após 2008, a atuação dos bancos públicos sofre uma mudança e nossa análise visa, justamente ressaltar a importância desta mudança de performance e seus limites. Destaque-se que nosso trabalho é uma continuidade da linha de pesquisa indicada, que está em consonância com trabalhos efetuados por Puga (1999), Hermann (2010), Paula (1997,1999), Carvalho (2005a), Freitas e Prates (2005), IPEA (2010), Cintra (2006), Freitas (2009a), Oliveira (2009), Sobreira (2005).

Para efetuar a análise partiremos da explicitação da periodicidade do trabalho, constante em Corrêa e Adati (2004), posteriormente avançada em Lima e Corrêa (2009), e Fernandes & Corrêa (2011).

2.1- Modificações no Sistema Financeiro Nacional no período recente: a periodicidade

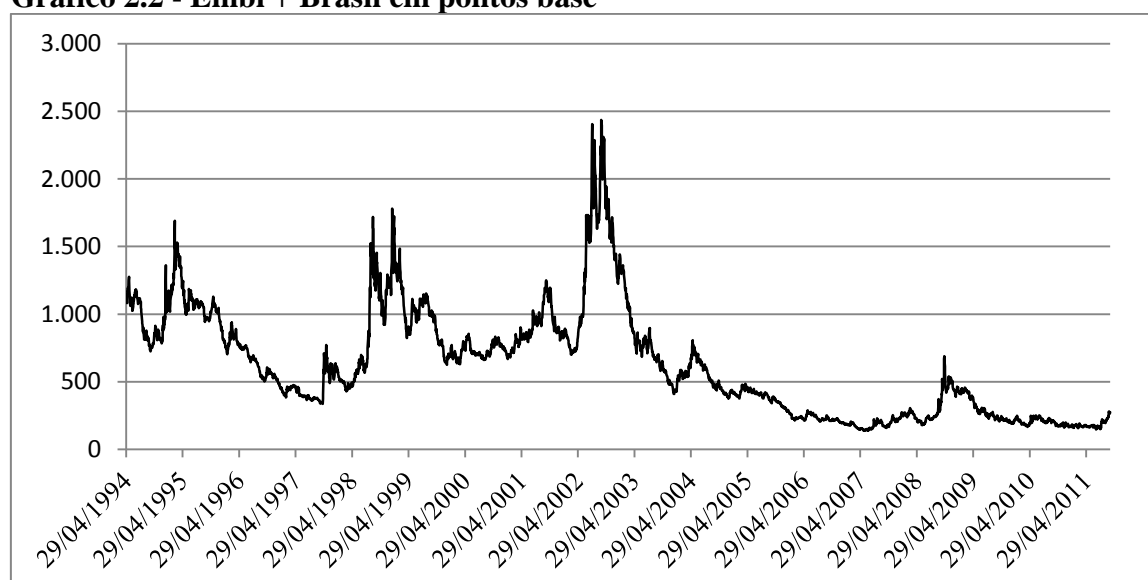
A periodização envolve a análise das condições de liquidez internacional que afetam diretamente a dinâmica macroeconômica de países que não têm moeda forte, como o Brasil, sendo que a dinâmica de juros e câmbio do país, influi e é influenciada pelo ajuste dos bancos nacionais às mesmas.

Gráfico 2.1 - Fluxos Financeiros Privados para Economias Emergentes, 1999-2009
(dados anuais em bilhões de dólares)



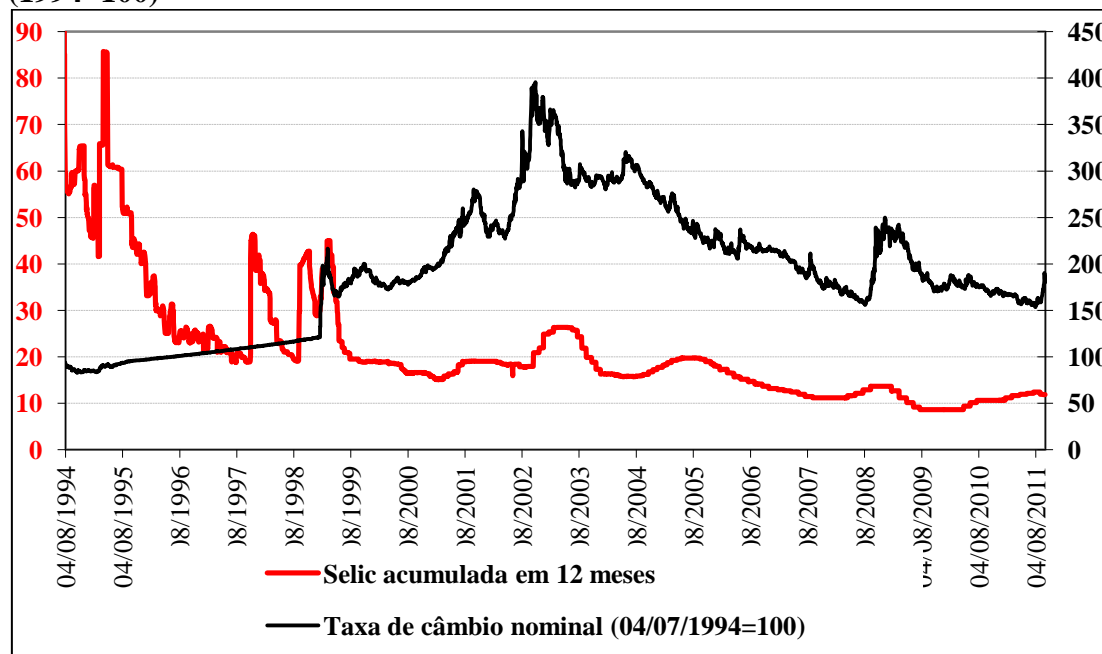
Fonte: IMF (2010: 178) – Elaboração própria.

Gráfico 2.2 - Embi + Brasil em pontos base



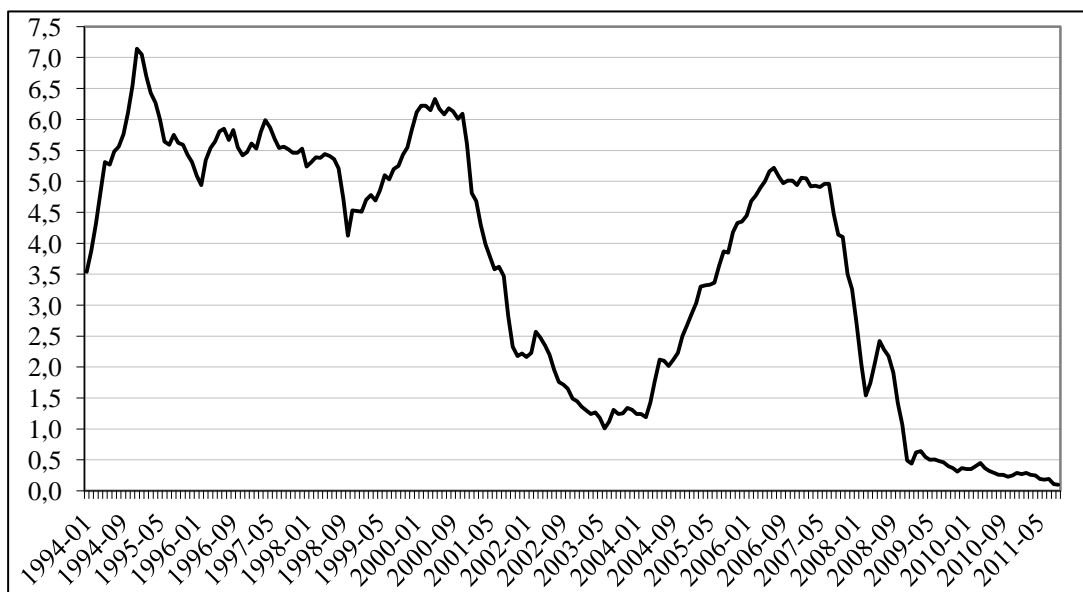
Fonte: J. P. Morgan.

Gráfico 2.3- Taxa Selic diária, acumulada em 12 meses e Taxa de câmbio (1994=100)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 2.4- Taxa treasury (USA) de 1 ano, diária acumulada em 12 meses



Fonte: IMF – Elaboração própria.

(i) A **primeira fase** está compreendida entre 1994 e 1999, período de câmbio administrado, de liquidez internacional e de ajuste inflacionário doméstico. A crise Russa encerra a fase de liquidez, sendo que o período termina com a adoção do regime de câmbio flutuante no início de 1999.

Durante este interregno, além dessa última crise, ocorrem também as crises do México (1994) e da Ásia (1997), que afetaram diretamente o país, via efeito contágio,

reduzindo-se rapidamente a liquidez, com consequências importantes sobre os juros. Para a compreensão desta dinâmica consideramos: Garcia e Didier (2003), Miguel (2001), Corrêa (2004, 2007), Braga, Corrêa & Messemberg (2012).

A perspectiva é a de que a abertura financeira afeta profundamente a entrada dos fluxos de capitais para os países periféricos, sendo que os movimentos de arbitragem dos grandes capitais são facilitados e afetam fortemente os fluxos para países que não têm moeda forte (Prates, 2002). Nesse sentido, para dirigir recursos à devedores desses países periféricos, entrando diretamente no país, os capitais internacionais consideram uma demanda de rentabilidade que cubra o chamado Risco País, o Risco de câmbio, além de um prêmio de risco. Considerando-se os títulos públicos da dívida interna, vistos como os títulos mais seguros do país, teríamos:

$$i_{\text{doméstica}} = i_{\text{internacional}} + \text{forward premium (risco de câmbio + prêmio de risco)}$$

A dinâmica utilizada pelas Autoridades Monetárias foi a de reduzir a taxa Selic nos momentos de liquidez, de forma que a mesma cobrisse o nível da taxa internacional de referência (Taxa Treasury dos Estados Unidos) mais o Risco País (aqui medido pelo índice Embi +), mas cobrindo apenas uma parte do *forward premium*. Ou seja, nos momentos de liquidez não se cobria totalmente a paridade coberta. Do lado do câmbio adotou-se um movimento de desvalorização paulatina, seguindo o movimento da inflação (Miguel, 2001). Paralelamente, nos momentos de queda abrupta da liquidez, o Governo mantém o câmbio estabilizado, a despeito das fugas de capitais e o ajuste se dá via subida dos juros, num nível capaz de cobrir o Risco País e o *forward premium* completo, sendo que todos os riscos envolvidos sobem rapidamente, fortemente influenciados por fatores especulativos. É possível observar o movimento do câmbio, juros e taxa Selic nos Gráficos 2.3 e 2.4.

A estratégia de operação dos bancos será fortemente afetada por esta dinâmica, na medida em que, nos momentos de liquidez, a tendência é a de ofertar mais crédito, aceitando-se maiores níveis de iliquidez. Paralelamente, nos momentos de instabilidade, a tendência é a de reduzir os empréstimos, ajustando-se rapidamente pela via de

aumento na aplicação em títulos, fato facilitado pela dinâmica dos títulos públicos brasileiros⁴.

(ii) A **segunda fase** está compreendida entre o segundo semestre de 1999 e 2002, período de câmbio flutuante, em que se adota no país o regime de Metas de Inflação. Esta é uma fase em que ocorrem movimentos de expansão e retração abrupta da liquidez internacional, dirigida a países periféricos e neste interregno ocorre a crise da Argentina, além dos movimentos de instabilidade do mercado de capitais norte-americano e de ataques terroristas aos Estados Unidos. É um período de “*feast or famine*” em que a liquidez se expande e se retrai rapidamente (FMI, 2004). Um fato fundamental a comentar é que a dinâmica da política monetária norte-americana afeta fortemente os fluxos dirigidos aos países periféricos.

No Gráfico 2.4 é possível observar o movimento de expansão, estabilidade e queda da taxa básica norte americana entre 1999 e 2002. Paralelamente, é possível observar que os países da América Latina (hemisfério Sul) foram os mais prejudicados pela dinâmica instável dos fluxos financeiros e o movimento do câmbio no Brasil explicita esta dinâmica. Pelo Gráfico 2.3 nota-se o movimento de desvalorização ocorrido entre 2000 e 2003. Em nível da liquidez internacional, o ano de 2003, já é de expansão da liquidez. No caso do Brasil, este ano ainda é considerado de instabilidade, destacando-se que a eleição do Presidente Lula se colocou como um elemento extra de instabilidade numa fase de vulnerabilidade do país.

(iii) A **terceira fase** vai do final de 2003 ao primeiro semestre de 2007. Nestes anos observa-se um forte movimento da liquidez internacional, com volta dos fluxos financeiros, inclusive aos países da América Latina (Gráfico 2.1). Há uma queda geral da percepção de riscos, sendo que os índices de Risco País caem em geral e, no Brasil, há uma forte diminuição dos mesmos (Gráfico 2.2). A valorização do Real observada no período provoca mudanças de estratégias quanto aos indexadores de aplicações e de dívidas. Nesta fase, o Governo reduz sua exposição de dívida cambial, na medida em que o mercado passa a não buscar a aplicação em títulos com correção cambial. É uma fase de redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e de altos níveis de superávit primário do Governo, o que é mais um fator de estabilidade. Ou seja, podemos dizer que esta é uma fase de expansão, sendo que, do ponto de vista da economia real,

⁴ Mais à frente vamos analisar o ajuste de portfólio dos bancos.

as taxas de crescimento do país atingem níveis médios de 4,2% a.a., patamares superiores aos alcançados nas duas décadas anteriores.

O crescimento é inicialmente puxado pelo setor externo, na medida em que a melhora dos termos de intercâmbio gera uma rápida expansão das exportações, puxando os setores a elas associados, especialmente os ligados a produtos primários, e provocando o aumento do nível do emprego. Após 2004, as próprias taxas de crescimento, provocam um aumento da carga tributária o que, juntamente com o aumento do salário mínimo, provocam um forte crescimento das Transferências de Assistência e Previdência (TAPS), que chegam em média (2004 a 2010) a 15% do PIB. Neste contexto, ocorre um processo de redução da pobreza e de melhora da distribuição de renda, provocando um aumento de demanda. Este processo se junta ainda ao crescimento do crédito como elemento de aumento do consumo doméstico, uma das pernas da dinâmica de crescimento. Note-se que a esta dinâmica ainda se soma o aumento dos gastos públicos com investimentos, quer seja diretamente, quer seja através de empresas estatais, quer seja pela via de empréstimos do BNDES, que impactam sobre o investimento privado. Este processo de crescimento dos investimentos públicos arrefece, especialmente, após 2006, com a implantação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) (SANTOS, CORRÊA & AMITRANO, 2012).

O que se observa é o crescimento do consumo, mas paralelamente o crescimento do investimento é superior. O período se encerra com o início da crise de *subprime*, no segundo semestre de 2007, fase em que se observa uma rápida retração da liquidez internacional, que atinge também o Brasil.

(iv) A **quarta fase** vai do segundo semestre de 2007 até 2011, aonde se encerra nosso estudo. Note-se que podemos detectar sub-fases, na medida em que há períodos de queda mais profunda da liquidez, em 2008 e 2009, seguida de rápida recuperação, fortemente influenciada pela ação anticíclica dos investimentos públicos e dos bancos públicos, que foram chamados a ter esta atuação. Este crescimento permanece basicamente até o primeiro semestre de 2011, quando a deterioração do cenário mundial, com o ainda baixo crescimento dos EUA, a dificuldade de recuperação da Europa e o menor crescimento da China, afeta as decisões de investimento, fato somado

a uma forte redução dos investimentos públicos (SANTOS, CORRÊA e AMITRANO 2012).

Tendo-se observado a periodização, o próximo passo é apresentar os dados de evolução dos créditos do Sistema Financeiro Nacional, detectando suas maiores transformações. Depois disto, apresentamos a análise de ajuste de portfólio dos bancos públicos e privados que apresentam a captação de depósitos à vista considerando a mesma periodicidade para complementar a análise, segundo a abordagem que estamos seguindo no trabalho. Note-se que vários trabalhos já analisaram com bastante rigor o período que vai de 1994 a 2006, mas os dados mais recentes já não foram tão utilizados. Em nosso trabalho nos baseamos nas interpretações de Corrêa e Adati (2004), Lima e Corrêa (2009), conforme já comentado na introdução do trabalho, como também nos estudos apresentados por Puga (1999), De Paula, Alves Jr. & Marques (2000).

2.2- As mudanças regulatórias e da estrutura de propriedade

O intuito aqui não é o de detalhar este processo, pois vários dos trabalhos acima citados já detectaram estes movimentos, tanto referentes às questões regulatórias, quanto à estrutura de propriedade. Apenas iremos apresentar estes dados, mostrando os resultados mais recentes para os mesmos, pois a mudança da estrutura de propriedade do sistema bancário está relacionada ao nosso trabalho, que envolve a análise da atuação de bancos públicos.

No que se refere à mudança de estrutura da propriedade, esta é influenciada por fatores externos e internos. No que se refere aos fatores externos, conforme Adati (2002), destaca-se a estratégia dos bancos europeus e norte-americanos no sentido de dirigirem-se diretamente às praças dos países periféricos. Esta estratégia se une ao processo de abertura comercial e financeira do país ao longo dos anos 1990. Na verdade, a entrada direta de novos bancos estrangeiros no país não se dá através de mudanças regulatórias mais profundas. O que se adota é o conceito de “interesse nacional”, previsto pela própria legislação brasileira de entrada de bancos estrangeiros. Dada essa conjuntura, ocorreram fusões e aquisições entre instituições financeiras e não-financeiras, dentro e fora das fronteiras nacionais, havendo a extinção dos bancos menos robustos e o aumento da concorrência entre grandes bancos e entre estes e instituições não-bancárias, passando estas a atuarem em setores até então exclusivos do

sistema bancário. Outro ponto importante é a redução das barreiras que contrapunham as operações de mercado de crédito e de capitais.

Existem também os fatores internos a influenciar na observada mudança da estrutura de propriedade. De fato, o movimento de queda da inflação afetou diretamente os bancos nacionais, especialmente aqueles que operavam essencialmente ganhando com o *floating*, mas apresentando más condições de gestão. A redução abrupta da inflação levou à liquidação, vendas e fusão de vários bancos e os bancos estrangeiros participaram deste processo, comprando e fundindo-se com o capital nacional. Participam deste ajuste também os bancos públicos, especialmente os bancos estaduais. Vários foram transformados em agência de fomento, extintos ou fundidos.

Antes da implementação do Plano Real, o sistema bancário tinha, como substancial fonte de receita, o *floating* advindo da elevada inflação. Com a implementação do Plano Real e a consequente queda da inflação, o sistema bancário passou a apresentar a necessidade de se readequar, realizando um ajuste operacional. Neste âmbito, a composição da estrutura de captação e de aplicação de bancos mais bem estruturados foi modificada. Dificuldades foram impostas para os bancos que não conseguiram se reestruturar. Tanto bancos públicos quanto bancos privados passaram por esta reestruturação.

Foram estabelecidos programas sob responsabilidade do Governo, no sentido de intervir nos ajustes dos bancos privados nacionais e públicos, sendo tais programas o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o PROES (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual).

Neste contexto, tanto bancos privados quanto públicos foram levados à dissolução, além de haver movimentos de fusões e de incorporações. Destaca-se ainda, como foi mencionado, a entrada de bancos estrangeiros, viabilizada pelo Artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual autoriza a entrada de bancos estrangeiros via acordos internacionais, de reciprocidade ou de “interesse do governo brasileiro”. Esta última opção (o “interesse”) acabou sendo a porta legal através da qual os referidos bancos puderam entrar em nosso Sistema Financeiro. (CORRÊA e ADATI, 2004, pp.3).

Assim sendo, podemos destacar três fatores que corroboram para a entrada de bancos estrangeiros, sendo estes, as associações com bancos nacionais, a instalação direta de agências ou a aquisição do controle acionário de entidades nacionais.

Neste processo observa-se uma mudança na estrutura de propriedade do sistema bancário, havendo redução da participação dos bancos públicos (com destaque para a redução da participação dos bancos estaduais, que em grande parte foram extintos ou transformados em agências de fomento) e o aumento da participação dos bancos estrangeiros, passando estes a atuarem na área de varejo.

A partir dos anos 1990 assistimos nos países periféricos a um processo de liberalização financeira que facilita o ingresso e a saída de recursos via mercado de capitais. Tal processo também afeta o mercado de créditos, na medida em que envolve a facilitação do ingresso de bancos estrangeiros nos mercados domésticos daqueles países, conforme Adati (2002) e Lima e Corrêa (2009).

Esta mudança da estrutura de propriedade do sistema bancário é um dos elementos que representam as alterações institucionais da estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

É a lógica de desregulamentação do mercado e de abertura financeira do período que explica, em grande medida, o processo de abertura do Sistema Financeiro Nacional aos bancos estrangeiros, partindo-se do argumento de que estes últimos, devido à sua atuação no mercado global, trariam contribuições para a modernização e a consolidação do Sistema Financeiro Nacional, fazendo com que este aumentasse sua solidez e estabilidade, o que beneficiaria o setor produtivo e o comércio exterior, dadas as maiores possibilidades de alargamento de prazos e de aumento de concessão de empréstimos, além de maiores facilidades a oferta de financiamento em geral e de possíveis estímulos ao crescimento econômico.

Ademais, outro fator de importância a afetar o movimento de mudança da estrutura patrimonial do sistema bancário foi o ajuste relacionado à adesão das Regras de Basileia no país e ao ajuste dos bancos ao final da inflação.

Se, por um lado, a redução da inflação levou a um imediato aumento das operações de créditos por grande parte dos bancos, de outro lado, gerou dificuldade de ajuste às instituições de menor porte. Várias delas dependiam dos ganhos de *floating*,

não tendo uma boa carteira de crédito. Ademais, a crise do México e a redução da liquidez geraram maiores dificuldades a essas instituições. Esse cenário de incertezas quanto à capacidade do sistema financeiro de adaptar-se ao novo ambiente macroeconômico foi agravado pela insolvência do Banco Econômico, em agosto de 1995, e pela ausência à época de mecanismo institucional de seguro de depósitos.

Para lidar com as dificuldades de ajuste dos bancos privados foi criado o PROER e também foi implantado o *Fundo Garantidor de Crédito* (FGC) (1995), que se destina a garantir aos depositantes o recebimento dos recursos de depósitos à vista e a prazo, bem como os provenientes de poupança, letras de câmbio e letras hipotecárias, até o valor de R\$ 20 mil por pessoa.

Toda esta dinâmica tem a ver com fatores internos ao país e tem relação com a mudança de estrutura de propriedade do sistema, via entrada de bancos estrangeiros e redução da participação dos bancos públicos.

Uma das principais mudanças regulatórias realizadas e que influenciou a consolidação do sistema bancário brasileiro foi a adesão do país às regras do Acordo da Basileia de 1988 (Basileia I) através da Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994.

A partir daí, os bancos que atuavam no Brasil deveriam adequar-se às exigências de capital previstas (8% dos ativos ponderados pelo Risco) em 1995 e, paulatinamente, as exigências de capital mínimo foram aumentando (10% e 11% em 1997).

Neste contexto, vários bancos tiveram que buscar capitalização e se dirigiram à busca de novos sócios ou venda do controle acionário. Isso ocorria juntamente com o processo de facilitação à entrada de bancos estrangeiros no país. Ademais, essas exigências também afetaram os bancos públicos, sendo que a dificuldade de enquadramento gerou o Programa de Fortalecimento das Instituições Federais (Proef), instituído em 2001.

De um lado, este movimento levou ao fechamento e à transformação de bancos estaduais em agências de fomento e à processos de privatização. De outro, levou à que os maiores bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) passassem a buscar uma lógica de atuação dos bancos privados (Oliveira, 2009; Lima e Corrêa, 2009), aspecto que será detalhado mais adiante na dissertação.

Apesar das iniciativas do governo, entre julho de 1994 e maio de 1998, houve intervenção em 47 bancos mediante a modalidade de liquidação extrajudicial, ou por meio do *Regime de Administração Especial Temporária* (RAET), ou ainda por intermédio de intervenção propriamente dita (Romantini, 2012).

Destaque-se que ocorreu uma nova rodada de desnacionalização do sistema bancário entre 1998 e 2000 (compra do Banco Real pelo ABN em 1998 e do Banespa pelo Santander em 2000) e isto acabou por estimular a reação dos grandes bancos privados brasileiros (compra do Boavista e Mercantil de São Paulo além de cinco outras instituições pelo Bradesco e compra do Credibanco e Bandeirante pelo Unibanco). Por fim, o período de 2002 a 2005 é marcado, também, pela saída do país de várias instituições bancárias estrangeiras, que venderam suas participações acionárias para instituições bancárias de capital nacional ou mesmo para as estrangeiras que aqui permaneceram.

Vejamos o resultado deste processo. A tabela 2.1 nos mostra o movimento de aumento dos bancos privados nacionais com participação estrangeira no período de câmbio administrado, como também, o aumento do número de bancos privados estrangeiros até o ano de 2000. A partir daí, este movimento se reverte paulatinamente. No caso dos bancos públicos, a queda se inicia a partir de 1996 e prossegue, aprofundando-se no segundo período considerado em nossa análise. De forma geral, o que se observa é uma redução geral no número de bancos, sendo que há uma reversão quanto à dinâmica do ingresso dos bancos estrangeiros após a adoção do câmbio flutuante.

O resultado final envolve a manutenção do peso dos bancos privados nacionais, seguidos dos bancos privados estrangeiros, e com uma participação muito menor dos bancos públicos, em termos de número.

Tabela 2.1 – Quantidade de bancos pela estrutura de capital

Bancos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Públicos	30	29	30	30	32	32	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14	13	13	12	10	9	9
Privados Nacionais	124	132	139	144	145	144	131	118	105	95	91	81	76	78	82	82	81	77	78	88	88	89
Privados Nacionais com Participação Estrangeira	31	31	32	32	30	28	26	23	18	15	14	14	11	10	10	8	9	10	7	0	0	0
Privados Estrangeiros	32	34	37	38	38	38	41	49	59	65	70	72	65	62	58	57	56	56	62	60	60	62
Total	217	226	238	244	245	242	230	217	204	194	192	182	167	165	164	161	159	156	159	158	157	160

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central - Composição e Evolução do SFN - Relatório Anual de 2011.

Note-se, no entanto, que a análise do número de bancos não retrata, efetivamente, o peso de cada um dos segmentos. De fato, se analisamos a participação no volume de crédito, vemos que os bancos públicos são responsáveis em 2011 por 43% do crédito e os bancos privados nacionais por 39%. Já os bancos estrangeiros ficaram com 17% (Tabela 2.2). No caso dos depósitos a dinâmica é a mesma (Tabela 2.3).

Tabela 2.2 – Participação percentual das instituições do segmento bancário no volume de crédito do segmento

Segmento bancário	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Públicos	69,6	68,9	67,1	61,9	59,3	62,3	58,4	52,6	53,7	48	39,6	25,2	29,1	33,4	32	31,2	39,9	32,8	37,9	41,8	41,4	43
Privados Nacionais	23,9	25,3	26,1	31,1	35,1	31,6	32	35,6	31,3	32	35	42,8	40,4	42,2	42,3	41,8	28,3	43,8	38,9	38,7	40,4	39,4
Privados Nacionais com Controle Estrangeiro	6,5	5,8	6,8	7	5,6	6,1	9,6	11,8	15	20	25,4	32	30,5	24,4	25,7	27	31,8	23,4	23,2	19,5	18,2	17,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Banco do Brasil	17	19,7	19,5	19,2	19,9	16	10,7	11,1	12,2	10,7	11,1	14,8	16,5	20,8	19,8	18,9	25,1	20,8	22,6	25,5	23,8	23,2
CEF	28,8	25,1	24,9	22,8	20,4	22,7	24,1	31,2	32,6	29,1	23,3	7,2	7,7	8	7,7	8,2	10,2	8,3	9,4	13	14,4	16,9
Demais Bancos Públicos	23,8	24,1	22,7	19,9	19	23,6	23,6	10,4	8,9	8,2	5,2	3,1	4,9	4,6	4,5	4,1	4,7	3,7	6	3,3	3,1	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central - Composição e Evolução do SFN - Relatório Anual.

Tabela 2.3 – Participação percentual das instituições do segmento bancário nos depósitos do segmento

Segmento bancário	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Públicos	52,4	51	49	48,2	52,5	58,6	59,3	59,4	51,5	51	44,4	43,8	42,7	43,2	39,8	37,3	43,5	33,7	35,3	33,6	34	34,7
Privados Nacionais	38,3	39,7	43,1	44,6	41,4	35,4	33,5	33	33,3	32,1	34,3	35,8	37,2	38,9	40	42,2	32,6	47	45,8	49,2	49,8	50,3
Privados Nacionais com Controle Estrangeiro	9,3	9,3	7,9	7,2	6,1	6	7,2	7,6	15,2	16,9	21,3	20,4	20,1	17,9	20,2	20,5	23,9	19,3	19	17,2	16,2	15
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Banco do Brasil	10,7	12	9,7	9,6	15,3	18,1	14,6	18,1	17,5	19,3	17,2	17,2	18	19	17,3	16,7	20	15,7	16,9	19,5	19,4	19,6
CEF	25	23,1	23,5	23,2	21,2	22	23,2	24,2	20,6	20,1	19,7	19,3	17,2	16,8	15,9	14,5	16,6	12,7	11,3	11,6	12	12,6
Demais Bancos Públicos	16,7	15,9	15,8	15,5	16	18,5	21,6	17,2	13,3	11,6	7,4	7,2	7,5	7,4	6,6	6,1	6,8	5,4	7,1	2,5	2,5	2,5

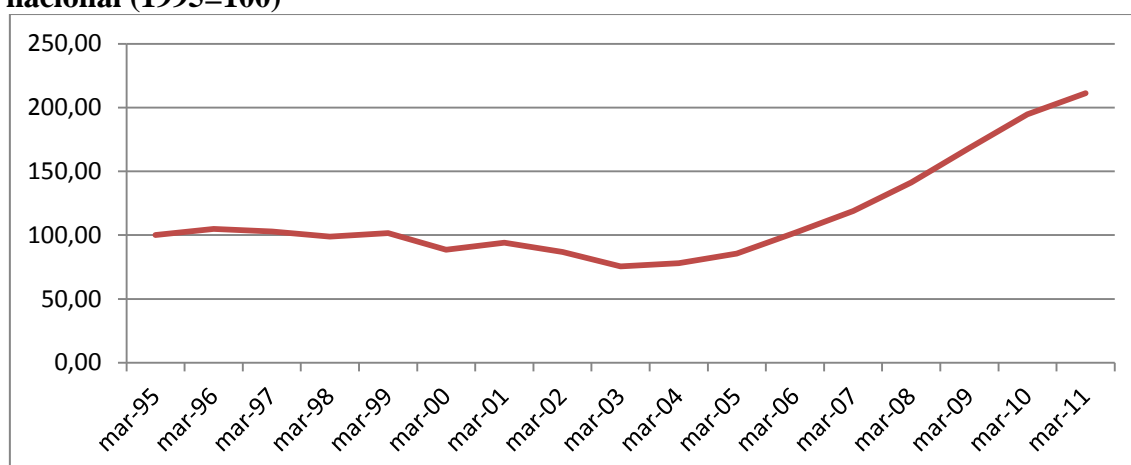
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central - Composição e Evolução do SFN - Relatório Anual.

2.3- O movimento do crédito

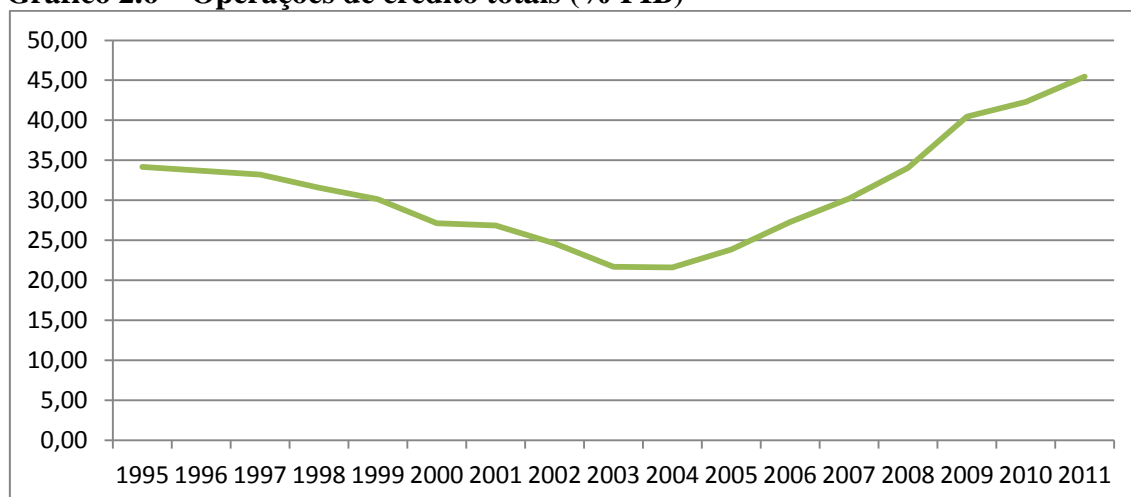
A análise do movimento do crédito constante no Gráfico 2.5 confirma a periodicidade indicada pelo trabalho. De fato, podemos observar um inicial crescimento das liberações, que é revertida especialmente pelo advento das crises da Ásia e da Rússia, seguida pela própria crise do Brasil em 1999. No segundo período considerado (1999-2003) observa-se a redução do crédito, o que vai ser revertido na terceira fase, após 2003. Note-se que, após 2007, não ocorre uma diminuição do crédito, mas isso deve ser bem qualificado. Já podemos observar pelo Gráfico 2.6 que a relação Crédito/PIB detecta a desaceleração em 2008.

Conforme já comentado, nesta primeira parte mostraremos o movimento geral do crédito para no próximo item analisar o ajuste de portfólio dos bancos.

Gráfico 2.5 - Evolução das operações de crédito totais do sistema financeiro nacional (1995=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Gráfico 2.6 – Operações de crédito totais (% PIB)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais e IBGE - Contas Nacionais. Série de operações de crédito totais deflacionada pelo IGP-DI, preços de 2011. Série de PIB deflacionada pelo deflator implícito do PIB, preços de 2011.

Ou seja, a partir de 2004 e até o início de 2007, observa-se um ciclo ascendente, fato comentado por vários autores. É interessante aqui levantar o argumento de Hermann (2010a), para quem esta expansão é resultante de fatores macroeconômicos já comentados, mas também de elementos estruturais e regulatórios. No que se refere ao primeiro fator, a autora destaca a estabilidade de preços e a gestão das políticas monetária e cambial, geradoras de maior estabilidade. Quanto ao segundo fator, ressalta o aumento da abertura financeira, bem como, a internacionalização e a privatização dos bancos públicos, que reorganizaram o mercado, fator comentado no item anterior do trabalho. No que tange ao terceiro fator, a autora ressalta as novas tecnologias e regulações que promovem a melhora do controle de riscos, bem como, a diversificação de receitas, que dá mais flexibilidade aos bancos.

Tendo em vista esta evolução, abaixo, destacamos as principais características da mesma.

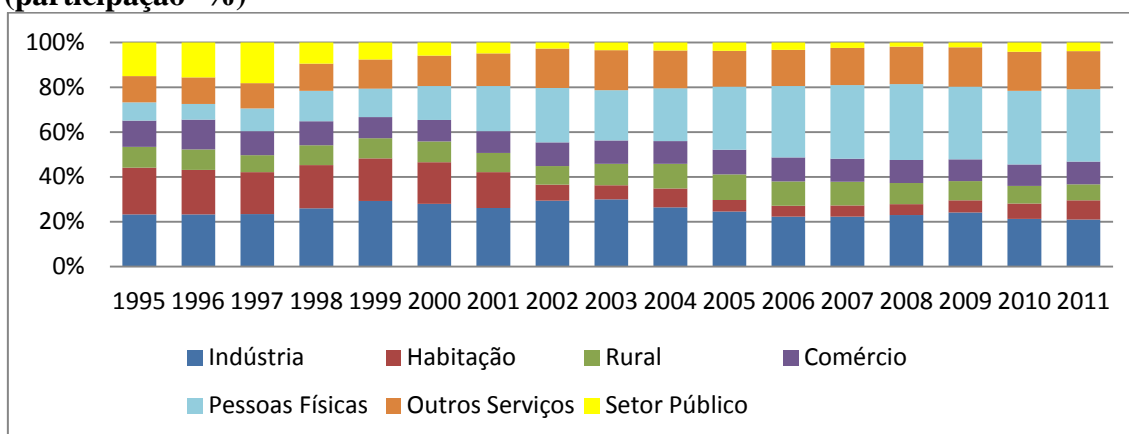
2.3.1- Principais atividades que puxaram a expansão – a diversificação

No caso dos dados que apresentamos agora, bem como, dos que mostramos anteriormente, os valores dizem respeito aos créditos liberados pelo Sistema Financeiro Nacional como um todo. Ou seja, não se referem apenas ao Sistema Bancário, captador de depósitos à vista. Estão aí incorporados os créditos do BNDES.

Conforme podemos notar pelo Gráfico 2.7, a evolução do crédito não pode ser explicada por apenas um componente. Percebe-se o peso do crédito à indústria, à

construção civil e às pessoas físicas. No caso deste último, nota-se o aumento de sua participação sobre o total, mas não se pode dizer que a dinâmica da expansão do crédito tenha sido apenas puxada por ele. De qualquer forma, fica claro que após 2003, vai crescendo a participação do mesmo. Paralelamente, constata-se que, de 2008 em diante, essa participação deixa de crescer, aumentando a participação do crédito à habitação, do crédito à “outros serviços” e do crédito agrícola.

Gráfico 2.7 – Operações de crédito do SFN - Destino por atividade econômica (participação -%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

Os Gráficos 2.8 e 2.9 esclarecem mais detalhadamente esta dinâmica. Vemos a expansão do crédito às pessoas físicas vis à vis ao crescimento do total de crédito. A taxa de crescimento do mesmo é maior do que a do crédito total.

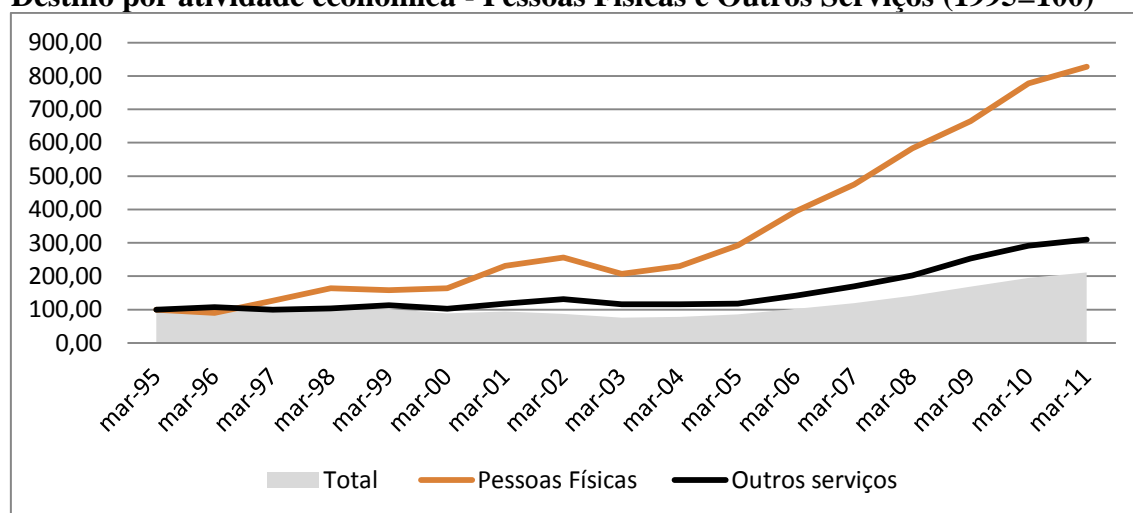
A ampliação da população ocupada, da ocupação formal, do rendimento real médio e da massa salarial contribuiu para esse processo. O acesso ao emprego e a redução da pobreza provocaram um rápido crescimento da demanda por bens duráveis, sendo que esta demanda também cresceu para aqueles que já dispunham destes bens e buscavam sua reposição. No contexto da redução do desemprego e da melhora da distribuição de renda, os consumidores apresentaram expectativas favoráveis em relação ao desempenho futuro da economia, dispondo-se a se endividarem, o que foi ao encontro da melhoria das condições de acesso ao crédito. De fato, ocorreram medidas voltadas para a expansão e para a facilitação do acesso da população ao mercado de serviços bancários, destacando-se o microcrédito, o aprimoramento das cooperativas de crédito e a criação do crédito consignado.

Na verdade, o forte crescimento do crédito pessoal está muito ligado à implementação do crédito consignado. De fato, observa-se que o crédito consignado

contribuiu em média por quase metade do aumento dos empréstimos concedidos nesse segmento. Ou seja, a regulamentação do crédito consignado em folha de pagamento, de trabalhadores ativos e inativos em dezembro de 2003, forneceu impulso adicional para a ampliação do crédito às pessoas físicas. Introduzida no Brasil pela Medida Provisória 130, de 17/9/2003- posteriormente convertida na Lei n. 10.820, de 17/12/2003- a modalidade de empréstimos consignados em folha de pagamento cresceu vertiginosamente, atingindo o volume de R\$9,7 bilhões em dezembro de 2003. Desde então, o crédito consignado vem ampliando continuamente sua participação no total do crédito pessoal. Ademais, as operações de aquisição de veículos, que oferece a garantia da alienação fiduciária, também foram relevantes para o crescimento do crédito. Dado que esse mecanismo possibilita a rápida recuperação dos bens, ele permite uma redução do risco de crédito e do prêmio de risco cobrado pelas instituições financeiras.

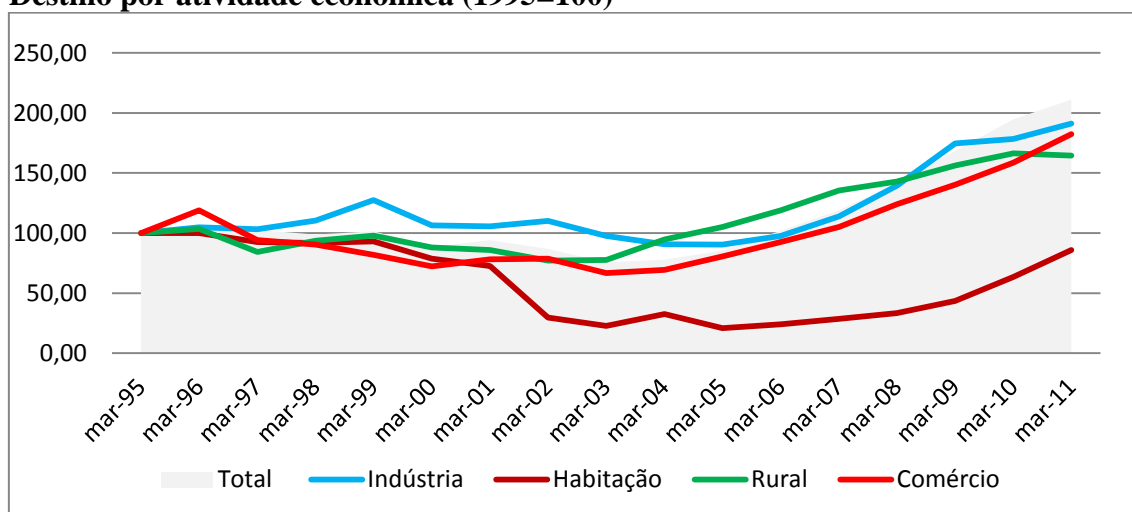
Além disso, a estratégia das grandes redes varejistas, também seguida pelos bancos e suas financeiras, no sentido de alongar os prazos das operações de crédito ao consumidor, foi outro fator que estimulou a disposição das famílias em aumentar seu endividamento. Por reduzir significativamente os valores das prestações, o aumento dos prazos das operações de crédito contribuiu para diminuir a inadimplência, em um âmbito de aumento de renda e, em certa medida, do emprego.

Gráfico 2.8 - Evolução das operações de crédito do sistema financeiro nacional - Destino por atividade econômica - Pessoas Físicas e Outros Serviços (1995=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Gráfico 2.9 - Evolução das operações de crédito do sistema financeiro nacional - Destino por atividade econômica (1995=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

O comércio acompanha o ciclo de expansão do crédito, mas mantém sua participação em relação às operações totais (média de 11%). A porcentagem em relação ao PIB teve um aumento substancial na década de 2000, passando de 2,8% em 2001 para 4,72% em 2011, conforme tabela 2.4.

Tabela 2.4 - Operações de crédito do sistema financeiro - Destino por atividade econômica - % PIB

Anos	Setor Público			Setor Privado								Total Geral
	Federal	Estadual e Municipal	Total		Indústria	Habitação	Rural	Comércio	Pessoas Físicas	Outros serviços	Total	
2001	0,60	0,56	1,19		7,64	2,89	2,17	2,80	5,97	4,36	25,83	27,00
2002	0,28	0,45	0,73		7,78	1,74	2,13	2,76	6,18	4,58	25,18	25,91
2003	0,28	0,61	0,88		7,17	1,55	2,58	2,56	5,76	4,26	23,88	24,78
2004	0,30	0,68	0,98		6,57	1,38	2,80	2,69	6,33	4,21	24,00	24,98
2005	0,23	0,70	0,98		6,36	1,31	2,94	2,91	8,00	4,21	25,73	26,69
2006	0,20	0,66	0,88		6,52	1,46	3,14	3,13	9,51	4,79	28,49	29,39
2007	0,15	0,60	0,73		7,23	1,61	3,28	3,34	10,89	5,29	31,66	32,39
2008	0,15	0,58	0,73		8,78	1,88	3,43	3,89	12,54	6,49	37,08	37,82
2009	0,68	0,65	1,33		9,61	2,45	3,49	4,01	13,78	7,20	40,53	42,19
2010	0,99	0,82	1,80		9,33	3,26	3,34	4,31	14,26	7,56	42,04	43,87
2011	0,88	0,91	1,78		9,70	4,26	3,30	4,72	14,80	7,87	44,66	46,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais. Dados referentes ao último trimestre de cada ano.

No que tange aos Outros Serviços, essa rubrica registra as entidades não classificadas nos itens anteriores e que atuam, entre outras, nas áreas de transporte, de serviços postais e de telecomunicações, de educação e de cultura, de assistência médico-hospitalar, de conservação e de reparação, de diversões, de jornais, de rádio e de televisão, de publicidade e de propaganda, de informática, de segurança, de mão-de-obra, de assessoria e consultoria, de filantropia, etc. Ou seja, são créditos ligados ao

próprio crescimento do país e estão relacionados ao aumento do peso do setor Serviços na economia brasileira nesta fase de crescimento que vai de 2004 a 2010. A partir daí, a participação de Outros Serviços no crédito total aumenta e contribui para a expansão do mesmo.

Quanto ao crédito à habitação, a “queima” de ativos podres vinculados à créditos à esse setor, levaram à redução do volume das operações de crédito a partir de 2001. Observamos que entre 1995 e 2011, ocorre um aumento de 10% no total de operações de crédito direcionadas à esse setor. Desde 2006, as taxas anuais de variação apresentam tendência crescente, sendo que a participação do crédito à habitação no total de operações do SFN também aumenta.

A reforma do Sistema Financeiro Habitacional e, principalmente, a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, são fatores essenciais para explicar o crescimento do crédito ao setor habitacional. A participação desse crédito como porcentagem do PIB cresceu de 2,89% em 2001 para 4,26% em 2011.

Tabela 2.5 – Habitação - taxas anuais de variação (%)

2006	18,85
2007	18,46
2008	24,67
2009	45,12
2010	37,81
2011	37,87

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Central, Séries Temporais.

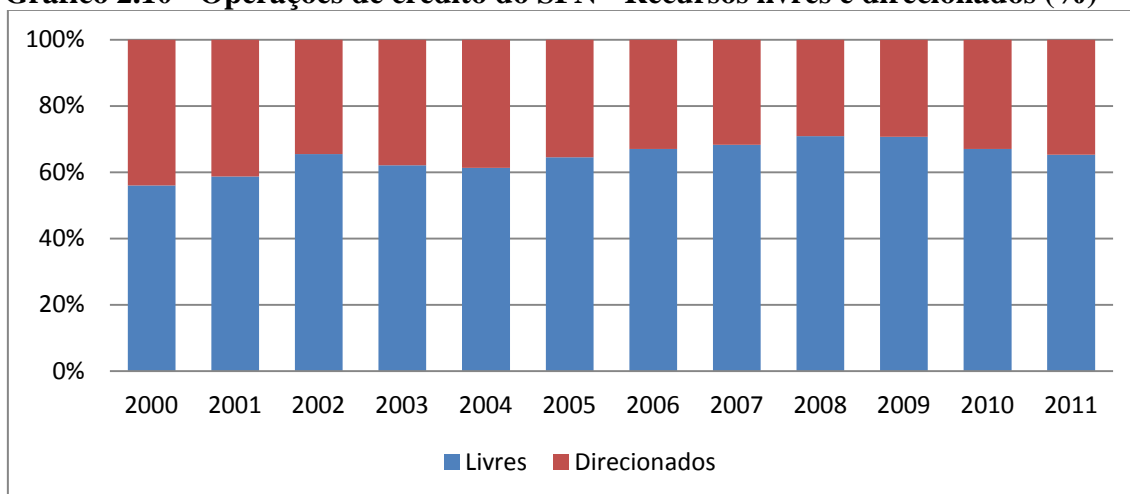
Paralelamente, o crédito à indústria se expande mais efetivamente após 2004 e com mais força após 2006, fato ligado à implantação do PAC e já comentado quando explicamos a periodização adotada. Outro comentário importante refere-se ao direcionamento do crédito à habitação, que se dinamiza mais a partir de 2008. Ou seja, aí já se detecta o caráter anti-cíclico destes dois tipos de crédito.

2.3.2- Bancos Públicos X Bancos Privados – a mudança de dinâmica dos bancos públicos

Pelos dados do Gráfico 2.10 é possível analisar outra dimensão importante da expansão do crédito: o fato de que os Recursos Livres são os principais responsáveis pelas liberações de crédito, mas os Recursos Direcionados têm uma importante contribuição. Aliás, nota-se ainda que depois de 2008 cresce a participação desses

últimos no total das operações de crédito, atingindo a cifra de 34% e mostrando o caráter anticíclico que eles tiveram.

Gráfico 2.10 - Operações de crédito do SFN - Recursos livres e direcionados (%)



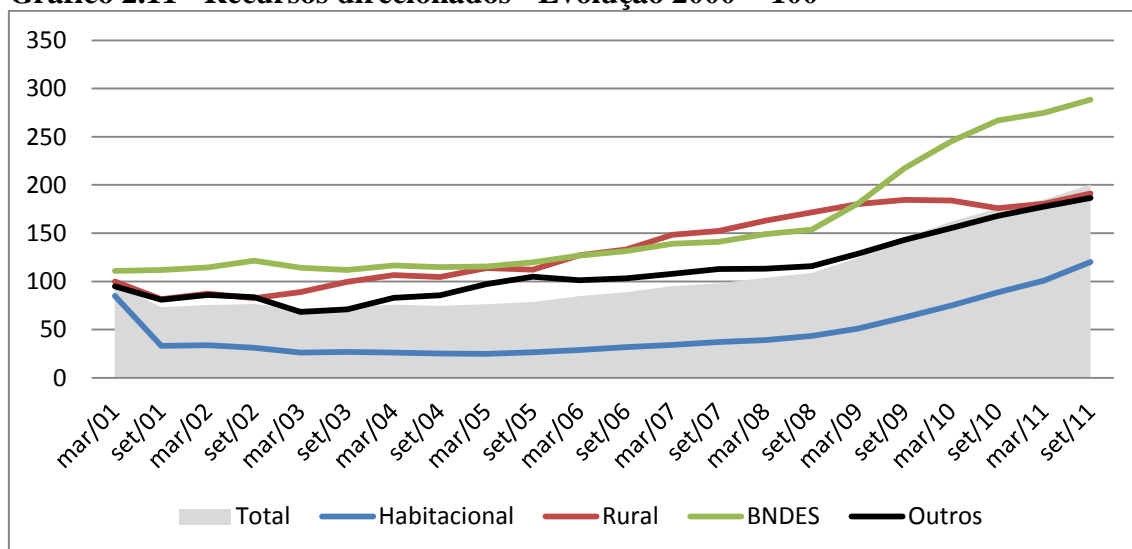
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Para melhor compreensão, no Quadro 1 está a listagem dos créditos direcionados. Estes créditos são fundamentalmente liberados pelos bancos públicos, sendo que estes recursos têm como *funding* recursos compulsórios. São eles: FAT para o BNDES, FGTS para a Caixa Econômica Federal e Fundos Constitucionais para o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. O Gráfico 2.11 nos mostra a dinâmica das modalidades do crédito direcionado e seu movimento expansivo pós 2008.

Quadro 2.1- Crédito direcionado

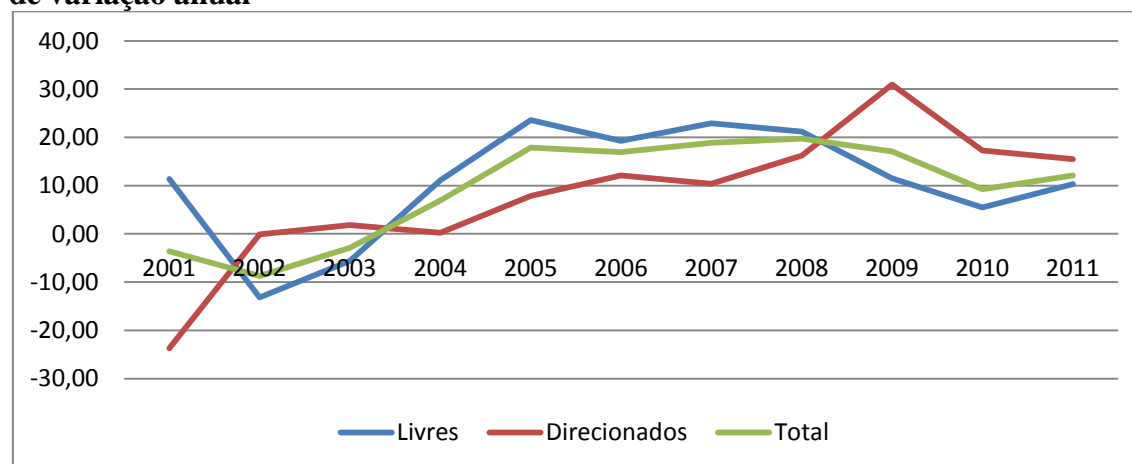
Modalidades
<ul style="list-style-type: none"> - BNDES direto → se refere às operações de financiamento concedidas diretamente pelo BNDES; - BNDES repasses, → diz respeito às operações de financiamento com base em recursos da instituição efetuada por intermediários financeiros, inclusive repasses da Finaime; - Rural → inclui o crédito ao setor rural concedido por bancos, agências de fomento e cooperativas, exclusive operações de leasing, financiamentos diretos e repasses do BNDES; - Habitacional → se refere às operações de financiamento imobiliário realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais; - Outros → incluem financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e créditos dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento, dentre outros.

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2.11 - Recursos direcionados - Evolução 2000 = 100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

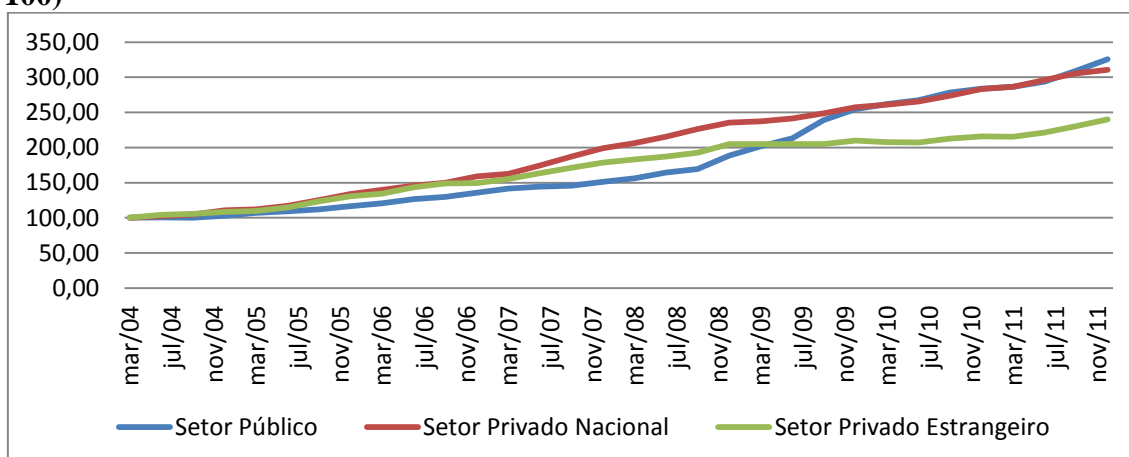
Ou seja, a atuação do Estado no direcionamento destes créditos foi fundamental para contrabalançar a queda dos Recursos Livres, que ocorreu em 2008, com a eclosão da crise de *Subprime*. O Gráfico 2.12 nos mostra claramente este processo.

Gráfico 2.12 - Operações de crédito do SFN - Recursos livres e direcionados - taxa de variação anual

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Por outro lado, o Gráfico 2.13 nos mostra a aceleração da oferta de crédito por parte dos bancos públicos em 2008 e a redução relativa da taxa de crescimento do crédito ofertado pelos bancos privados.

Gráfico 2.13 – Operações de crédito por origem de capital - Evolução (2004 T1 = 100)

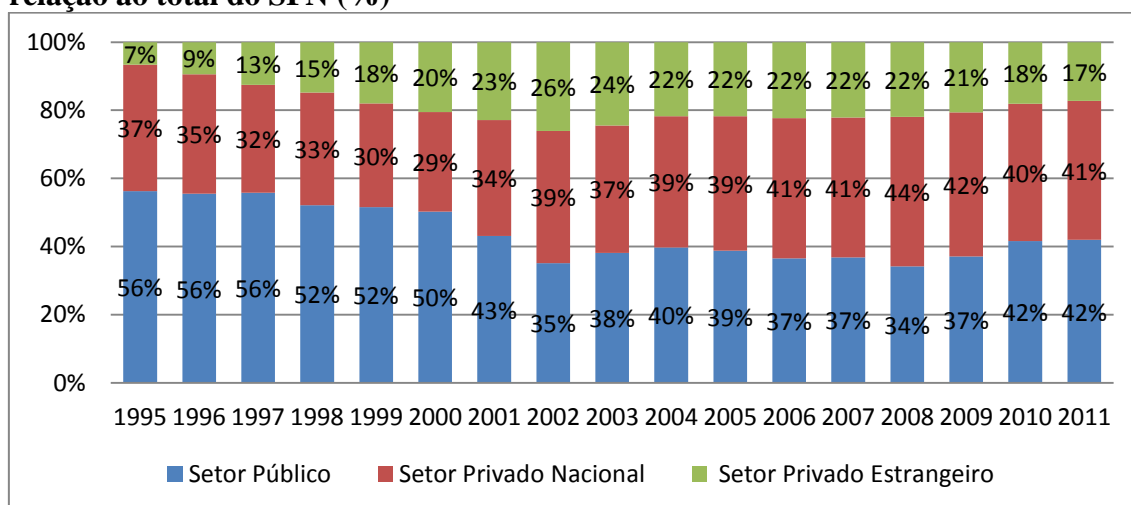


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

A partir daí, separaremos o movimento do crédito ofertado pelos bancos públicos daquele adotado pelos bancos privados. Isto nos ajudará na continuidade do trabalho, que visa analisar a dinâmica do crédito de bancos públicos, especialmente do Banco do Nordeste, verificando se eles têm uma performance especial.

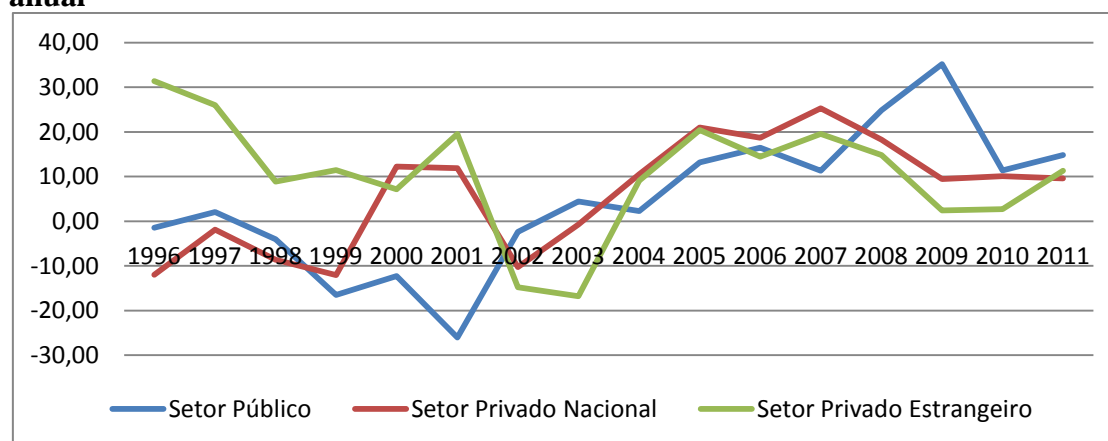
Nota-se a queda da participação dos créditos ofertados por bancos públicos entre 1995 e 2002. Isto teve a ver com a queda do número de bancos públicos, relacionado à reestruturação do sistema, que é mais intensiva até o ano de 2000, conforme já foi discutido em ítem anterior do trabalho. Ademais, vemos que esta participação continua caindo entre 2000 e 2003, quando as fusões e os encerramentos de bancos não são mais expressivos. Ainda que em 2003 e 2004 a participação tenha crescido envolvendo um crescimento das liberações, o movimento de redução de participação voltou e permaneceu até 2008. Seguimos o argumento de que esse movimento está relacionado com o processo de ajuste de portfólio destes bancos (FERNANDES & CORRÊA, 2011) e IPEA, 2010), que será mostrado mais à frente na dissertação. Entretanto, a partir de 2008 a participação dos bancos públicos cresce sobre o total de crédito liberado pelo Sistema Financeiro Nacional.

Gráfico 2.14 - Operações de crédito por origem de capital - Participação em relação ao total do SFN (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Gráfico 2.15 – Operações de crédito por propriedade de capital - Taxa de variação anual

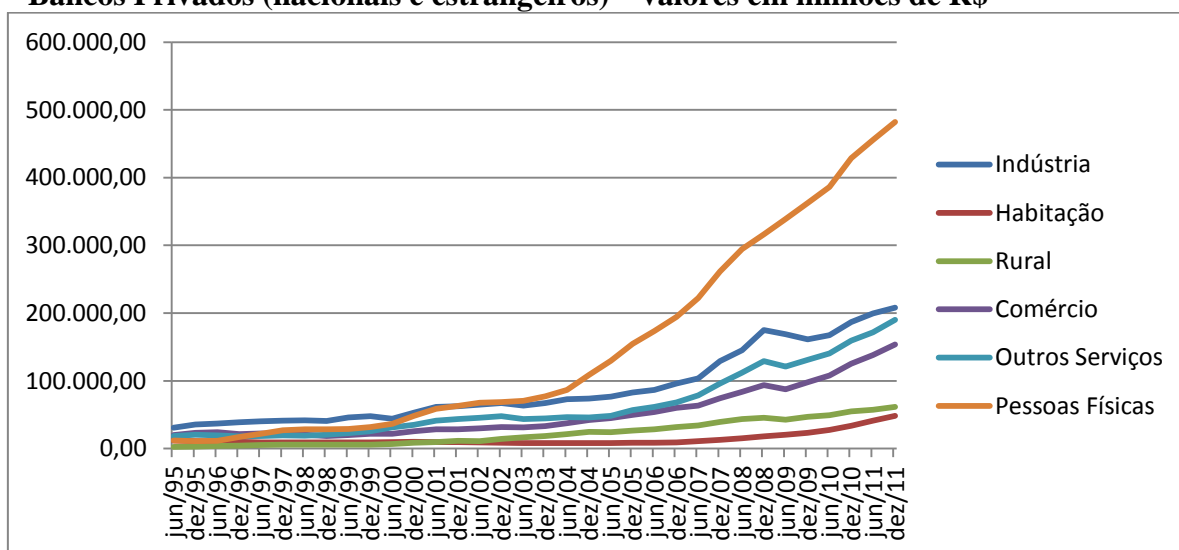


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries temporais.

Para além da mudança da dinâmica da atuação dos bancos públicos, que foi aqui inicialmente detectada, outra questão importante é que o foco das principais liberações é diferente quando analisamos a comparação entre bancos privados e públicos.

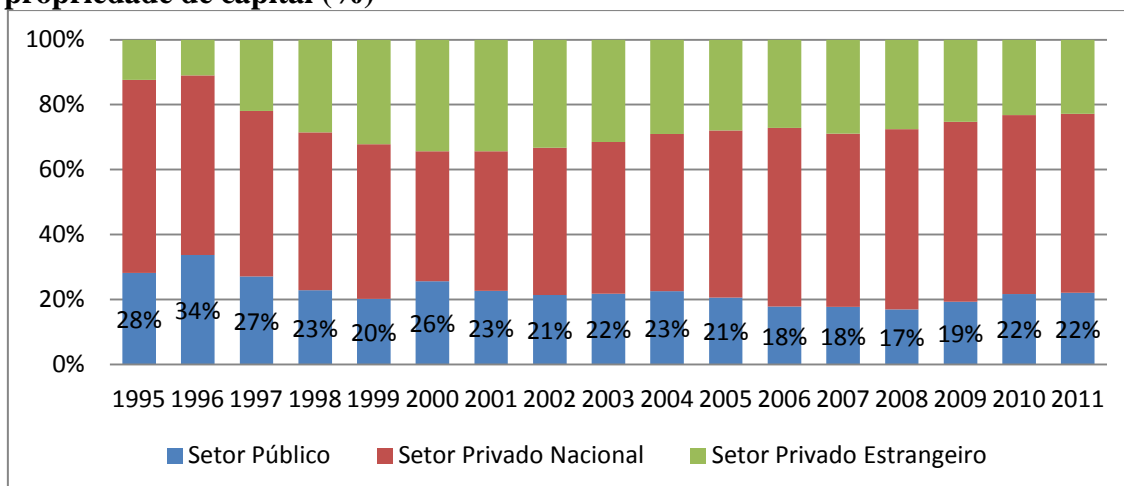
No caso dos bancos privados, o crédito às pessoas físicas se destaca dentre as demais liberações (Gráfico 2.16). Na verdade, o que caracteriza o segmento dos bancos privados é que eles são os principais ofertadores do crédito à pessoa física e também do crédito ao comércio (Gráficos 2.17 e 2.18), sendo que pelo Gráfico 2.16 se nota o aumento do crescimento dos mesmos após 2004 e a retração em 2008.

Gráfico 2.16 - Evolução das operações de crédito por setor de atividade econômica – Bancos Privados (nacionais e estrangeiros) – valores em milhões de R\$



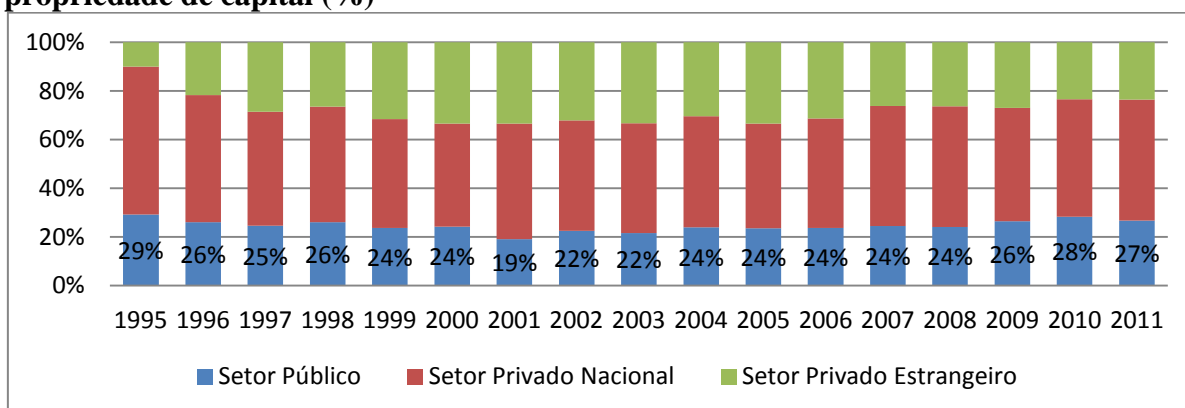
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.17 – Operações de crédito a pessoas físicas - Participação por propriedade de capital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

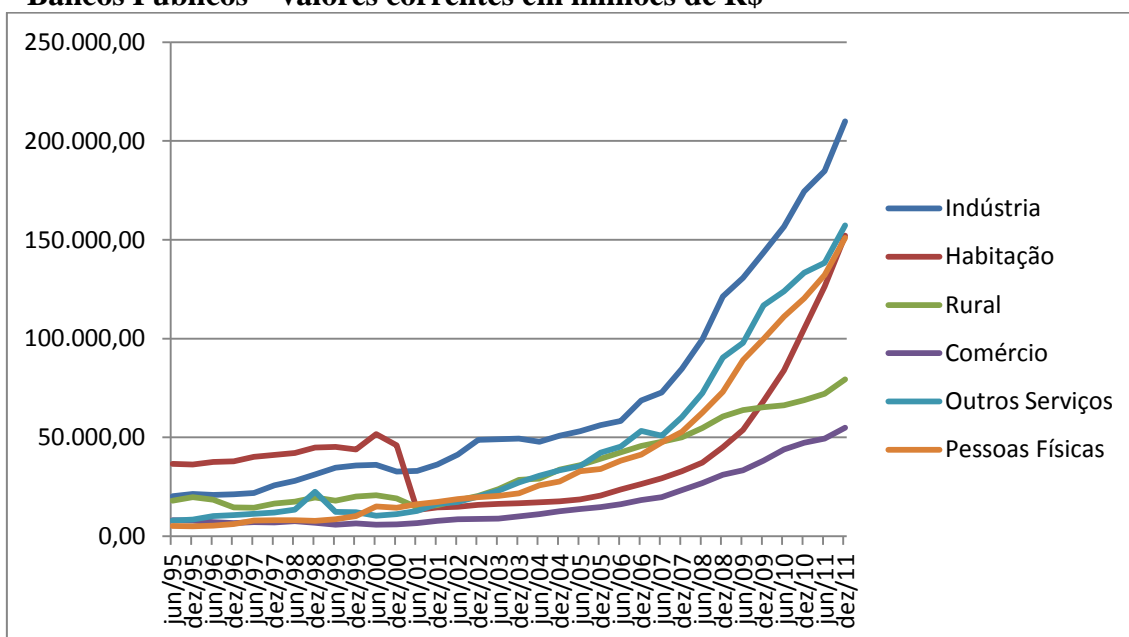
Gráfico 2.18 – Operações de crédito ao setor comércio - Participação por propriedade de capital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

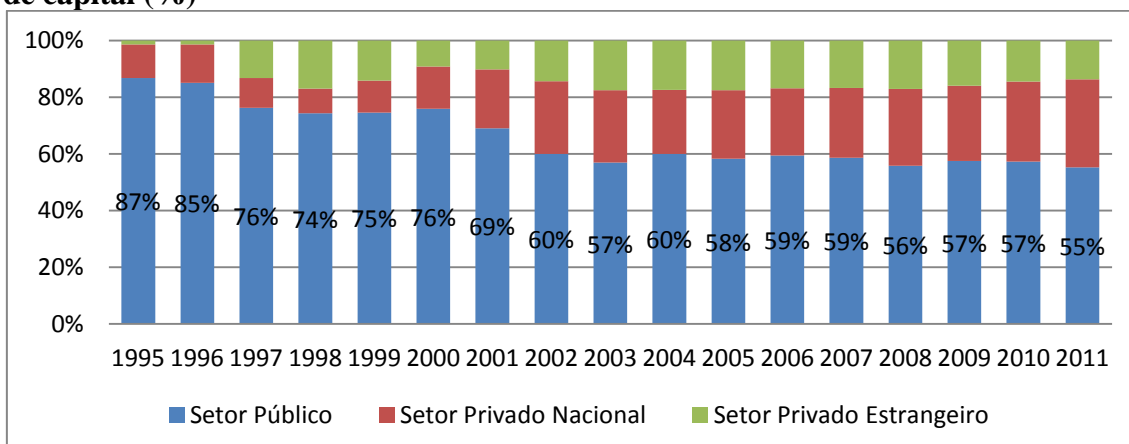
Já quando analisamos as liberações de crédito dos bancos públicos, a queda de 2008 não é observada. Antes pelo contrário, aí se nota o processo de aceleração já levantado anteriormente, especialmente do crédito à indústria, à habitação e também à pessoa física. Ou seja, não foram só os créditos ligados aos recursos direcionados que aceleraram no caso dos bancos públicos. O crédito pessoal não arrefeceu, sendo importante lembrar que nesta época as taxas de desemprego permaneceram baixas. Conforme já comentamos, o segmento dos bancos oficiais é aquele que é o principal responsável pelos recursos direcionados e nos Gráficos 2.19, 2.20, 2.21 e 2.22 é possível perceber a dominância que este segmento tem sobre o crédito agrícola e habitacional.

Gráfico 2.19 - Evolução das operações de crédito por setor de atividade econômica – Bancos Públicos – valores correntes em milhões de R\$



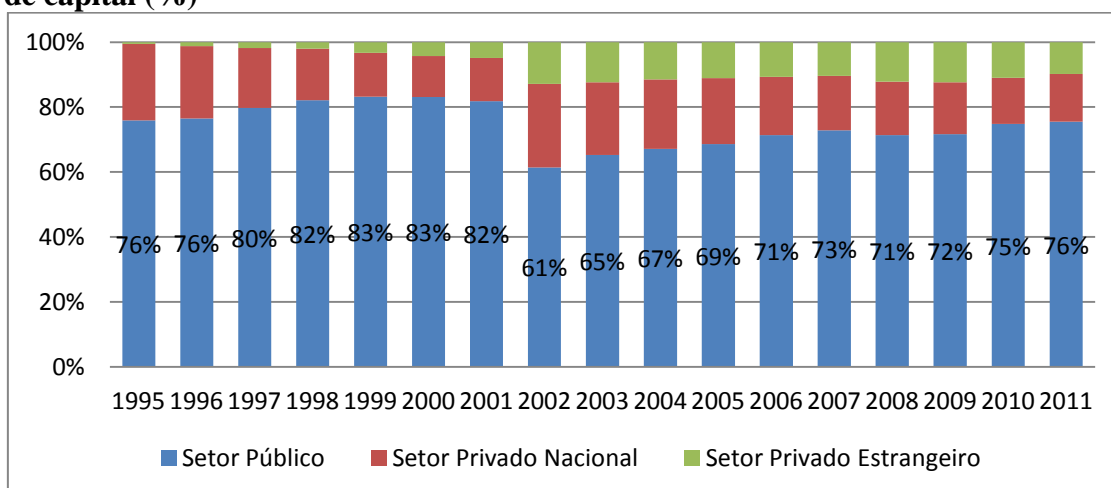
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.20 - Operações de crédito ao setor rural - Participação por propriedade de capital (%)



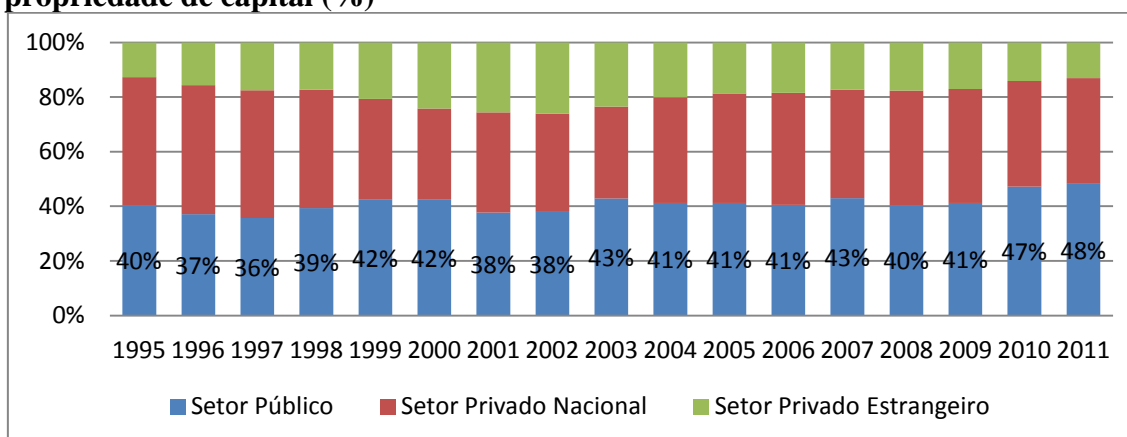
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

Gráfico 2.21 – Operações de crédito habitacional - Participação por propriedade de capital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

Gráfico 2.22 - Operações de crédito para o setor industrial - Participação por propriedade de capital (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, Séries Temporais.

No caso do crédito à indústria, também é o segmento mais importante se separarmos os bancos privados estrangeiros dos nacionais. Ou seja, o movimento do segmento público é o de ofertar créditos mais complexos, que envolvem, inclusive, prazos mais longos e financiamentos mais arriscados, que não são atendidos pelos bancos privados.

Esta é uma questão importante, pois cabe aos bancos públicos a oferta de créditos que afetam o crescimento econômico como o crédito à indústria, à infraestrutura, à construção civil, bem como, o crédito agrícola, que é mais arriscado.

Assim, a lógica de operação desses bancos afeta o regime de crescimento do país e o fato de as captações compulsórias terem permanecido, mesmo nos períodos de liberalização da década de 1990, é um fator central para as decisões de política pública.

O que queremos destacar é que o canal de crédito foi fundamental para o crescimento do consumo e para o financiamento às exportações, fundamentais ao crescimento; assim como o constante crescimento do crédito do BNDES à indústria foi importante para o crédito à indústria que, conforme mencionado, cresceu mais que o crédito ao consumo.

No entanto, como vimos, o crédito ofertado pelo segmento público perdeu participação em termos do crédito total entre 1999 e 2006. Destacamos que após o ano 2000 a queda está relacionada a uma mudança de atuação do segmento bancário (captadores de depósito à vista) dos bancos públicos.

2.4- Uma análise sobre a dinâmica de ajuste de portfólio dos bancos públicos e privados no Brasil

O intuito dessa seção é analisar a atuação dos bancos no Brasil durante o interregno 1995-2010, a partir da metodologia inicialmente construída por Corrêa (1999) e seguida por Adati (2002) e por Lima (2009), sendo, em certa medida, uma atualização desses trabalhos. Objetiva-se analisar se a forma de atuação dos bancos, principalmente, no que tange a dinâmica da oferta de empréstimos, foi alterada de forma substancial pelo ingresso de bancos estrangeiros, pela queda da inflação e pela diminuição da participação dos bancos públicos.

Analisaremos os ajustes de portfólio dos bancos visando observar se houve mudanças no comportamento dos mesmos nas quatro fases anteriormente definidas. A análise do ajuste de portfólio dos bancos observa o movimento dos ativos bancários (aplicações dos bancos) e dos passivos (captações e patrimônio líquido).

Para o estudo que agora desenvolveremos levaremos em conta os dados referentes aos 50 maiores bancos do Consolidado Bancário I⁵, que se refere aos bancos captadores de depósitos à vista. Estes são responsáveis por mais de 90% do crédito

⁵ Segundo o Banco Central, o Consolidado Bancário I consiste no “aglutinado das posições contábeis de instituições financeiras independentes, do tipo banco comercial e banco múltiplo com carteira comercial, conglomerados bancários com pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial, e Caixa Econômica.”

concedido por este consolidado. Cabe ainda observar que neste trabalho, estamos considerando como bancos estrangeiros a categoria de bancos com controle estrangeiro, enquanto que os bancos com participação estrangeira foram somados aos bancos privados nacionais. Os dados foram coletados a partir do Banco Central.

Além disso, no caso em que quisemos analisar mais à fundo os resultados, foi utilizada também a base de dados do Banco Central que levanta o balancete mais detalhado de cada banco em separado, a qual apresenta um maior nível de desagregação das contas, o que permite maior esclarecimento. Aqui também fizemos a análise mais detalhada por segmento. Só que neste caso levamos em conta apenas os três maiores bancos de cada um.

Para a análise do segmento de bancos públicos, os três maiores bancos considerados foram o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste. Os três maiores bancos privados nacionais escolhidos foram Bradesco, Itaú e Unibanco. No caso dos bancos estrangeiros, os três maiores selecionados foram HSBC, Santander-Banespa e ABN-Amro (Real).

2.4.1-A organização dos balancetes bancários no Brasil

A análise do ajuste de portfólio dos bancos requer o entendimento sobre as contas de ativo e de passivo dos balancetes bancários. Assim sendo, faremos a seguir uma breve descrição de tais contas.

O Banco Central registra as contas de ativo e de passivo dos balancetes bancários no Brasil de acordo com as normas do Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional).

Quadro 2.2 – Balancete dos bancos no Brasil segundo o Cosif

Ativos	Passivos
<u>Circulante e Realizável a Longo Prazo</u>	<u>Circulante e Exigível a Longo Prazo</u>
Disponibilidades	Depósitos (À vista; Caderneta de Poupança, à prazo; interfinanceiros; outros)
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	Captações no Mercado Aberto
Títulos e Valores Mobiliários	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Relações Interfinanceiras e Interdependências
Operações de Crédito	Obrigações por Empréstimos e Repasses
Outros Créditos	Instrumentos Financeiros Derivativos
Outros Valores e Bens	Outras Obrigações
<u>Permanente</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>

Fonte: Lima (2009).

-Contas de ativo:

i)Disponibilidades: consistem na conta mais líquida dos bancos, sendo constituídas pelo Caixa (recursos que estão disponíveis para saques), pelas Reservas Livres (recolhimento compulsório em espécie feito junto ao Banco Central), pelas Disponibilidades em Moeda Estrangeira e pelas Aplicações em Ouro.

ii)Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: são recursos aplicados com o intuito de cobrir deficiências de disponibilidades que possam vir a existir. Por meio dessas aplicações, os bancos geram receita utilizando seus ativos sem abrir mão de liquidez. São constituídas pelas Aplicações em Operações Compromissadas, em que um banco compra um título de outro por determinado prazo e assume o compromisso de revendê-lo ao fim do prazo estabelecido, a um preço em pouco maior do que o inicial. Assim sendo, tais operações podem ser consideradas como uma modalidade de empréstimos entre bancos e ocorrem no mercado aberto. As operações de *overnight* são operações compromissadas com prazo de vencimento de apenas um dia útil. Ademais, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são compostas também pelas Operações em Depósitos Interfinanceiros (aplicações entre bancos por meio de Certificados de Depósito Interbancário), pelos Depósitos Voluntários (depósitos feitos junto ao Banco Central) e pelas Aplicações em Moeda Estrangeira no Exterior.

iii)Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos: essa conta refere-se aos diversos títulos em posse do banco. Inclui também os derivativos financeiros (contratos a termo, opções e swaps), além de registrar também as operações compromissadas. Essa conta apresenta uma liquidez menor que a conta Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, pois os títulos nela registrados, diferentemente dos títulos registrados na conta Aplicações Interfinanceiras, são recomprados pelos bancos no fim do processo.

iv)Relações Interfinanceiras: nessa conta são registradas as relações entre instituições financeiras diferentes (exemplo: sistema de compensação de cheques).

v)Relações de Interdependência: essa conta registra as transferências de recursos que ocorrem internamente a uma mesma instituição bancária (exemplo: a direção central de um banco autoriza um empréstimo, cuja realização ocorre em uma agência mais próxima ao tomador).

vi)Operações de Crédito: nessa conta são registrados os Empréstimos e Títulos Descontados, os Financiamentos, os Financiamentos Rurais e Agroindustriais, os Financiamentos Imobiliários, os Financiamentos de Infra-estrutura e Desenvolvimento. Dentre as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, essa é a conta que apresenta menor liquidez. Nela estão registrados os empréstimos (não é necessário haver uma destinação pré-definida para o crédito) e os financiamentos (é necessário haver uma destinação pré-definida para o crédito) feitos pelo banco. O risco de inadimplência que essa conta envolve consiste na principal fonte de risco de crédito do banco.

vii)Outros Créditos: essa conta não é apenas “residual”, ou seja, não é apenas uma conta que registra créditos não contabilizados na conta Operações de Crédito. A conta Outros Créditos registra também a Carteira de Câmbio do banco, na qual são contabilizadas as compras de moeda estrangeira a liquidar, os cambiais e os instrumentos a prazo em moeda estrangeira negociados pela instituição. Os empréstimos em moeda estrangeira, como os Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC- o banco adianta o equivalente em reais dos dólares que serão conseguidos com a exportação) e outros empréstimos similares, também são contabilizados na Carteira de Câmbio. A conta Outros Créditos contabiliza também as Rendas a Receber por operações de negociação e intermediação de valores, havendo lucros para os bancos lucram

resultantes de comissões e de corretagens. Assim sendo, percebe-se que as operações registradas em Outros Créditos são diferentes das registradas na conta Operações de Crédito, pois apresentam uma dinâmica diferente, vinculada ao câmbio. Portanto, quando fizermos referência, em nosso trabalho, ao crédito, estaremos nos referindo à conta Operações de Crédito.

viii)Ativo Permanente: essa conta registra ações, ou seja, participações de caráter permanente em sociedades coligadas e controladas. A sociedade coligada de um banco com uma empresa ocorre este não é acionista majoritário na empresa em que ele possui ações. A sociedade controlada ocorre quando o banco é o acionista majoritário na empresa em que ele possui ações. Ademais, o ativo permanente contabiliza também os bens materiais do banco (máquinas, equipamentos, bens de consumo, edificações, etc).

-Contas de passivo:

O passivo contabiliza os instrumentos que os bancos lançam contra si mesmos para financiar seus ativos, ou seja, para conseguir os recursos cuja aplicação é registrada no ativo, com o intuito de obter liquidez para financiar suas obrigações legais e correntes.

i)Depósitos à vista: é a conta de maior liquidez, sendo tão líquida quanto a moeda. Os depositantes podem sacar os recursos a qualquer momento.

ii)Depósitos em Caderneta de Poupança: essa conta registra uma das aplicações mais seguras do sistema financeiro nacional. Para valores abaixo de R\$ 60 mil, há o Fundo Garantidor do Crédito, que assegura o dinheiro.

iii)Depósitos interfinanceiros: essa conta registra depósitos realizados por outros bancos.

iv)Depósitos a prazo: essa conta registra as captações com prazos e remunerações específicas. São contabilizados os Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais podem ser sacados antes do prazo estabelecido, e os Recibos de Depósito Bancário (RDB) que os bancos emitem.

v)Captações no Mercado Aberto (Obrigações por Operações Compromissadas): essa conta registra os recursos obtidos pelos bancos por meio de operações compromissadas lastreadas com títulos próprios ou de terceiros. Tais títulos podem ser

do próprio banco ou de terceiro, estando sob a posse de outra instituição, mas que deverão ser recomprados pelos bancos ao fim do prazo estipulado.

vi)Recursos de Aceites e Emissões de Títulos: essa conta registra as captações advindas de aceites cambiais, debêntures e títulos negociados no exterior emitidos pelo banco. Aceite bancário consiste em um saque bancário, ou seja, uma promessa de pagamento emitida por uma firma. Seu pagamento pode ocorrer em uma data futura e sua garantia é dada por uma taxa do banco.

vii)Relações Interfinanceiras e de Interdependência: essas duas contas possuem suas respectivas contas correspondentes, de igual denominação, no ativo.

viii)Obrigações por Empréstimos e Repasses: essa conta registra as captações do banco junto a outras instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, oficiais ou não.

ix)Instrumentos Financeiros Derivativos: essa conta é auto-explicativa.

x)Outras Obrigações: essa conta registra as demais fontes de captação dos bancos. A Carteira de Câmbio, por exemplo, possui sua correspondente no ativo, com igual denominação, e registra as obrigações do banco em moeda estrangeira.

2.4.2- O ajuste de portfólio dos bancos públicos e privados no Brasil

Para a análise de ajuste de portfólio dos bancos retomamos a discussão apresentada quando explicitamos a perspectiva teórica do trabalho, especialmente, quando destacamos a abordagem de Minsky (1986). Conforme já comentado, os bancos buscam uma articulação entre rentabilidade e liquidez. A ideia é a de que nos momentos de expansão há o movimento na direção de operações mais arriscadas, no sentido de serem mais ilíquidas, mas com maior potencial de rentabilidade financeira. Já nos períodos de desaceleração prevalece a busca por maior liquidez em detrimento da segurança. É este o sentido inicial da análise que faremos sobre a lógica de operação dos bancos que estamos analisando. Com respeito a este ajuste, Paula (1997) mostra que esta é a dinâmica encontrada nos bancos que operam no país. Para além disso, as considerações de Corrêa (2010a) são as de que no caso do país se deve destacar uma especificidade: a de que as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários no Brasil apresentam uma perspectiva de liquidez. Mas, mais do que isto, ao mesmo tempo estas aplicações geram alta rentabilidade. Ou seja, agrega-se a lógica de rentabilidade e

segurança. Ora isto gera uma dificuldade ainda maior referente à decisão de ofertar crédito, na medida em que isto só será feito se as taxas de ponta forem muito maiores do que a rentabilidade advinda da aplicação em títulos. A decisão de abrir mão da liquidez e rentabilidade propiciada pelo título público vai envolver uma exigência de altas taxas de juros de ponta que, ademais, devem ainda compensar os custos operacionais.

Note-se que esta facilidade de ganhos com títulos se apresentava mais expressiva quando era possível operar através de operações de *floating*. É claro que o fim desta possibilidade provocou a necessidade de ajuste por parte dos bancos conforme já comentamos quando apresentamos as mudanças regulatórias do sistema. Na verdade, estaremos aqui analisando a dinâmica de ajuste dos bancos em um período em que não é mais possível ganhar com o *floating*. Isto, no entanto, não retira a especificidade da possibilidade de altos ganhos, com risco baixo, da aplicação em títulos públicos, que permanece à medida que a taxa de juros básica é muito alta.

Ou seja, no que se refere ao Sistema Financeiro brasileiro, uma de suas características importante é que, desde a década de 1970, existe a possibilidade de se gerar forte rentabilidade sem risco por meio, principalmente, de aplicações em títulos públicos, dadas as elevadas taxas de juros que estes oferecem. Em conjunturas adversas ocorre uma rápida redução da oferta de empréstimos em direção às aplicações em títulos. É importante ressaltar, de acordo com Corrêa e Adati (2004), que tanto bancos privados nacionais quanto bancos privados estrangeiros atuam sob esta lógica.

O ponto a ser avançado é o de que os bancos públicos não seguiam diretamente esta dinâmica, mas vão passar a ter basicamente a mesma lógica, situação que permanecerá até 2008. O argumento é o de que tal fator mantém subpotencializado o crédito no Sistema Financeiro brasileiro, até mesmo quando se trata de bancos públicos.

Como já foi mencionado, a análise do ajuste de portfólio dos bancos será feita considerando-se o período 1995-2010 dividido nas quatro fases indicadas no início do capítulo.

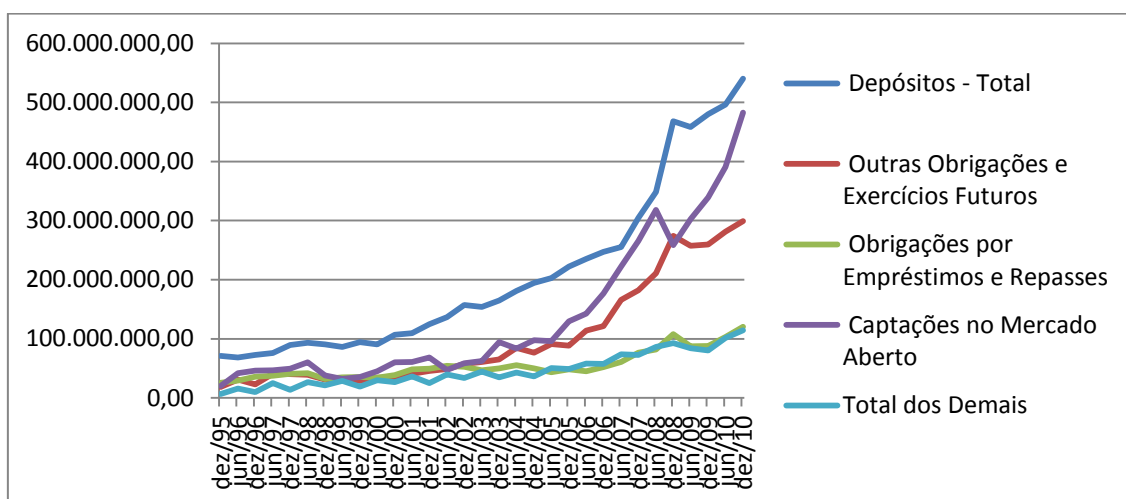
i) A dinâmica das operações de Passivo

Quando consideramos o perfil da captação dos **Bancos Privados Nacionais** (Gráficos 2.23 e 2.24) podemos notar que os Depósitos dominam nos quatro períodos considerados. Note-se que, na conformação dessa conta, em nosso estudo estamos aí

tratando dos Depósitos totais, incluindo os Depósitos a prazo. Portanto, além dos Depósitos à vista estão também aí os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Recibos de Depósitos Bancários (RDBs).

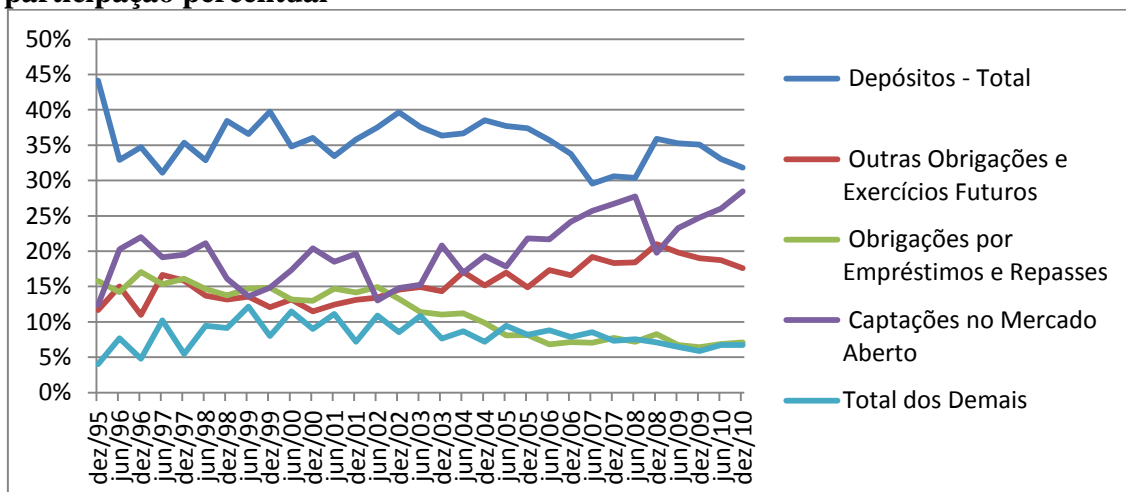
No caso destes bancos podemos ver que as Captações do Mercado Aberto, que estão ligadas à operações compromissadas, são importantes fontes de captação, caindo em 1999 e 2001, em momentos de maior instabilidade. Após 2002 vão aumentando sua participação e, com nova inflexão positiva após 2005, sua participação cresce. Em 2008 caem de novo.

Gráfico 2.23 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.24 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas de passivo – participação percentual

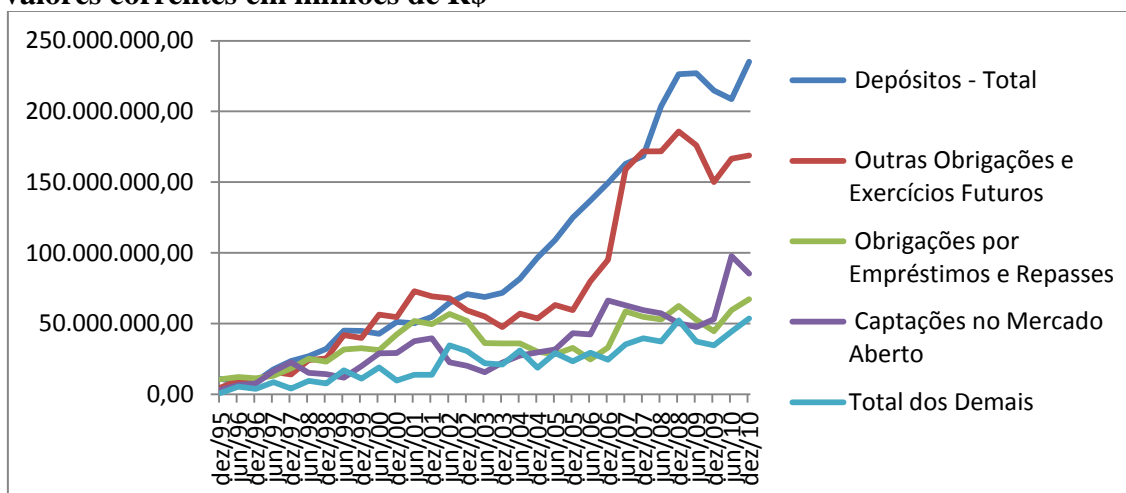


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Uma terceira fonte de captação que se destaca é a que se refere a Outras Obrigações e Exercícios Futuros, relacionada às operações cambiais. Estas cresceram no período de câmbio administrado e, com isso, estes bancos aumentaram suas dívidas em dólar.

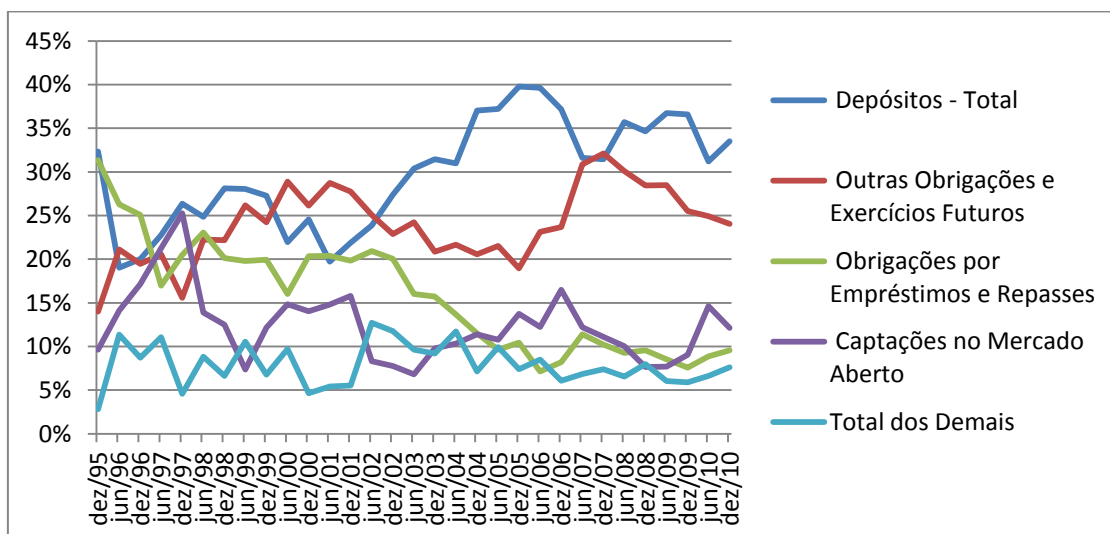
No que se refere aos **Bancos Estrangeiros**, podemos perceber pelos Gráficos 2.25 e 2.26, que a dinâmica de captação é bastante diferente. Até junho de 2002 os Depósitos não dominam expressivamente o passivo do conjunto destes bancos.

Gráfico 2.25 – Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.26 – Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de passivo – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

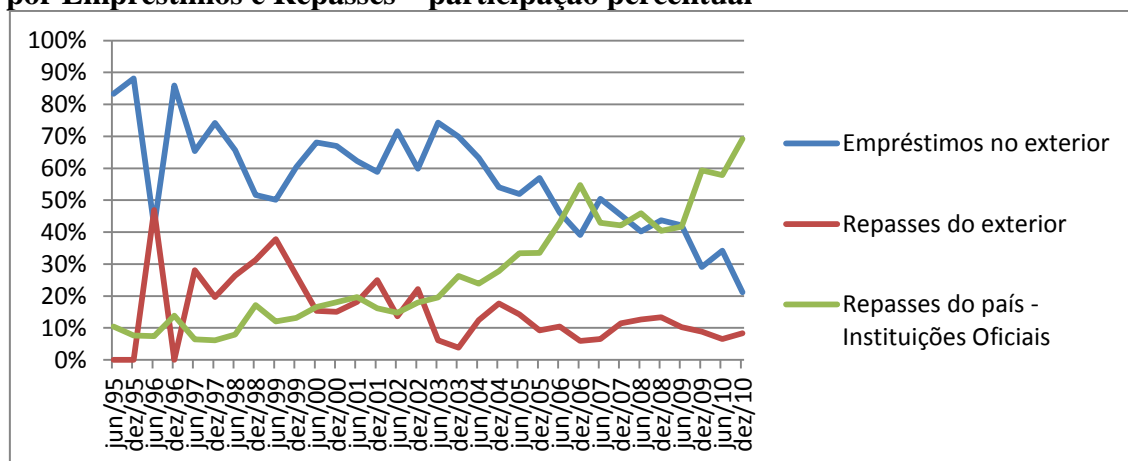
No primeiro período e até a crise da Ásia a conta Obrigações por Empréstimos e Repasses passa a ser a mais importante forma de captação, centrada nos empréstimos em moeda estrangeira. Note-se que isto ocorre num momento em que o câmbio está relativamente valorizado. Para se ter ideia, em dezembro de 1996 os Depósitos correspondem a apenas 19% dos passivos, enquanto que as Obrigações por Empréstimos e Repasses correspondiam a 25% e as Outras Obrigações e Exercícios Futuros correspondiam a 19%.

Após 1997 a conta Outras Obrigações passa a dominar a captação nos bancos estrangeiros, destacando-se que um dos principais componentes dessa conta é a Carteira de Câmbio. A mesma conta permanece dominante após a adoção do regime de câmbio flutuante, durante a segunda fase em que há forte instabilidade no país. Note-se que ela permanece assim até dezembro de 2002. Até esta data a conta Obrigações por Empréstimos e Repasses também tem uma participação que rivaliza a captação por Depósitos, sendo a mesma dominada por empréstimos estrangeiros. Ou seja, o endividamento em moeda estrangeira se coloca como central na captação dos bancos estrangeiros até 2002.

Após 2002 a trajetória dos Depósitos volta a ser dominante. Observa-se um forte crescimento dos mesmos e isto permanece durante o terceiro período, de estabilidade interna e de crescimento doméstico. Os Depósitos atingem o nível de 40% do total do passivo em 2006. Paralelamente, a conta Outras Obrigações vai perdendo participação

entre 2002 e 2005. Só a partir daí volta a crescer e encosta nos Depósitos em dezembro de 2007, no início da crise de *subprime*. A trajetória dos Depósitos volta a dominar em 2009.

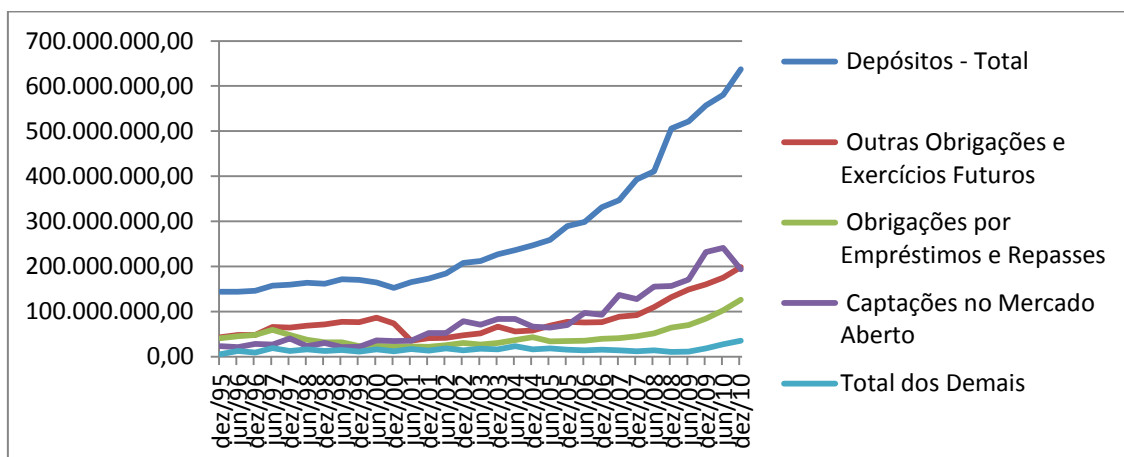
Gráfico 2.27 – Bancos Privados Estrangeiros – Componentes da conta Obrigações por Empréstimos e Repasses – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

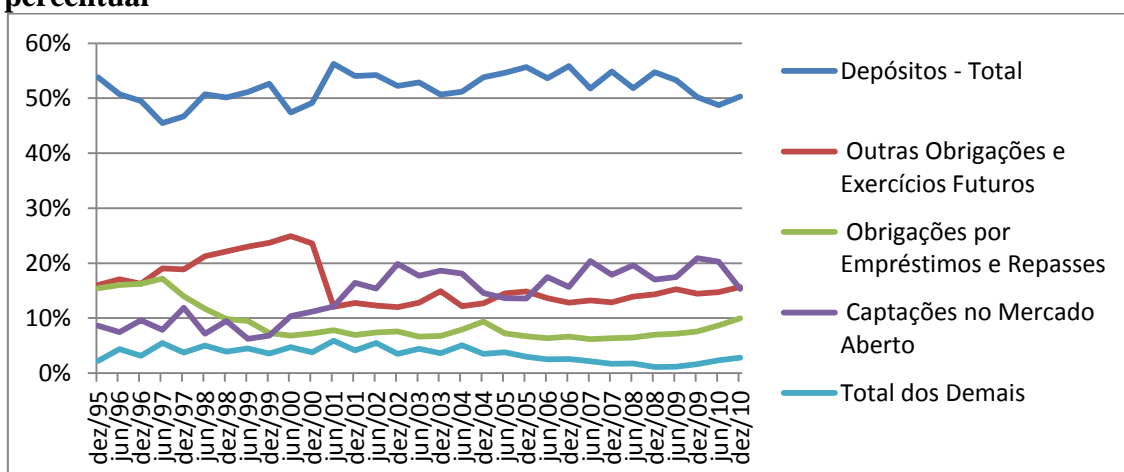
No caso dos **Bancos Públicos** é possível observar a diferença na dinâmica de captação, quando comparada à dos Bancos Privados (nacionais e estrangeiros). Nota-se claramente que os Depósitos dominam. Esta é uma diferença, pois o nível de participação dessa conta gira em torno de 50% do total do passivo e o ponto mais baixo de participação se dá o ano de 1997, quando a mesma chega 45%. Neste momento as contas Outras Obrigações e Obrigações por Empréstimos e Repasses chegam a 16 % cada uma.

Gráfico 2.28 – Bancos Públicos – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

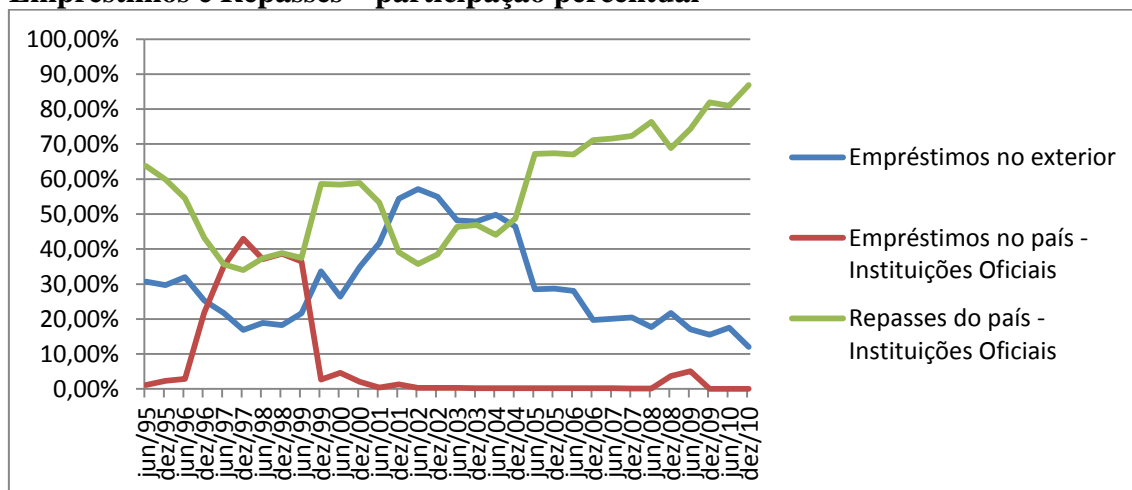
Gráfico 2.29 – Bancos Públicos – Principais contas de passivo – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

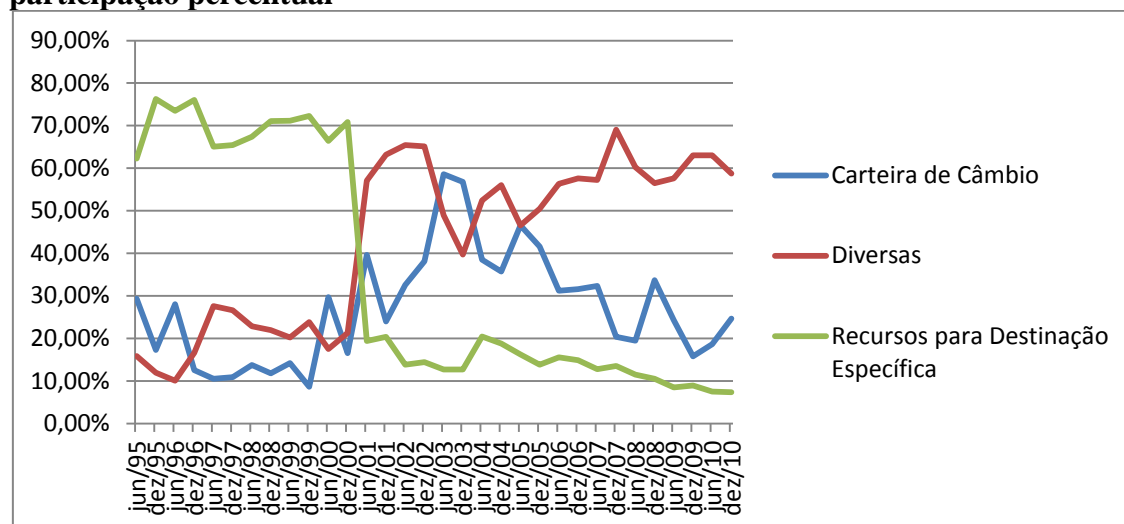
Entre 1995 e 1996, as Obrigações por Empréstimos e Repasses haviam aumentado sua importância em termos de captação, sendo que as mesmas eram dominadas pelos Empréstimos e Repasses no país ligados às Instituições Oficiais. A partir de 1999 os Empréstimos no país ligados a instituições oficiais, praticamente deixam de existir e são os Empréstimos no exterior que passam a dominar esta conta até 2002 (Gráfico 2.30). Outro momento de menor participação da conta Depósitos ocorre em 2000, quando os mesmos correspondem a 47% do total do passivo e a conta Outras Obrigações chega a 25%. Ou seja, nos momentos de instabilidade ligados à primeira e segunda fases de nossa análise há um certo ajuste da conta Outras Obrigações.

Gráfico 2.30 – Bancos Públicos – Componentes da conta Obrigações por Empréstimos e Repasses – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.31 – Bancos Públicos – Componentes da conta Outras Obrigações – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

No que se refere às Outras Obrigações os Recursos para Destinação Específica dominam a conta no período de câmbio administrado. Esta subconta registra as obrigações por fundos e programas sociais, obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento, que consistem em “recursos de governos ou entidades públicas, administrados pela instituição, que se destinam a planos específicos de interesse governamental” (Cosif). Com o “Proer 2” ocorre uma queda brusca dos Repasses com Destinação Específica. Analisando-se esta dinâmica em que nos primeiros anos da análise ocorre um crescimento de Outras Obrigações, vemos que o que ocorreu para a análise da captação dos bancos públicos foi que houve uma mudança na conta onde são contabilizados os repasses do governo. Antes os mesmos eram registrados na conta

Empréstimos e Repasses e, depois, passaram a ser contados em Outras Obrigações – Recursos para Destinação Específica.

Depois daí as contas Diversas e operações de Câmbio passam a dominar, sendo que esta última chega a 58% em 2003, por conta da instabilidade vinculada às eleições presidenciais. Outro ponto importante é o papel desta mesma conta na crise do México, na crise do Brasil e em 2008.

Ainda que se observe o movimento das Outras Obrigações, especialmente nos momentos de instabilidade, a captação por Depósitos nunca deixou de ser incontestavelmente a principal fonte de recursos dos bancos públicos. Note-se que este resultado é fortemente dominado pela performance do Banco do Brasil pois, como veremos, no caso do Banco do Nordeste a dinâmica é diferente.

Um comentário adicional é o de que a partir de 2002 crescem as Captações no Mercado Aberto, o que ocorreu também no caso dos bancos privados nacionais, só que com maior intensidade nestes últimos.

No que se refere à dinâmica da captação, dos bancos sob análise, considerando os três segmentos, foi possível ver as diferentes estratégias e o fato de que os bancos estrangeiros se endividaram fortemente em dólar no período de câmbio administrado, ainda permanecendo com esta performance no segundo período de nossa análise.

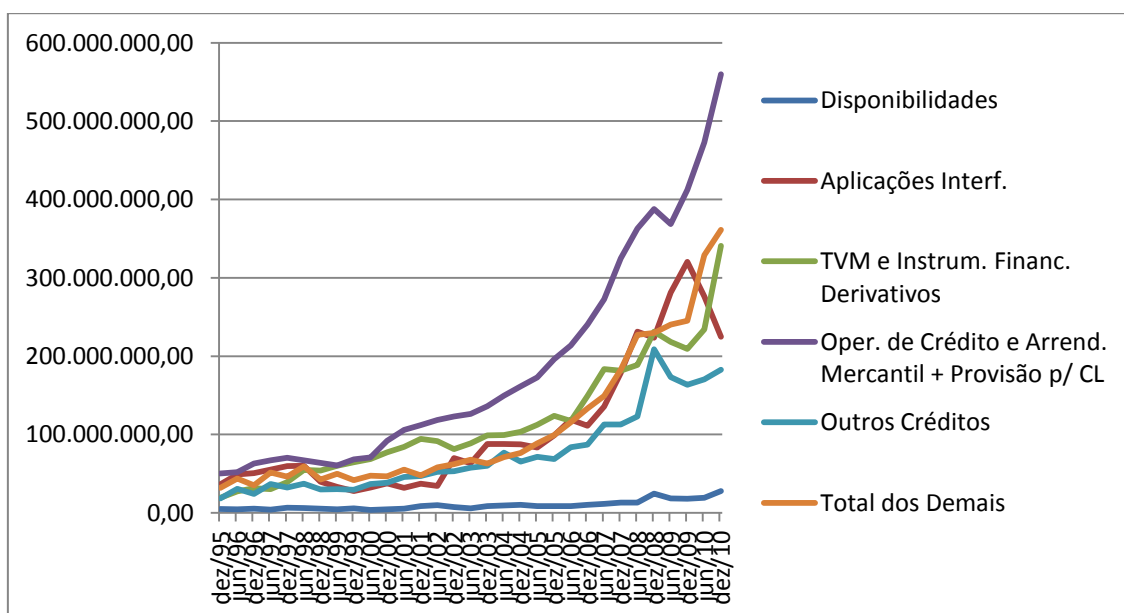
No caso dos bancos privados nacionais, ainda que o endividamento em dólar também tenha sido uma fonte que cresceu até 1997, vimos que paulatinamente esta conta foi deixando de ter uma participação importante no passivo, sendo que no caso destes bancos as Captações no Mercado Aberto passam a ser importantes. Ainda assim, os Depósitos são a principal fonte, crescendo a partir do segundo período. Ou seja, a partir do terceiro período as operações de captação em moeda estrangeira já não são tão importantes para o segmento. Ainda assim, cabe comentar que várias operações com câmbio não são detectadas pelos balancetes bancários. Isto ficou claro na crise de *subprime*, quando alguns bancos médios apresentaram problemas, vinculados a operações com derivativos. Para os bancos públicos este problema não se apresentou, sendo a captação efetuada eminentemente vinculada à moeda nacional e, particularmente, via Depósitos. Assim, de forma geral, o que observamos foi que, em

termos de captação, houve uma melhora paulatina de perfil, no sentido de que se reduziram as captações vinculadas à moeda estrangeira.

(ii) Ajuste de portfólio: operações de Ativo

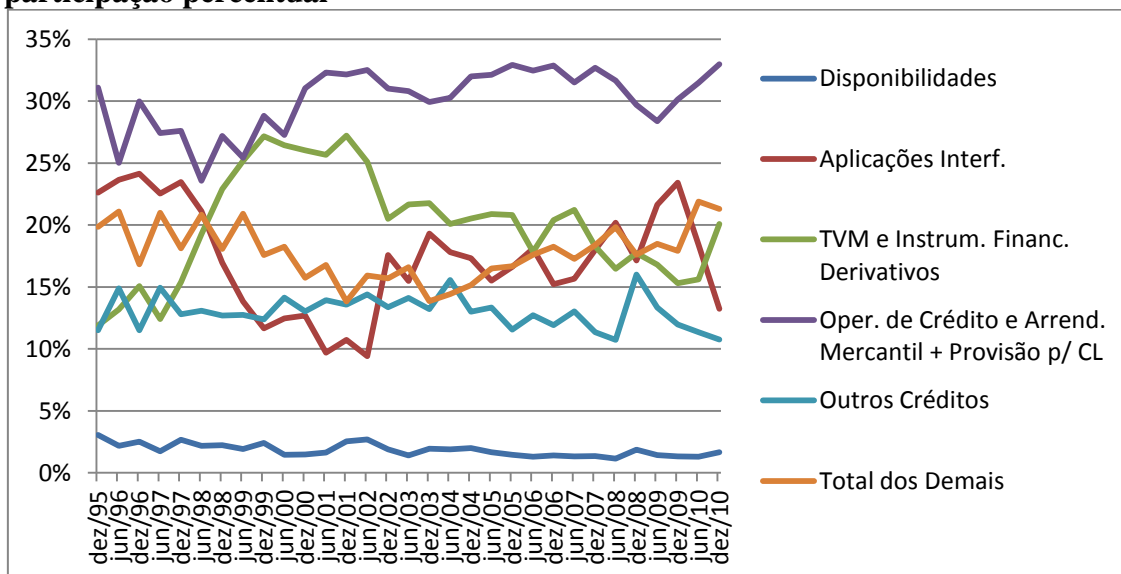
No caso dos **Bancos Privados Nacionais** podemos observar que, na primeira fase, houve um crescimento moderado do crédito, sendo que este correspondia a 32% do total do ativo destes bancos (Gráfico 2.33). Mesmo assim, as operações com títulos superaram estas primeiras aplicações. De fato, se somarmos as operações em TVM e as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez veremos que as mesmas atingem 35% do ativo.

Gráfico 2.32 - Bancos Privados Nacionais – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$



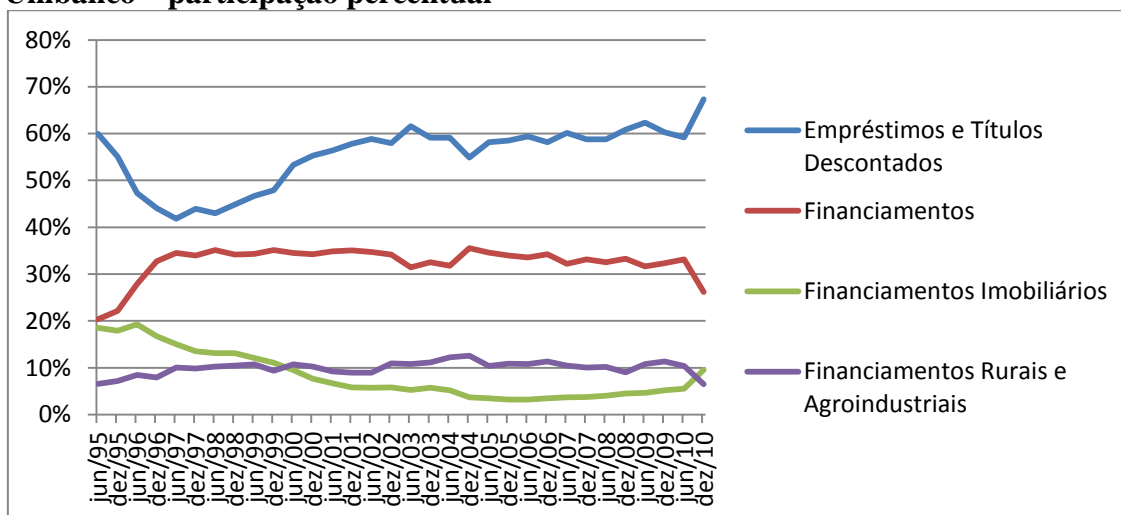
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.33 – Bancos Privados Nacionais – Principais contas de ativo – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.34 – Componentes da conta Operações de Crédito – Bradesco, Itaú e Unibanco – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

No que se refere ao ajuste destes bancos à dinâmica conjuntural observada no período, o principal movimento deu-se na lógica das aplicações com títulos. De fato, no período de maior estabilidade, quando as taxas de juros domésticas estavam caindo, a opção foi a de concentrar mais as compras de títulos da modalidade de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, que são mais líquidas. É como se a expansão dos empréstimos estivesse sendo compensada pelo aumento deste colchão de liquidez. Paralelamente, quando eclodiu a crise da Ásia, a estratégia mudou. De fato, o ajuste dos juros domésticos se deu em níveis muito altos, no intuito de atrair de volta o capital que

havia saído do país. Tendo em vista a magnitude dos juros que foi necessária para cobrir os níveis especulativos do Risco País e do Risco de Câmbio, a opção dos bancos privados nacionais foi a de aplicar mais em TVM do que em Aplicações Interfinanceiras. Ou seja, o ganho com juros era tão grande, que compensava o direcionamento para operações que garantiam a manutenção dos títulos na carteira dos bancos no final do período, mesmo que isto fosse um pouco menos líquido do que a outra opção. Isto ademais se dava porque, a partir daí, passam a dominar os títulos pós-fixados Selic no perfil da dívida mobiliária e na carteira dos bancos (Lima e Corrêa, 2009).

Esta opção continuou no segundo período e permaneceu também no terceiro. Observe-se que nessas duas fases, paulatinamente as operações de crédito passam a crescer e o fazem com maior força depois de 2004. Nestas mesmas fases as operações de crédito sempre estiveram acima de 30% do ativo e as operações de TVM estiveram abaixo dela.

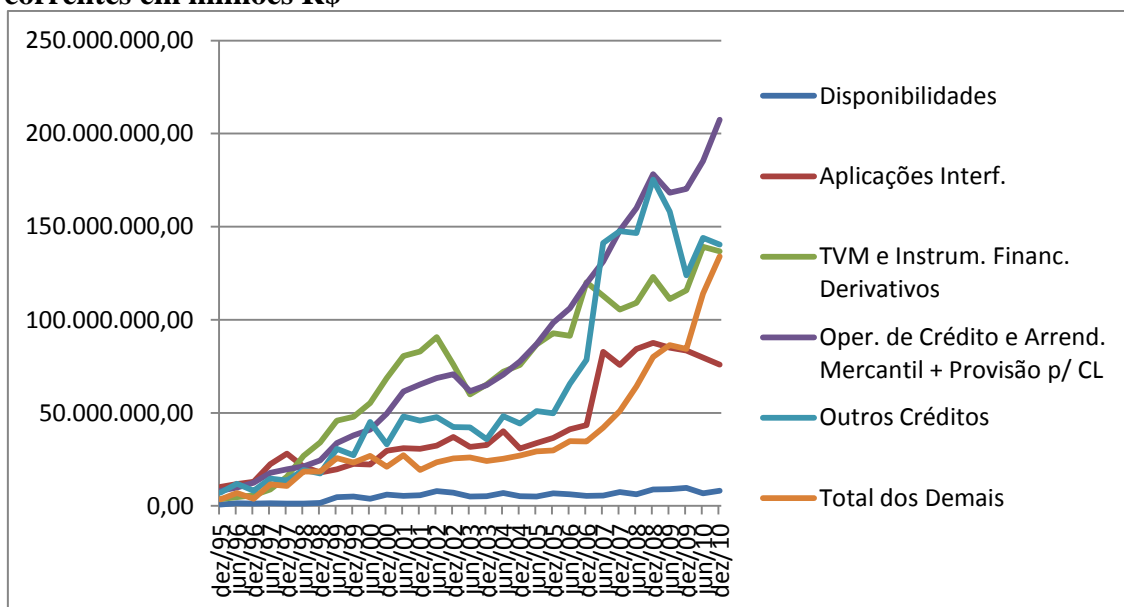
Um comentário adicional interessante é o de que são os Empréstimos e Títulos Descontados que puxam a expansão das operações de crédito deste segmento. Paralelamente, nota-se a baixa participação dos Financiamentos Imobiliários e dos Financiamentos Rurais e Agroindustriais (Gráfico 2.34).

No último período, podemos observar que, no segundo semestre de 2007, ocorre uma mudança de estratégia, com o crescimento das operações com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no lugar das operações de TVM, indicado a maior busca de liquidez. O segundo movimento foi a queda das operações de crédito em 2008, sendo que ambas as ações foram consequência dos movimentos da crise de *Subprime* nos Estados Unidos. Em 2010, a dinâmica se reverte de novo e volta-se à dinâmica da fase três.

A dinâmica de ajuste de portfólio dos **Bancos Estrangeiros** nos mesmos períodos apresenta certa particularidade quando comparada com a dos bancos privados nacionais (Gráficos 2.35 e 2.36). Para os primeiros, também se observa uma expansão lenta do crédito até 1996. Nestes primeiros anos da análise, a dinâmica das aplicações em títulos é semelhante à observada para os bancos privados nacionais: após 1997 as operações de TVM também superam as Aplicações Interfinanceiras e este comportamento permanece no segundo e terceiro períodos. A diferença é que o peso das

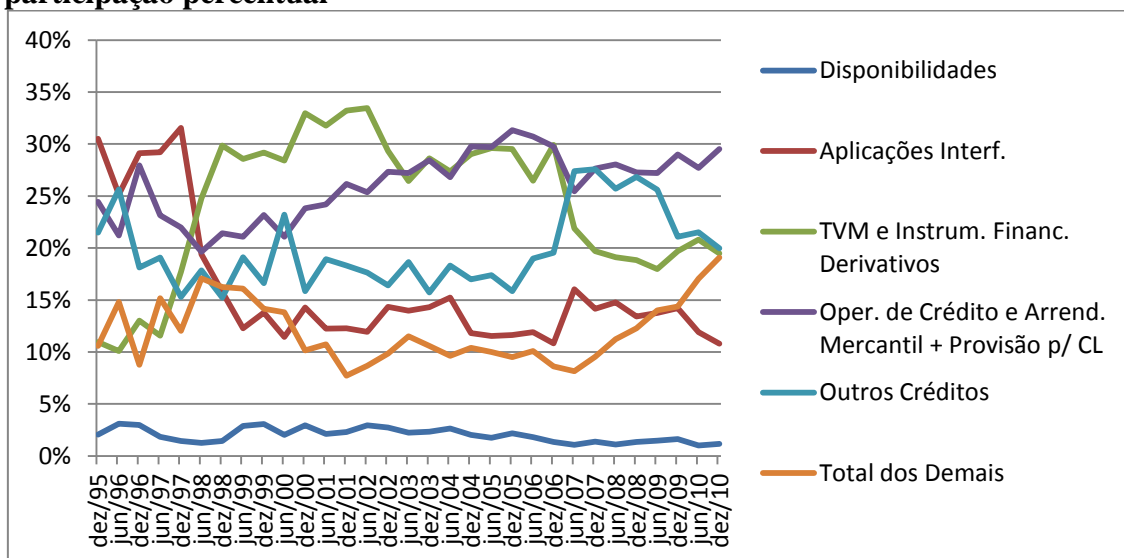
Operações de Crédito foi menor no caso dos bancos estrangeiros durante todos os períodos sob análise (ficam abaixo de 30% até 2004), sendo que as operações de TVM superam os créditos entre 1997 e 2002.

Gráfico 2.35 - Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões R\$



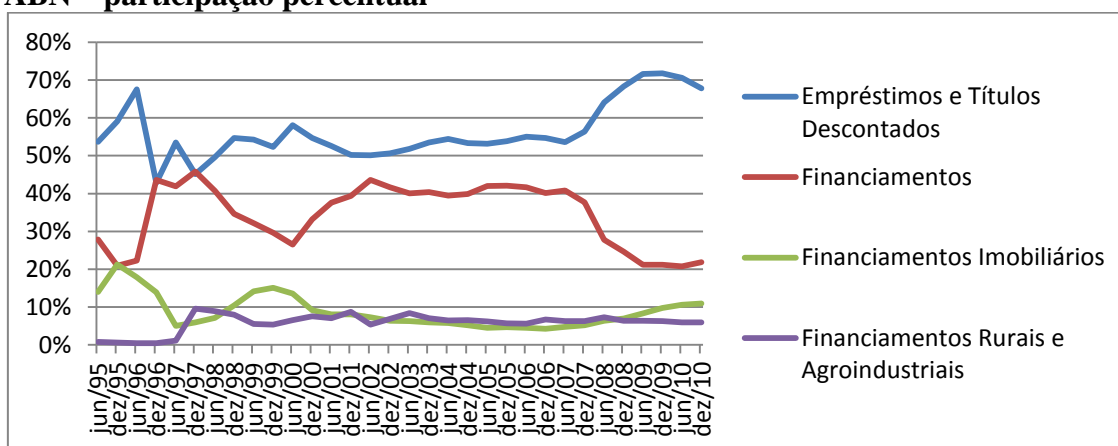
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.36 – Bancos Privados Estrangeiros – Principais contas de ativo – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.37 – Componentes da conta Operações de Crédito – HSBC, Santander e ABN – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

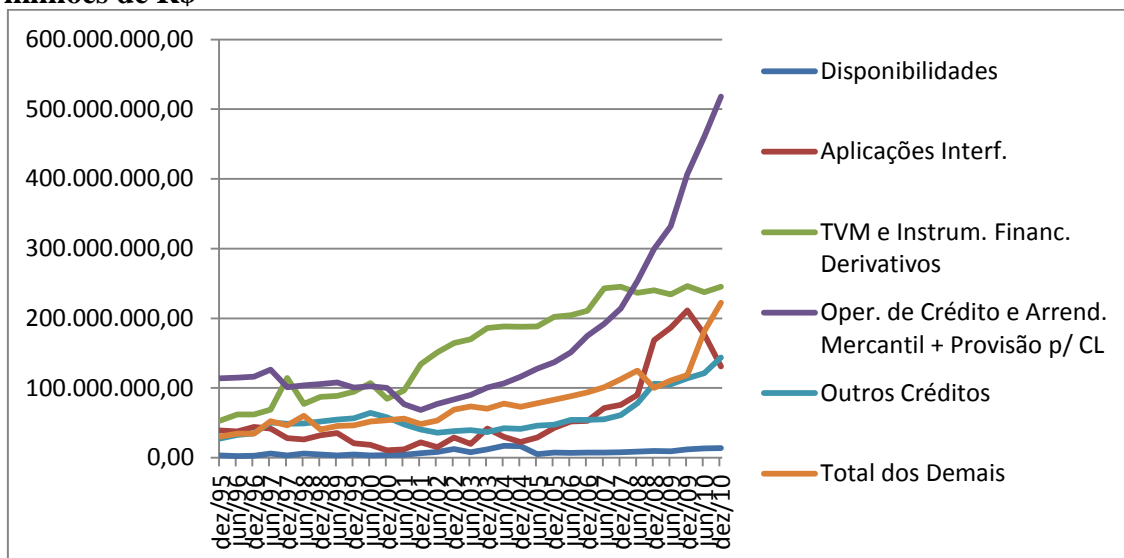
Ou seja, os bancos estrangeiros foram mais agressivos do que os bancos privados nacionais na lógica de aplicações com títulos. Outra diferença importante é que os bancos estrangeiros aumentam a participação de Outros Créditos a partir de 2005, sendo que as mesmas chegam a ter a mesma magnitude das Operações de Crédito.

Lembre-mos que nos Outros Créditos está incluída Carteira de Câmbio do banco, que registra as compras de moeda estrangeira a liquidar efetuadas pela instituição, os cambiais e os instrumentos a prazo em moeda estrangeira negociados pelo banco. Estão aí os ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), que foram muito utilizados neste período de forte crescimento das exportações, mostrando o papel dos bancos estrangeiros neste tipo de operação. O ACC consiste em uma **antecipação de recursos** em moeda nacional (R\$) ao exportador, por conta de uma exportação a ser realizada no futuro. Quanto ao perfil das Operações de Crédito (Gráfico 2.37), ele é basicamente o mesmo observado para o caso dos bancos privados nacionais, mas os “Financiamentos” têm uma participação um pouco maior. Para encerrar, cabe ainda comentar que, no último período, as Operações de Crédito caem em 2008 e, em 2010, isto se reverte de novo.

Isto posto, passemos à análise do ajuste dos **Bancos Públicos** (Gráficos 2.38 e 2.39). O ponto fundamental a ser chamado à atenção é o de que, nos três primeiros períodos, detectamos uma mudança na forma histórica de ação destes bancos e este é um dos aspectos que queremos levantar na dissertação e que fará a ligação desta

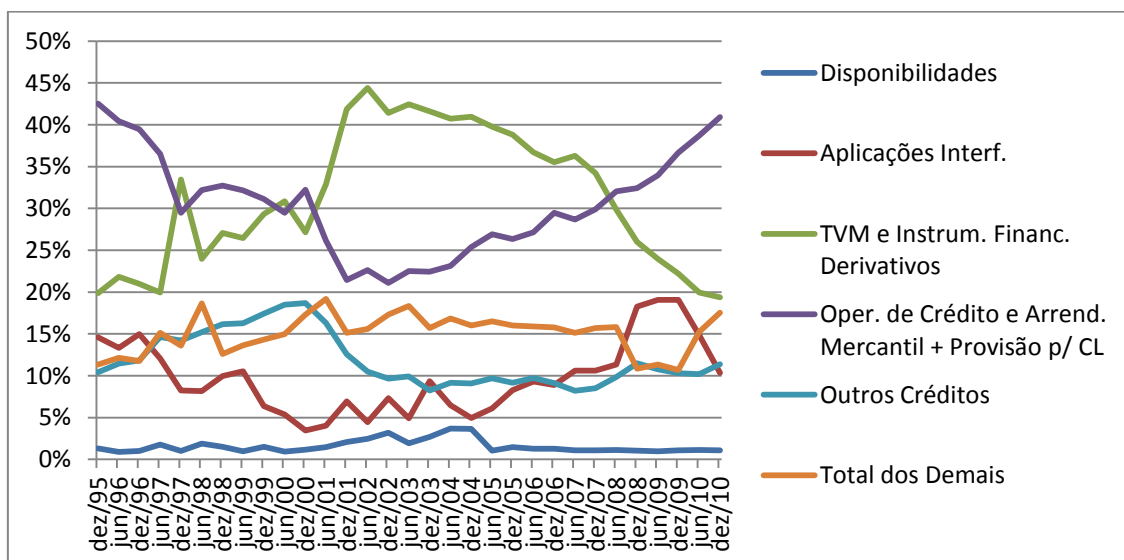
discussão com a especificidade da atuação do Banco do Nordeste, que será tratada no terceiro capítulo.

Gráfico 2.38 – Bancos Públicos – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 2.39 – Bancos Públicos – Principais contas de ativo – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Assim como no caso dos bancos privados (nacionais e estrangeiros), as Operações de Crédito dos bancos públicos apresentaram uma expansão discreta até 1997, mas, anteriormente a isto, elas dominavam as operações de ativo (46% do total em junho de 1996).

No entanto, depois do advento da crise do México a participação destas aplicações vai caindo. Para se ter ideia, elas atingem 29% do ativo em 1997. Neste interregno, paralelamente, as operações em títulos (TVM e operações interfinanceiras) crescem expressivamente, superando, em muito, os valores das Operações de Crédito.

Ou seja, a partir do momento em que a instabilidade internacional se instaura, ainda no período de câmbio administrado (primeira fase), observa-se uma mudança na lógica de aplicações dos bancos públicos, que se aprofunda na segunda fase. De fato, na segunda fase a queda das Operações de Crédito continua ocorrendo e permanece até 2002, o que não havia ocorrido no caso dos bancos privados (nacionais e estrangeiros). Ademais, o crescimento das aplicações em TVM é expressivo e estas superam as Operações de Crédito nesta fase (entre 2002 e 2007), fato que também ocorre no caso dos bancos estrangeiros (entre 1997 e 2003).

Neste sentido, a trajetória de agressividade na aplicação com títulos se aproxima mais da dos bancos estrangeiros e é até mais forte do que a deles. Em dezembro de 2001, as aplicações em TVM já representavam 42% do ativo, enquanto que as Operações de Crédito haviam decrescido para apenas 21%. Este padrão se mantém durante toda a segunda fase.

Esse comportamento foi fortalecido pela regulação que estabeleceu o chamado PROER 2 (Medida Provisória 2155/2001 - reeditada depois com o número 2196-3) , sendo que várias ações estão ligadas à adequação dos bancos públicos às regras da Basiléia. Para esta adequação o Programa realizou uma engenharia financeira de mais de R\$ 100 bilhões, além de outros R\$ 20 bilhões de ajuda direta (Lima, 2009). O objetivo era o de enquadrar os bancos federais nos termos do Acordo de Basiléia, que estabelece um percentual mínimo entre o patrimônio líquido e as operações de crédito.

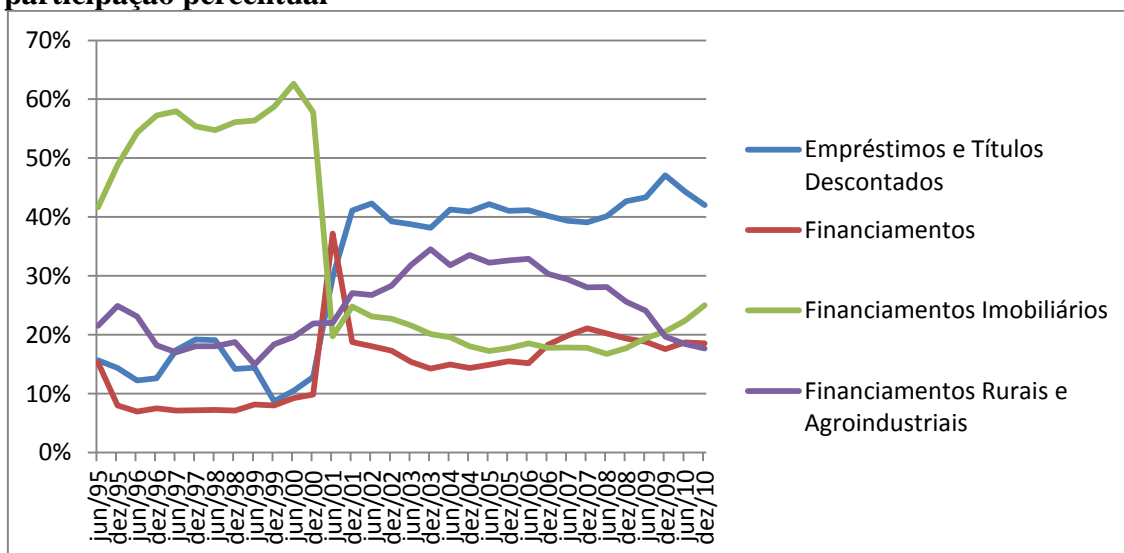
Além disso, o programa substituiu os empréstimos inadimplentes - chamados de empréstimos podres - por títulos públicos. A MP 2155/2001 também criou a Emgea (Empresa Gestora de Ativos), com a função de abrigar e de administrar parte desses empréstimos podres vindos dos bancos federais. Indiretamente, a MP orientava os bancos a ter uma postura muito mais precavida quanto às operações de crédito, atuando com uma grande folga em relação aos limites impostos pelo Acordo de Basiléia. Note-se que tal instrumento agiu diretamente sobre os portfólios dos bancos federais

envolvidos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e que são aqueles que dominam o setor.

Para se ter ideia do ajuste dos empréstimos, as operações de crédito da Caixa Econômica ficaram em torno de R\$ 20 bilhões. Mesmo se essas operações aumentassem em mais R\$ 17 bilhões, ainda assim, a Caixa estaria dentro dos limites do acordo.

Uma informação importante é que grande parte desses empréstimos podres trocados por títulos foram de crédito agrícola (caso do Banco do Brasil) e de crédito para habitação (caso da Caixa Econômica), que são setores em que o sistema bancário privado, por decisão estratégica própria, não cobre, cabendo historicamente ao sistema público suprir essa deficiência.

Gráfico 2.40 – Componentes da conta Operações de Crédito – BB, CEF e BNB – participação percentual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Considerando-se os três principais bancos públicos (justamente BB, CEF e BNB), e desmembrando os componentes da conta de Operações de Crédito (Gráfico 2.40) é possível notar o papel da queda dos empréstimos do segmento representada pela queda dos Financiamentos Imobiliários (CEF). Por outro lado, observa-se também a importância dos Financiamentos Rurais e Agroindustriais nos créditos do segmento. Nota-se, assim, a dinâmica diferente dos créditos dos bancos públicos. Ainda que os Empréstimos e Títulos Descontados passem a ser mais importantes a partir de 2000, ainda assim as carteiras imobiliária e agrícola são relevantes, sendo os bancos públicos os principais ofertadores destes créditos, conforme já comentado.

No que se refere ao último período, nota-se que a trajetória do crédito torna-se mais expressiva, especialmente a partir de 2006. Só a partir de 2008 as aplicações em TVM se tornam menores que as Operações de Crédito, mas as Aplicações Interfinanceiras crescem. Quanto aos créditos, no Gráfico 2.40 é possível notar a importância dos Financiamentos Imobiliários no papel anticíclico dos bancos públicos.

De forma geral, é importante retomar os comentários que fizemos anteriormente quanto às características da evolução do crédito e do papel do crédito pessoal. Conforme vimos, inclusive os bancos públicos, aumentaram sua atuação na oferta de créditos via Empréstimos e Títulos Descontados, sendo que o crédito pessoal está dentro desta rubrica. Portanto, retomamos o destaque para o fato de que parte dessa expansão está relacionada ao crédito consignado e ao vínculo existente entre os serviços bancários e as grandes lojas de departamento e redes varejistas.

No caso do crédito consignado, criado em 2003, o banco tem a vantagem de que o risco de inadimplência passa a ser praticamente nulo. Ademais, esse crédito pode ser um ativo de elevada rentabilidade para os bancos, dado o teto de 2,5% a.m.. Houve um aumento significativo desses créditos e os bancos oferecem não apenas o empréstimo propriamente dito, mas também um cartão de crédito consignado e, nesse último caso, o teto era de 3,5% a.m.

O grande comprometimento (com o pagamento de empréstimos) da folha de pagamentos de um número significativo de pessoas, bem como, os casos de abuso por parte dos bancos, fizeram com que, no início de 2008, as regras do crédito consignado, para aposentados e pensionistas, fossem revistas. Manteve-se o teto dos empréstimos, mas o uso do cartão consignado para saque em espécie teve que ser eliminado. Além disso, reduziu-se o valor máximo do crédito no valor total da folha de pagamentos, de três vezes para duas vezes. A carência dos empréstimos também foi suprimida, além da proibição da concessão de crédito em um estado para aposentados de outros estados, no sentido de evitar que houvesse estímulo para o excesso de endividamento.

Destaca-se também os serviços financeiros ofertados pelas financeiras dos bancos para clientes de grandes lojas (basicamente lojas de departamento e redes de varejo). Os créditos consistem em parcelamento de compras, que, por serem ofertados pelos bancos, podem envolver melhores condições de pagamento e de parcelamento.

Se analisarmos, então, o movimento das aplicações dos três segmentos bancários, o que podemos considerar é que a entrada inicial de bancos estrangeiros no Brasil não levou à esperada mudança qualitativa no sistema bancário nacional. De fato, pode-se dizer que eles se adaptaram rapidamente à lógica interna e tiveram uma operação mais agressiva em títulos públicos nos primeiros períodos de nossa análise, sendo que do lado da captação ficaram fortemente endividados em dólares, só que também ofereceram empréstimos com correção pela moeda estrangeira. De forma geral, os bancos públicos continuaram responsáveis pelo suprimento da oferta de crédito para setores não atendidos por bancos privados nacionais e estrangeiros.

2.4.3- Considerações sobre a dinâmica de ajuste dos bancos

A análise das fases em que se divide o interregno 1995 a 2010 nos mostrou o constante ajuste de portfólio, tanto do lado do ativo quanto do passivo, a cada mudança da conjuntura. Confirmou-se que este movimento esteve fortemente ligado à dinâmica da liquidez internacional, mostrando-se como a expansão dos empréstimos fica dependente desta dinâmica.

Nestes termos, a entrada dos bancos estrangeiros não afetou em nada este movimento. No caso do primeiro período, referente ao câmbio administrado, o que percebemos foi que, nos momentos de crise (especialmente na crise da Ásia e da Rússia), os bancos ajustaram-se. No caso das operações de passivo os bancos privados aumentaram suas captações em moeda estrangeira nos momentos de liquidez e nos momentos de instabilidade saíam dessas operações e compravam títulos indexados a juros pós-fixados, ganhado com os mesmos quando a taxa Selic se ajustava para cima. Este tipo de operação continuou até a mudança do regime de câmbio em 1999 (Cintra, 2006; Freitas, 2009; Corrêa e Adati, 2004). Na verdade, o que se observou foi que a forte desvalorização cambial da moeda nacional, propiciou altos lucros para diversas instituições bancárias, nacionais e estrangeiras, que apostaram contra a moeda brasileira⁶.

Em 2002, apesar das turbulências econômicas, as instituições que atuavam no sistema bancário nacional auferiram lucros recordes. No segundo período ocorreu um importante ajuste nas operações de ativo, aumentando a aplicação em Títulos e Valores

⁶ Alguns bancos incorreram em fortes prejuízos ao fazer a operação inversa, como Marka e FonteCindam.

Mobiliários. Isto também ocorreu no caso dos bancos públicos que, influenciados pelo ajuste às regras de Basileia, se aproximaram da atuação dos bancos privados. Note-se que nesta fase se destaca a rentabilidade dos bancos privados nacionais, acostumados a lidar com as mudanças de conjuntura e com o rápido ajuste de portfólio resultante. No caso dos bancos estrangeiros, vários deles saíram paulatinamente do país, em parte por conta de uma reestruturação da estratégia internacional das filiais. Parte desta dinâmica também teve a ver com a percepção da maior complexidade de atuar no mercado brasileiro (Freitas, 2009).

Por fim, fica claro também que, a partir de 2003, inicia-se no país um novo ciclo de crédito (Cintra, 2006). O que se pode considerar é que o crescimento do país puxou a dinâmica dos empréstimos mudando o perfil do ativo dos bancos nacionais (privados e públicos), após 2004. Pode-se dizer que aí vemos o início de uma mudança da operação dos bancos do país, estando os mesmos mais desligados das operações com títulos do que estiveram no passado. Note-se que, mesmo em 2008, quando se observa uma queda nos créditos dos bancos privados nacionais, não há um retorno da agressividade das aplicações em títulos como se conhecia no passado (CORRÊA, 2012).

No caso dos bancos públicos, destacamos a mudança de sua performance, especialmente, no interregno entre 1997 e 2006. Nesta fase, seguindo o argumento de que estavam se ajustando às regras de Basileia, os mesmos passaram a se mimetizar à lógica de atuação dos bancos privados.

A partir de 2003, paulatinamente, eles foram voltando a ter uma atuação mais efetiva na liberação de empréstimos e esse seu papel de bancos públicos ficou novamente mais claro na crise de 2008, quando os mesmos atuaram de forma anti-cíclica.

Ainda assim, seguimos a interpretação de que esta expansão ainda traz um viés do ajuste da Basileia, no sentido de que privilegiaram os devedores em melhores condições de adimplência.

O questionamento então é o de analisar se os bancos públicos conseguiram romper com a lógica concentradora da distribuição de recursos nos períodos de maior expansão e estabilidade recentes da economia brasileira. A análise da atuação do Banco do Nordeste está dentro desta problemática e será abordada no capítulo 3.

Ela, por sua vez, se liga à terceira parte da abordagem teórica, que se refere à análise da lógica da distribuição regional de recursos, abordada no primeiro capítulo.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARTICULAR DAS LIBERAÇÕES TOTAIS E DAS LIBERAÇÕES DO BANCO DO NORDESTE, ENQUANTO UM BANCO PÚBLICO PARTICULAR

O objetivo da primeira parte deste capítulo é analisar a distribuição dos recursos do total do Sistema Financeiro Nacional nos principais períodos considerados em nosso estudo, levando-se em conta a questão da distribuição espacial dos mesmos. A hipótese, segundo já destacado na introdução da dissertação, é a de que a concentração espacial de recursos permanece. Ora, esta hipótese segue a perspectiva teórica levantada no início da dissertação, quando tratamos da questão da distribuição regional dos recursos do Sistema Bancário de um país capitalista. No caso do Brasil, isto se mostra especialmente importante, por estarmos em um país de dimensões continentais e de importantes diferenças de dinâmica econômica entre as regiões.

A especificidade do trabalho é a de que faremos a análise a partir do levantamento dos créditos por município. Seguindo a mesma lógica, a segunda parte deste capítulo analisa a distribuição de crédito de um banco público em particular: o Banco do Nordeste. Esse é um banco público Federal, que faz parte do Consolidado Bancário I, uma vez que capta depósitos à vista. Ainda assim, é um banco de caráter regional, atuando na região Nordeste, estendendo-se para Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, em seus espaços de tangência com a região Nordeste, sendo que os mesmos são espaços de pobreza. O objetivo aqui é o de analisar se o Banco do Nordeste apresenta, ou não, uma distribuição de recursos diferenciada da lógica geral do Sistema.

O Banco do Nordeste (BNB) faz parte do grupo de bancos públicos brasileiros que têm um importante papel na distribuição do crédito no Brasil. Conforme vimos no capítulo 2 eles tiveram um papel essencial nos últimos anos e atuaram de forma importante para a retomada econômica observada logo após a desaceleração da crise de *Subprime* nos Estados Unidos. Dentre estes bancos destacamos o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco da Amazônia (BASA), que também são

captadores de depósitos à vista. Já o BNDES não capta este tipo de depósitos e não está fazendo parte diretamente de nossa análise neste capítulo 3.

Ora, na medida em que o BNB é um destes bancos públicos federais iniciaremos a análise da dinâmica do mesmo comparando o seu ajuste de portfólio com aquele observado para o BB e para o BASA. O intuito é o de analisar se houve uma estratégia semelhante de ajuste entre eles ou se apresentou-se uma dinâmica diferenciada. A partir daí, entraremos a seguir, na análise da distribuição de crédito propriamente dita do BNB.

Inicialmente, o estudo espacial será semelhante ao efetuado para a totalidade dos bancos, que será apresentada no início deste capítulo. A seguir, faremos relações entre a distribuição de recursos por município e o Índice de Desenvolvimento Humano do mesmo, para estabelecer a lógica da distribuição dos recursos. Na parte da metodologia explicaremos mais detalhadamente cada uma das partes do trabalho.

3.1- O estudo dos mapas de distribuição das operações de crédito do Sistema Bancário

Foi feita uma análise de mapas construídos a partir de dados do Banco Central, referente às operações de crédito totais constante nos balancetes do chamado Consolidado Bancário I, por município. Na verdade, a distribuição das operações de crédito não pode ser meramente analisada a partir dos dados brutos da liberação de recursos para cada um dos municípios. A ideia é a de efetuar comparações que levem em conta o PIB do município, a fim de relativizar esta distribuição. Assim, para analisar a distribuição foram construídos indicadores de crédito para cada um dos municípios, seguindo o detalhamento constante no Quadro 3.1.

Quadro 3.1- Indicador de crédito por município

Indicador	Fonte de dados
Operações de crédito totais do município/PIB do município	Operações de crédito por município: Banco Central do Brasil PIB do Município: IBGE

Fonte: Elaboração própria.

Este levantamento foi efetuado para todos os municípios brasileiros. A seguir, os indicadores foram categorizados e classificados. Desenvolvemos dois tipos de estudos. O primeiro construiu uma categorização e classificação de indicadores para o Brasil

como um todo e, o segundo, efetuou a categorização e a classificação para macrorregiões brasileiras. Expliquemos.

No caso da análise do Brasil como um todo, os resultados encontrados para os indicadores foram apresentados em ordem crescente e separados em quartis. O primeiro quartil recebeu a nomenclatura de captação “Muito Baixa”; o segundo quartil de captação “Baixa”; o terceiro quartil de captação “Média” e o quarto quartil de captação “Alta”. Fizemos esta categorização e classificação para os anos de 2000, 2005 e 2009. Isto por que consideramos que esses anos podem resumir os acontecimentos das periodicidades que construímos (para o caso deste estudo os dados foram levantados apenas para os anos considerados. Já no estudo do BNB, o detalhamento será maior, pois levantamos os dados para todos os anos entre 1999 e 2010. Conforme veremos, no estudo do BNB consideramos os créditos dos períodos para construir os indicadores e não de apenas um ano exemplar).

Para além disso, nos interessou também efetuar uma outra categorização e classificação de indicadores; aquela referente às macrorregiões. Isto por que abrindo esta outra categorização e classificação seria possível subclassificar. De fato, no caso da região Nordeste, grande parte dos municípios estarão classificados como de captação “Muito Baixa” na análise do Brasil como um todo. Se efetuássemos apenas esta classificação não conseguiríamos observar a contendo a distribuição dentro da própria região. Ademais, no que se refere ao estudo do BNB, efetuamos esta mesma metodologia de categorização e de classificação de indicadores também para os municípios atendidos por este banco, que estão essencialmente na região Nordeste.

Neste sentido, tomamos os municípios de cada macrorregião em separado e reconstruímos a categorização e classificação. A seguir apresentaremos os resultados dos estudos.

3.1.1- Os indicadores e mapas do Brasil como um todo

Seguindo a metodologia anunciada anteriormente, os indicadores encontrados para os dados do Brasil são os que constam nos Quadros 3.2, 3.3 e 3.4.

Pelos resultados dos dados temos que destacar uma questão fundamental; a de que o nível de captação “Alta”, referente a 25% dos municípios que têm a maior relação crédito/PIB, apresenta uma amplitude muito grande no indicador. Note-se que em 2009

o indicador varia de 232,4 a 3.241,7. Esta grande amplitude também é observada para todos os anos considerados. Enquanto isto, no caso dos outros quartis a amplitude é substancialmente menor. Por exemplo, no mesmo ano de 2009 a captação “Média” vai de 132,96 a 232,37. Ora, isto está indicando que no grupo de captação “Alta” provavelmente alguns municípios estão tendo os mais altos níveis de recepção de crédito, enquanto que os demais têm um perfil mais semelhante aos demais quartis. Como detectamos este resultado para o estudo indicado, justifica-se mais uma vez, a construção dos sub-indicadores para macrorregiões, no sentido de observar melhor a distribuição. Ademais, no estudo do BNB entraremos em mais detalhes nos resultados dos índices de captação desse banco, conforme veremos oportunamente.

Quadro 3.2- Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Brasil

	Mínimo	Máximo
Alto	155,18	2281,76
Médio	66,01	155,09
Baixo	20,56	66
Muito Baixo	0,44	20,51

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.3- Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Brasil

	Mínimo	Máximo
Alto	170,69	2592,01
Médio	84,46	170,62
Baixo	36,2	84,25
Muito Baixo	0,07	36,16

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.4- Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Brasil

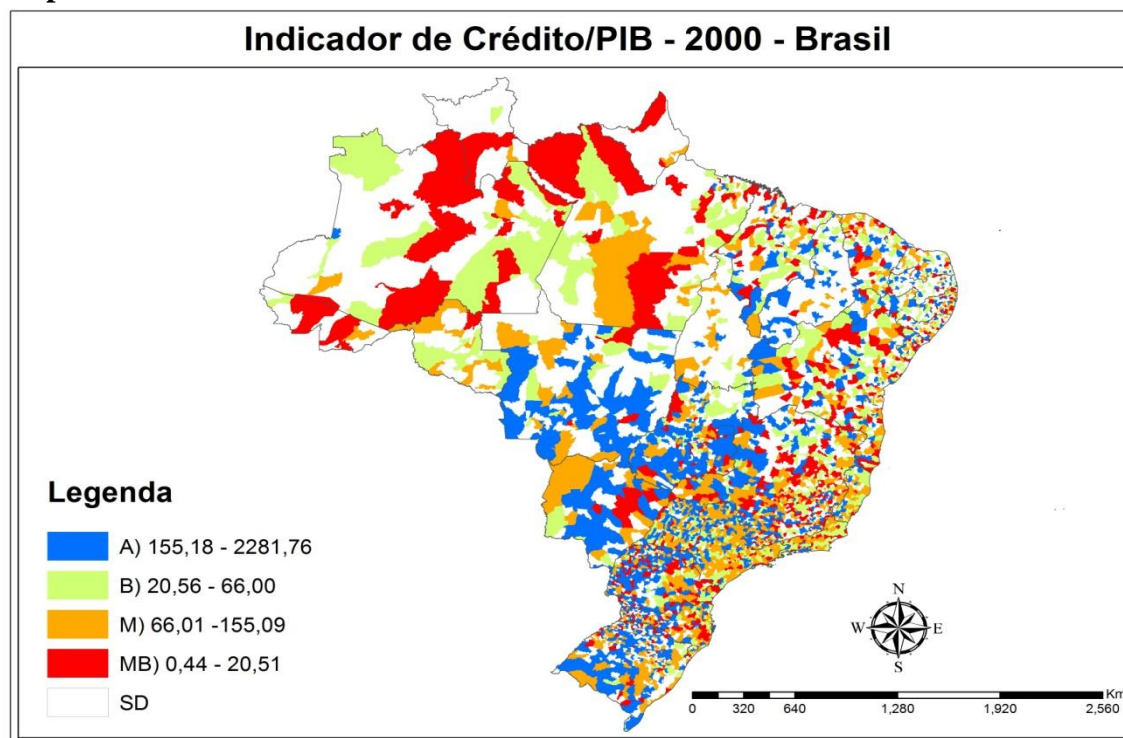
	Mínimo	Máximo
Alto	232,4	3241,7
Médio	132,96	232,37
Baixo	62,37	132,79
Muito Baixo	0,05	62,19

Fonte: Elaboração própria.

Outra observação importante é a de que houve uma evolução do indicador nos anos estudados e para cada uma das classificações. Isto reflete, é claro, a evolução dos recursos totais de crédito entre 2000 e 2009, o que já foi comentado no capítulo 2.

Isto posto, a seguir apresentamos o mapeamento dos indicadores encontrados. Note-se que, para além das classificações levantadas, também efetuamos uma quinta classificação: SD; que se refere aos municípios que não apresentam dados.

Mapa 3.1- Indicador de Crédito/PIB – 2000 - Brasil



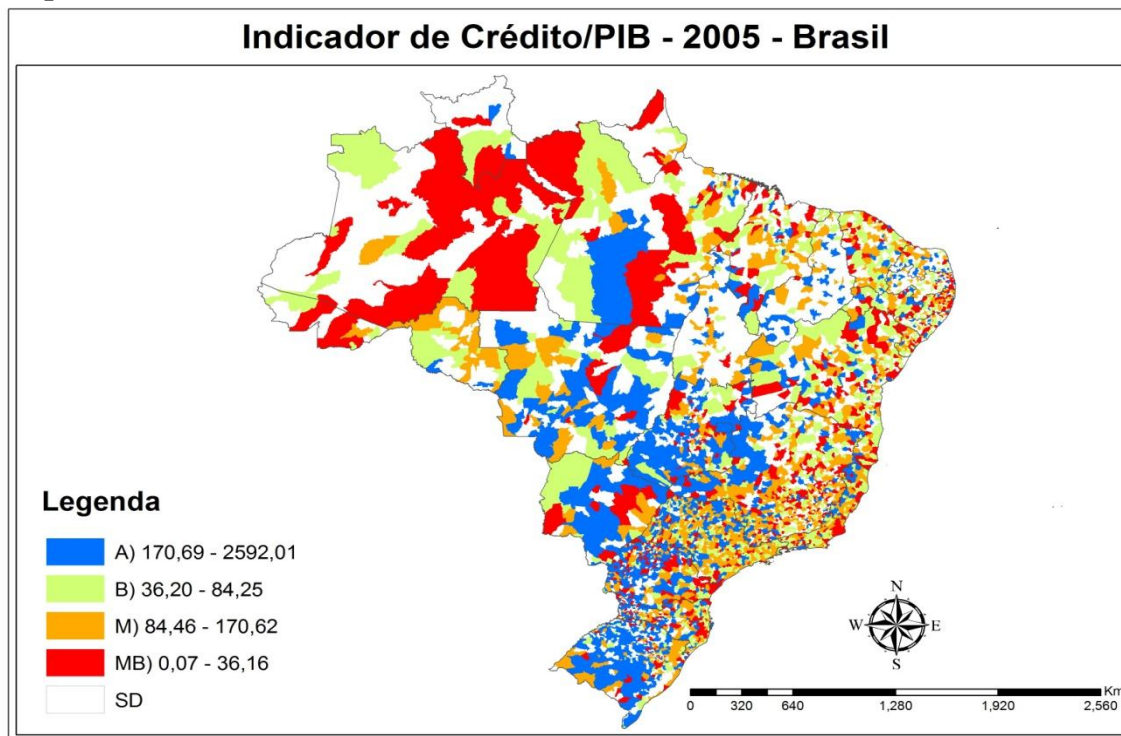
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Conforme podemos observar, é clara a concentração dos recursos. Para o ano de 2000, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul são as que apresentam, em maior intensidade, municípios com o indicador Crédito/PIB “Alto”. São poucos os municípios da região Nordeste que receberam esta classificação, sendo que na região Norte o número de municípios com esta classificação é quase nulo (Manaus apresenta esta classificação). No que tange aos municípios com indicador “Médio”, observamos que os mesmos estão distribuídos em maior intensidade nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

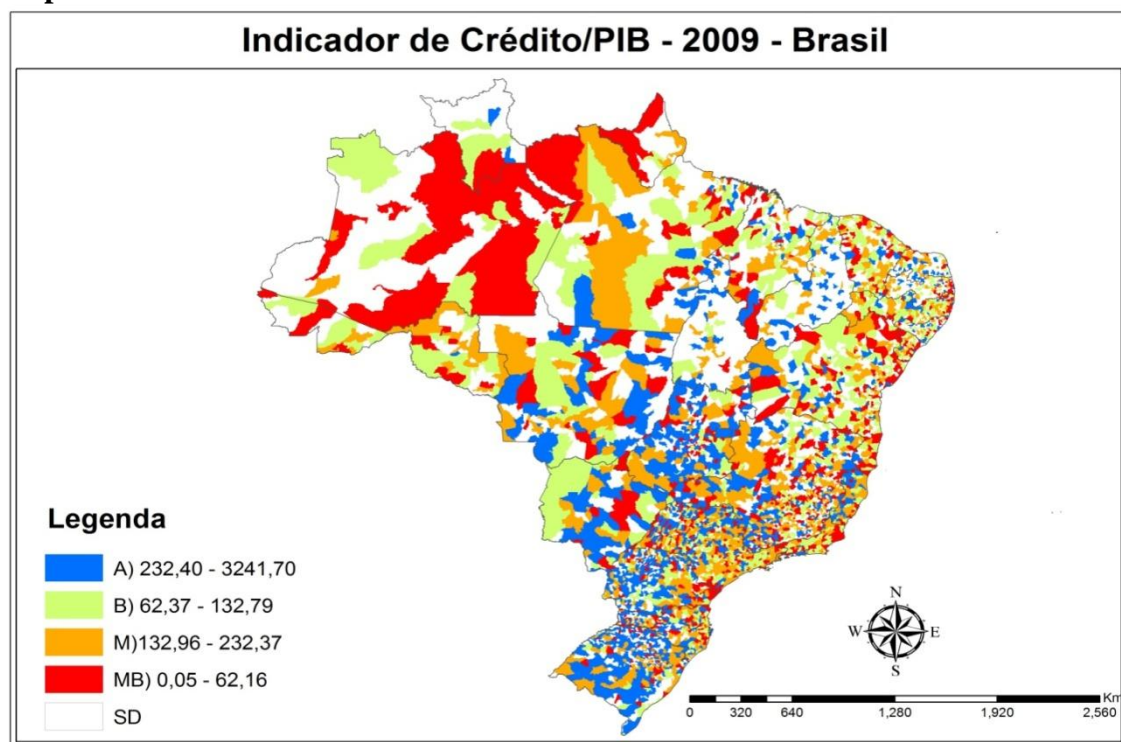
No outro extremo estão os municípios que apresentam o indicador “Baixo”, “Muito Baixo” e “Sem Dados”. Estes se concentram, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Ademais, a região Norte é a que apresenta maior participação de municípios com indicador “Muito Baixo”. O resultado de “Sem Dados” também é importante, por indicar municípios que possivelmente não apresentam agências bancárias, possuindo apenas “postos”, vinculados a agentes postais.

Esta distribuição não se modifica essencialmente ao longo dos anos considerados, mas um fato a ser observado é o de que, de 2000 para 2005 a região Sul apresenta um crescimento no número de municípios que apresentam captação “Alta”.

Mapa 3.2- Indicador de Crédito/PIB – 2005 - Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Mapa 3.3- Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Ora, este mapeamento explicita o fato de que o crescimento do crédito no Brasil ocorreu, conforme vimos no capítulo 2, mas a concentração dos recursos permaneceu basicamente a mesma, considerando-se a visualização do país como um todo. Ou seja; a lógica concentradora permaneceu. Um fato importante a mencionar é o de que a região Centro Oeste passa a constar como uma das que apresentam grande número de municípios com alta captação relativa, o que mostra o poder do agribusiness naquela região. Podemos considerar este como sendo um dado novo, uma vez que os primeiros estudos sobre distribuição de crédito no país indicavam apenas as regiões Sudeste e Sul como sendo as mais privilegiadas.

Outro fato interessante a observar é o de que este tipo de mapeamento nos permite mostrar que nas demais regiões existem alguns municípios de captação “Alta” e isto não seria observado se não considerássemos os dados por município e sim apenas os dados de concentração tradicionais, como CR 10, CR 20, que consideram a participação dos 10 e 20 maiores municípios do país sobre o total ou os índices de Hirschmann Herfindall e Horvatt, que são classicamente usados para os estudos de concentração. Estes dois últimos apresentam amplitude nos resultados, mas não indicam a distribuição espacial. Daí o nosso interesse de não utilizar os indicadores tradicionais e

sim a construção de mapas. Isto posto, passemos à análise da distribuição do crédito nas macrorregiões.

3.1.2- Resultado dos indicadores e mapas individuais das regiões Nordeste e Sul

Apesar de termos efetuado a classificação e o mapeamento para todas as macrorregiões, aqui apresentaremos apenas os dados das regiões Nordeste, que será estudada com mais detalhes no próximo item, e Sul, que foi considerada como uma das que apresenta maior número de municípios com captação “Alta”.

Quadro 3.5- Indicador de Crédito/PIB – 2000 – Nordeste e Sul

Nordeste

	Mínimo	Máximo
Alto	131,01	1229,74
Médio	45,17	129,4
Baixo	18,15	45,1
Muito Baixo	0,5	18,13

Fonte: Elaboração própria.

Sul

	Mínimo	Máximo
Alto	183,5	718,27
Médio	94,44	182,24
Baixo	18,31	93,89
Muito Baixo	1,61	18,14

Quadro 3.6- Indicador de Crédito/PIB – 2005 – Nordeste e Sul

Nordeste

	Mínimo	Máximo
Alto	123,88	561,55
Médio	63,33	123,57
Baixo	32,59	63,33
Muito Baixo	0,32	32,58

Fonte: Elaboração própria.

Sul

	Mínimo	Máximo
Alto	244,66	957,53
Médio	122,25	244,59
Baixo	32,45	121,69
Muito Baixo	0,96	32,41

Quadro 3.7- Indicador de Crédito/PIB – 2009 – Nordeste e Sul

Nordeste

	Mínimo	Máximo
Alto	171,59	624,26
Médio	107,53	171,57
Baixo	60,98	107,37
Muito Baixo	0,97	60,87

Fonte: Elaboração própria.

Sul

	Mínimo	Máximo
Alto	305,23	1450,85
Médio	195,21	303,39
Baixo	80,71	194,97
Muito Baixo	3,17	80,41

Na comparação entre os indicadores já é possível observar as diferenças entre as regiões. No caso dos municípios com captação “Muito Baixa”, a partir da classificação

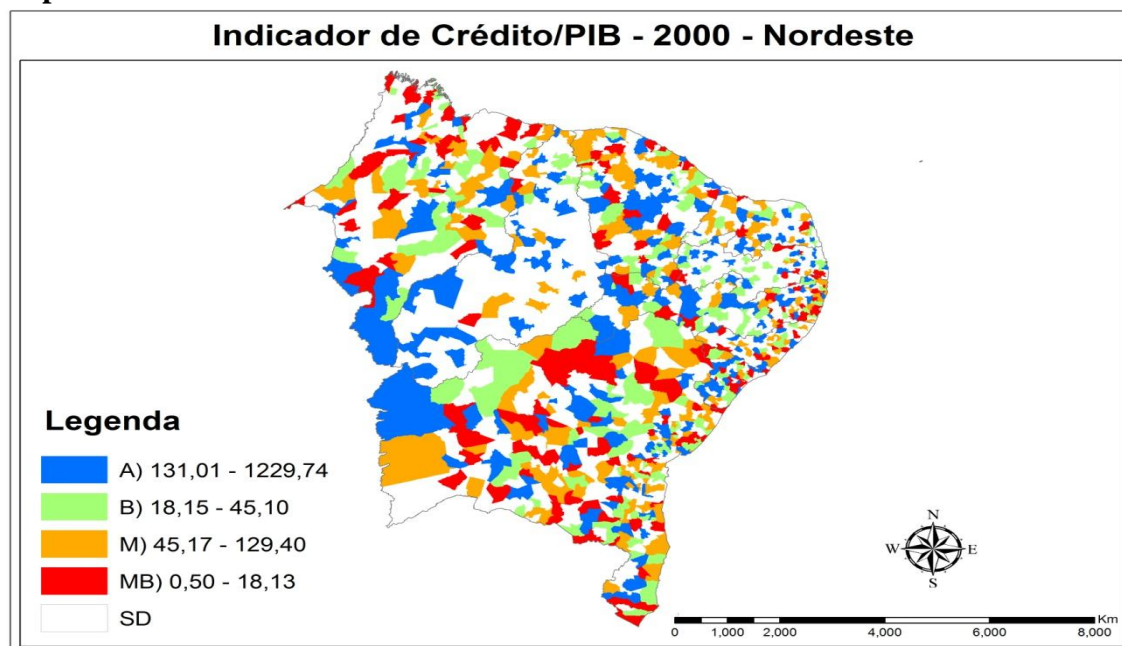
efetuada em separado apenas para os municípios de cada uma das duas macrorregiões que agora estudamos, o que observamos é que a amplitude dos resultados é praticamente a mesma, não havendo grandes diferenças nos três anos estudados. De outro lado, para as demais classificações há diferenças.

Para o ano de 2000, podemos ver que municípios que estão sendo classificados como de captação “Alta” na região Nordeste (131,01 a 1229,74) estariam no nível de captação “Média” caso se utilizasse a classificação da região Sul. Na verdade, nos quartis “Baixo”, “Médio” e “Alto” os indicadores iniciais da região Sul são mais altos do que os da região Nordeste, o que mostra os maiores níveis de captação da primeira região.

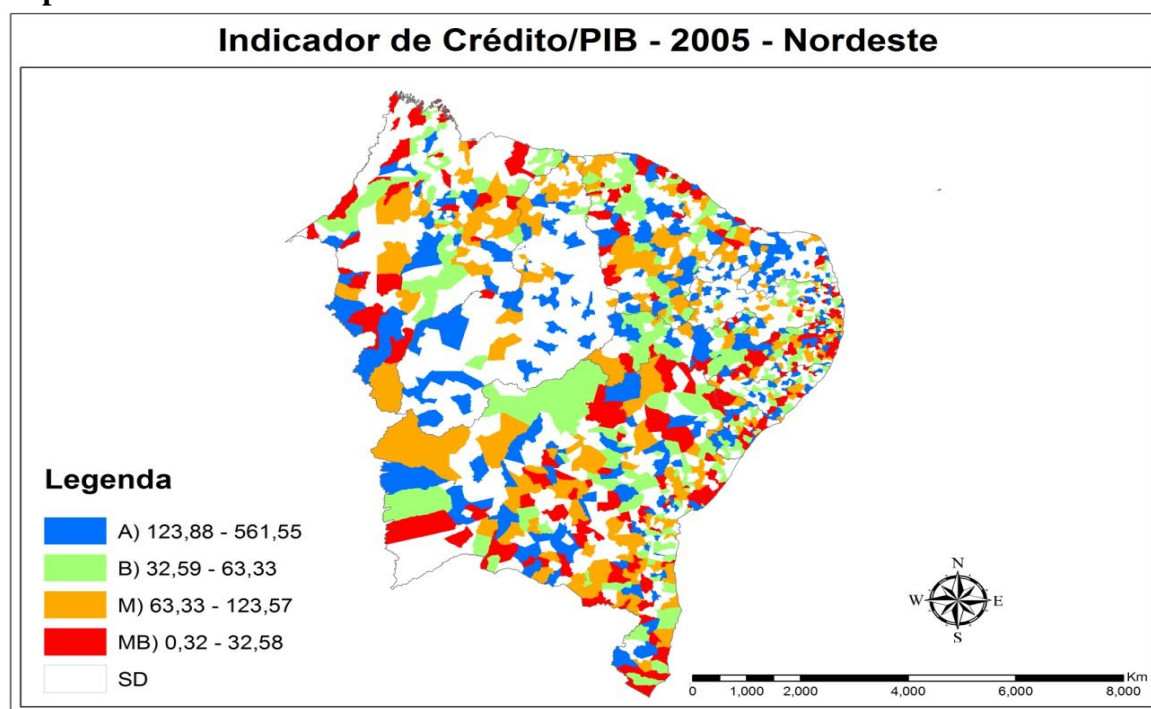
Ademais, é interessante observar que no quartil referente à classificação “Alta”, a amplitude do indicador da região Nordeste é muito maior. Ou seja, alguns municípios têm níveis de captação muito mais alto do que os demais do próprio quartil (no caso do ano 2000, por exemplo, o indicador varia de 131,01 a 1.229,74). Na região Sul isto também ocorre, mas a amplitude é menor (para o ano de 2000, no que se refere aos municípios de captação “Alta” o indicador varia de 183,5 a 718,27). Ou seja, as discrepâncias de crédito no quartil de maior captação se destacam mais fortemente na região Nordeste. Analisaremos este resultado em maior detalhe quando formos estudar os dados do Banco do Nordeste.

Ao longo dos anos estudados podemos ver a evolução dos índices de captação, sendo que os números dos indicadores vão crescendo a cada ano. A exceção é a captação “Alta” da região Nordeste que, no ano de 2000, apresentou valores maiores do que os demais anos. Os demais quartis apresentaram evolução entre 2000, 2005 e 2009. Outra questão a ser comentada é a de que as discrepâncias entre as duas regiões sob estudo vão aumentando.

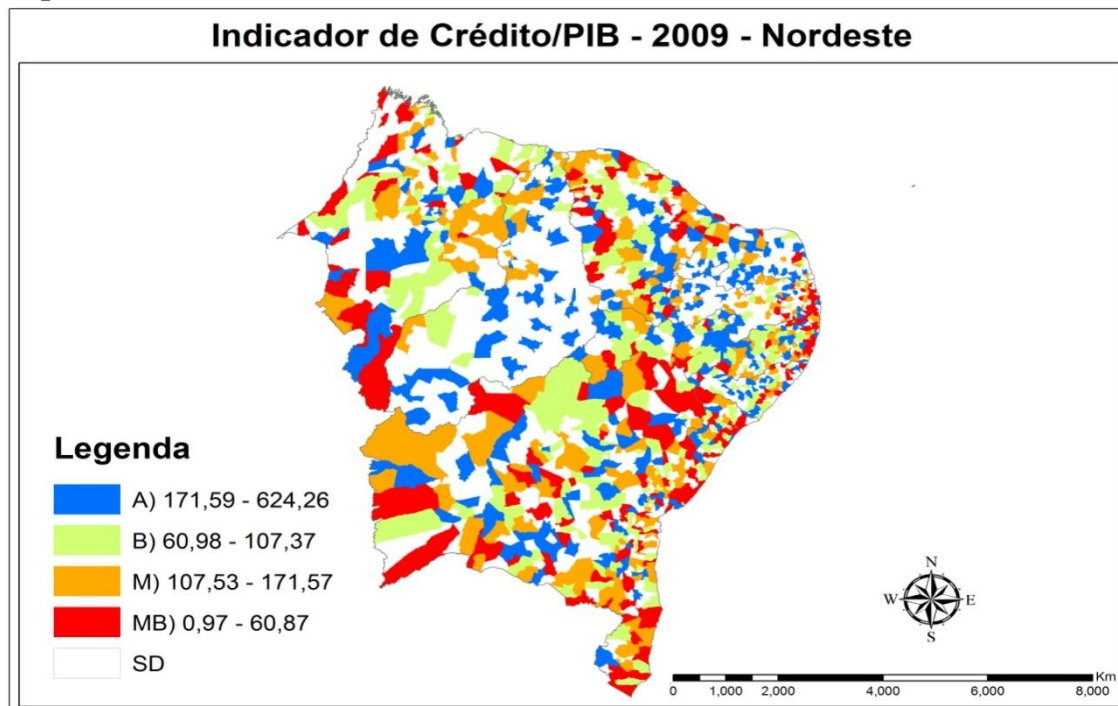
Para o ano de 2009 isto fica bem claro. Neste ano, municípios com indicador de crédito igual a 171,59 são classificados como sendo de nível “Alto” na região Nordeste. Caso estivessem na região Sul, sua classificação seria de nível “Baixo”. Ou seja, os municípios desta última região estão recebendo relativamente mais recursos e, por isso, o nível de sua classificação é tão diferente do observado na região Nordeste. Note-se que no ano de 2000 estas diferenças eram menores. O que os resultados nos sugerem é que a distribuição interregional foi piorando ao longo dos anos.

Mapa 3.4- Indicador de Crédito/PIB – 2000- Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

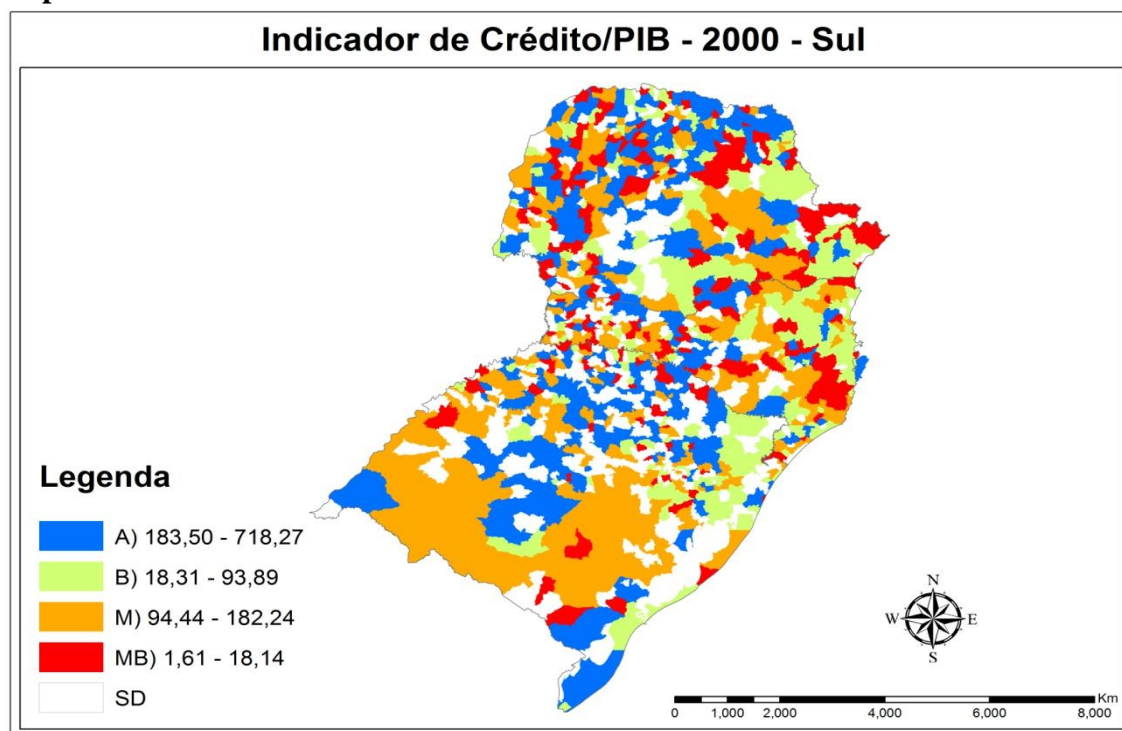
Mapa 3.5- Indicador de Crédito/PIB – 2005- Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

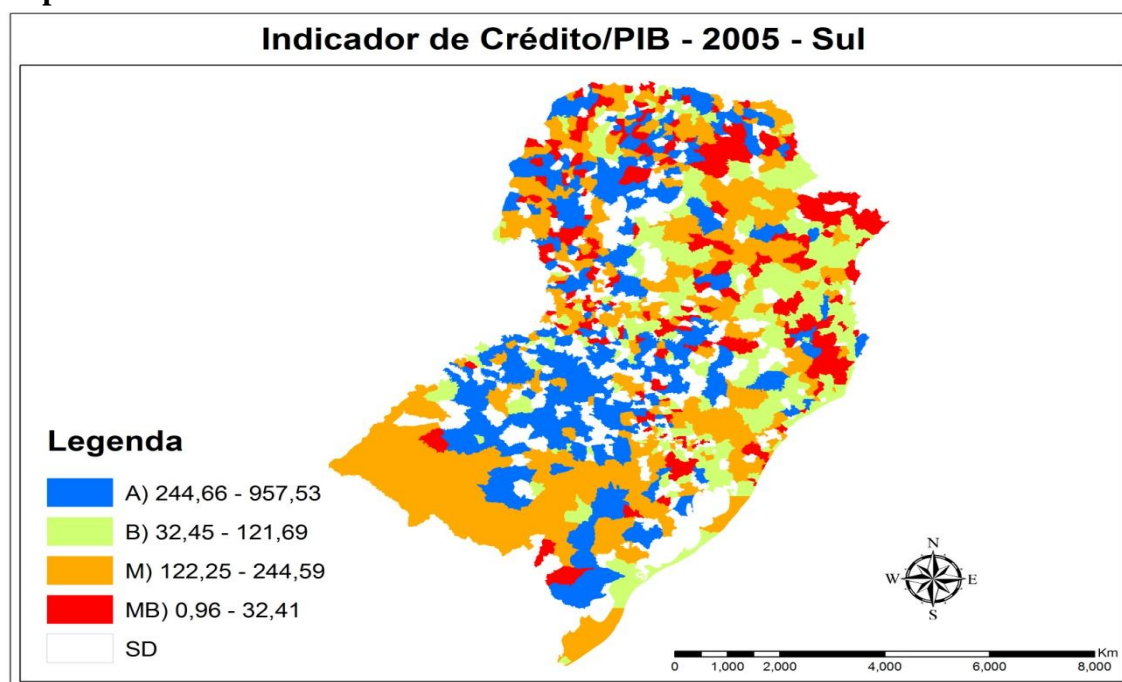
Mapa 3.6- Indicador de Crédito/PIB – 2009- Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

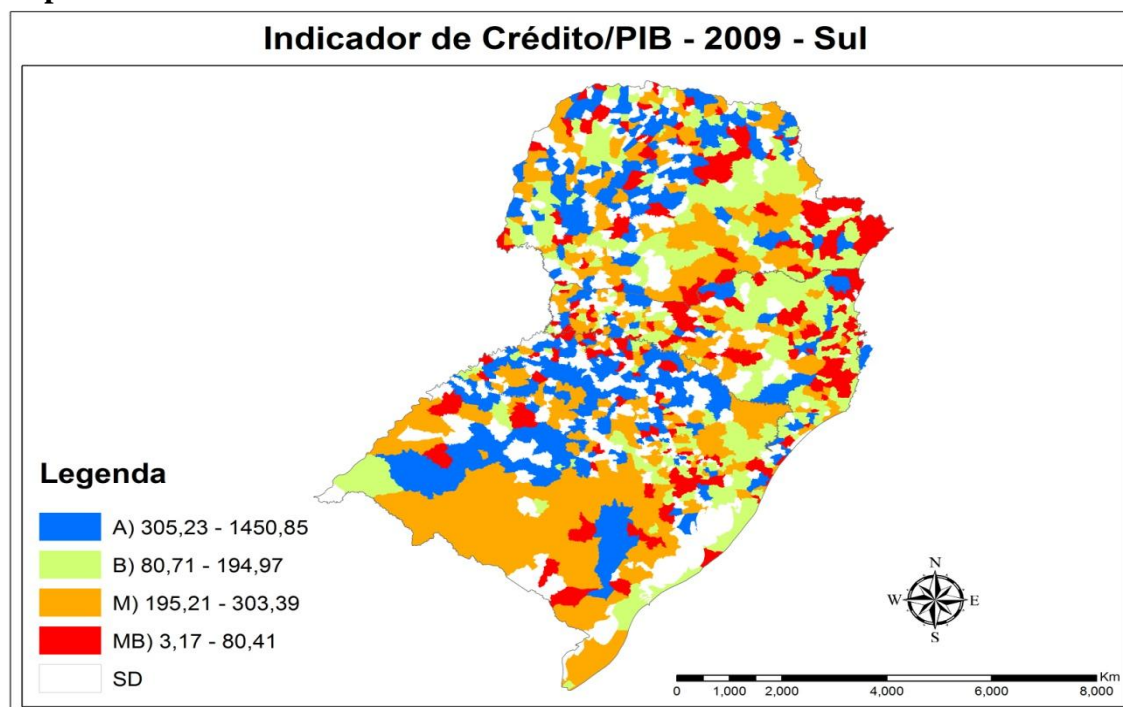
Quanto aos mapas construídos para a análise da região Nordeste, podemos ver, por um lado, que o estado do Piauí é aquele que apresenta o maior número de municípios “SD”, sendo que os demais apresentam captação “Alta” e uns poucos captação “Média”, indicando uma profunda discrepância. Isto ocorre para os três anos considerados. Por outro lado, o Maranhão apresenta também um grande número de municípios “SD”, mas muita concentração de municípios de captação “Baixa” e “Muito Baixa”. Outra percepção importante é a de que fora destes dois estados, nos demais há uma dispersão dos indicadores. Ao longo do período considerado não há uma modificação radical na distribuição, mas podemos observar um certo movimento de melhora da captação da região litorânea e da Zona da Mata.

Mapa 3.7- Indicador de Crédito/PIB – 2000- Sul

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Mapa 3.8- Indicador de Crédito/PIB – 2005- Sul

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Mapa 3.9- Indicador de Crédito/PIB – 2009- Sul

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

No caso da região Sul, também não se apresenta modificação da distribuição ao longo dos anos analisados. É importante comentar que os espaços de maiores níveis de captação são mais claros na região Sul. Eles se encontram ao norte e sul da macrorregião. Na verdade, o estado do Paraná é o que apresenta os maiores índices de captação. Enquanto isso, o leste da macrorregião é o que apresenta os menores índices de captação. Outro fato interessante a observar é que o número de municípios “SD” é muito menor quando comparado com os da região Nordeste. Ora, isto está de acordo com a perspectiva teórica que trabalhamos: a de que as agências bancárias se concentram nos espaços mais dinâmicos.

Ou seja, o mapeamento do Brasil como um todo nos mostrou a forte concentração espacial dos recursos de crédito nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, em detrimento das regiões Norte e Nordeste, sendo que isso permanece ao longo do período considerado. Não há modificação efetiva desta dinâmica, mesmo quando se observa o forte crescimento do crédito entre 2000 e 2009, que detectamos no capítulo 2.

Já quando vamos analisar apenas a região Nordeste não é possível observar uma concentração espacial clara, ainda que os estados do Maranhão e Piauí apresentem pior situação. O importante é que, mesmo nesta região, não houve modificação mais forte da lógica de distribuição, o que também não ocorre na região Sul.

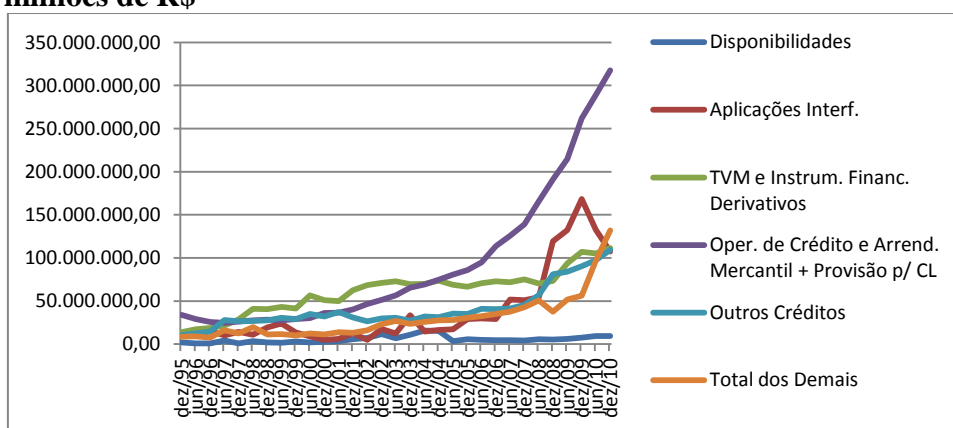
As indicações são as de que é interessante aprofundar mais no perfil interno da distribuição dos recursos em cada um dos espaços estudados. É neste sentido que, a partir do próximo item, efetuaremos este movimento, estudando os dados de distribuição do banco público vinculado diretamente à região Nordeste: o BNB. O intuito é o de observar se a lógica de distribuição de recursos do mesmo é menos concentrada. Ademais, estudaremos esta questão em mais detalhe, relacionando os indicadores de captação com um indicador de Desenvolvimento municipal: o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) municipal. Na metodologia apresentamos maiores detalhes do estudo desenvolvido.

3.2- O estudo do balancete do BNB inserido no ajuste dos bancos públicos

O objetivo desta parte do trabalho é o de observar a dinâmica de ajuste de portfólio do Banco do Nordeste, no contexto do ajuste dos bancos públicos no interregno que estamos analisando. No capítulo anterior já mostramos a lógica do ajuste dos bancos no Brasil, considerando-os por segmento. Aí já havíamos detectado a mudança de atuação dos bancos públicos.

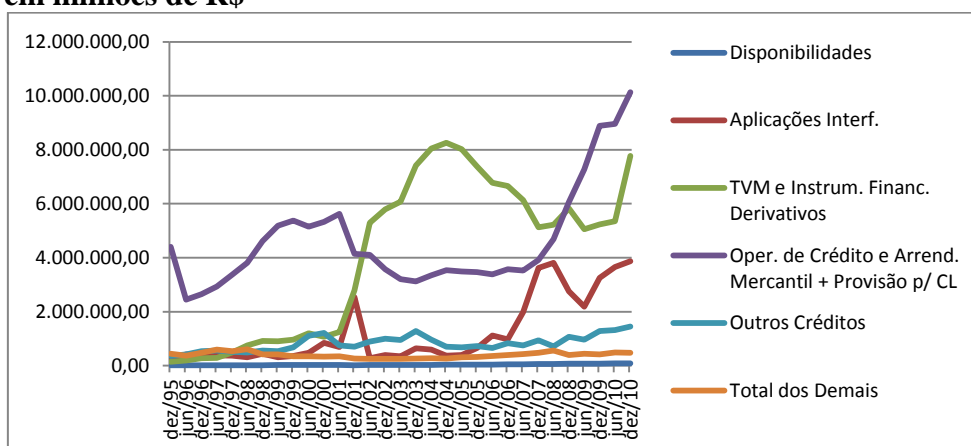
Também já destacamos que estes resultados estavam sendo puxados pela performance do Banco do Brasil, por seu peso na amostra.

Gráfico 3.1 – Banco do Brasil – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$



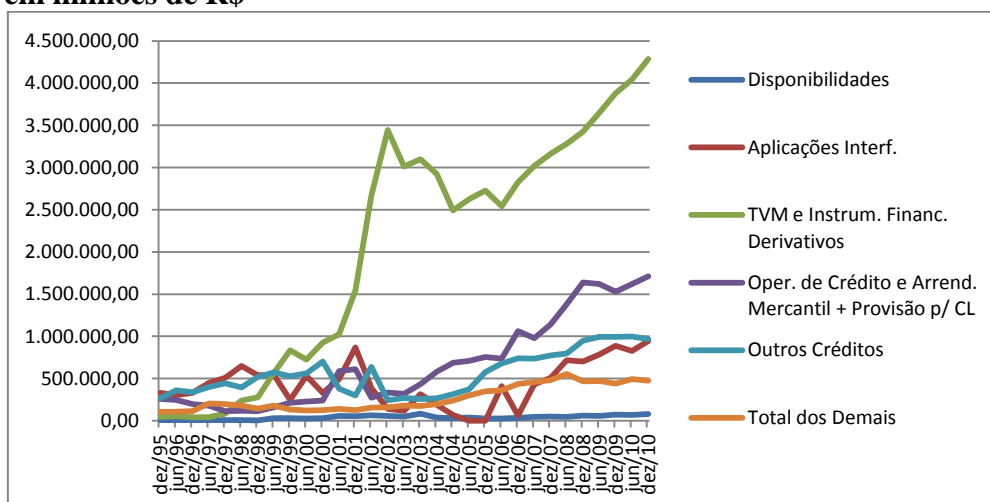
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 3.2 – Banco do Nordeste – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 3.3 – Banco da Amazônia – Principais contas de ativo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

A partir daí, retomamos os dados do BB em separado e só a seguir analisamos a performance do BNB, para observar se ele tem um comportamento particular. Para tal, comparamos também sua atuação com a do BASA, que também é um banco com perfil regional.

No caso do Banco do Brasil, as observações são basicamente as mesmas da efetuada para o segmento dos bancos públicos. Após 1997 vemos o peso da atuação relacionada às aplicações em Títulos e Valores Mobiliários. Ainda assim, vemos que após 1999 passa a ocorrer uma expansão contínua das Operações de Crédito e a maior expansão se dá depois de 2007.

No que se refere à análise do Banco do Nordeste, o domínio das Operações de Crédito no período de câmbio administrado era muito mais forte do que a observada para o Banco do Brasil. Ora, isto está fortemente relacionado à sua atuação de banco público regional e a principal mudança ocorre a partir do ano de 2001. A partir daí, a mudança de performance do banco é mais profunda do que a observada para o Banco do Brasil. De fato, a grande mudança começou a partir de 1999, quando as Operações de Crédito começam a cair e as operações com títulos vão aumentando. Note-se que, mesmo ocorrendo este movimento, não poderíamos dizer que estava ocorrendo uma mudança de dinâmica.

Ela ocorreu, de fato, a partir do ano de 2000, quando as operações com Títulos e Valores Mobiliários saltam, atingindo patamares muito superiores aos anteriores, ao mesmo tempo em que as Operações de Crédito caem. Esta dinâmica permanece assim, até 2007, quando ocorreu a expansão das Operações de Crédito.

A dinâmica da expansão dos Títulos e Valores Mobiliários ocorreu também para o caso do Banco da Amazônia, sendo que para esse banco, as Operações de Crédito voltaram a crescer paulatinamente a partir do ano de 2003, no período de liquidez internacional e de estabilidade e crescimento da economia brasileira. Note-se, no entanto, que a especificidade desse último banco é a de que as operações com títulos continuam dominando os ativos do banco, mesmo após 2007.

Ora, a partir destes dados a seguir vamos destacar os elementos que provocaram tais mudanças, sendo que tal hipótese foi levantada por Corrêa (2006) e também por Corrêa (2010a), tendo sido retomada por Fernandes (2011).

O argumento é o de que tal mudança está relacionada inicialmente à regulação efetuada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, de 22.06.2001, ligada ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Esta regulação visou a adequação patrimonial dos quatro bancos públicos federais – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – à legislação que definia as exigências de capital mínimo das instituições financeiras.

Esta regulação ocorreu em 2001, mas está ligada à adequação das instituições financeiras federais à adesão brasileira ao acordo da Basiléia, que havia estabelecido os

níveis de alavancagem para as instituições financeiras que operam no país (MENDONÇA SARTI, 2001 E 2004.).

A partir daí, o Conselho Monetário Nacional modificou a regulamentação de tratamento de risco existente e isto provocou severos ajustes patrimoniais para as instituições financeiras, especialmente as públicas. Isto por que ficou constatado que as Instituições Financeiras Federais, dentre elas o Banco do Nordeste, apresentavam uma estrutura de capital inadequada aos padrões internacionais.

A adequação às regras levou a mudanças importantes de atuação nos bancos públicos. A tentativa de adequação gerou a queda das operações de crédito no caso do BNB e BASA e outro movimento que deve ter gerado foi a busca por melhores devedores (melhor classificação de crédito).

Retomando o argumento para o ajuste desses dois bancos, Corrêa (2010a) argumenta que ele tem a ver, tanto com a mudança da legislação dos Fundos Constitucionais, quanto com aspectos conjunturais de instabilidade ocorridos no interregno 1999-2003, como com a decisão do banco de se ajustar à lógica dos demais bancos.

Vejamos então os principais acontecimentos que explicariam esta mudança. Um dos elementos tem a ver com decisões políticas do próprio banco relativas à redução dos empréstimos. Na verdade, para compreender a dinâmica é preciso observar também as mudanças das operações de passivo do BNB.

Analisando-se o balancete do BNB (Gráfico 3.2) nota-se que entre 1999 a 2001 há uma queda na expansão dos empréstimos que se observara na fase anterior, havendo uma certa queda dos mesmos. Para nós, isto tem a ver, em parte, com a conjuntura mais instável da época, mas na verdade, está articulada à uma opção do banco de utilizar-se menos dos empréstimos relacionados aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (Corrêa, 2010a), o que será comentado com maior detalhe mais à frente. A questão principal é a de que o FNE passa, a partir daí, a ser corresponsável pelos riscos dos empréstimos concedidos, fato já comentado anteriormente.

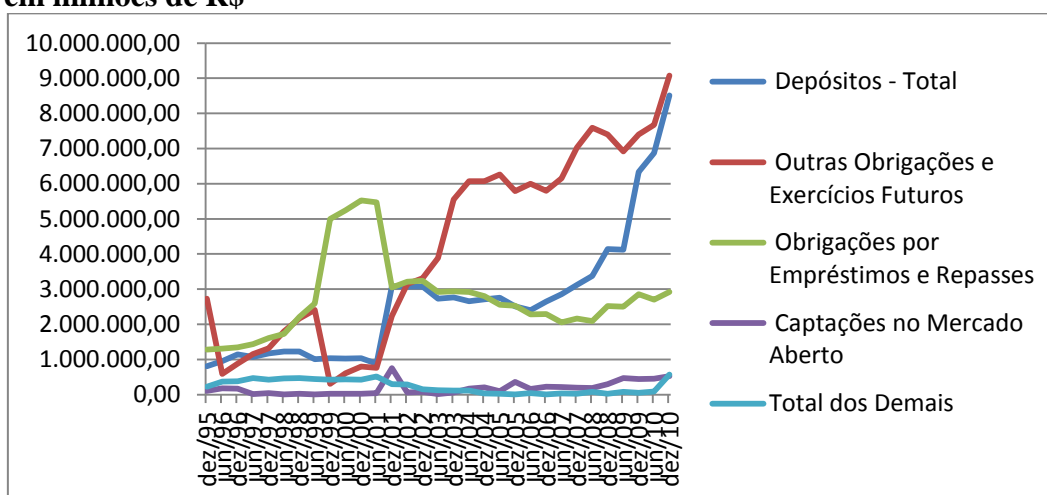
De fato, nesta fase os empréstimos do FNE ofertados pelo próprio Fundo (Gráfico 3.7) caem. Cai também o montante que o BNB toma do FNE para emprestar

diretamente (em seu balancete), como fonte de recursos em seu passivo. Logicamente caem também as operações de empréstimos do banco operadas com estes recursos. Vemos então que os empréstimos do banco deixam de crescer e inclusive caem um pouco.

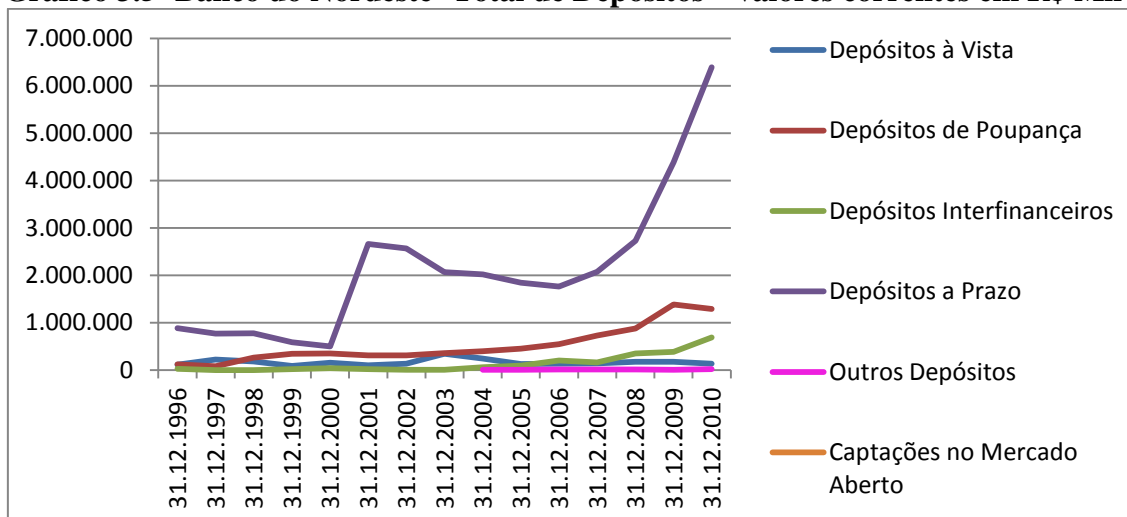
A questão é a de que, mesmo com a baixa expansão dos créditos vinculados ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), começam a serem efetuadas análises questionando o perfil das operações anteriores do BNB/FNE, questionando a “qualidade” dos empréstimos, tendo em vista a alta inadimplência que se observava.

Um dos acontecimentos que comprova este fato é o de que, “desde 1999 o Banco Central do Brasil (BACEN), em decorrência de Inspeção Global Consolidada – IGC, realizada no 2º semestre/1999, recomendou ao Banco do Nordeste a realização de provisões adicionais para passivos contingentes, provenientes da coobrigação do Banco do Nordeste para com o Fundo. Indicava-se a necessidade de o BNB aprovisionar mais recursos, uma vez que era garantidor dos recursos emprestados pelo FNE. Ou seja, a questão da inadimplência dos recursos emprestados pelo Fundo passava a ser questionada” (CORRÊA, 2010a).

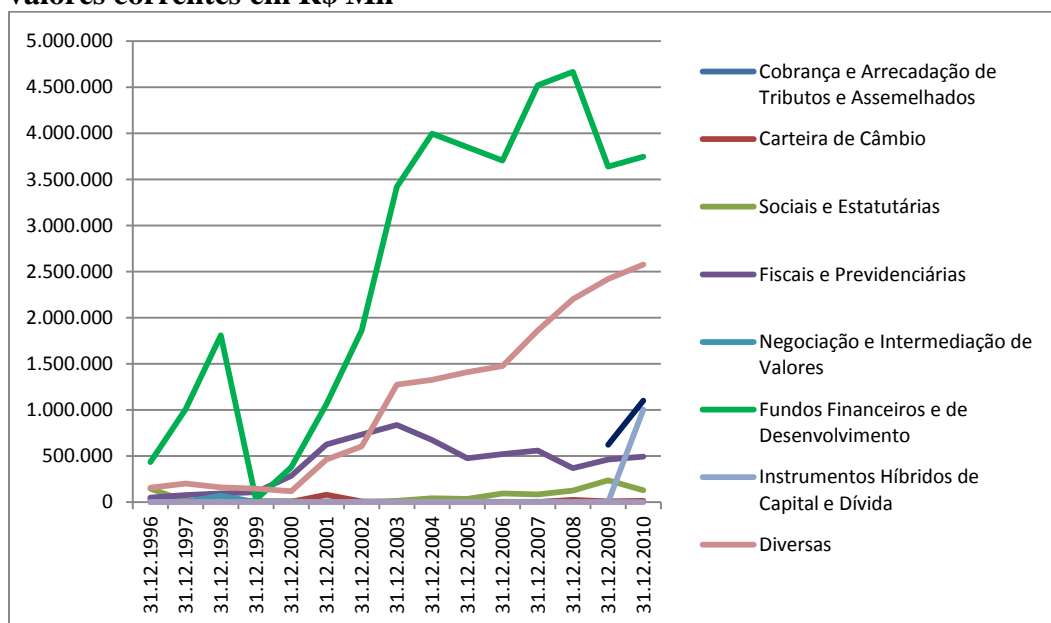
Gráfico 3.4 – Banco do Nordeste – Principais contas de passivo – valores correntes em milhões de R\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Gráfico 3.5- Banco do Nordeste -Total de Depósitos – valores correntes em R\$ Mil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do BNB.

Gráfico 3.6 - Banco do Nordeste - Outras Obrigações e Exercícios Futuros - valores correntes em R\$ Mil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do BNB.

Confirmando este movimento, a análise do passivo do BNB nos mostra que caem as captações de Outras Obrigações (repasse do FNE) e são as Obrigações por Empréstimos e Repasses que passam a ocupar o primeiro lugar em fonte de recursos entre dezembro de 2000 e junho de 2001 (Gráfico 3.4). Para bem compreender este movimento é preciso compreender que, os principais valores de Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos Repasses realizados por Instituições Oficiais, como Tesouro, BNDES, Caixa Econômica e FINAME.

No que se refere ao período considerado, o que destacamos é que ainda não há uma mudança mais profunda na lógica de atuação do banco, no sentido de que ele continuava sendo essencialmente um prestador e, também, por que aumentavam as operações com Outros Créditos. Paralelamente, as aplicações com títulos ainda não eram agressivas no banco.

As mudanças que ocorrem a partir do final de 2000 têm, em parte, a ver com as mudanças de exigências do Banco Central quanto às exigências de capital próprio.

Nas demonstrações contábeis do BNB de junho de 2000 estão analisadas pelo banco as dificuldades de adequação do mesmo a partir das regras de mudança de cálculo de adequação de capital. Isto por que Banco Central passou a determinar que as parcelas das operações do FNE correspondentes ao risco assumido pelo banco deveriam sensibilizar a sistemática de ponderação do risco e, com isto, os índices do banco passaram a ficar abaixo do limite mínimo requerido pelo Banco Central (11%), mas dentro do estabelecido pelo acordo de Basiléia.

Neste balancete específico o banco questiona esta sistemática, argumentando que a inadequação é resultado da forma de contabilização, que preserva a separação dos patrimônios do banco e do FNE. Para o banco, no entanto, isto “não reflete a real contribuição do FNE para alavancagem dos recursos aplicados, devido ao descasamento entre as operações do Ativo e as fontes de recursos, porquanto os registros das operações do FNE são feitos em contas de compensação e as obrigações do banco perante o Fundo não estão computadas no Patrimônio Líquido Ajustado”.

Como desdobramento, exigem-se provisionamentos para “créditos de devedores duvidosos que não estavam sendo seguidos pelo banco”, sendo que a situação de inadimplência dos devedores passa a comprometer a situação do banco.

A este respeito, a direção do banco observa ainda que “o Banco do Nordeste, como órgão de desenvolvimento regional e na qualidade de agente de programas de fomento do Governo Federal, tem entre seus encargos as aplicações de recursos vinculados à programas governamentais, que, dadas as suas especificidades, independem de enquadramento às regras de alavancagem e limites definidos para as operações de crédito”.

Quadro 3.8 - Medidas de Fortalecimento do Patrimônio do BNB em 2001

Securitização das Dívidas Rurais – Lei 9.138, de 29 de novembro de 1995 – As operações originárias de crédito rural, alongadas nos termos da Lei nº 9.138, de 29.11.1995, estão excluídas da ponderação de risco do Ativo do Banco, extinguindo-se a necessidade de capital e conseqüentes provisões decorrentes da aplicação dos critérios de avaliação de risco expedidos pelas autoridades monetárias;

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE – Desobrigação dos riscos das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 e manutenção do compartilhamento de risco (50%) das operações contratadas após aquela data;

Carteira Própria – Reclassificação dos créditos da carteira própria, contemplando operações contratadas antes de 1995, que, pelos novos critérios de reconhecimento de risco, passaram a exigir complementação de provisionamento;

Adequação de Procedimentos de Administração Tributária e Outros Contingenciamentos – Ajustes e reavaliação dos níveis de provisionamento para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e efetivação das despesas diferidas provenientes de processo de reestruturação organizacional;

Autorização para Aumento de Capital – Capitalização do Banco pelo valor de R\$ 2.556 milhões, que não resultou em reflexo patrimonial na empresa, em face da realização concomitante dos aprovisionamentos acima especificados.

As medidas permitem, ainda, o repasse para o Banco de parcela de recursos do FNE, para aplicação em nome próprio, que poderão se constituir em Patrimônio de Referência, Nível II, na proporção definida pela autoridade monetária e pelo órgão regulador.

Fonte: Quiente (2010).

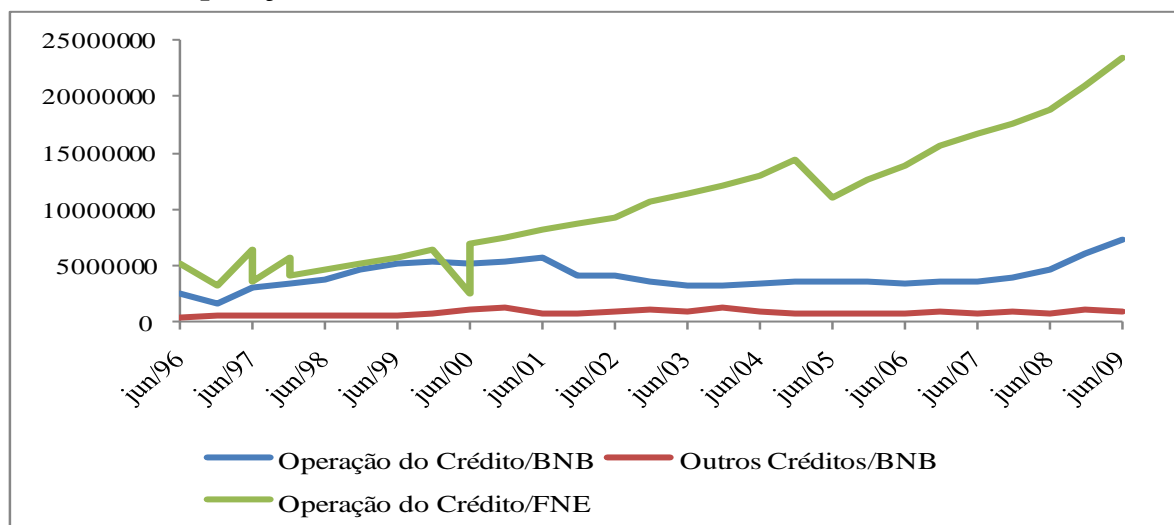
Então, se percebe que as exigências do BACEN relativas ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais afetaram diretamente o Banco do Nordeste. Em 2001 foram então estabelecidas medidas que fortaleceram o seu patrimônio. Dentre elas destacam-se as que se encontram no Quadro 3.8 e que permitiram que o banco se adequasse às novas exigências.

O interessante é que nesta fase há uma forte expansão do FNE (a partir de 2002) (Gráfico 3.7), indicando uma mudança na atuação do banco na gestão do mesmo. A hipótese de Quiente (2010) é a de que o banco ajusta seu balancete próprio e a opção passa a ser a de emprestar com os recursos do Fundo. Só que, paralelamente, a opção é a de reduzir as operações de empréstimo efetuadas pelo próprio banco (balancete próprio). Do lado dos passivos, o que se observa é que o BNB volta a receber mais recursos do FNE para empréstimos do próprio banco (Outras Obrigações) (Gráfico 3.4), mas esta expansão não é muito forte. Na verdade, esta captação não aumenta muito, pois o BNB passa a bancar o risco de crédito das operações de crédito com recursos do FNE, quando ofertadas por ele, tendo em vista a mudança da legislação em 2001, já comentada anteriormente.

Provavelmente, a opção do BNB tenha sido a de ajustar os recursos do próprio banco para os ganhos com títulos, operando sua ação de Banco de Desenvolvimento

principalmente com os recursos do FNE ofertados diretamente pelo Fundo. Esta é uma mudança de estratégia da atuação do banco.

Gráfico 3.7 - Operações de crédito do BNB e do FNE



Fonte: Quiante (2010).

É por isto que quando se vai analisar a atuação do BNB a partir daí deve-se considerar a ação do “Sistema BNB”, que considera as liberações de operações de crédito do próprio banco, como também as realizadas via a operação do FNE, em balancete próprio do Fundo.

Ainda assim, já fica a consideração de que o ajuste do balanço do BNB se deu em níveis superiores aos exigidos pelas regras da Basileia. Ou seja, o BNB poderia ter emprestado mais com recursos de risco próprio. Tanto é verdade, que age de forma anticíclica em 2008, mudando, de novo sua forma de atuação nas operações de ativo.

Ora, seguimos então o argumento de que não se pode apenas analisar a distribuição do crédito do BNB sem entender sua lógica de atuação que apresentamos até aqui em nosso trabalho e que contempla a perspectiva teórica que parte de Keynes. Isto esclarecido, a seguir passamos a analisar o perfil da distribuição dos créditos do BNB.

3.3- Evolução dos créditos de curto prazo e longo prazo do “Sistema BNB”

Nesta parte do trabalho faremos a análise das liberações do Banco do Nordeste, mas agora considerando o “Sistema BNB”, que leva em conta o conjunto de suas operações. Já mostramos que a lógica do mesmo foi a de expandir os recursos via liberações dos Fundos Constitucionais, em balanço próprio deste último. Somente no último período observou-se uma expansão das operações de créditos do próprio BNB.

Então, no caso do estudo que agora desenvolveremos optamos por analisar as liberações de crédito conjuntas do BNB e do FNE, mas separando-as em “Créditos de Curto Prazo” e “Créditos de Longo Prazo”.

De acordo com relatórios de demonstrações financeiras apresentados no *site* do BNB, as operações de crédito de curto prazo são:

- (i) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo);
- (ii) Crédito Direto ao Consumidor (CDC);
- (iii) Capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida.

Estas operações estão ligadas aos recursos operados pelo próprio BNB e que constam em seus balanços próprios. Já as operações de longo prazo estão fortemente ligadas aos recursos do FNE e operados diretamente por ele. Grande parte das mesmas (mas não a totalidade) está contabilizada no balancete do FNE. Estas operações são as seguintes:

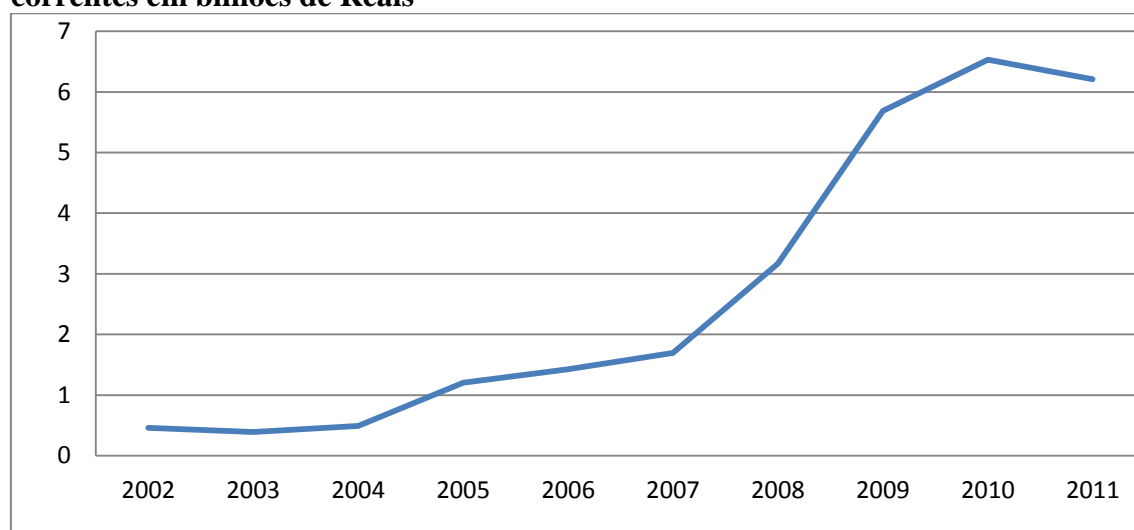
- (i) Financiamentos rurais;
- (ii) Financiamentos industriais e agroindustriais;
- (iii) Financiamentos à infraestrutura;
- (iv) Financiamentos à comércio e serviços

Neste item do trabalho observaremos a evolução agregada dos créditos de Curto e de Longo Prazo. Nos itens seguintes da dissertação faremos um estudo do perfil da distribuição desses créditos por município, comparando com o IDH dos mesmos. Ainda para esclarecer mais este perfil, apresentaremos também alguns dados adicionais,

referentes à concentração dos recursos. Isto posto, passemos à análise das liberações das operações de crédito do “Sistema BNB”.

A análise do gráfico sobre a evolução das operações de crédito de curto prazo (Gráfico 3.8) mostra o movimento de expansão ocorrido após 2004 e a inflexão de 2007, na atuação anti-cíclica do BNB. Observa-se ainda que ocorre uma pequena redução entre 2010 e 2011.

Gráfico 3.8 – Total das operações de crédito de curto prazo do BNB – valores correntes em bilhões de Reais

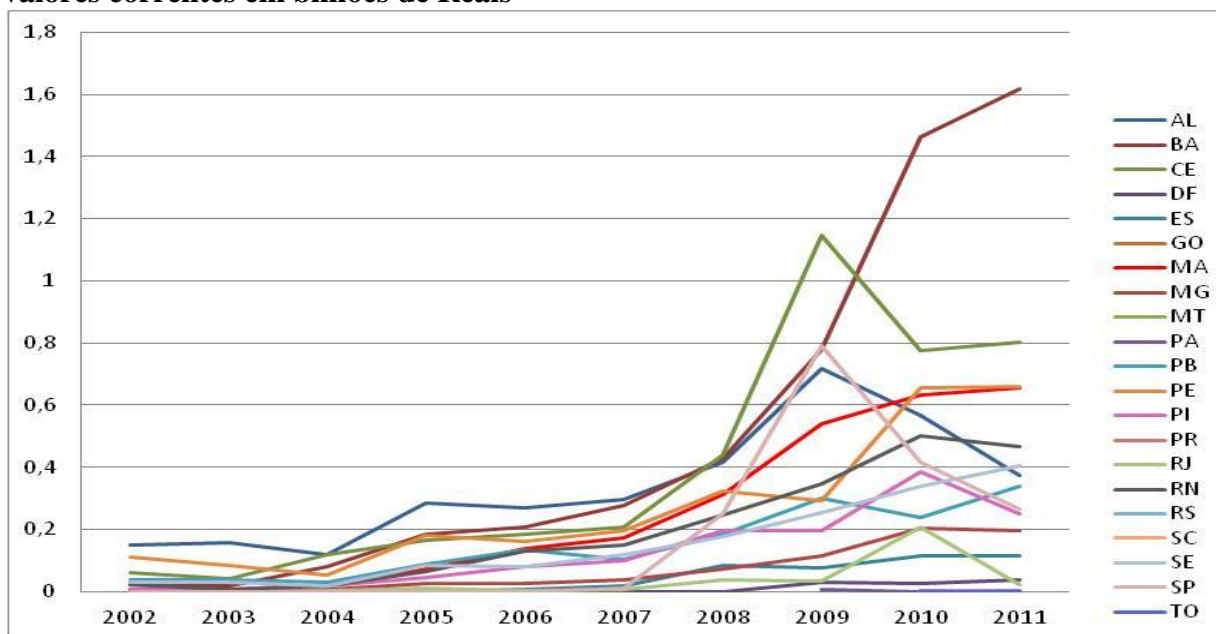


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No que se refere à distribuição dos créditos de curto prazo por estados atendidos pelo BNB, o Gráfico 3.9 nos mostra estes resultados. Entre 2004 e 2007 é interessante observar que o estado do Alagoas tem um importante papel no recebimento dos recursos liberados, seguido pelo Ceará, Bahia e Goiás. Note-se que os montantes de liberação entre eles não apresentam diferenças discrepantes.

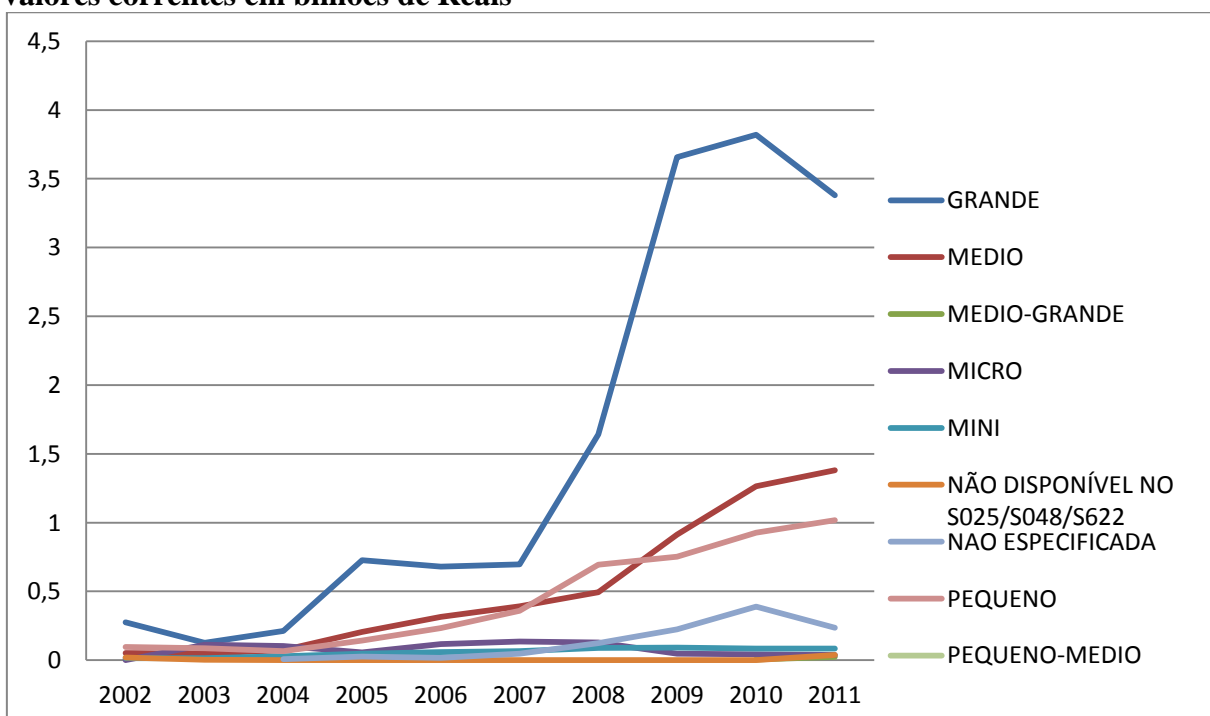
Já depois de 2007 a dinâmica é outra. De fato, vemos que o estado que puxa as liberações a partir de 2007 é claramente a Bahia, seguido do Ceará. A expansão de recursos para os mesmos se distancia muito da dos demais, mostrando que parte importante dos recursos vai para estes dois estados e em especial, para a Bahia. Outro destaque importante é o crescimento das liberações para o estado de São Paulo entre 2007 e 2009, notando-se que antes disto os créditos ofertados pelo BNB para este estado eram praticamente nulos.

Gráfico 3.9 – Total das operações de crédito de curto prazo do BNB por estado – valores correntes em bilhões de Reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Gráfico 3.10 – Total das operações de crédito de curto prazo do BNB por porte – valores correntes em bilhões de Reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No que se refere às operações de crédito de curto prazo do BNB por porte, a análise do Gráfico 3.10 revela que, ao longo de todo o período de 2002 a 2011, a maior captação de recursos é feita pelo grande porte. Mas, mais do que isto, vemos que a partir de 2004 a expansão é puxada basicamente por eles. No caso do crescimento de 2007 o

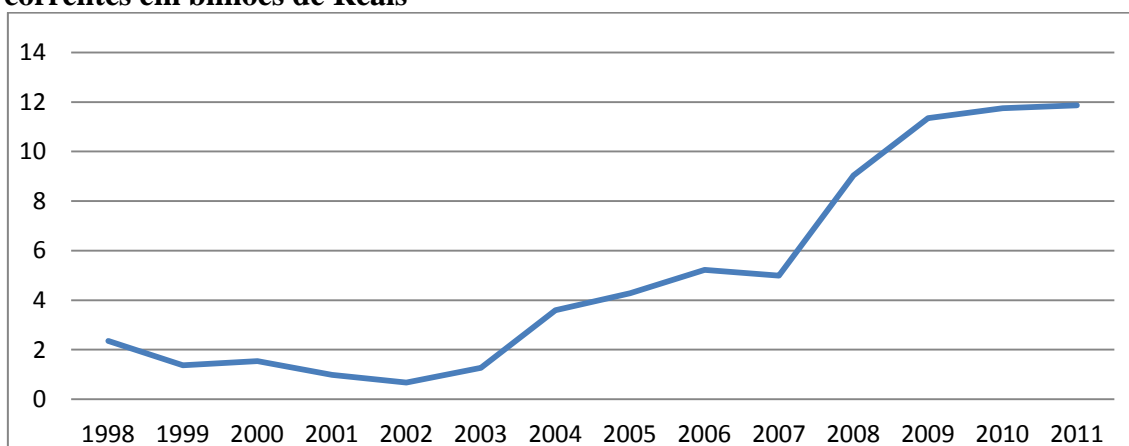
salto impressionante dos créditos de curto prazo liberados se deve a este segmento. Para ter-se ideia, as liberações para o segmento de grande porte passam de R\$ 0,7 bilhões em 2007, para R\$ 3,8 bilhões em 2010. Já no segmento médio porte, tais crédito passam de R\$ 0,3 bilhões em 2007 para R\$ 1,3 bilhões em 2010.

Nestes termos, considerando-se as liberações agregadas, a consideração seria a de que o perfil da liberação dos créditos de curto prazo piorou. Por um lado, ela se concentrou em alguns poucos estados, contemplando de forma importante o estado de São Paulo. Por outro lado, por que contemplou essencialmente os demandadores de grande porte. Ou seja, as liberações se deram fortemente para demandadores mais capitalizados.

Quanto às operações de longo prazo (Gráfico 3.11) vemos que a ascensão das liberações se dá a partir de 2002. Analisando a dinâmica destes créditos vemos que entre 1999 e 2002 os mesmos diminuem, fato ligado à não liberação dos recursos do FNE que, nestes anos, apresentava retenção desses recursos. A partir de 2002, o BNB muda sua forma de liberação dos recursos do Fundo, conforme já comentado inicialmente, e é clara a evolução desses créditos.

Ademais, nota-se também uma inflexão em 2004 e 2007, mas não com as diferenças profundas de magnitudes observadas pelo crédito de curto prazo. Conforme já comentamos, no caso do primeiro, as operações estão basicamente relacionadas a créditos e recursos que transitam pelo balancete do próprio BNB, enquanto que as operações de longo prazo agregam os recursos do FNE. Estes recursos passaram a ser liberados com mais força, mesmo em uma fase em que o BNB ainda estava contendo suas liberações de crédito, privilegiando o ajuste interno e as operações com títulos. Neste sentido, as operações de longo prazo, já haviam começado a ter taxas de crescimento mais expressivas a partir de 2002, fato ligado às liberações do PRONAF, via FNE (Fernandes, 2011). Note-se que no caso dos créditos de longo prazo não ocorre queda de recursos em 2010.

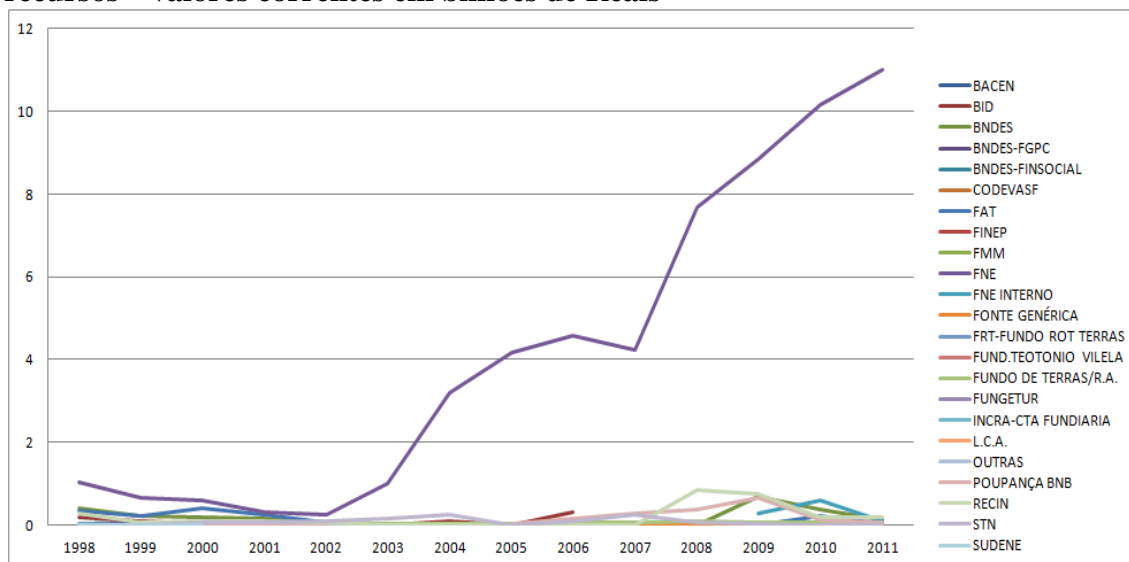
Gráfico 3.11 – Total das operações de crédito de longo prazo do BNB– valores correntes em bilhões de Reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

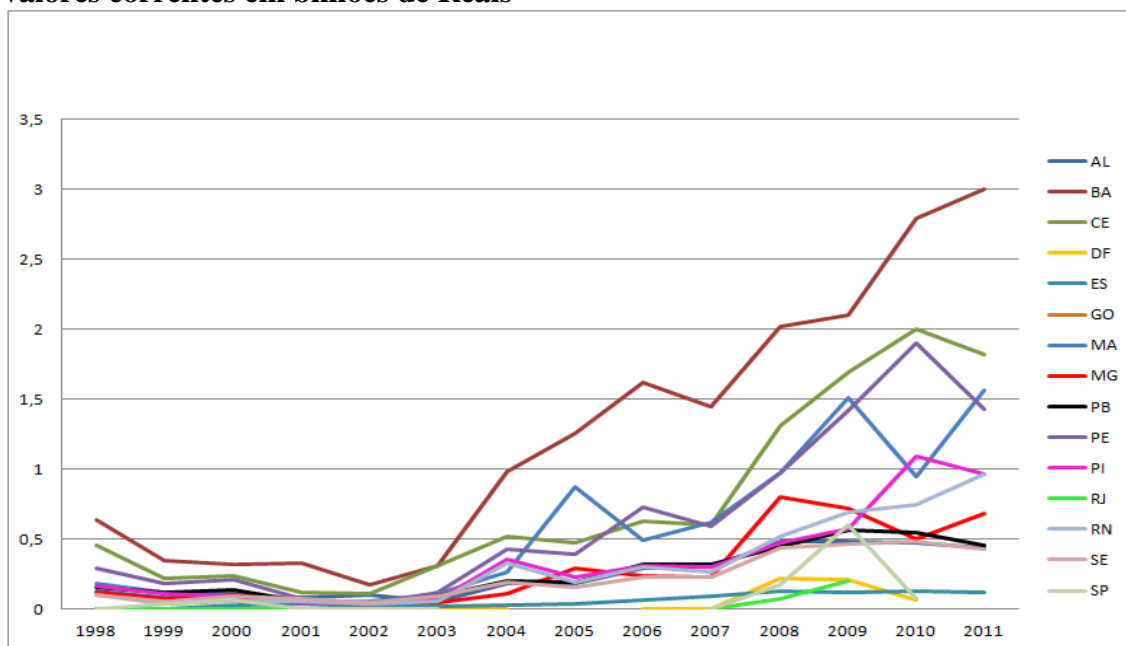
A relação direta entre as liberações dos créditos de longo prazo e os recursos que estão fora do balanço do BNB e sendo operados via FNE fica clara quando observamos o Gráfico 3.12, referente à fonte dessas liberações. Vemos que estas vêm essencialmente do FNE, sendo que as mesmas são operadas no balancete do Fundo. Aquelas que entram no balancete do BNB diretamente aparecem com a rubrica “FNE Interno”.

Gráfico 3.12 – Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por fonte de recursos – valores correntes em bilhões de Reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Gráfico 3.13 – Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por estado – valores correntes em bilhões de Reais



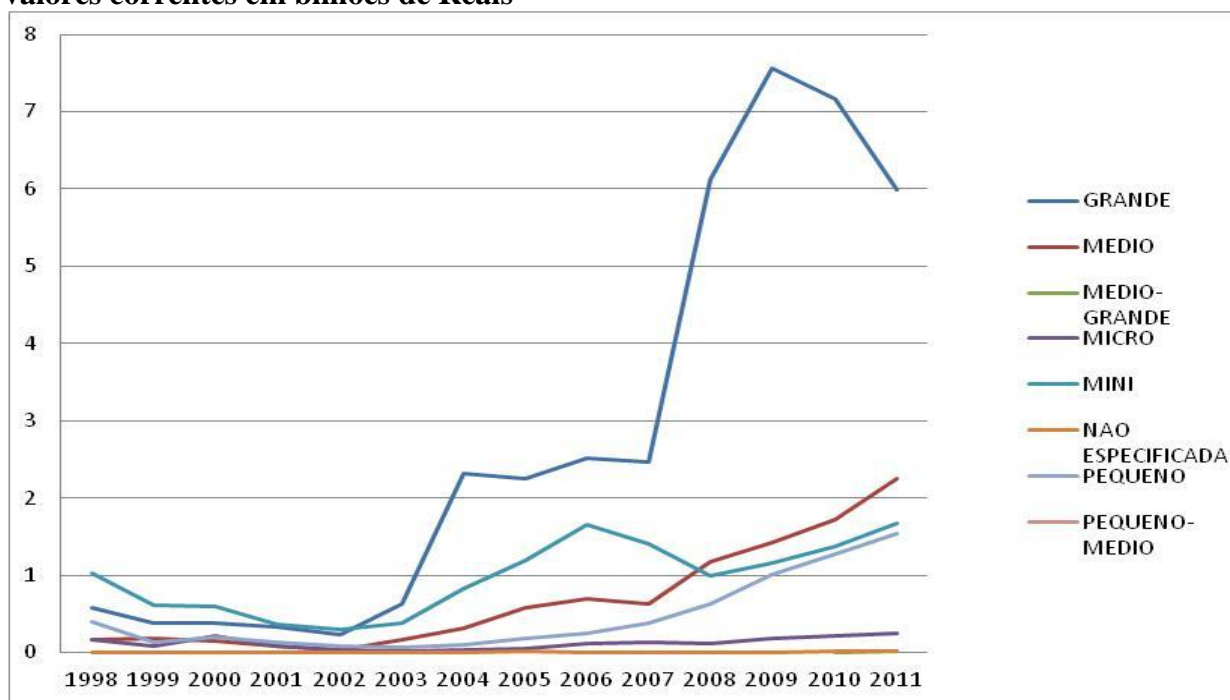
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Outro comentário importante, referente às liberações de longo prazo é a de que durante todo o período 1998-2011 a Bahia é o estado que mais recebe crédito do BNB (Gráfico 3.13). A partir de 2003 as liberações são fortemente puxadas por ele. Os três outros estados que recebem mais crédito são Ceará, Pernambuco e Maranhão. É possível observar o salto das liberações para estes três estados entre 2007 e 2009, mas a Bahia continua dominando, incontestavelmente.

Quanto ao porte das liberações (Gráfico 3.14), aqui também se confirma a mesma dinâmica observada para os créditos de curto prazo: a de que são os créditos aos produtores de grande porte que lideram a captação dos recursos após 2003. No entanto, destacamos que entre 2003 e 2006 o crédito aos mini produtores também tem uma participação importante, como também, os de médio porte. Já depois de 2007 o salto da distribuição aos grandes produtores é substancialmente maior, sendo que praticamente passa a dominar as liberações. Paralelamente as liberações aos mini caem. Para se ter ideia, as operações vinculadas a captadores de grande porte chegam a mais de R\$ 7 bilhões, enquanto as de porte médio e mini ficam em R\$ 1,3 bilhões e R\$ 1 bilhão, respectivamente.

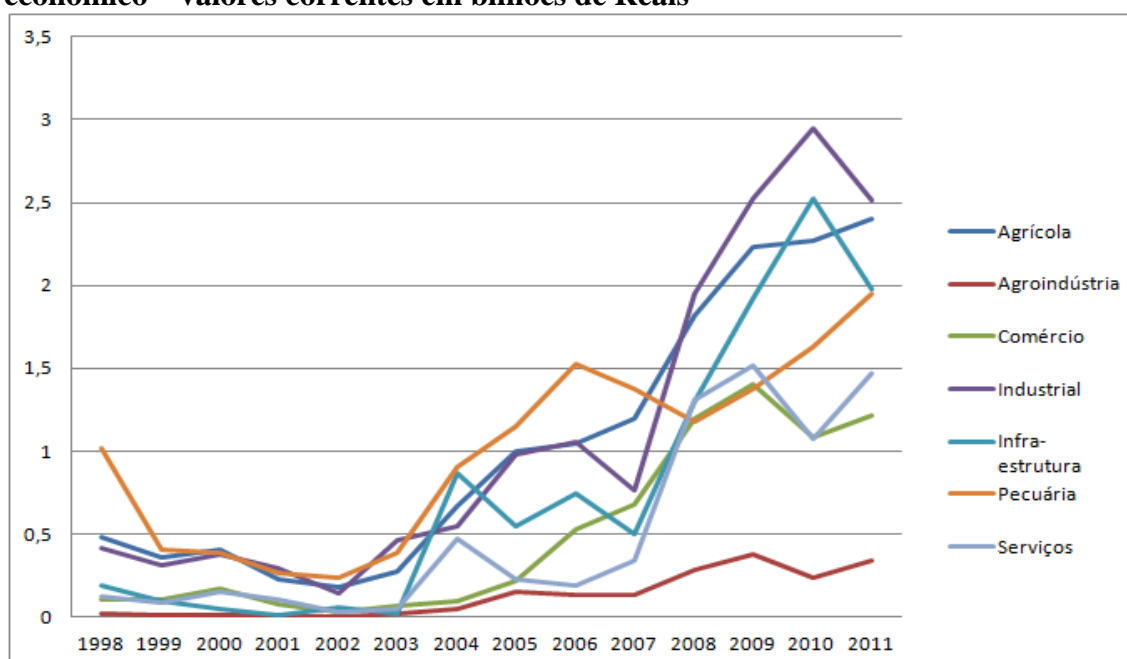
Esta foi uma importante mudança de dinâmica, pois entre 1999 e 2002 as operações direcionadas aos mini produtores haviam dominado os créditos de longo prazo e no período seguinte ainda representavam uma parte importante destes créditos.

Gráfico 3.14 – Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por porte – valores correntes em bilhões de Reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Gráfico 3.15 – Total das operações de crédito de longo prazo do BNB por setor econômico – valores correntes em bilhões de Reais



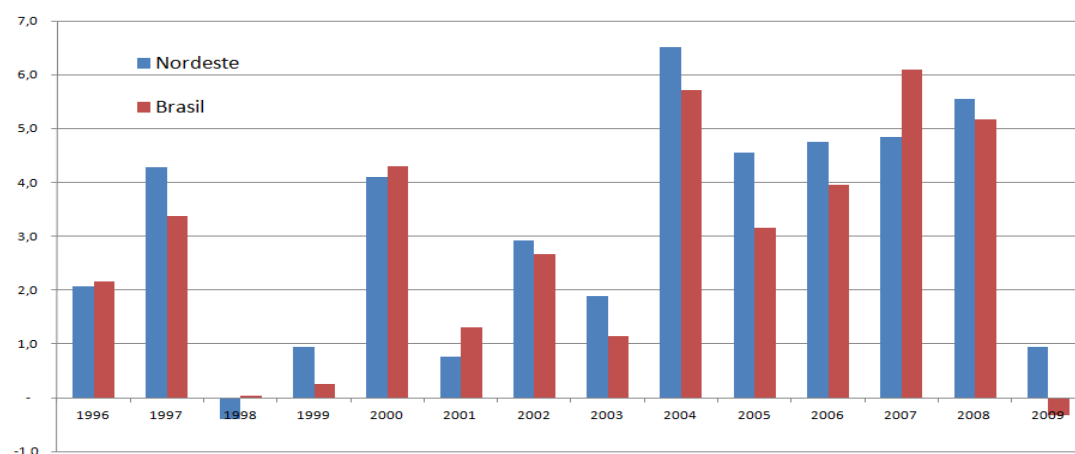
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No que se refere à mudança da dinâmica de liberações, ainda é interessante comentar o fato de que os créditos à pecuária apresentavam uma importante expansão após 2004 e até 2006. No entanto, a partir daí são os créditos industrial e agrícola que puxam a expansão pós 2006, seguidos do crédito à infra-estrutura (Gráfico 3.15).

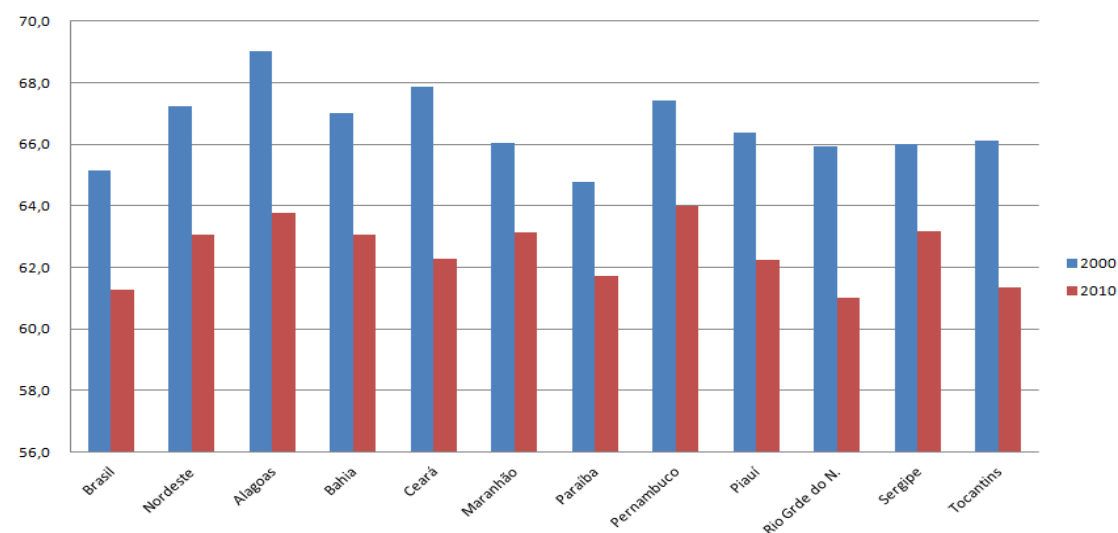
Considerando estes dados, a indicação geral é a de que, a partir de 2007, houve uma piora do perfil da liberação, tanto em termos dos créditos de curto prazo quanto de longo prazo, do ponto de vista do caráter anti-concentrador que os bancos públicos poderiam ter em sua oferta de crédito. De fato, os dados deixam claro o crescimento da opção pelas operações com agentes de grande porte. Neste sentido, o resultado corrobora a hipótese de Corrêa e Fernandes (2011), de que o papel anticíclico dos bancos públicos foi claro, mas a opção preservou os resultados que contemplem a questão relativa ao atendimento de “bons graus de risco” que está por trás da filosofia das Regras da Basileia. Ou seja, deu-se o arrefecimento do perfil concentrador por porte, inclusive para os créditos de longo prazo.

Considerados os dados referentes às liberações do crédito do BNB, é interessante comentar os resultados de crescimento da região Nordeste no período considerado. De fato, o que se observa é que a mesma cresceu mais do que a média brasileira após 2004, tendo havido um importante movimento de redução da pobreza.

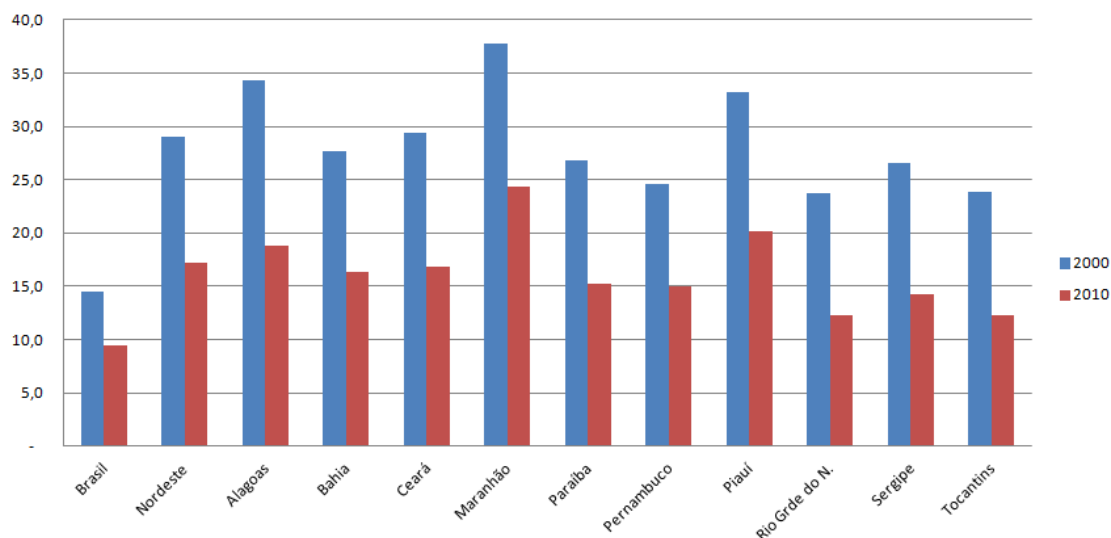
Na verdade, estes resultados têm a ver com a dinâmica do perfil do Regime de Crescimento da economia brasileira pós 2004, que foi fortemente centrado nas políticas distributivas ligadas às Transferências de Previdência e Assistência Social (dentre elas o Bolsa Família que teve um impacto importante nos níveis de pobreza), ao crescimento do Salário Mínimo e dos Investimentos Públicos (SANTOS, CORREA & AMITRANO 2012).

Gráfico 3.16 - Taxa de crescimento anual do PIB real - Nordeste e Brasil (em %)

Fonte: IPEA.

Gráfico 3.17- Índice de Gini

Fonte: IBGE/Censo.

Gráfico 3.18 - Extrema pobreza (%)

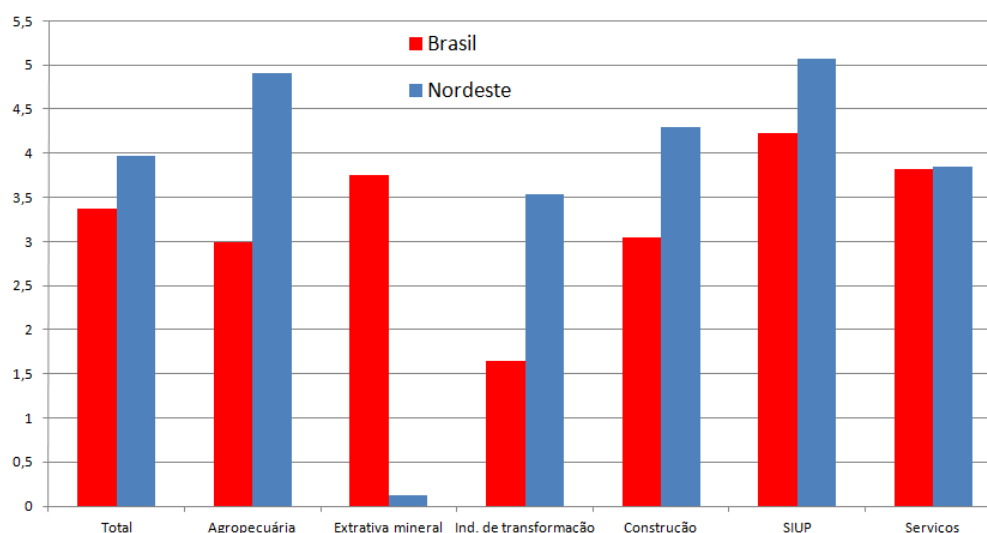
Fonte: IBGE/Censo.

Ainda assim, outra alavanca importante do crescimento foram os créditos liberados. No caso da região Nordeste, destacam-se não apenas o crédito dos bancos privados e do Banco do Brasil, mas especialmente o do Banco do Nordeste, sendo que vimos a importância dos créditos de longo prazo, operados via recursos do FNE, em especial do crédito agrícola, à indústria e à infra-estrutura. Ou seja, os bancos públicos são importantes agentes do crescimento e eles podem influenciar o perfil do mesmo, na medida em que não é meramente a demanda que direciona o crédito. O banco influi muito nesta distribuição, observando-se que as próprias condições do crédito influenciam na decisão da tomada dos recursos. Ademais, outra consideração importante é a de que, especialmente no caso dos agentes menos capitalizados, a ação direta do banco é essencial.

Mesmo que o nosso intuito não seja o de desenvolver estudos econométricos que levantem estas relações, a análise detalhada das liberações nos dá pistas importantes quanto ao papel dos mesmos. Avançando neste questionamento, a próxima questão a ser considerada busca verificar a relação das liberações com o perfil dos municípios que recebem os créditos. A hipótese é a de que a tendência da lógica bancária seria a de que houvesse uma forte relação entre os níveis de captação e o “nível de Desenvolvimento” do município. Pelo mapeamento efetuado para o crédito liberado pelo Sistema Financeiro Nacional, apresentado no início do capítulo, foi possível visualizar a concentração dos recursos nas macrorregiões mais dinâmicas. O nosso ponto agora é o

de verificar através de técnicas estatísticas se, para o caso do Banco do Nordeste, houve esta dinâmica no interior de seu espaço de atuação, que é essencialmente a região Nordeste.

Gráfico 3.19- Taxa de crescimento médio anual do PIB segundo ramos de atividade no período 2002-2009 (em %)



Fonte: IPEA.

3.4- Estudo da distribuição do crédito do “Sistema BNB” a partir de dados por município

O intuito desta seção é fazer uma análise da distribuição dos créditos ofertados pelo BNB por município, levando em conta dois estudos: o relativo aos créditos de curto prazo do BNB e o relativo aos créditos de longo prazo do BNB. Para analisar o perfil da distribuição, consideraremos a comparação entre os índices de captação encontrados para cada estudo com o IDH. A ideia é relacionar o perfil de captação com o perfil de desenvolvimento do município. Para tal, utilizaremos a técnica de Análise Correspondências, que será indicada na metodologia. Consideramos, grosso modo, a mesma periodização utilizada ao longo da dissertação, com uma pequena modificação.

3.4.1- Metodologia

Levamos em conta todos os municípios que recebem crédito do BNB e cujos dados estão disponíveis. Para agregar mais dados àqueles apresentados na primeira parte do trabalho, foi considerada uma base de dados fornecida pelo próprio BNB por municípios, considerando o chamado “Sistema BNB”. Neste sentido, estão aqui

considerados os valores de operações de crédito operados pelo próprio banco, via balancete próprio e também via Fundos Constitucionais. No que se refere à distribuição dos recursos, os dados consideram municípios nas seguintes unidades federativas: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo.

Os dados foram separados em “operações de curto prazo” e “operações de longo prazo” e a base de dados refere-se às liberações conjuntas BNB + FNE, que conformam o “Sistema BNB”, anteriormente comentado no item anterior da dissertação.

Nossa expectativa, por um lado, é a de que os créditos de curto prazo, que constam essencialmente no balancete do BNB, se ligam mais à lógica bancária tradicional, concentrando fortemente os recursos. De outro lado, espera-se que, no caso dos créditos de longo prazo, relacionados aos FNE e em grande parte contabilizados em seu balancete, a concentração seja menos forte. É nesta rubrica que estão os empréstimos do PRONAF para Investimento, especialmente o PRONAF B, ligado aos agricultores mais pobres. Mesmo assim, os resultados apresentados no item anterior parecem não corroborar esta possibilidade.

Considerando os dados disponibilizados, no caso das operações de crédito de curto prazo, o interregno analisado é 2003 à 2010, enquanto que no caso das operações de longo prazo, o interregno analisado é 1999 à 2010. Além disso, os anos em estudo foram divididos em períodos, tendo como base a periodicidade apresentada no capítulo 2. Mas, nesse estudo do capítulo 3, fizemos certa modificação na divisão dos períodos, para que cada fase tivesse quatro anos, de forma que tivéssemos o mesmo número de anos em cada período, uniformizando mais o conjunto de dados. Assim sendo, a periodicidade aplicada neste capítulo foi a seguinte: 1999-2002, 2003-2006, 2007-2010. Além da questão da uniformização, outro comentário sobre a periodicidade é a de que a expansão dos créditos do Banco do Nordeste, especialmente dos operados pelos Fundos Constitucionais, já opera após 2003.

Levando em conta a periodicidade apresentada, calculamos a soma do total das operações de crédito municipais no conjunto de anos da periodicidade e a soma do PIB municipal para o conjunto de anos e calculamos a relação Crédito/PIB do período. Isto

foi feito para cada uma das fases consideradas, chegando-se ao indicador constante no Quadro 3.9.

Quadro 3.9- Indicador de crédito do BNB por município

Indicador	Fonte de dados
Crédito ofertado pelo BNB para o município/PIB do município	Crédito por município: dados disponibilizados pelo BNB PIB do Município: IBGE

Fonte: Elaboração própria.

Tanto as operações de crédito municipais quanto o PIB municipal, estão em valores correntes para todos os anos analisados. Os valores utilizados do PIB municipal estão disponíveis no *site* do IBGE. Dado que os valores para o PIB municipal de 2010 não estavam disponíveis no momento de nossa pesquisa, para o ano de 2010 consideramos os valores do PIB municipal de 2009.

Após a construção desse indicador para cada município (e para cada período), classificamos os valores dos indicadores do maior para o menor, dividimos esses valores em quartis e fizemos a categorização e a classificação em Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo, para cada período em estudo e para as operações de crédito de curto prazo e de longo prazo. Cada um desses quartis corresponde à 25% dos municípios da amostra. Além disso, em nosso estudo, dado o número bastante pequeno de municípios sem dados (SD), os mesmos foram desconsiderados.

Assim sendo, no que se refere às operações de crédito de curto prazo, o referido indicador apresenta os seguintes valores:

Quadro 3.10 - Classificação índice de captação de curto prazo - período 2003-2006

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	0,6897	46,3164	348
Médio	0,22231	0,68927	348
Baixo	0,06158	0,2218	348
Muito Baixo	0,00099	0,06145	350

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.11 - Classificação índice de captação de curto prazo – período 2007-2010

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	2,317	143,399	434
Médio	0,7874	2,305	434
Baixo	0,2629	0,7859	434
Muito Baixo	0,00115	0,2628	436

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às operações de crédito de longo prazo, os indicadores apresentam os seguintes valores:

Quadro 3.12 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 1999-2002

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	17,71	443,428	497
Médio	8,944	17,704	497
Baixo	4,5528	8,9336	497
Muito Baixo	0,000043	4,5514	496

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.13 - Classificação índice de captação de longo prazo - período 2003-2006

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	26,3415	1252,985	497
Médio	14,9056	26,3269	497
Baixo	7,9633	14,889	497
Muito Baixo	0,00002621	7,9504	496

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.14 - Classificação índice de captação de longo prazo – período 2007-2010

	Mínimo	Máximo	Número de municípios
Alto	26,719	904,649	499
Médio	15,391	26,707	499
Baixo	8,2916	15,374	499

Muito Baixo	0,0049	8,2816	498
--------------------	--------	--------	-----

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos quadros permite-nos fazer algumas observações. No que tange ao indicador construído a partir das operações de crédito de curto prazo, podemos perceber que, tanto no período 2003-2006 quanto no período 2007-2010, os municípios classificados como de captação “Alta” apresentam indicador com amplitude expressivamente elevada. No interregno 2003-2006, o indicador varia de 0,6897 a 46,3164. Em 2007-2010, o mesmo varia de 2,317 a 143,399. Quanto aos municípios classificados como de captação “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa”, tanto em 2003-2006 quanto em 2007-2010, os valores do indicador são significativamente menores, quando comparados com os valores do indicador “Alto”.

No caso das operações de crédito de longo prazo, em todos os períodos analisados, os municípios classificados como captação “Alta”, também apresentam indicador com amplitude muito grande. Ademais, os valores do indicador “Alto” são expressivamente maiores que os valores das demais classificações (“Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo”). No período 1999-2002, o indicador varia de 17,71 a 443,428; em 2003-2006, varia de 26,3415 a 1252,985; e no interregno 2007-2010, varia de 26,719 a 904,649. No período 2003-2006, por exemplo, o indicador “Médio” varia de 14,9056 a 26,3269, os quais são valores significativamente menores que os valores do indicador “Alto”.

O que a grande amplitude observada no quartil de captação “Alta” nos indica, em ambos os estudos, é que, por um lado, há forte concentração do crédito em alguns municípios, de forma que eles apresentam altíssima relação crédito/PIB. No mesmo quartil, por outro lado, já se apresentam municípios com índices de captação mais baixos, explicando a amplitude do resultado. Neste sentido, será interessante avaliar melhor a distribuição da concentração do crédito no primeiro quartil para auferir o grau da mesma.

Ainda considerando apenas o resultado dos intervalos de classificação, no que se refere à análise feita a partir das operações de longo prazo, comparando os períodos 1999-2002 e 2007-2010, vemos que ocorreu um aumento dos valores de todos os quartis. De 2003-2006 para 2007-2010, os valores dos indicadores “Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo” aumentam um pouco, enquanto que o valor máximo do indicador “Alto”

apresenta certa redução (de 1252,985 para 904,649), mas continua com amplitude muito grande e apresentando valores significativamente maiores que os das demais classificações.

Outro ponto a destacar é que, no caso do indicador construído a partir das operações de crédito de longo prazo, todos os quartis apresentam valores substancialmente maiores que os apresentados pelo indicador feito a partir das operações de curto prazo.

Para a realização do nosso trabalho de análise de distribuição de crédito municipal do BNB, utilizamos os valores do Índice de Desenvolvimento Humano municipal de 2000, para fazermos uma comparação entre esse e o indicador que construímos. No caso do IDH por município, também dividimos os seus valores em quartis e fizemos a categorização e a classificação em Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo. Os resultados encontrados para a categorização do IDH foram os apresentados nos Quadros 3.15, 3.16, 3.17, 3.18 e 3.19.

IDH dos municípios selecionados a partir das operações de crédito de curto prazo do BNB:

Quadro 3.15 – Índice do IDH – período 2003-2006 (créditos de curto prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,651	0,844
Médio	0,616	0,651
Baixo	0,583	0,616
Muito Baixo	0,479	0,583

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.16 – Índice do IDH - período 2007-2010 (créditos de curto prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,651	0,862
Médio	0,616	0,65
Baixo	0,583	0,616
Muito Baixo	0,467	0,583

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

IDH dos municípios selecionados a partir das operações de crédito de longo prazo do BNB:

Quadro 3.17 – Índice do IDH - período 1999-2002 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,645	0,862
Médio	0,613	0,645
Baixo	0,58	0,612
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.18 – Índice do IDH - período 2003-2006 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,644	0,844
Médio	0,612	0,644
Baixo	0,58	0,612
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.19 – Índice do IDH - período 2007-2010 (créditos de longo prazo)

	Mínimo	Máximo
Alto	0,645	0,862
Médio	0,613	0,645
Baixo	0,58	0,613
Muito Baixo	0,467	0,58

*IDH de 2000.

Fonte: Elaboração própria.

Após a construção da categorização dos indicadores é que se pode levantar a relação entre eles em cada um dos municípios considerados. Isto será feito através da técnica de “Análise de Correspondências”. No que se refere à Análise de Correspondência (AC), segundo Cunha Jr (1997), essa é uma técnica de fácil aplicação e interpretação, bem como, apresenta versatilidade no tratamento de variáveis categóricas. O uso da AC utiliza um “mapa geográfico” que demonstra as proximidades entre estímulos propostos no trabalho.

A Análise de Correspondência consiste em uma técnica que busca à redução da quantidade de dados a serem analisados pelo pesquisador, a partir de procedimentos de estatística multivariada, de forma que este possa analisar um número maior de variáveis/categorias simultaneamente a partir de um espaço com dimensões reduzidas, com o mínimo de perda de informação possível.

A forma mais simples da AC, ou seja, a forma bivariada possibilita a identificação, pelo pesquisador, de como em um mapa, as proximidades/distâncias e relações entre linhas e colunas (estímulos) de uma tabela de contingência (usualmente denominada de tabela cruzada, cruzamentos, tabulação cruzada) em duas ou mais dimensões. (Cunha Jr., 1997).

Ademais, no que se refere à Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), a aplicação desta técnica possibilita a criação de medidas de similaridades, ou seja, de proximidades a partir da distância euclidiana entre os indivíduos e, dessa forma, representa graficamente tanto as categorias das variáveis quanto os indivíduos que compõem a amostra. A mencionada distância advém das respostas dadas às diversas categorias das variáveis envolvidas na análise para cada um dos indivíduos. A ACM, apesar de ser desenvolvida para a representação de mais de duas variáveis, permite que o analista explore duas variáveis (como na AC, mas complementada pela representação dos indivíduos), ou ainda, variáveis do tipo escolha múltipla (escolha n/k).

De acordo com Fávero et al (2009), a Análise de Correspondência consiste em uma técnica exploratória que estuda a distribuição de frequências resultantes de duas (bivariada ou simples) ou mais (multivariada ou múltipla) variáveis qualitativas, ou seja, variáveis categóricas ou mesmo variáveis quantitativas que passaram por um processo de categorização. Tal técnica, fazendo uso de um espaço multidimensional, busca explicitar a associação entre categorias dessas variáveis. Essa técnica utiliza um mapa percentual, que consiste na representação visual das percepções de objetos de um indivíduo em duas ou mais dimensões e, normalmente, esse mapa tem níveis opostos de dimensões nos extremos dos eixos X e Y. Neste mapa percentual são demonstradas as associações entre um conjunto de variáveis categóricas, o que permite a análise visual de qualquer padrão ou estrutura nos dados.

Desta forma, a análise de Correspondências Múltiplas, partindo de uma configuração simples e bidimensional, permite que se observe, conjuntamente e simultaneamente, as relações entre as variáveis. Assim sendo, esta técnica pode ser aplicada em ciências sociais, as quais muitas vezes estudam variáveis qualitativas.

A representação gráfica simplifica o conjunto de dados complexos e representa a disposição relativa dos indivíduos ou categorias, bem como, possibilita e facilita a observação das relações entre os dados. Ademais, a Análise de Correspondências

Múltiplas analisa dados qualitativos e permite que as variáveis sejam separadas em grupos homogêneos, fazendo uso da transformação de dados não métricos por meio da atribuição de escores (quantificações ótimas).

Em nosso trabalho, manipulamos dados por município e, de acordo com o que foi explicado, a técnica de Análise de Correspondências buscará efetuar uma visualização dos resultados das relações entre os dados a serem analisados pelo pesquisador, no sentido de que o mesmo consiga analisar, de forma simultânea, um maior número de variáveis, minimizando, na medida do possível, a perda de informações. A AC busca também analisar a relação entre as categorias das variáveis analisadas, tendo como base um espaço com dimensões reduzidas.

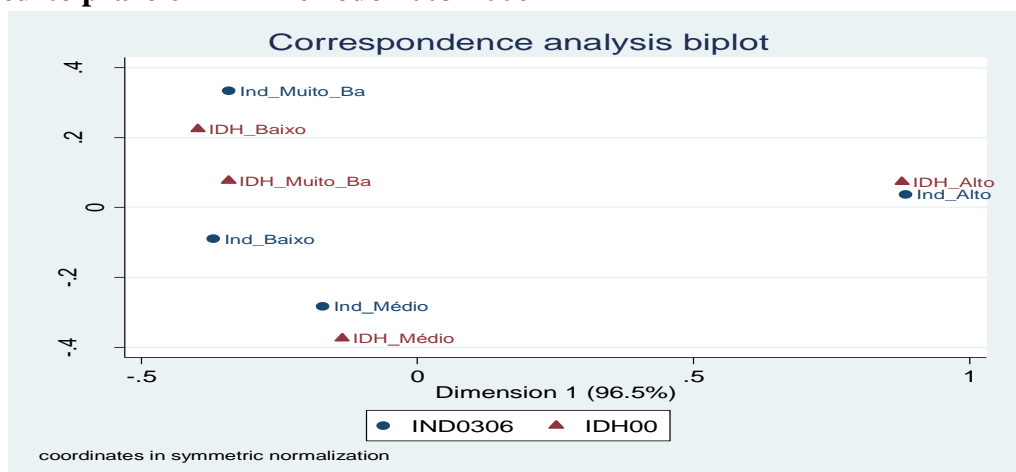
Ademais, os dados que utilizamos em nosso trabalho são numéricos e, assim, fizemos a categorização já descrita a partir dos quartis: Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo. Utilizamos essa técnica para trabalhar com os dados no STATA e, a partir desse programa, foram gerados gráficos para mostrar a relação entre o indicador Operações de Crédito do BNB por municípios/PIB por município e o IDH municipal, para cada período analisado. Nos gráficos (projeções planas), a relação entre as categorias é analisada a partir da distância entre elas, de forma que, na medida em que a distância entre as categorias diminui, a associação entre elas aumenta.

3.4.2- Análise das operações de crédito de curto prazo do BNB por município – Análise de Correspondências Múltiplas

Este estudo envolve a comparação entre os indicadores de captação de curto prazo (crédito curto prazo do BNB por município/PIB municipal), com a categorização do IDH municipal nos períodos indicados na metodologia.

O Gráfico 3.20 apresenta os resultados para o interregno 2003-2006

Gráfico 3.20 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH - Período 2003-2006

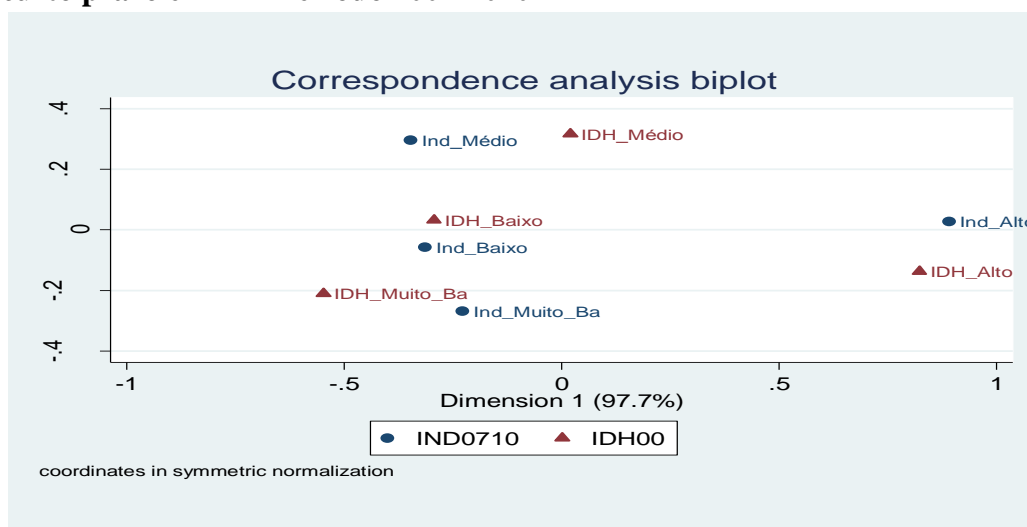


Fonte: Gerado pelo Stata.

Este interregno considera o período de expansão do crédito em geral do Sistema Financeiro Nacional. Neste interregno podemos observar que o indicador municipal operações de crédito/PIB Alto está altamente relacionado ao IDH Alto e o IDH Médio com o índice de captação Médio. Ou seja, se apresenta explicitamente a correlação entre os maiores níveis de captação relativa e o nível de desenvolvimento do município. Por outro lado, cabe observar que, neste período, os municípios com o IDH Muito Baixo, se aproximam do índice de captação Baixo. Ou seja, a captação deles não está no grupo pior.

No segundo período, considera-se o período da eclosão da crise de *subprime* em que o papel contracíclico dos bancos públicos, dentre eles o BNB, se faz presente. O Gráfico 3.21 nos mostra os resultados do estudo e podemos considerar que a concentração cresce, no sentido que se estabelece aí a correlação clara entre os níveis de captação e os níveis de IDH para todas as classificações: Alto-Alto, Médio-Médio, Baixo-Baixo, MuitoBaixo- MuitoBaixo. Neste sentido então a indicação é a de que no período de movimento contracíclico de operação do BNB a lógica foi intensificar a distribuição do crédito para os municípios em melhores condições.

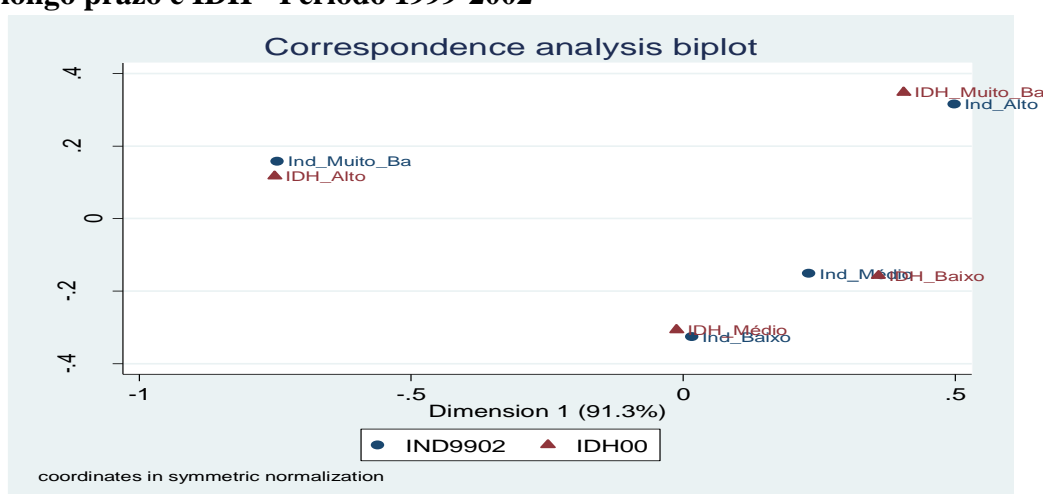
Gráfico 3.21 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de curto prazo e IDH - Período 2007-2010



Fonte: Gerado pelo Stata.

3.4.3- Análise das operações de crédito de longo prazo do BNB por município – Análises de Correspondências Múltiplas

Gráfico 3.22 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 1999-2002



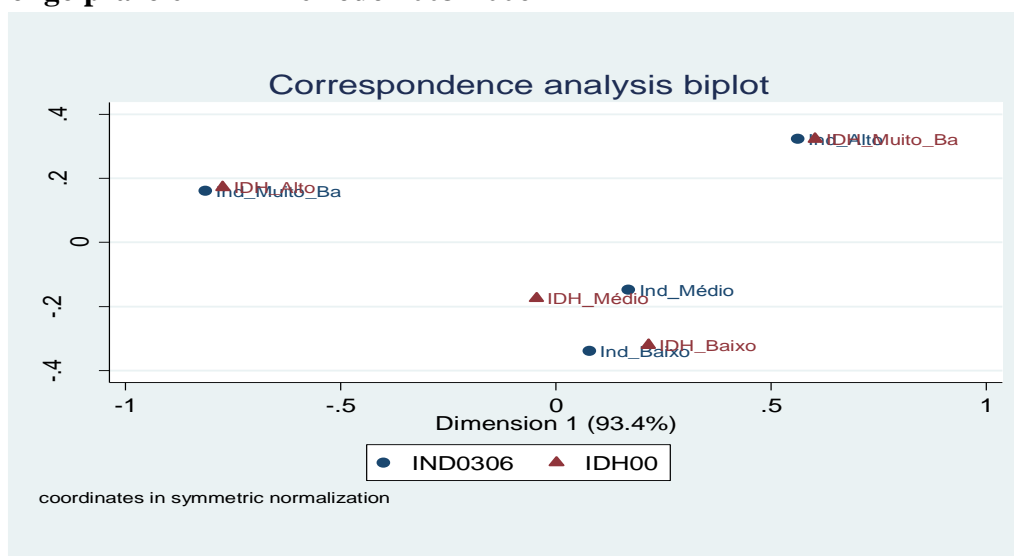
Fonte: Gerado pelo Stata.

No que se refere às operações de crédito de longo prazo, a Análise de Correspondências nos mostra a diferença de dinâmica do mesmo, vis à vis ao crédito de curto prazo, recém analisado .

Entre 1999 e 2002 (Gráfico 3.22), período em que a economia brasileira apresenta forte instabilidade é possível notar que, para o caso destas operações o Banco do Nordeste rompeu com a lógica concentradora espacial. De fato, os municípios de IDH Muito Baixo são aqueles que recebem os maiores níveis de captação (Captação

Alta). Por outro lado os de IDH Alto recebem os menores (Captação Muito Baixa). Os de IDH Baixo se relacionam à captação Média e os de IDH Médio à Captação Baixa. Ou seja: inverte-se toda a relação entre IDH e níveis de captação. Além do mais, já vimos que eram os agentes de menor porte que recebiam a maioria dos recursos. No entanto, também vimos que este foi um período de redução dos créditos de longo prazo.

Gráfico 3.23 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 2003-2006



Fonte: Gerado pelo Stata.

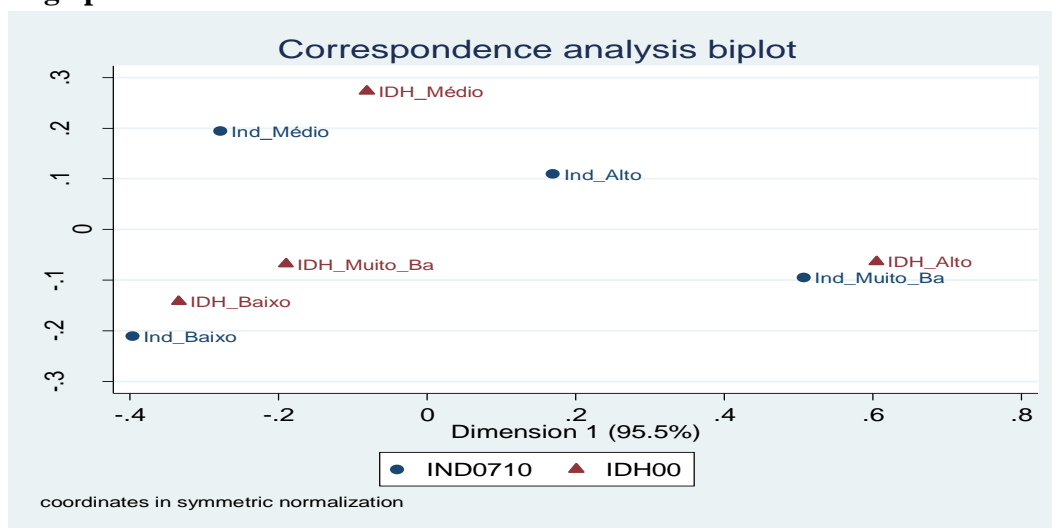
Entre 2003 e 2006 (Gráfico 3.23) os dois extremos dos quartis das classificações permanecem na mesma associação anterior. Ou seja: “IDH Alto – Índice de crédito Muito Baixo” e também “IDH Muito Baixo – Índice de crédito Alto”. Nos dois quartis do meio há uma inversão. No entanto, o que destacamos é que a lógica diferenciada deste tipo de crédito se mantém. No que se refere a esta observação, cabe lembrar que no segundo período sob análise, ainda que a maior expansão tenha sido a dos créditos aos demandadores de grande porte, houve também a expansão dos de médio e pequeno portes.

Por fim, Gráfico 3.24 nos mostra o resultado do último período (2007-2010). Neste caso, vemos uma modificação que, em nosso ponto de vista dá uma indicação de que se processou uma mudança na lógica de distribuição. De fato, podemos constatar que os municípios de IDH Muito-baixo deixam de apresentar proximidade com o indicador de Crédito Alto. Na verdade, estes municípios de menor grau de desenvolvimento agora começam a se aproximar dos níveis de captação Baixo. Ou seja, o processo que havia iniciado no período anterior está se aprofundando aparentemente

neste último período: os níveis dos indicadores do crédito de LP do Sistema BNB estão se aproximando dos mesmos níveis de IDH: IDH Médio-IC Médio; IDH Baixo-ICBaixo; IDH Muito Baixo – IC Baixo. Ora, isto está ocorrendo no interregno em que houve forte expansão do crédito, só que a mesma foi puxada muito expressivamente pelos produtores de Grande Porte. Ainda assim, um aspecto que ainda cabe comentar é que não são os Municípios de IDH alto que recebem os maiores níveis de captação.

A indicação é que estes resultados comprovam a hipótese de Fernandes & Corrêa (2011), segundo a qual a expansão do crédito dos bancos públicos pós 2008 se deu privilegiando os demandadores em melhores condições de classificação de risco, hipótese esta que queríamos comprovar na nossa dissertação.

Gráfico 3.24 - Análise de Correspondências Múltiplas - indicadores de crédito de longo prazo e IDH - Período 2007-2010



Fonte: Gerado pelo Stata.

3.4.4 – Outros resultados

Nesta parte do trabalho apresentaremos o levantamento efetuado para a concentração dos créditos do BNB, com o intuito de esclarecer um pouco melhor os resultados encontrados nas Análises de Correspondências. Em primeiro lugar, apresentamos a análise da concentração referente aos 10 e 30 maiores captadores. A seguir, voltamos à classificação dos quartis dos indicadores de captação relativa (Crédito/PIB) que utilizamos na Análise de Correspondências para aferir a concentração do crédito em cada quartil, comparando então com os outros resultados encontrados até agora.

(i) Maiores captadores: total do crédito distribuído

A apresentação dos 30 municípios que mais receberam créditos do BNB nos períodos considerados encontra-se no Anexo 2 do trabalho. A seguir, apresentamos na Tabela 1 apenas os resultados resumo da análise da concentração dos créditos de curto prazo e longo prazo, respectivamente.

Tabela 3.1 - Operações de crédito do BNB - 30 maiores captadores

	<u>1999-2002</u>		<u>2003-2006</u>		<u>2007-2010</u>	
	%Crédito	%PIB	%Crédito	%PIB	%Crédito	%PIB
Operações de Curto Prazo	—	—	77	33,27	68	59,38
Operações de Longo Prazo	35	17,56	43	19,96	47	75,07

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No caso dos créditos de curto prazo, os 30 maiores captadores receberam 77% dessas operações no período 2003-2006 e eles correspondem a 33,27% do PIB relativo aos municípios que receberam estes créditos. Paralelamente, os 10 maiores captadores receberam 61% desses créditos. Como seria de se esperar, nesse último grupo estão as capitais do Nordeste. Por ordem de captação citamos: Maceió, Recife, João Pessoa, Salvador, Aracajú, Natal, Paulista (não capital), Teresina e São Luiz.

No interregno 2007-2010 a alta concentração permaneceu. Neste caso, os 30 maiores captadores receberam 68% do crédito de curto prazo e referem-se a 59,38% do total do PIB dos municípios receptores. Quanto a este resultado do PIB cabe uma qualificação; pois o segundo município que mais recebeu recursos foi São Paulo, e o nível de seu PIB é que puxou a percentagem citada. A captação do mesmo vem logo após a Maceió, que continua sendo o primeiro colocado (Quadro 2 do Anexo 2). Outro comentário importante com referência à mesma questão é que o município do Rio de Janeiro se apresenta como o 12º em termos de captação nesse mesmo período. Paralelamente as capitais do Nordeste continuam entre as principais captadoras.

Ora, já havíamos visto na análise da distribuição dos recursos que o estado de São Paulo aparecia como um grande captador e agora vimos que isto está relacionado à distribuição para o município São Paulo, que foi o segundo a receber recursos neste último interregno.

No que se refere às operações de longo prazo do BNB a concentração não é tão forte. No primeiro período, os 30 principais captadores receberam 35% do crédito, correspondendo a 17,56% do PIB. Paralelamente, os 10 maiores captadores receberam 24% dos créditos. Quando verificamos quais foram estes municípios (Quadro 3 do Anexo 2) notamos que vários deles são municípios de PIBs menores, que estão recebendo relativamente mais recursos. Ou seja; o crédito de longo prazo do BNB está chegando aos mesmos com vigor.

Nos outros períodos a concentração vai aumentando, chegando a 47% para os 30 maiores captadores entre 2007 e 2010. Neste período estes municípios detêm 75,07% do PIB dos municípios receptores. Este resultado também está visado pelo fato de que São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília estão entre os municípios que mais receberam recursos do BNB no interregno considerado. Nos dois primeiros períodos (1999-2002; 2003-2006) estes três grandes municípios não constavam da lista dos maiores captadores. Ora, isto nos mostra que parte da expansão anticíclica dos recursos do BNB dirigiu-se a municípios que historicamente não faziam parte dos grandes captadores do banco, mas que estão entre os grandes captadores do país e não deveriam ser foco da atuação do Banco do Nordeste. Outro comentário importante é a de que a lógica desconcentradora que se observava neste tipo de crédito se perde, de certa forma no último período considerado.

(ii) Maiores captadores: relação Crédito/PIB – primeiro quartil e 30 maiores

Outro levantamento efetuado envolveu a análise dos municípios participantes do primeiro quartil do indicador Crédito/PIB. Ou seja, neste estudo voltamos a verificação do perfil da captação relativa (em relação ao PIB) e não absoluta, como no item anterior. Verificamos inicialmente qual foi a participação desses municípios na distribuição do crédito do BNB de curto prazo e longo prazo nos períodos considerados. A seguir buscamos maior detalhamento observando mais de perto os 30 primeiros municípios do mesmo quartil.

No caso das operações de crédito de curto prazo, obtivemos os resultados que constam nos Quadros 1 e 2 do Anexo 3. Aqui fica explícita a concentração indicada, entre 2003 e 2006, quando consideramos o resultado da amplitude dos indicadores. De fato, considerando o primeiro quartil da relação crédito/PIB, vemos que eles são responsáveis por 97% do total da distribuição do crédito do BNB e, é claro,

correspondem a 25% dos municípios. No período 2007-2010 esta distribuição apresenta uma leve melhora, sendo que o primeiro quartil passa a ser responsável por receber 87% do crédito, notando-se que o segundo quartil (captação Média) receberam 10% do crédito e os de captação Baixa; 2,6% do crédito.

Ora, então juntando estes resultados com os da Análise de Correspondências múltiplas, o que vemos é que entre 2003 e 2006, 97% dos créditos estão fortemente relacionados com os municípios de IDH Alto. Todos os demais quartis receberam 1% do crédito cada um. No segundo período 87% da captação tem proximidade com os municípios de IDH Alto e 10% com os de IDH Médio. Ou seja, a concentração de recursos totais é fortíssima no primeiro quartil em todos os dois períodos analisados, mostrando que os municípios de IDH “Baixo” e “Muito Baixo” quase não são contemplados com créditos de curto prazo do BNB, especialmente, quando consideramos a relação Crédito/PIB.

Quadro 3.20 - Classificação crédito de curto prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de curto prazo liberado – Período 2003-2006

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	97%	348
Médio	1%	348
Baixo	1%	348
Muito Baixo	1%	350

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 3.21 - Classificação crédito curto prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de curto prazo liberado – Período 2007-2010

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	87%	434
Médio	10%	434
Baixo	2,60%	434
Muito Baixo	0,40%	436

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

No caso das operações de crédito de longo prazo, por sua vez, obtivemos os resultados apresentados nos Quadros 3, 4 e 5 do Anexo 3, que mostram uma lógica de distribuição completamente diferente.

Quadro 3.22 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 1999-2002

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	32%	497
Médio	25%	497
Baixo	20%	497
Muito Baixo	23%	496

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 3.23 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 2003-2006

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	39%	497
Médio	17%	497
Baixo	24%	497
Muito Baixo	20%	496

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 3.24 - Classificação crédito longo prazo /PIB e participação do quartil no total de crédito de longo prazo liberado – Período 2007-2010

Quartil	Participação	Número de municípios
Alto	47%	499
Médio	24%	499
Baixo	16%	499
Muito Baixo	13%	498

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

A análise dos dados sobre o crédito de longo prazo permite observar que os municípios com indicador “Operações de Crédito de Longo Prazo do BNB/PIB Alto”

apresentam uma distribuição do crédito entre os quartis numa dinâmica completamente diferente daquela observada para os créditos de curto prazo. De fato, no caso das operações de longo prazo, o fato distintivo é o de que nos dois primeiros períodos da análise (1999-2002 e 2003-2006) a percentagem dos municípios de cada quartil (25%) quase que correspondem à percentagem da distribuição desse crédito. Ora, este é um resultado muito importante, pois mostra a capacidade de desconcentração desses créditos.

Um fato aparentemente negativo é o de que no período de atuação anti-cíclica do BNB (2007/2010) esta distribuição piora. De fato, os municípios do primeiro quartil passam a receber 47% dos créditos e os municípios de captação relativa “Baixa” e “Muito Baixa”, passam a receber 16% e 13% do total do crédito, respectivamente. No entanto, quando vamos analisar melhor estes dados, verificando o detalhamento desses municípios, que constam no Quadro 5 do Anexo 3 com o resultado da Análise de Correspondências, vemos que o resultado não é tão ruim. Os municípios que aí estão listados não estão entre as capitais e nem são do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Não são municípios que estão no primeiro quartil do IDH (IDH de 2000) dentre os municípios estudados, conforme foi demonstrado na Análise de Correspondências. Na verdade, há aí uma relação mista de municípios. No entanto, lembremo-nos que, em geral, os municípios de IDHs “Muito Baixo” e “Baixo” estão em níveis de proximidade com as captações relativas de longo prazo “Baixa”, que perdeu participação na distribuição do crédito.

Neste sentido, há uma piora no último período. Ainda assim, persiste a diferença fundamental da distribuição do crédito de curto prazo, quando comparada à distribuição de longo prazo. Um fator extremamente negativo do primeiro é a exclusão dos municípios de IDH “Baixo” e “Muito Baixo” para este tipo de crédito, o que ocorre também para os de IDH “Médio”.

Ora, estes são resultados importantes quando analisamos a distribuição especial dos créditos do BNB, especialmente quando consideramos o fato de que o mesmo tem o papel de ser um Banco de Desenvolvimento Regional.

Ademais, lembremo-nos que quando analisamos a distribuição dos créditos totais por município (sem sua relação com o PIB), os municípios de São Paulo e Rio de

Janeiro foram fortemente incorporados na distribuição do crédito. É claro que, como seu PIB é relativamente muito maior, eles não aparecem na relação crédito/PIB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito destes últimos comentários é o de levantar as principais constatações que fizemos, a partir do estudo desenvolvido, sendo que as mesmas já foram apresentadas ao longo do trabalho.

Em primeiro lugar, uma das questões que se mostrou essencial foi a de que não se pode analisar o resultado das operações de crédito de um determinado banco sem considerar a lógica de ajuste de portfólio do mesmo. Neste ponto, a perspectiva teórica que parte de Keynes e é aprofundada por Minsky são o ponto de partida para a compreensão da dinâmica da operação bancária.

Keynes destaca o fato de que as decisões de aplicação dos agentes econômicos envolve sempre a relação entre Lucratividade X Liquidez e, no caso do Sistema Bancário isto não é diferente. Aliás, na medida em que a lógica é a da valorização do capital, considerando-se a incerteza quanto ao futuro e à demanda de liquidez neste contexto, a análise dos fluxos de ativos e passivos se mostra fundamental para a compreensão da atuação de um agente.

No caso dos bancos no Brasil continuamos seguindo os trabalhos que mostram o ajuste entre Operações de Crédito e operações com títulos (TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez) à depender do momento da liquidez internacional, do perfil dos títulos da dívida pública brasileira e do nível do câmbio e juros.

Mostramos o fato de que entre 1995 e 1999 a expansão dos créditos foi ainda pouco expressiva e foi afetada pelas crises do México, da Ásia e da Rússia. Nestes momentos, o aumento expressivo dos juros, resultante do ajuste que sofreram para atuar contra a fuga de capitais em situação de câmbio administrado, afetou fortemente a operação dos bancos. Nos momentos de mudança da liquidez a tendência era a de redução das operações de crédito e aumento das operações com títulos. Note-se que este movimento significava mais do que meramente buscar a liquidez. Isto por que os títulos públicos brasileiros passavam a ser essencialmente pós-fixados nas épocas de instabilidade. Neste contexto, a possibilidade de ganhos com títulos nos momentos em que se avizinhava a instabilidade levava os bancos a mudarem rapidamente seu perfil de aplicação, saindo de créditos e operando com títulos. Outra explicitação desta questão foi a de que nestes momentos eles optaram a operar menos com operações

interfinanceiras de liquidez (mais líquidas) e mais com operações com Títulos e Valores Mobiliários (mais lucrativas nestes momentos).

Após 1999 verificamos que os bancos privados atuam expandindo os créditos, sendo que este tipo de atuação se aprofunda após 2004, permanecendo até o segundo semestre de 2007. Foi possível notar que a crise internacional afetou a oferta de recursos, mas a mesma voltou já no final de 2009. Em linhas gerais, o que se observou foi que, após 2004, as Operações de Crédito passaram a ser mais expressivas para os bancos privados, havendo uma menor participação histórica para as aplicações com títulos. Provavelmente, o crescimento do país, aliado à manutenção da estabilidade levaram a este ajuste, que pode estar significando uma mudança estrutural de atuação, caso persista este movimento.

Note-se que o movimento pró-crédito é importante. Ainda que parte expressiva esteja relacionada ao crédito pessoal (parte importante, ao crédito consignado), o que foi possível mostrar foi que os créditos em geral se expandiram: ao comércio, à indústria, à agricultura.

No entanto, esta conclusão ainda não pode ser definitiva, pois o ajuste em direção à aplicação com títulos ainda é muito rápido nos momentos de mudança de conjuntura, como o verificado em 2009.

Uma das constatações importantes da análise do ajuste de portfólio dos bancos foi a de que os bancos públicos se aproximaram da lógica de operação dos bancos privados, especialmente entre 2001 e 2007. Um dos elementos demonstrados foi o de que este ajuste teve a ver com a implantação das regras da Basileia. Aliás, a aplicação em títulos foi mais agressiva do que a observada nos bancos privados.

Após isto, constatamos que os bancos públicos voltaram a ter uma operação mais ativa na oferta de créditos, tendo agido com uma atuação anticíclica importante, especialmente em 2008 e 2009. Neste caso, restava saber se os mesmos estavam operando com uma lógica que ajudasse na desconcentração do crédito, ou não.

No que se refere a este aspecto, mostramos o fato de que a distribuição dos créditos era concentrada e continuava com a mesma dinâmica nos três períodos considerados por nosso estudo. Esta análise foi feita a partir da distribuição de crédito por município e considerando a relação Crédito/PIB e o mapeamento dos níveis de

distribuição (“Alto”, “Médio”, “Baixo” e “Muito Baixo”). Foi possível constatar que os municípios com níveis de captação “Alto” se concentravam nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, enquanto que os que apresentavam os níveis “Baixo” e “Muito Baixo” se concentravam nas regiões Nordeste e Norte.

A partir daí, no terceiro capítulo quisemos detalhar mais todos os aspectos levantados, mas considerando aí o caso do Banco do Nordeste. No que se refere ao ajuste de portfólio deste banco, mostramos como o mesmo esteve ligado ao ajuste do banco às regras da Basiléia a partir de 2001. O ponto fulcral da constatação foi a de que o banco mudou radicalmente sua atuação dessa data em diante e até 2008. A consideração aqui apresentada e já levantada por Quiente (2010) foi a de que o ajuste às regras da Basiléia levou a que o BNB reduzisse drasticamente suas operações de crédito com recursos próprios e aumentasse fortemente as operações com títulos.

No entanto, esta operação escondia outra atuação: a de que parte importante das operações de crédito saía pela via do balancete dos Fundos Constitucionais, que passaram a ter uma expansão expressiva de recursos. Na verdade, eles deixaram de ter operações não utilizadas e passaram a ser liberados, praticamente, em sua totalidade.

Neste sentido, as operações de crédito do BNB devem considerar o “Sistema BNB”. Ainda assim, o ajuste expressivo do balancete próprio do banco dá a indicação de que ele se ajustou mais do que o necessário. Tanto é verdade que, em 2008, aumentaram rapidamente suas Operações de Crédito, tendo em vista a determinação do Governo e mudaram, de novo, sua ação a favor da oferta de créditos em balancete próprio.

Isto posto, passamos à parte do trabalho que envolveu a análise do banco de dados referente às distribuições dos créditos de curto prazo e de longo prazo do BNB por município. Também para estes créditos consideramos a relação Crédito/PIB, construindo indicadores de captação “Alta”, “Média”, “Baixa” e “Muito Baixa”. Relacionamos estes resultados à categorização construída para o IDH municipal de 2000, também nos mesmos quatro níveis. Note-se que as categorizações foram efetuadas considerando-se os municípios que receberam os recursos do BNB nos anos considerados e organizados em quartis a partir da ordem crescente dos resultados dos indicadores relativos de captação (indicadores de captação) e de níveis de desenvolvimento (indicadores de IDH).

A partir daí, os dois grupos de indicadores foram relacionados, através da técnica de Análise de Correspondências. Fizemos isto em dois estudos: os relativos aos créditos de curto prazo (períodos 2003-2006 e 2007-2010) e os relacionados aos créditos de longo prazo (períodos 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010). Ademais, também efetuamos estudos verificando a concentração do crédito para os municípios que estavam no primeiro quartil dos índices de captação (crédito/PIB) e analisamos mais de perto os 30 primeiros municípios deste quartil. Para analisar estes resultados levantamos ainda os 30 municípios que receberam mais créditos totais.

A análise da distribuição dos créditos de curto prazo e de longo prazo do BNB nos mostrou que, após 2004, a concentração da distribuição se deu na direção dos agentes de grande porte e que depois de 2008 esta concentração se aprofunda, sendo que as demais categorias praticamente recebem uma parte muito pequena do crédito total distribuídos. Ora, isto está de acordo com a hipótese que tínhamos: a de que as liberações de recursos pós-2008 se davam na direção de agentes mais capitalizados. Note-se então que isto ocorreu fortemente no Banco do Nordeste, tanto nas operações de curto prazo, quando nas de longo prazo.

Ainda outro resultado importante foi a percepção da forte concentração das liberações em alguns estados, destacando-se o estado da Bahia. No caso dos créditos de curto prazo cabem ainda duas considerações. A primeira refere-se à forte participação do estado de Sergipe, por conta da alta captação absoluta e relativa (crédito/PIB) do município de Maceió. A segunda refere-se ao fato de que no último período (2007-2010) há forte distribuição de crédito para o município de São Paulo, que fica entre os 10 maiores captadores do total de crédito distribuído, sendo que também o Rio de Janeiro recebe altos níveis de recursos (está entre os 30 maiores). Ora, isto também corrobora com a ideia de que a distribuição pós 2008 privilegiou os perfis de menores níveis de risco. Mais do que isto, incorporou municípios fora da região clássica de atuação do banco. Este é um resultado negativo para a análise do perfil da distribuição dos recursos.

No que se refere à análise da relação entre índices de captação relativa e índices de IDH, os resultados dos créditos de curto prazo confirmaram o esperado: que o banco concentra estas operações de crédito nos municípios de maiores IDH. De fato, nos períodos estudados encontrou-se a relação “IDH Alto” X “Crédito Alto”. Além do

mais, constatamos que este primeiro quartil de municípios, relacionado ao “Crédito/PIB Alto” recebeu 97% do total do crédito distribuído pelo BNB no primeiro período e 87% no segundo período. Ou seja, uma enorme concentração em municípios que apresentaram proximidade com o índice de Desenvolvimento “Alto”. A constatação, portanto, foi a de que, para os créditos de curto prazo, a concentração foi enorme no primeiro quartil. No primeiro período, 75% dos municípios receberam 3% do crédito e estas operações são essencialmente aquelas operadas com recursos próprios do banco.

No caso das operações de longo prazo, o resultado não é o mesmo. O que constatamos pela Análise de Correspondências foi que a relação entre índice de captação e índice de desenvolvimento tendeu a ser inversa. No primeiro período vimos a relação entre IDH “Muito Baixo” e nível de captação relativa “Alto” e IDH “Alto” com captação “Muito Baixo”. Ou seja, este é um resultado importante, especialmente quando se constata que parte importante das liberações se dava para os agentes de menor porte. Outro resultado importante foi o de que cada quartil tinha praticamente a mesma participação no crédito distribuído pelo BNB: Indicador de crédito “Alto” recebeu 32 % do crédito; indicador de crédito “Médio” recebeu 25% do crédito; indicador de crédito “Baixo” recebeu 20% do crédito; indicador de crédito “Muito Baixo” recebeu 23% do crédito.

A este respeito, no entanto, cabe considerar que o crédito de longo prazo não havia se expandido muito nesta fase, na medida em que havia forte retenção de recursos do FNE. Quando estes recursos passam a se expandir, permaneceram as relações acima indicadas no interregno 1999-2002. No entanto, nesta fase os municípios com IDH “Médio” se aproximam daqueles com índice de crédito “Médio”. Esta é uma piora em relação ao primeiro período em que eram os municípios de IDH “Baixo” que recebiam uma captação “Média”. Ainda assim, a distribuição em direção aos municípios mais pobres se mantinha em geral.

No último período apresentou-se outra piora. Agora, o indicador de crédito “Alto” deixou de estar relacionado aos municípios de IDH muito baixo. Eles passaram a apresentar proximidade com os indicadores de crédito “Baixo”. Ou seja, a lógica de distribuição está se aproximando daquela dos créditos de curto prazo. É verdade que a concentração não é tão grande, mas ela aumentou neste último período. De fato, vemos

que os municípios de captação “Alta” passaram a receber 47% do crédito de longo prazo.

Assim, de forma geral, vemos que a distribuição dos créditos ligados ao FNE teve um viés desconcentrador nos dois primeiros períodos, considerando-se o nível de desenvolvimento dos municípios. No entanto, no último período, observamos uma piora do perfil da distribuição, lembrando ainda que grande parte da distribuição se deu na direção dos agentes de grande porte.

Ou seja, os resultados nos mostram que o banco público tem o poder de agir na forma de atuar fortemente na desconcentração da distribuição de recursos em regiões mais pobres. Isto foi percebido para o caso do crédito de longo prazo.

Já no caso das operações de curto prazo, realizadas com recursos que passam pelo balancete próprio do banco, estas foram fortemente concentradas em poucos municípios, em poucos estados e, especialmente, nos municípios com níveis de IDH mais altos. Assim, vemos que, de fato, as operações realizadas com recursos do próprio banco tiveram a lógica do ajuste bancário às regras da Basileia: foram altamente concentradas. A operação pós 2008 foi importante, por um lado, por conta da forte expansão dos recursos. No entanto, mais uma vez a opção foi a do ajuste, privilegiando-se os agentes de grande porte, nas regiões mais dinâmicas e incorporando o município de São Paulo.

No caso das operações de longo prazo, vimos que a lógica está, lentamente, se aproximando àquela das operações de curto prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADATI, F. M. **Mudanças recentes no Sistema Bancário Nacional – impactos sobre sua forma de atuação.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2002.

AGLIETTA, M. **Macroeconomia financeira.** BCBS (1988). International convergence of capital measurement and capital standards. Basileia: Bank for International Settlements. São Paulo: Loyola. Disponível em <http://www.bis.org>, julho 2004.

AMADO, A. **A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana.** Estudos econômicos, v.27, n.3, p.417-40, 1997.

AMADO, A. M. **Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana.** Revista de Economia Política, vol. 18, nº1 (69), janeiro/março, 1998.

AMADO, A. M. **Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual.** In: LIMA, G. et. al. (Eds) **Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea.** Campus: Rio de Janeiro, 1999.

AMADO, A. M. **Impactos regionais do Processo de reestruturação bancária no início dos anos 1990.** In: CROCCO, M.; JAYME JR, F. (Orgs). **Moeda e Território – uma interpretação da dinâmica regional brasileira,** 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Anuário Estatístico do Crédito Rural.** Publicação do Banco Central – vários anos. Data de acesso 5 de janeiro de 2012.

_____.(BACEN). **Relatório do Banco Central do Brasil.** Vários anos. Disponível em: <[http:// WWW.bcb.gov.br](http://WWW.bcb.gov.br)>. Acesso em 5 de outubro de 2011.

_____.(BACEN). **Informações cadastrais e contábeis.** Vários anos. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?infcadastro>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

_____.(BACEN). **Informações cadastrais e contábeis. ESTBAN. Estatística bancária por município.** Vários anos. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?infcadastro>. Acesso em 7 de maio de 2012.

BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). **Investidores. Informações financeiras.** Disponível em <http://www.basa.com.br/>. Acesso em 25 de janeiro de 2012.

BANCO DO BRASIL (BB). **Relações com investidores. Demonstrações contábeis.** Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb>. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Relações com investidores. Demonstrações contábeis.** Disponível em https://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/conteudo/home_ri.as p. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

BARBOSA, H. F. **Análise do direcionamento dos recursos dos fundos constitucionais – Um estudo FCO, FNO e FNE.** Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGE/UFU, 2005.

BARDEN, J. E. **Desenvolvimento regional sob o enfoque pós-keynesiano.** Disponível em: <[http:// WWW.online.unisc.br](http://WWW.online.unisc.br)>. Acesso em 8 de julho de 2010.

Banco Central do Brasil. Taxa de Câmbio e Taxa Selic – Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>. Acesso em 10 de julho de 2012.

BCBS. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards.** Junho. Basileia: Bank for International Settlements. Disponível em <http://www.bis.org>, 2004.

BCBS. **Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems.** Dezembro. Basileia: Bank for International Settlements. Disponível em <http://www.bis.org>, 2010a.

BCBS. **Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring.** Dezembro. Basileia: Bank for International Settlements. Disponível em <http://www.bis.org>, 2010b.

BCBS. **Guidance for national authorities operating the countercyclical capital buffer.** Dezembro. Basileia: Bank for International Settlements. Disponível em <http://www.bis.org>, 2010c.

BOLLE, M. B. **Credito Juros e Inflação.** Disponível em: <<http://WWW.Galanto.com.br>>. Acesso em 30 de junho de 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programação vários anos, (2004-2009).**

CANUTO, O.; LIMA, G. T. **Desdobramentos da globalização financeira: regulação substantiva e procedimental.** Texto para discussão nº 76. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

CANUTO, O.; LIMA, G. T. Redes de segurança financeira e crises bancárias em economias emergentes. In: SOBREIRA, R. (Org.) **Regulação financeira e bancária.** São Paulo: Editora Atlas, p. 169-209, 2005.

CARVALHO, F. J. C. **Mr. Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy.** Aldershot: Edward Elgar, 1992.

CARVALHO, F. J. C. **Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana.** Porto Alegre: Ensaio FEE (17), n.2, pp. 42-77, 1996.

CARVALHO, F. J. C. Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos Acordos de Basileia. In: SOBREIRA, R. (Org.) **Regulação financeira e bancária.** São Paulo: Editora Atlas, p. 121-139, 2005a.

CARVALHO, F. J. C. **Basel II: a critical assessment**. Rio de Janeiro: Institute of Economics/Federal University of Rio de Janeiro (mimeo). CEBS (2006). Guidelines on Application of the Supervisory Review Process under Pilar 2, 2005b.

CARVALHO, F. A economia keynesiana e a moeda na economia moderna. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Orgs). **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. 1ª edição, Editora Autêntica, São Paulo, 2006.

CARNEVALLI, F. **Between markets and networks: regional banks in Italy**. *Business History*, v.38, n.3, p.84-100, 1996.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional**. Cedeplar/ UFMG, 2004.

CAVALCANTE, M. T. A. **Financiamento e desenvolvimento Local: um estudo sobre Arranjos Produtivos**. Disponível em: <[http:// WWW.Cedeplar. ufmg.br](http://WWW.Cedeplar.ufmg.br)>. Acesso em 17 de julho de 2010.

CHICK. V. **Evolução do sistema bancário e a teoria da poupança do investimento e dos juros**. Ensaio FEE, ano 15, nº 1, Porto Alegre, pp. 9-23, 1994.

CHICK, V. Bancos e Regiões: algumas lições da experiência europeia. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Orgs). **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. 1ª edição, Editora Autêntica, São Paulo, 2006.

CHICK. V. (1994). **Evolução do sistema bancário e a teoria da poupança do investimento e dos juros**. Disponível em: <[http:// WWW.revista.fee.teche.br](http://WWW.revista.fee.teche.br)>. Acesso em 12 de julho de 2010.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p, 1966.

CINTRA, M. A. M. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. In: CARNEIRO, R. (Org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CINTRA, M. A. M.; FARHI, M. **A crise financeira e o global shadow banking system**. Novos estudos, CEBRAP, 82, novembro, pp. 35-55, 2008.

CORRÊA, V. P. **A estrutura de financiamento nacional e o financiamento de longo prazo ao investimento**. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado apresentada ao IE/Unicamp, 1996a.

CORRÊA, V. P. **A evolução e distribuição do financiamento agrícola**. Texto para discussão do Núcleo de Desenvolvimento Econômico NUDES/ IE/UFU, 1996b.

CORRÊA, V. P. **Os determinantes do Déficit Público pós Plano Real - o peso da componente financeira**. Anais do IX Encontro da Anpec Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 1. p. 1-25, 2004a.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. **O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados.** Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá/ MT, 2004b.

CORRÊA, V. P. **Avaliação de impactos e efetividade do PRONAF.** Relatório final de pesquisa, 2006a.

CORRÊA, V. P. **Fluxos de capitais, volatilidade e vulnerabilidade externa – uma análise do caso brasileiro pós-abertura financeira.** Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Vitória, 2006b.

CORRÊA, V. P. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico - um estudo pra os anos 1980 e 1990. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F.(Org.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**, 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, v. 1, p. 169-210, 2006c.

CORRÊA, V. P. **Políticas de Crédito e Distribuição de recursos – uma análise do PRONAF.** Relatório de pesquisa. IPEA. Novembro, 2010a.

CORRÊA, V. P. **Mudanças na operação do Banco do Nordeste desde 1999. Relatório de Pesquisa.** Universidade Federal de Uberlândia, 2010b.

CORRÊA, V. P.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Mudanças fundamentais na estrutura de financiamento brasileira nos ano 90: Alteração de propriedade e continuação da lógica especulativa.** Revista Economia Ensaio, vol 15, n 2, p 189-210, 2001.

CORRÊA, V. P.; ADATI, F. M. **Mudanças no Sistema Bancário Nacional – Uma análise dos impactos sobre sua forma de atuação.** 2004.

CORRÊA, V. P.; ADATI, F. M. Mudanças fundamentais na estrutura de financiamento brasileira nos anos 1990: alteração de propriedade e continuação da lógica especulativa. In: XAVIER, C. L.(Org.). **Desenvolvimento Desigual.** 1 ed. Uberlândia: EDUFU, v. 1, 2004.

CORRÊA, V.P. Novo desenho do financiamento agrícola - as dificuldades dos produtores não integrados. In: **VIII Encontro Regional de Economia**, 2003, Fortaleza. Anais do VIII Encontro Regional de Economia. Fortaleza: Banco do Nordeste, v. 1. p. 1-25, 2003.

CORRÊA, V.P.; BOTELHO, M. A. R. **Uma característica dos espaços com possíveis carências de direcionamento de recursos em Minas Gerais.** Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina/MG. Disponível em:< [http // WWW.Cedeplar.ufmg.br](http://WWW.Cedeplar.ufmg.br)>. Acesso em 10 de julho de 2010.

CORRÊA, V. P. **Dinâmica dos balancetes bancários dos bancos públicos e privados no Brasil pós 2008: a opção pelo crédito, mas a manutenção da facilidade do ajuste especulativo.** 2012.

CORRÊA, V.P., MESSEMBERG, R.P., SILVA, R.C. e BRAGA, J. de M.(2012). **Instability of Capital Inflows and Financial Assets Returns in the Brazilian Economy**. Associação Keynesiana Brasileira (AKB). 2012.

CORRÊA V. P.; MUNIZ, A. L. P. **Distribuição de crédito na região nordeste - existe alguma mudança na lógica de concentração?** Texto para discussão do Núcleo de Desenvolvimento Econômico NUDES/UFU, 2010.

CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C. **The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil**. Journal of Post Keynesian Economics, v.28, n.2, p.217-40, Dec./Jan. 2005.

CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C.; VAL, V. Polarização regional e sistema financeiro. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Orgs.) **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 341p, 2006.

CROCCO, M.; JAYME JR, F. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Orgs.) **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. 1ª edição, Editora Autêntica, São Paulo, 2006.

CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. **Estratégias bancárias diferenciadas no território: uma análise exploratória**, 2008.

CROCCO, M.; RUIZ, R. M.; CAVALCANTE, A. **Redes e polarização urbana e financeira: Uma exploração inicial para o Brasil**. Cedeplar, UFMG, 2008.

CUNHA JR., M. V. M. **Análise Multidimensional de Dados Categóricos: A Aplicação das Análises de Correspondência Simples e Múltipla em Marketing e Sua Integração com Técnicas de Análise de Dados Quantitativos**. Artigo publicado no Caderno de Estudos do PPGA/EA/UFRGS. nº 16, dezembro, 1997.

DAVIDSON, P. **Money and the real world**. London: Macmilian, 2ª ed, 1978.

DAVIDSON, P. **Post Keynesian Macroeconomic theory: a foundation for successful economic policies for the twenty-first century**. Reino Unido: Edward Elgar Publishing Limited. 2004.

DAVIDSON, P. **John Maynard Keynes**. Great Thinkers in Economics Series. London and New York: Palgrave/Macmillan. 2007.

DAVIDSON, P. **Risk and Uncertainty in Economics**. Disponível em <http://econ.bus.utk.edu/davidsonpapers/RISKANDUNCERTAINTYINECONOMICS.pdf>. 2009.

DOMINGUES, E. P.; OLIVEIRA, H. C. **Considerações sobre o impacto dos fundos constitucionais de financiamento do Norte do Centro-Oeste na redução da**

desigualdade regional do Brasil. Disponível em: <www.anpec.org.br>. Acesso em 20 julho de 2009.

DOW, S. **The regional composition of the money multiplier process.** Scottish Journal of Political Economy. v.19, n.1, 1982.

DOW, S. **Money and the Economic Process.** Aldershot: Elgar, 1993.

DOW, S. The treatment of money in regional economics. In: DOW, S. (Ed.) **Money and the economic process.** Aldershot: Elgar, p.56-72, 1993a.

DOW, S. Incorporating money in regional economic models. In: DOW, S. (Ed.) **Money and the economic process.** Aldershot: Elgar, 1993b.

DOW, S.; FUENTES, C. Um “survey” da literatura de finanças regionais. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Eds.) **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira.** 1ª edição, Editora Autêntica, São Paulo, 2006.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FARHI, M. **O futuro no presente: um estudo dos mercados de derivativos financeiros.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

FERNANDES, F. F. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): análise da distribuição dos recursos entre 1999 e 2009.** Dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2011.

FERNANDES, F. & CORRÊA, V. P. **O PRONAF entre 1999 e 2009: análise da incorporação dos agricultores mais pobres ao Programa.** Anais do XLIX Congresso da SOBER. 2011.

FERNANDO, B. **Entenda como a crise financeira global afeta o Brasil.** Disponível em: <[http:// WWW.papodebolsa.com.br](http://WWW.papodebolsa.com.br)>. Folha online: Publicada, 27/05/2009. Acesso em 10 de dezembro de 2009.

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. Sistema Financeiro e Desenvolvimento: as restrições das novas regras do Comitê de Basileia sobre os países periféricos. In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. (Orgs.). **Liberalização econômica e desenvolvimento.** São Paulo: Editora Futura, p. 234-261, 2003.

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. As novas regras do Comitê da Basileia e as condições de financiamento dos países periféricos. In: SOBREIRA, R. (Org.) **Regulação financeira e bancária.** São Paulo: Editora Atlas, p. 143-168, 2005.

FREITAS, M. C. P. **Crédito bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais.** Relatório do Projeto de Pesquisa “O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento”. Campinas: Cecon/IE/Unicamp (mimeo), 2009a.

FREITAS, M. P. C.; PRATAS, D. M. **O Mercado de crédito no Brasil: Tendências recentes.** Disponível em: <[http:// WWW.fundap.sp.gov.br](http://WWW.fundap.sp.gov.br)>. Acesso em 2 de maio de 2010.

FUNDO CONSTITUCIONAL DA AMAZÔNIA (FNO). **Banco da Amazônia.** Disponível em: www.basa.com.br. Acesso em 7 de Janeiro de 2012.

FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORDESTE (FNE). **Banco do Nordeste.** Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em 7 de Janeiro de 2012.

FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO. **Sistema de informações gerenciais.** Legislação dos Fundos Constitucionais (2004-2009). Disponível em: www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp. Acesso em 5 de Janeiro de 2012.

GARCIA, M. G. P.; DIDIER, T. **Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil.** PUC-Rio, 2003.

GOTTSCHALK, R.; SODRÉ, M. C. **O novo acordo da Basileia no Brasil: impactos sobre os bancos públicos e privados.** Disponível: <[http:// WWW.eco.unicamp.br](http://WWW.eco.unicamp.br)>. Acesso em 10 de julho de 2010.

GRIFFITH-JONES, S.; PERSAUD, A. Basileia II e Países em Desenvolvimento: O Impacto Potencial dos Efeitos da Diversificação na Natureza Pró-cíclica e no Padrão de Empréstimos Internacionais. In: MENDONÇA, A. R. R.; ANDRADE, R. P. (Org.) **Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos de Basileia.** Campinas: Unicamp, p. 127-143, 2006.

GRIFFITH-JONES, S.; PERSAUD, A. **The Pro-cyclical Impact of Basle II on Emerging Markets and its Political Economy.** Disponível em <http://www.stephanygj.com>, 2007.

HELENA, S.; RAMOS, C.; CAMARGO, V. **Política de crédito rural no Brasil.** Disponível em: <[http:// WWW.sober.gov.br](http://WWW.sober.gov.br)>. Acesso em 12 de maio de 2010.

HERMANN, J. **Liberalização e Desenvolvimento Financeiro: lições da experiência brasileira no período 1990-2006.** Revista Economia e Sociedade, vol. 19, nº 2 (39), pp. 257-290, agosto 2010.

HERMANN, J. **Papel e funcionalidade dos bancos públicos: notas sobre a experiência brasileira recente (1995-2009).** Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 2010.

HUGHES, A., STOREY, D. (Eds). **Finance and the small firm.** London: Routledge, 1994.

IMF – International Monetary Fund - **Global Financial Stability Report: market developments and issues.** Washington,DC: IMF, april. 2004.

IMF – International Monetary Fund – Disponível em <http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em 10 de Abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **PIB municipal**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 5 de junho de 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Macroeconomia para o Desenvolvimento**. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 4, Cap. 10. Brasília e Rio de Janeiro, 2010a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Bancos Públicos e Desenvolvimento**. Brasília e Rio de Janeiro, 2010b.

J.P. Morgan. Disponível em <http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan>. Acesso em 5 de junho de 2012.

KEYNES, J. M. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros**. Revista Literatura Econômica. Vol 9, n 2. 1987. Edição original: 1937a.

KEYNES, J. M. **A Teoria Ex-ante da Taxa de Juros**. Clássicos da Literatura Econômica. 1988. Edição original: 1937b.

KEYNES, J. M. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**. Vol. 6. London: Macmillan Press. 1971.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, J. M. **Uma Teoria Monetária da Produção**. Volume 8, números 1 -2, janeiro -dezembro de 2000. Acesso em: < <http://WWW.fclar.inesp.br>>. Acesso em 5 de fevereiro de 2010.

LIMA, G. T. Evolução recente da regulação bancária no Brasil. In: SOBREIRA, R. (Org.) **Regulação financeira e bancária**. São Paulo: Editora Atlas, p. 185-209, 2005.

LIMA, H. S. R. **Transformações recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007): bases teóricas, ajustes de portfólio e evidências empíricas**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2009a.

LIMA, H. S. R.; CORRÊA, V. P. **O ajuste de portfólio dos bancos no Brasil segundo seu controle patrimonial**. 2009b.

LÖSCH, A. **The economics of location**. Yale United Press: New Haven, 1954.

MACEDO, F. C.; MATOS, E. N. **O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no desenvolvimento regional brasileiro**. Disponível em: <<http://WWW.revistas.fee.tche.br>>. Acesso em 25 de Agosto de 2012.

MENDONÇA DE BARROS; J.R. e ALMEIDA, Jr., Mansueto F. **Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil**. Brasília: MF/SPE, maio, 29 pp. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/document/publica.html>.1997.

MENDONÇA SARTI, A. R. R. **Os Acordos da Basileia: uma avaliação do novo formato da regulação bancária**. Campinas: IE/Unicamp (Tese de doutorado).2002

MENDONÇA SARTI, A. R. R. (2004). **O Acordo de Basileia de 2004: uma revisão em direção às práticas de mercado, Economia Política Internacional: análise estratégica**, nº 2. CERI. Campinas: IE/Unicamp, julho a setembro, p. 27-37.2004.

MIGUEL, P. P. **Paridade de Juros, Fluxo de Capitais e Eficiência do Mercado de Câmbio no Brasil: evidência dos anos 90**. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2001.

MINSKY, H. P. **John Maynard Keynes**. New York: Columbia University Press. 1975.

MINSKY, H. P. **Can 'it' happen again? Essays on instability and finance**. Armonk: Sharpe. 1982.

MINSKY, H. P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven, London: Yale University Press. 1986.

MINSKY, H. P. **Securitization**. Police Notes no. 2008/2. Annandale-on-Hudson, NY: The Levy Economics Institute of Bard College. 2008.

MOLLO, M. L. R. **Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº3 (95), julho-setembro, 2004.

NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. **Gestão de ativo bancário diferenciada no território: Um estudo para os estados brasileiros**. Cedeplar/UFGM, 2008.

OLIVEIRA, G. C. **Estrutura patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (1970-2008): teoria, evidências e peculiaridades**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2009.

OLIVEIRA, H. C. **Desigualdade regional e os fundos constitucionais de financiamento no Brasil**. Disponível em:<www.dspace.lcc.ufmg.br>. Acesso em 3 de julho de 2009.

PAULA, L. F. **Comportamento dos bancos em alta inflação: teoria e experiência brasileira recente**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IE. 1997.

PAULA, L. F. Teoria da firma bancária. In: LIMA, G. T. et. al. (Org.) **Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, cap. 7, 1999.

PAULA, L. F. R.; ALVES JÚNIOR, A. J.; MARQUES, M. B. L. **Ajuste Patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real**. Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2000.

PAULA, L. F.; MARQUES, M. B. **Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil**. IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.

POLLARD, J. **Small firm finance and economic geography**. Journal of Economic Geography, v.3, n.4, p.429-452, 2003.

POSSAS, M. **Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PRATES, D. M. **Crises financeiras dos países ‘emergentes’: uma interpretação heterodoxa**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IE. 2002.

PUGA, F. P. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. BNDES (mimeo), 1999.

QUIANTE, W. **Fundos Constitucionais e Banco do Nordeste – uma análise das liberações considerando a lógica operacional do Sistema Bancário Nacional**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2010.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. **Credit availability and regional development**. Papers in Regional Science, v.77, n.1, p.63-75, 1998.

ROMERO, J. P.; JUNIOR, F. J. G. **Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001-2006)**. Disponível em : <[http:// WWW.sep.org.br](http://WWW.sep.org.br)>. Acesso em 2 de junho de 2010.

ROMANTINI, N. L. **Acordos de Basileia e Bancos no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp (Tese de doutorado), 2012.

SANTOS C, H.; CORRÊA, V. P. & AMITRANO C. R. **Padrão de desenvolvimento brasileiro e o período pós 2004: mudança estrutural?** 2012.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. **Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro**. Revista Economia, vol. 4, n.1, pp. 85-112. Niterói, 2003.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura Familiar: Um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento Rural**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGE/UFU. Uberlândia, 2006.

SOBREIRA, R. **Eficiência, desregulamentação financeira e crescimento econômico**. 2005.

SOBREIRA, R. (Org.) **Regulação financeira e bancária**. São Paulo: Editora Atlas. 2005

SOUSA, J. M. P.; JÚNIOR, A. V. S.; NOTTINGHAM, P. T. **Avaliação de execução do FNE e de resultados e impactos do FNE Industrial e do FNE Comércio e Serviço**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

STIGLITZ, J. **Peer monitoring in credit markets**. World Bank Economic Review, v.4, n.3, p.351-66, 1994.

TAVARES, M. C. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise**. Vol. II. Editora Brasiliense. 1983.

VERDE, C. M. V. **O crédito rural e a capacidade de pagamento do setor agrícola**. Disponível em: <[http:// WWW.ipea.gov.br](http://WWW.ipea.gov.br)>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

VIDOTTO, C. A. **O Programa de Reestruturação dos Bancos Federais brasileiros nos anos noventa: base doutrinária e afinidades teóricas**. IX Encontro de Economia Política, 2004.

YANO, N. M.; MONTEIRO, S. M. M. **Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos a produtividade total dos fatores**. Disponível em: <[http:// WWW.anpec.org.br](http://WWW.anpec.org.br)>. Acesso em 30 de novembro de 2009.

ZYSMAN, John. **Governments, Markets and Growth – Financial Systems and the Politics of Industrial Chance**. Cornell University, 1983.

ANEXO 1

Análise de Correspondências entre o indicador crédito do BNB por município/PIB por município e o IDH municipal de 2000.

Indicador Crédito de Curto Prazo do BNB por município/PIB por município

i) Indicador crédito de curto prazo/PIB 2003-2006 e IDH municipal 2000

. ca IND0306 IDH00, plot

Correspondence analysis

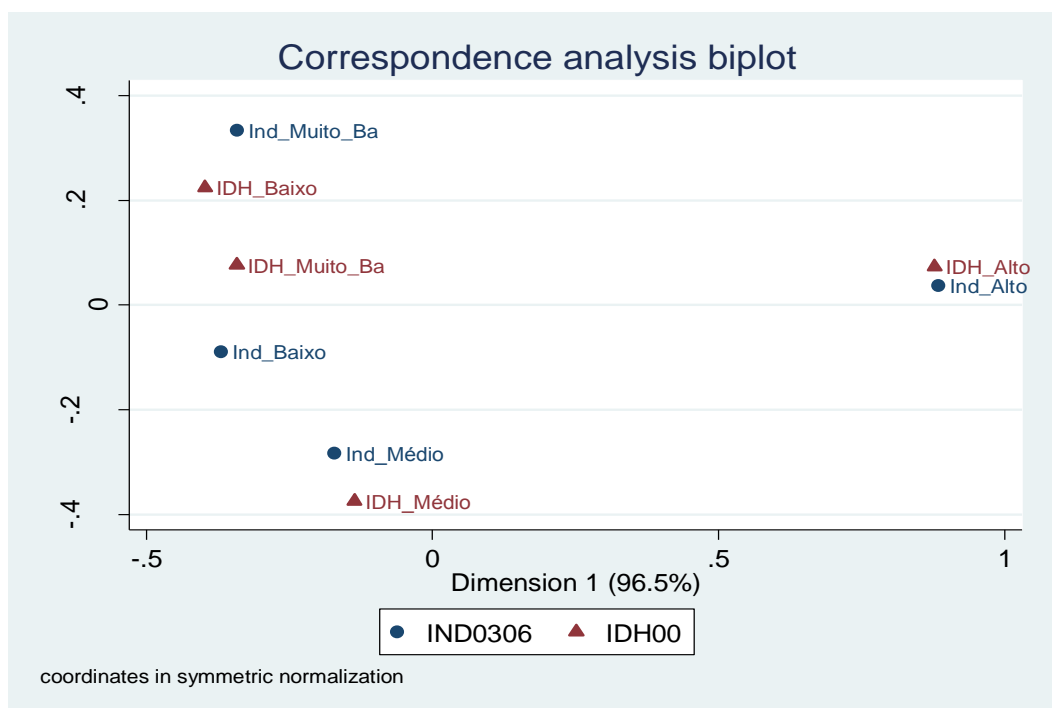
4 active rows
4 active columns

Number of obs = 1390
Pearson chi2(9) = 101.46
Prob > chi2 = 0.0000
Total inertia = 0.0730
Number of dim. = 2
Expl. inertia (%) = 99.99

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2654379	.0704573	97.94	96.53	96.53
dim 2	.050295	.0025296	3.52	3.47	99.99
dim 3	.0025275	6.39e-06	0.01	0.01	100.00
total		.0729932	101.46	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	mass	overall quality	%inert	dimension_1			dimension_2		
				coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
IND0306									
Ind Alto	0.250	1.000	0.709	0.884	1.000	0.734	0.037	0.000	0.007
Ind Médio	0.250	0.999	0.041	-0.172	0.660	0.028	-0.283	0.339	0.398
Ind Baixo	0.250	1.000	0.125	-0.369	0.989	0.128	-0.089	0.011	0.039
Ind Muito ~o	0.250	1.000	0.125	-0.341	0.846	0.110	0.334	0.154	0.556
IDH00									
IDH Alto	0.250	1.000	0.699	0.877	0.999	0.724	0.073	0.001	0.027
IDH Médio	0.250	1.000	0.041	-0.136	0.412	0.017	-0.374	0.588	0.695
IDH Baixo	0.250	1.000	0.152	-0.397	0.943	0.148	0.224	0.057	0.249
IDH Muito ~o	0.251	1.000	0.108	-0.342	0.990	0.110	0.077	0.009	0.029



Fonte: Gerado pelo Stata.

ii) Indicador crédito de curto prazo/PIB 2007-2010 e IDH municipal 2000

```
. ca IND0710 IDH00, plot
```

Correspondence analysis

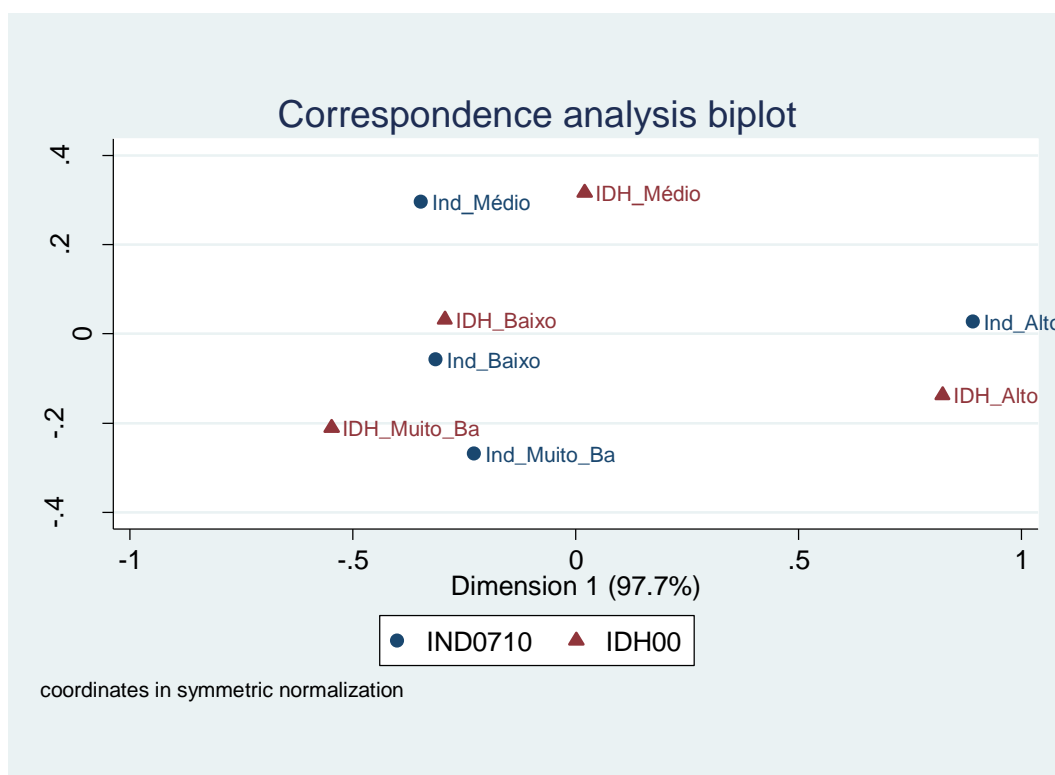
4 active rows
4 active columns

Number of obs = 1734
Pearson chi2(9) = 125.63
Prob > chi2 = 0.0000
Total inertia = 0.0724
Number of dim. = 2
Expl. inertia (%) = 99.98

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2659839	.0707475	122.68	97.65	97.65
dim 2	.0410558	.0016856	2.92	2.33	99.98
dim 3	.0039058	.0000153	0.03	0.02	100.00
total		.0724483	125.63	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	mass	overall quality	%inert	dimension_1			dimension_2		
				coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
IND0710									
Ind Alto	0.250	1.000	0.728	0.891	1.000	0.745	0.027	0.000	0.005
Ind Médio	0.250	1.000	0.123	-0.347	0.898	0.113	0.297	0.102	0.538
Ind Baixo	0.250	0.999	0.091	-0.314	0.994	0.093	-0.056	0.005	0.019
Ind Muito ~o	0.250	0.999	0.058	-0.228	0.824	0.049	-0.268	0.176	0.438
IDH00									
IDH Alto	0.250	1.000	0.624	0.823	0.996	0.636	-0.137	0.004	0.114
IDH Médio	0.250	0.998	0.015	0.020	0.026	0.000	0.317	0.972	0.609
IDH Baixo	0.250	0.998	0.079	-0.293	0.996	0.081	0.032	0.002	0.006
IDH Muito ~o	0.251	1.000	0.282	-0.548	0.978	0.283	-0.210	0.022	0.270



Fonte: Gerado pelo Stata.

Indicador de Crédito de Longo Prazo do BNB por município/PIB por município

i) Indicador crédito de longo prazo/PIB 1999-2002 e IDH municipal de 2000

. ca IND9902 IDH00, plot

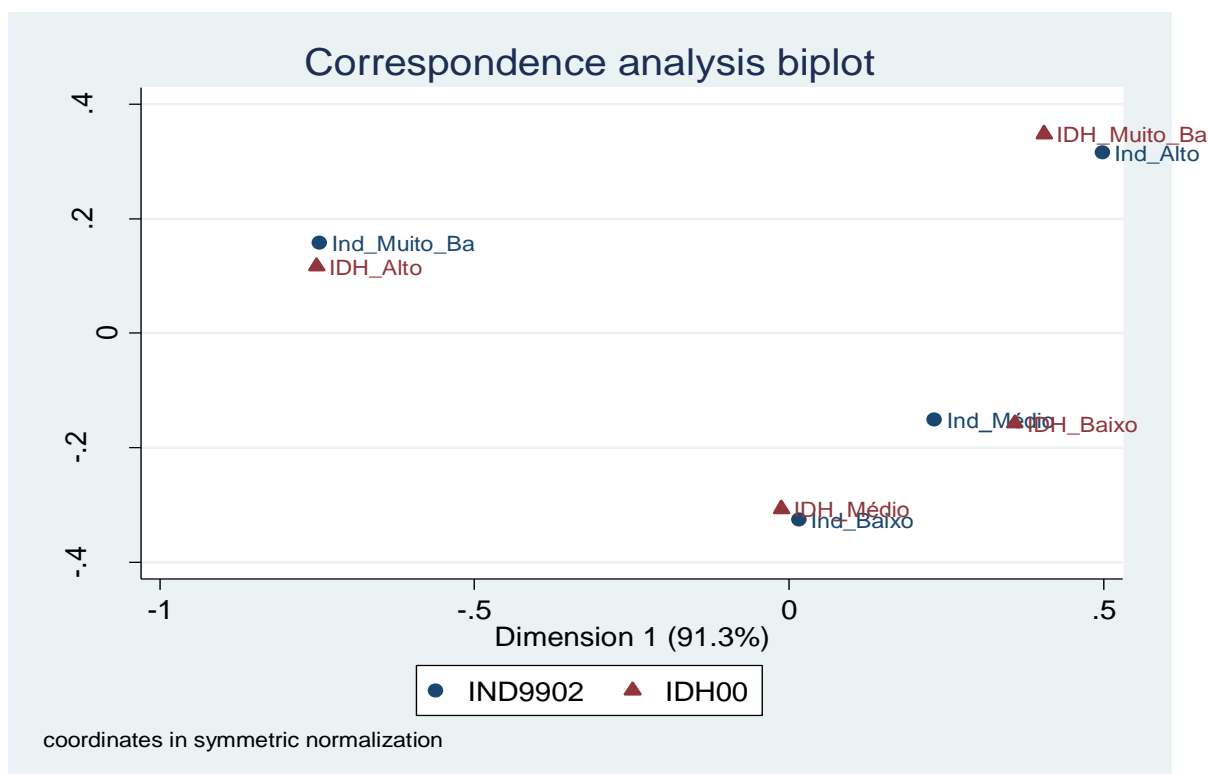
Correspondence analysis

Number of obs = 1983
 Pearson chi2(9) = 99.61
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0502
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.26

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2140972	.0458376	90.90	91.25	91.25
dim 2	.0634064	.0040204	7.97	8.00	99.26
dim 3	.0192986	.0003724	0.74	0.74	100.00
total		.0502304	99.61	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	mass	overall quality	%inert	dimension_1			dimension_2		
				coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
IND9902									
Ind Alto	0.251	0.998	0.296	0.497	0.891	0.289	0.316	0.107	0.396
Ind Médio	0.250	0.935	0.068	0.230	0.830	0.062	-0.150	0.105	0.089
Ind Baixo	0.250	0.931	0.036	0.015	0.007	0.000	-0.325	0.924	0.416
Ind Muito ~o	0.249	1.000	0.600	-0.747	0.987	0.649	0.159	0.013	0.099
IDH00									
IDH Alto	0.250	1.000	0.605	-0.751	0.992	0.658	0.117	0.007	0.054
IDH Médio	0.250	0.914	0.033	-0.012	0.005	0.000	-0.307	0.909	0.371
IDH Baixo	0.250	0.975	0.149	0.359	0.922	0.150	-0.157	0.053	0.098
IDH Muito ~o	0.250	0.997	0.213	0.405	0.818	0.191	0.348	0.179	0.477



Fonte: Gerado pelo Stata.

ii) Indicador crédito de longo prazo/PIB 2003-2006 e IDH municipal de 2000

```
. ca IND0306 IDH00, plot
```

Correspondence analysis

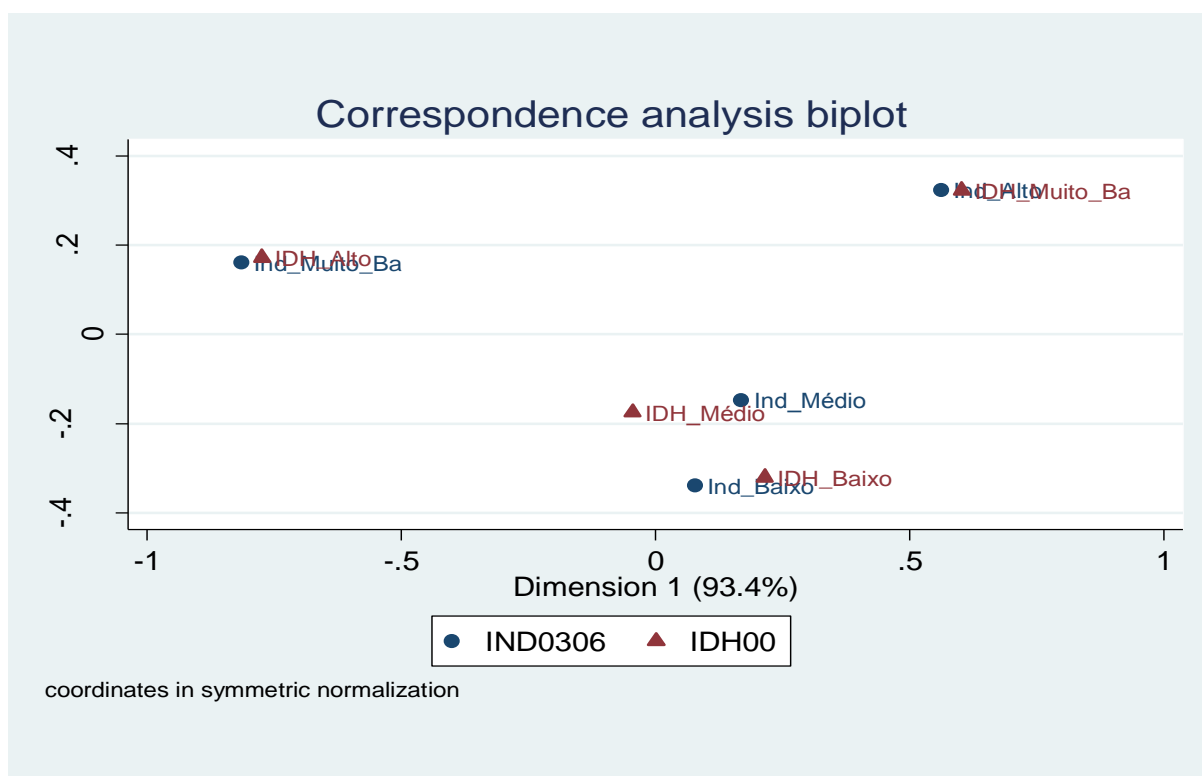
4 active rows
4 active columns

Number of obs = 1980
Pearson chi2(9) = 135.33
Prob > chi2 = 0.0000
Total inertia = 0.0683
Number of dim. = 2
Expl. inertia (%) = 100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2527156	.0638652	126.45	93.44	93.44
dim 2	.0669401	.004481	8.87	6.56	100.00
dim 3	.0016206	2.63e-06	0.01	0.00	100.00
total		.0683488	135.33	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	mass	overall quality	%inert	dimension_1			dimension_2		
				coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
IND0306									
Ind Alto	0.251	1.000	0.318	0.562	0.919	0.313	0.324	0.081	0.394
Ind Médio	0.251	0.999	0.032	0.169	0.832	0.028	-0.147	0.167	0.081
Ind Baixo	0.250	1.000	0.034	0.078	0.165	0.006	-0.338	0.834	0.428
Ind Muito ~o	0.248	1.000	0.616	-0.815	0.990	0.653	0.162	0.010	0.098
IDH00									
IDH Alto	0.250	1.000	0.561	-0.774	0.987	0.592	0.173	0.013	0.111
IDH Médio	0.250	0.997	0.009	-0.045	0.197	0.002	-0.175	0.801	0.114
IDH Baixo	0.250	1.000	0.068	0.215	0.629	0.046	-0.321	0.370	0.385
IDH Muito ~o	0.250	1.000	0.362	0.603	0.929	0.360	0.323	0.071	0.390



Fonte: Gerado pelo Stata.

iii) Indicador crédito de longo prazo/PIB 2007-2010 e IDH municipal de 2000

. ca IND0710 IDH00 , plot

Correspondence analysis

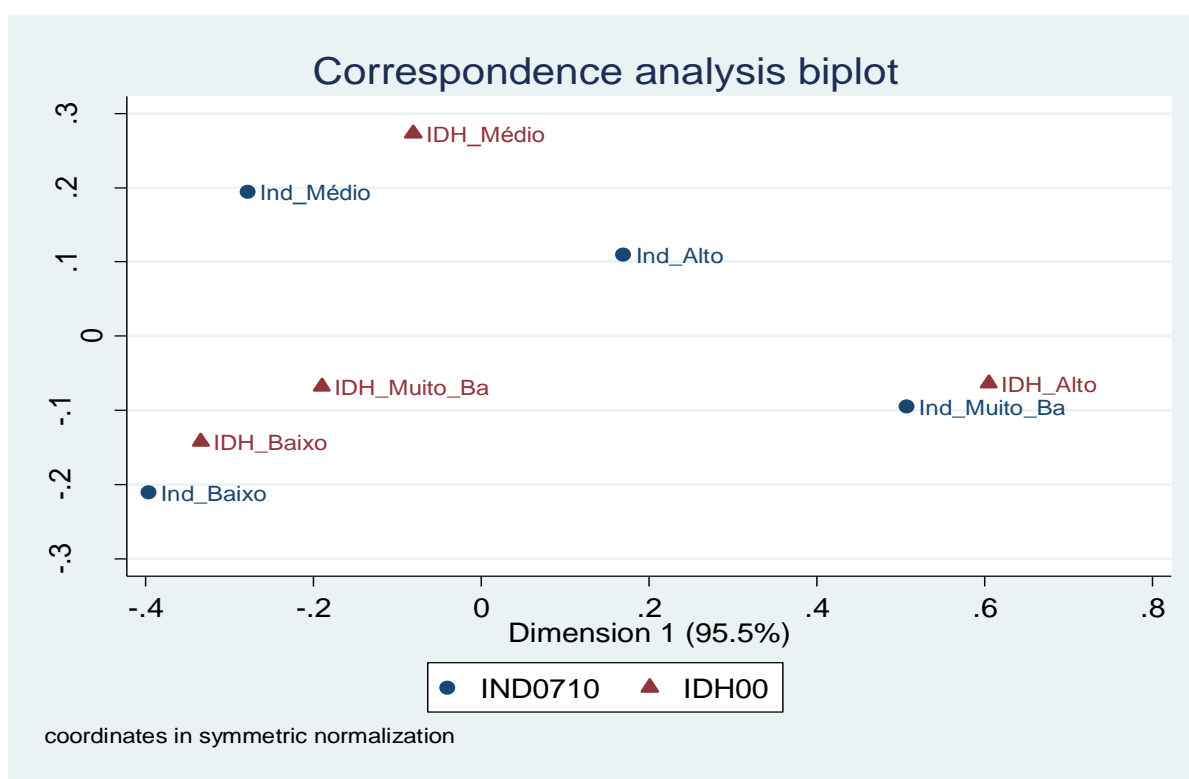
Number of obs = 1988
 Pearson chi2(9) = 35.25
 Prob > chi2 = 0.0001
 Total inertia = 0.0177
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.27

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.130139	.0169362	33.67	95.51	95.51
dim 2	.0258264	.000667	1.33	3.76	99.27
dim 3	.0113836	.0001296	0.26	0.73	100.00
total		.0177328	35.25	100	

Statistics for row and column categories in symmetric normalization

Categories	mass	overall quality	%inert	dimension_1			dimension_2		
				coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
IND0710									
Ind Alto	0.251	0.931	0.061	0.169	0.859	0.055	0.110	0.072	0.118
Ind Médio	0.250	0.989	0.158	-0.279	0.902	0.149	0.195	0.087	0.367
Ind Baixo	0.250	1.000	0.305	-0.397	0.947	0.303	-0.211	0.053	0.429
Ind Muito ~o	0.249	0.997	0.475	0.507	0.991	0.493	-0.095	0.007	0.087
IDH00									
IDH Alto	0.250	1.000	0.673	0.605	0.998	0.703	-0.063	0.002	0.039
IDH Médio	0.250	0.997	0.039	-0.081	0.306	0.013	0.273	0.691	0.722
IDH Baixo	0.250	0.988	0.215	-0.334	0.954	0.215	-0.142	0.034	0.195
IDH Muito ~o	0.250	0.936	0.072	-0.190	0.913	0.069	-0.068	0.023	0.045



Fonte: Gerado pelo Stata.

ANEXO 2

Quadro 1 – 30 maiores captadores de crédito de curto prazo do BNB no período 2003-2006

Período 2003-2006 - Operações de Crédito de Curto Prazo do BNB				
Código IBGE e classificação do indicador Crédito/PIB do Município	PIB Municípios	Estado	Municípios	Operações de Crédito de Curto Prazo Período 2003-2006
2704302 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	24324870	AL	MACEIO	776359861,5
2304400 (captação Alta)	76063014	CE	FORTALEZA	245413441,2
2611606 (captação Alta)	62170433	PE	RECIFE	238887168,6
2507507 (captação Alta)	19534326	PB	JOAO PESSOA	204327768,4
2927408 (captação Alta)	83279868	BA	SALVADOR	198070088,2
2800308 (captação Alta)	19253640	SE	ARACAJU	131213266,2
2408102 (captação Alta)	25227997	RN	NATAL	104920213,1
2610707 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	4188307	PE	PAULISTA	90040307,38
2211001 (captação Alta)	20014654	PI	TERESINA	85828342,75
2111300 (captação Alta)	36845232	MA	SAO LUIS	58579311,24
2301109 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	1316050	CE	ARACATI	56580003,84
2408003 (captação Alta)	7327740	RN	MOSSORO	51068784,81
2100055 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	4378988	MA	AÇAILANDIA	48026812,17
2903201 (captação Alta)	4620956	BA	BARREIRAS	45556897,55
2930709 (captação Alta)	7374405	BA	SIMÕES FILHO	38834096,29
2307650 (captação Alta)	8584603	CE	MARACANAU	35354182,3
2307304 (captação Alta)	3400501	CE	JUAZEIRO DO NORTE	33452932,63
2105302 (captação Alta)	4591649	MA	IMPERATRIZ	29944569,28
2611101 (captação Alta)	6394184	PE	PETROLINA	28718838,37
2504009 (captação Alta)	9054859	PB	CAMPINA GRANDE	25852918,52
2905701 (captação Alta)	35894335	BA	CAMAÇARI	24929139,78
2101400 (captação Alta)	2819589	MA	BALSAS	23412303,09
2700300 (captação Alta)	3394527	AL	ARAPIRACA	21514904,23
2803500 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	1656185	SE	LAGARTO	19193798,74
3143302 (captação Alta)	9600596	MG	MONTES CLAROS	18409388,81
2910800 (captação Alta)	12739432	BA	FEIRA DE SANTANA	17661370,69
2800670 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com captação Alta)	367324	SE	BOQUIM	17013148,23
2103000 (captação Alta)	2056583	MA	CAXIAS	16853297,14
2604106 (captação Alta)	5690498	PE	CARUARU	16460975,1
3304557 (captação Muito Baixa)	454223931	RJ	RIO DE JANEIRO	15878731,16

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 2 – 30 maiores captadores de crédito de curto prazo do BNB no período 2007-2010

Período 2007-2010 - Operações de Crédito de Curto Prazo do BNB				
Código IBGE e classificação do indicador Crédito/PIB do Município	PIB Municípios	Estado	Municípios	Operações de Crédito de Curto Prazo Período 2007-2010
2704302 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	38164081	AL	MACEIO	1767907585
3550308 (captação Média)	1458769045	SP	SAO PAULO	1454718549
2304400 (captação Alta)	116824009	CE	FORTALEZA	1340620854
2927408 (captação Alta)	121813956	BA	SALVADOR	999637124,5
2111300 (captação Alta)	57667591	MA	SAO LUIS	618254349,6
2211001 (captação Alta)	31442948	PI	TERESINA	564248523,2
2408102 (captação Alta)	37618824	RN	NATAL	472797985,9
2611606 (captação Alta)	92831173	PE	RECIFE	411860965,7
2507507 (captação Alta)	31694055	PB	JOAO PESSOA	402814153,7
2906501 (captação Alta)	12298509	BA	CANDEIAS	397646424,4
2800308 (captação Alta)	27167288	SE	ARACAJU	375683789,7
3304557 (captação Baixa)	650330678	RJ	RIO DE JANEIRO	281506207,9
2105302 (captação Alta)	7304068	MA	IMPERATRIZ	244726226,4
2905701 (captação Alta)	46568385	BA	CAMAÇARI	210864422,2
2903201 (captação Alta)	6418735	BA	BARREIRAS	180839567,3
3203205 (captação Alta)	9629961	ES	LINHARES	167551114,7
2307304 (captação Alta)	5768875	CE	JUAZEIRO DO NORTE	159832825,7
2602902 (captação Alta)	13934368	PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	155611117
2408003 (captação Alta)	11128865	RN	MOSSORO	150127065,2
2404507 (captação Alta)	4511133	RN	GUAMARE	144445718,7
2101400 (captação Alta)	3763498	MA	BALSAS	143647911,4
2611101 (captação Alta)	8854890	PE	PETROLINA	142971714,1
2103000 (captação Alta)	3142767	MA	CAXIAS	117635105
2802908 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	2516044	SE	ITABAIANA	117560878
2700300 (captação Alta)	6014199	AL	ARAPIRACA	111305733,8
2303709 (captação Alta)	7829993	CE	CAUCAIA	109369440,2
2307650 (captação Alta)	12819504	CE	MARACANAU	108248933
2100055 (captação Alta)	6159919	MA	AÇAILANDIA	103634521,2
2918407 (captação Alta)	6428595	BA	JUAZEIRO	102102126,9
2607208 (captação Alta)	25603265	PE	IPOJUCA	101546043,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 3 – 30 maiores captadores de crédito de longo prazo do BNB no período 1999-2002

Período 1999-2002 - Operações de Crédito de Longo Prazo do BNB				
Código IBGE e classificação do indicador Crédito/PIB do Município	PIB Municípios	Estado	Municípios	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 1999-2002
2304400 (captação Muito Baixa)	47881673	CE	FORTALEZA	211651094,3
2704302 (captação Média)	14159680	AL	MACEIO	154713488,4
2905701 (captação Baixa)	21037663	BA	CAMAÇARI	144764502,9
2927408 (captação Muito Baixa)	54214831	BA	SALVADOR	111672994,8
3548708 (captação Muito Baixa)	46692373	SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	100000000
2307650 (captação Média)	5596464	CE	MARACANAU	95548295,18
2111300 (captação Muito Baixa)	19757716	MA	SAO LUIS	85114951,08
2611606 (captação Muito Baixa)	42334215	PE	RECIFE	76454263,61
2507507 (captação Baixa)	12629417	PB	JOAO PESSOA	69350776,65
2925303 (captação Alta)	986983	BA	PORTO SEGURO	66230195,7
2800308 (captação Baixa)	12326442	SE	ARACAJU	57387973,96
2211001 (captação Muito Baixa)	12326248	PI	TERESINA	48556855,38
2611101 (captação Média)	3232710	PE	PETROLINA	35797145,19
2101400 (captação Alta)	1578989	MA	BALSAS	31569444,9
2408102 (captação Muito Baixa)	16037713	RN	NATAL	30894304,42
2312908 (captação Baixa)	3248892	CE	SOBRAL	27178411,92
2700300 (captação Média)	2035587	AL	ARAPIRACA	25485878,5
2804805 (captação Média)	1670097	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	24948986,12
2930709 (captação Baixa)	4876039	BA	SIMÕES FILHO	23257042,3
2803500 (captação Alta)	1079199	SE	LAGARTO	21953058,69
2928901 (captação Alta)	1067619	BA	SAO DESIDERIO	19405795,52
3204906 (captação Média)	1821511	ES	SAO MATEUS	18218813,76
3203205 (captação Baixa)	3011892	ES	LINHARES	16539576,5
2303709 (captação Baixa)	2590310	CE	CAUCAIA	16255174,65
2501807 (captação Média)	1021569	PB	BAYEUX	15957603,49
2903201 (captação Baixa)	3201199	BA	BARREIRAS	15810771,98
2504009 (captação Muito Baixa)	5767346	PB	CAMPINA GRANDE	15694651,16
2403251 (captação Baixa)	2217984	RN	PARNAMIRIM	15226010,69
3143302 (captação Muito Baixa)	5987976	MG	MONTES CLAROS	14941960,98
2211209 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	185758	PI	URUÇUI	14576028,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 4 – 30 maiores captadores de crédito de longo prazo do BNB no período 2003-2006

Período 2003-2006- Operações de Crédito de Longo Prazo do BNB				
Código IBGE e classificação do indicador Crédito/PIB do Município	PIB Municípios	Estado	Municípios	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 2003-2006
2927408 (captação Muito Baixa)	83279868	BA	SALVADOR	581914536
2304400 (captação Muito Baixa)	76063014	CE	FORTALEZA	540738730
2611606 (captação Baixa)	62170433	PE	RECIFE	497852913,5
2111300 (captação Baixa)	36845232	MA	SAO LUIS	412821012,2
2928901 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	2888897	BA	SAO DESIDERIO	343229044,4
2905701 (captação Baixa)	35894335	BA	CAMAÇARI	333193090,8
2408102 (captação Baixa)	25227997	RN	NATAL	250032412,5
2905404 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	195806	BA	CAIRU	245342045
2704302 (captação Baixa)	24324870	AL	MACEIO	232142630,7
2910800 (captação Média)	12739432	BA	FEIRA DE SANTANA	231299563,2
2922003 (captação Alta)	2491788	BA	MUCURI	200970284,5
2800308 (captação Baixa)	19253640	SE	ARACAJU	188746657
2312908 (captação Alta)	5397649	CE	JAIBARAS	179076692,8
2903201 (captação Alta)	4620956	BA	BARREIRAS	166887616,4
2210607 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	334264	PI	SAO RAIMUNDO NONATO	163026761,7
2931350 (captação Alta)	2293334	BA	TEIXEIRA DE FREITAS	138642902,2
2930709 (captação Média)	7374405	BA	SIMÕES FILHO	134507030,5
2211001 (captação Muito Baixa)	20014654	PI	TERESINA	133131949,2
3106200 (captação Muito Baixa)	112045042	MG	BELO HORIZONTE	118926230,4
2504009 (captação Baixa)	9054859	PB	CAMPINA GRANDE	105989844,6
2101400 (captação Alta)	2819589	MA	BALSAS	102267829,3
2616407 (captação Alta)	2278188	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	101472198,2
2709301 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	862390	AL	UNIAO DOS PALMARES	100432039
2109007 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	370734	MA	PORTO FRANCO	100097337,6
2408003 (captação Baixa)	7327740	RN	MOSSORO	99785579,64
2211209 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	733868	PI	URUÇUI	96260560,31
2507507 (captação Muito Baixa)	19534326	PB	JOAO PESSOA	94440944,03
2112001 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	524238	MA	TASSO FRAGOSO	88833713,42
2607901 (captação Muito Baixa)	16141356	PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	87913149,93
2926202 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	754193	BA	RIACHAO DAS NEVES	87135665

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 5 – 30 maiores captadores de crédito de longo prazo do BNB no período 2007-2010

Período 2007-2010- Operações de Crédito de Longo Prazo do BNB				
Código IBGE e classificação do indicador Crédito/PIB do Município	PIB Municípios	Estado	Municípios	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 2007-2010
2927408 (captação Baixa)	121813956	BA	SALVADOR	1461890681
2304400 (captação Baixa)	116824009	CE	FORTALEZA	1455506287
2111300 (captação Média)	57667591	MA	SAO LUIS	967901280,8
2928901 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	3853030	BA	SAO DESIDERIO	850620490,3
3550308 (captação Muito Baixa)	1458769045	SP	SAO PAULO	849813299
3106200 (captação Muito Baixa)	169731093	MG	BELO HORIZONTE	830119052,8
2704302 (captação Média)	38164081	AL	MACEIO	743973872,8
2607208 (captação Média)	25603265	PE	IPOJUCA	669404999,8
2404507 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	4511133	RN	GUAMARE	662754053
2211001 (captação Média)	31442948	PI	TERESINA	662663344,8
2507507 (captação Média)	31694055	PB	JOAO PESSOA	605433515
2905701 (captação Baixa)	46568385	BA	CAMAÇARI	578813997,4
2611606 (captação Muito Baixa)	92831173	PE	RECIFE	539499959,3
2800308 (captação Média)	27167288	SE	ARACAJU	523193851,8
2906501 (captação Alta)	12298509	BA	CANDEIAS	515990899,5
2312205 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	711184	CE	SANTA QUITERIA	512447732,2
5300108 (captação Muito Baixa)	480492034	DF	BRASILIA	499048148,2
2903201 (captação Alta)	6418735	BA	BARREIRAS	438971178,7
2504009 (captação Alta)	14344620	PB	CAMPINA GRANDE	414333492,2
2101400 (captação Alta)	3763498	MA	BALSAS	410833750,7
2100055 (captação Alta)	6159919	MA	AÇAILANDIA	404212749,1
2611101 (captação Alta)	8854890	PE	PETROLINA	372942315,4
2612208 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	1140943	PE	SALGUEIRO	369090465,7
2909307 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	2135392	BA	CORRENTINA	324891041,4
2616407 (captação Alta)	3672338	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	318822243,6
2911105 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	1827615	BA	FORMOSA DO RIO PRETO	307513126,2
2917508 (captação Alta) (entre os 30 primeiros com indicador Alto)	1915574	BA	JACOBINA	295269811,3
2408102 (captação Muito Baixa)	37618824	RN	NATAL	275614138,7
3304557 (captação Muito Baixa)	650330678	RJ	RIO DE JANEIRO	269212019
2604106 (captação Alta)	9006018	PE	CARUARU	256978171

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

ANEXO 3

Quadro 1- 30 primeiros municípios com indicador Operações de Crédito de curto prazo do BNB por município/PIB por município Alto - Período 2003-2006

Município	Lugar/Ordem na tabela PIB municipal 2003-2006	Lugar/Ordem na tabela crédito 2003-2006	Estado	IDH - municípios	Classificação IDH- municípios	PIB municipal Período 2003-2006	Operações de Crédito de Curto Prazo Período 2003-2006	Operações de Crédito de Curto Prazo/PIB municipal	Classificação do Indicador Crédito/PIB
BOQUIM	325	27	SE	0,634	Médio	367324	17013148,23	46,31646239	Alto
ARACATI	98	11	CE	0,672	Alto	1316050	56580003,84	42,99229044	Alto
MACEIO	11	1	AL	0,739	Alto	24324870	776359861,5	31,91630054	Alto
ANGICOS	794	98	RN	0,688	Alto	135234	3784447,15	27,9844355	Alto
CORRENTE	477	62	PI	0,679	Alto	248705	6829974,9	27,46215356	Alto
CATOLE DO ROCHA	385	53	PB	0,668	Alto	318007	7996564,1	25,14587446	Alto
IGARAPE DO MEIO	878	128	MA	0,54	Muito Baixo	115062	2823844,5	24,54193826	Alto
ANDARAI	882	131	BA	0,569	Muito Baixo	114511	2765570,76	24,15113622	Alto
AGUA BRANCA	782	116	PI	0,653	Alto	137825	3154259,13	22,88597228	Alto
OCARA	600	88	CE	0,594	Baixo	194996	4397274,44	22,55058791	Alto
PAULISTANA	718	106	PI	0,605	Baixo	152971	3440708,88	22,49255663	Alto
PAULISTA	42	8	PE	0,799	Alto	4188307	90040307,38	21,49801994	Alto
BATURITE	384	66	CE	0,642	Médio	318160	6585227,69	20,69784916	Alto
MONTALVANIA	637	107	MG	0,645	Médio	178623	3366954,89	18,84950365	Alto
BOM JESUS	296	57	PI	0,684	Alto	408146	7320389,12	17,93571202	Alto
JARDIM DO SERIDO	621	136	RN	0,722	Alto	186077	2639420,51	14,18456075	Alto
BREJO SANTO	271	70	CE	0,673	Alto	457151	6204743,81	13,57263532	Alto
SANTO ANTONIO	547	130	RN	0,655	Alto	218251	2768170,98	12,68342862	Alto
QUIXERAMOBIM	158	44	CE	0,64	Médio	832691	9905811,07	11,89614283	Alto
LAGARTO	83	24	SE	0,614	Baixo	1656185	19193798,74	11,58916349	Alto
NOSSA SENHORA DAS DORES	390	101	SE	0,637	Médio	315562	3648589,64	11,56219583	Alto
PALMEIRA DOS INDIOS	142	41	AL	0,666	Alto	918683	10577546,09	11,51381498	Alto
SUME	684	167	PB	0,658	Alto	163742	1815824,16	11,08954428	Alto
ARARIPINA	166	47	PE	0,65	Médio	788381	8724997,92	11,06698147	Alto
APODI	203	63	RN	0,654	Alto	618419	6825091,22	11,03635435	Alto
AÇAILANDIA	39	13	MA	0,666	Alto	4378988	48026812,17	10,96755967	Alto
ITABERABA	174	51	BA	0,638	Médio	741624	8120821,2	10,95005178	Alto
SANTA INES	135	43	MA	0,671	Alto	929206	10064182,13	10,83094828	Alto
NOVA RUSSAS	397	110	CE	0,64	Médio	309399	3259839,95	10,53603906	Alto
MUNDO NOVO	619	159	BA	0,642	Médio	187210	1962328,32	10,48196314	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 2 - 30 primeiros municípios com indicador Operações de Crédito de curto prazo do BNB por município/PIB por município Alto - Período 2007-2010

Município	Lugar/Ordem na tabela PIB municipal 2007-2010	Lugar/Ordem na tabela crédito 2007-2010	Estado	IDH - municípios	Classificação IDH - municípios	PIB municipal Período 2007-2010	Operações de Crédito de Curto Prazo Período 2007-2010	Operações de Crédito de Curto Prazo/PIB municipal	Classificação do Indicador Crédito/PIB
JARDIM DO SERIDO	881	78	RN	0,722	Alto	235946	33834403,13	143,3989266	Alto
LAJEDAO	1392	140	BA	0,639	Médio	106040	15009535	141,5459732	Alto
AMONTADA	343	37	CE	0,616	Médio	614183	76972698,42	125,3253483	Alto
IGARAPE DO MEIO	626	63	MA	0,54	Muito Baixo	344461	41452500	120,3401836	Alto
MONTE AZUL	599	66	MG	0,657	Alto	358844	39954680,19	111,3427567	Alto
CATOLE DO ROCHA	398	52	PB	0,668	Alto	540246	57360610,07	106,1749834	Alto
ZE DOCA	315	49	MA	0,59	Baixo	682098	62093512,14	91,03312448	Alto
CAMOCIM	223	35	CE	0,629	Médio	982837	81860204,83	83,28970606	Alto
SANTO ANTONIO	567	88	RN	0,655	Alto	378684	28841989,44	76,16373927	Alto
ITAPAGE	244	46	CE	0,642	Médio	912714	66667200,1	73,04281527	Alto
ANGICOS	959	139	RN	0,688	Alto	212069	15082861,19	71,12242332	Alto
SURUBIM	225	47	PE	0,641	Médio	971693	65929895,88	67,85054115	Alto
JAGUARARI	217	44	BA	0,646	Médio	1008380	67655310	67,09307007	Alto
BOQUIM	403	77	SE	0,634	Médio	534038	35247186,46	66,00127043	Alto
CURRAIS NOVOS	212	50	RN	0,724	Alto	1050978	59355915,67	56,47683935	Alto
ASSU	191	42	RN	0,677	Alto	1222284	68247025,23	55,83565295	Alto
PORTO FRANCO	282	70	MA	0,678	Alto	768340	39440983,94	51,33272241	Alto
SANTA MARIA DA VITORIA	318	80	BA	0,669	Alto	672684	33719952,49	50,12747812	Alto
PAULISTANA	790	147	PI	0,605	Baixo	262676	13071771,95	49,76386099	Alto
OLHO D'AGUA DAS FLORES	628	132	AL	0,606	Baixo	342474	16782760	49,00447917	Alto
FLORIANO	141	36	PI	0,711	Alto	1635688	79747450,77	48,75468352	Alto
NOSSA SENHORA DA GLORIA	249	62	SE	0,631	Médio	903699	43871091,22	48,54613231	Alto
PORTEIRINHA	374	94	MG	0,633	Médio	569411	27370190,39	48,06754768	Alto
ITAPORANGA	535	122	PB	0,624	Médio	400813	18758804,04	46,80188527	Alto
ITABAIANA	98	24	SE	0,678	Alto	2516044	117560878	46,72449208	Alto
MACEIO	13	1	AL	0,739	Alto	38164081	1767907585	46,32386105	Alto
AGUA BRANCA	878	164	PI	0,653	Alto	236767	10837407,12	45,77245613	Alto
SANTA INES	158	45	MA	0,671	Alto	1500976	67380706,64	44,89126185	Alto
TOBIAS BARRETO	248	71	SE	0,596	Baixo	908752	39337624,37	43,2875244	Alto
BRASILIA DE MINAS	407	112	MG	0,692	Alto	532225	22382674,1	42,0549093	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 3 - 30 primeiros municípios com indicador Operações de Crédito de longo prazo do BNB por município/PIB por município Alto – período 1999-2002

Município	Lugar/Ordem na tabela PIB municipal 1999-2002	Lugar/Ordem na tabela crédito 1999-2002	Estado	IDH - municípios	Classificação IDH - municípios	PIB municipal Período 1999-2002	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 1999-2002	Operações de Crédito de Longo Prazo/PIB municipal	Classificação do Indicador Crédito/PIB
BARREIRAS DO PIAUI	1921	67	PI	0,668	Alto	18520	8212285,81	443,4279595	Alto
CHORROCHO	1527	44	BA	0,589	Baixo	39976	11486482,02	287,3344512	Alto
URUCUIA	1053	37	MG	0,675	Alto	73817	13073809,21	177,1110884	Alto
MUNIZ FERREIRA	1436	87	BA	0,653	Alto	45696	7072826,56	154,779993	Alto
COTEGIPE	992	57	BA	0,607	Baixo	80778	9753516,545	120,7447145	Alto
ABARE	1206	70	BA	0,595	Baixo	63742	7696062,814	120,7377053	Alto
RIO GRANDE DO PIAUI	1742	249	PI	0,643	Médio	28769	3441036,21	119,6091699	Alto
MUQUEM DE SAO FRANCISCO	1204	71	BA	0,603	Baixo	63758	7614323,08	119,4253753	Alto
CARIDADE DO PIAUI	1951	507	PI	0,582	Baixo	16374	1891665,08	115,5285868	Alto
MACURURE	1707	255	BA	0,599	Baixo	31090	3318593,54	106,7415098	Alto
JOAO COSTA	1950	567	PI	0,596	Baixo	16391	1646551,464	100,454607	Alto
MATARACA	1080	86	PB	0,573	Muito Baixo	72108	7117577,29	98,70717937	Alto
GEMINIANO	1814	393	PI	0,542	Muito Baixo	24341	2378061,04	97,69775441	Alto
RODELAS	1653	284	BA	0,655	Alto	34135	3117486,3	91,32814706	Alto
CURRAIS	1831	456	PI	0,559	Muito Baixo	23377	2088943,11	89,35890448	Alto
MANSIDAO	1263	140	BA	0,638	Médio	58822	5247169,82	89,20420625	Alto
CARNAUBEIRA DA PENHA	1341	168	PE	0,537	Muito Baixo	53396	4549961,07	85,21164638	Alto
CONCEIÇÃO DO CANINDE	1736	382	PI	0,565	Muito Baixo	29158	2429448,15	83,32012312	Alto
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	1839	510	PI	0,547	Muito Baixo	22969	1879598,55	81,83197135	Alto
ACARAPE	717	60	CE	0,623	Médio	116003	9286848,836	80,05697125	Alto
SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	1953	729	PI	0,52	Muito Baixo	15925	1252406,31	78,6440383	Alto
URUCUI	443	30	PI	0,623	Médio	185758	14576028,36	78,46783643	Alto
GRANITO	1613	315	PE	0,597	Baixo	36053	2814328,751	78,06087568	Alto
SEBASTIAO BARROS	1846	541	PI	0,566	Muito Baixo	22661	1756611,73	77,51695556	Alto
SAO MIGUEL DE TAIPU	1390	226	PB	0,524	Muito Baixo	49634	3771564,23	75,9875132	Alto
SIMÕES	1187	155	PI	0,565	Muito Baixo	64804	4884721,8	75,37685637	Alto
SANTA FILOMENA	1508	288	PI	0,618	Médio	41337	3080708,73	74,52666449	Alto
PONTO CHIQUE	1684	404	MG	0,66	Alto	32101	2317620,02	72,19775147	Alto
ACAUA	1838	566	PI	0,532	Muito Baixo	22977	1647499,324	71,70210749	Alto
ICARAI DE MINAS	1289	201	MG	0,65	Alto	56899	4054624,46	71,26003023	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 4 - 30 primeiros municípios com indicador Operações de Crédito de longo prazo do BNB por município/PIB por município Alto – período 2003-2006

Município	Lugar/Ordem na tabela PIB municipal 2003-2006	Lugar/Ordem na tabela crédito 2003-2006	Estado	IDH - municípios	Classificação IDH - municípios	PIB municipal Período 2003-2006	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 2003-2006	Operações de Crédito de Longo Prazo/PIB municipal	Classificação do Indicador Crédito/PIB
CAIRU	703	8	BA	0,639	Médio	195806	245342045	1252,985327	Alto
BARREIRAS DO PIAUI	1962	155	PI	0,668	Alto	23928	12696002,36	530,5918741	Alto
SAO RAIMUNDO NONATO	411	15	PI	0,681	Alto	334264	163026761,7	487,718575	Alto
CRAVOLANDIA	1722	114	BA	0,636	Médio	49410	17959611,66	363,4813126	Alto
JANDAIRA	1123	59	BA	0,575	Muito Baixo	112147	36710540,42	327,3430446	Alto
COREMAS	968	54	PB	0,595	Baixo	137556	42403517,31	308,2636694	Alto
MANOEL EMIDIO	1623	117	PI	0,611	Baixo	57626	17577108,26	305,0204467	Alto
CARIDADE DO PIAUI	1914	235	PI	0,582	Baixo	30185	8386900,76	277,8499506	Alto
PORTO FRANCO	355	24	MA	0,678	Alto	370734	100097337,6	269,9977279	Alto
ABAIRA	1421	98	BA	0,681	Alto	76366	20250647,68	265,178845	Alto
ADUSTINA	700	47	BA	0,551	Muito Baixo	196391	51782509,96	263,6704837	Alto
MATARACA	971	63	PB	0,573	Muito Baixo	136651	33146432,3	242,5626765	Alto
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	665	55	PI	0,576	Muito Baixo	206756	42236504,23	204,2818793	Alto
ITAIPAVA DO GRAJAU	1216	101	MA	0,531	Muito Baixo	99907	19648891,03	196,6718151	Alto
JENIPAPO DOS VIEIRAS	1105	90	MA	0,516	Muito Baixo	115583	22232092,47	192,3474254	Alto
ITACARE	706	58	BA	0,588	Baixo	195268	36849505,19	188,7124628	Alto
BONITO DE MINAS	1518	167	MG	0,58	Baixo	66389	11916734,71	179,4986325	Alto
CARUTAPERA	857	73	MA	0,571	Muito Baixo	156947	28150081,01	179,3604275	Alto
TASSO FRAGOSO	248	28	MA	0,599	Baixo	524238	88833713,42	169,4530221	Alto
IGARAPE DO MEIO	1111	107	MA	0,54	Muito Baixo	115062	18796624,12	163,3608326	Alto
JURIPIRANGA	1008	96	PB	0,533	Muito Baixo	130184	20417415,35	156,8350592	Alto
NOSSA SENHORA DAS DORES	432	49	SE	0,637	Médio	315562	48769377,59	154,5476882	Alto
URUÇUI	179	26	PI	0,623	Médio	733868	96260560,31	131,1687665	Alto
PORTO ALEGRE DO PIAUI	1948	608	PI	0,608	Baixo	26052	3258426,28	125,0739398	Alto
SAO BENTO DO NORTE	1630	291	RN	0,643	Médio	56925	7119125	125,0614844	Alto
ALTO PARNAIBA	773	94	MA	0,636	Médio	174365	21487523,46	123,2330081	Alto
SAO DESIDERIO	54	5	BA	0,61	Baixo	2888897	343229044,4	118,8097202	Alto
BOM JESUS DAS SELVAS	642	79	MA	0,58	Baixo	216816	25521748,16	117,7115534	Alto
UNIAO DOS PALMARES	156	23	AL	0,6	Baixo	862390	100432039	116,4577964	Alto
RIACHAO DAS NEVES	177	30	BA	0,569	Muito Baixo	754193	87135665	115,5349692	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.

Quadro 5 - 30 primeiros municípios com indicador Operações de Crédito de longo prazo do BNB por município/PIB por município Alto – período 2007-2010

Município	Lugar/Ordem na tabela PIB municipal 2007-2010	Lugar/Ordem na tabela crédito 2007-2010	Estado	IDH - municípios	Classificação IDH - municípios	PIB municipal Período 2007-2010	Operações de Crédito de Longo Prazo Período 2007-2010	Operações de Crédito de Longo Prazo/PIB municipal	Classificação do Indicador Crédito/PIB
ITAQUITINGA	819	35	PE	0,587	Baixo	254627	230348313,5	904,649992	Alto
SANTA QUITERIA	292	16	CE	0,642	Médio	711184	512447732,2	720,5557664	Alto
FERNANDO DE NORONHA	1564	83	PE	0,862	Alto	98629	69509097,07	704,7531362	Alto
SEBASTIAO LEAL	1231	60	PI	0,607	Baixo	153731	107363820,4	698,3875755	Alto
RIBEIRO GONÇALVES	690	36	PI	0,647	Alto	312043	205117006,4	657,3357083	Alto
BARREIRAS DO PIAUI	1966	201	PI	0,668	Alto	41287	25353231,61	614,0729917	Alto
SAO JOAO DO PIAUI	759	66	PI	0,65	Alto	279312	101513011,8	363,4394935	Alto
LAJEDAO	1518	150	BA	0,639	Médio	106040	35020514,61	330,2575878	Alto
SALGUEIRO	183	23	PE	0,708	Alto	1140943	369090465,7	323,4959728	Alto
SAMBAIBA	628	65	MA	0,609	Baixo	343295	102656615,7	299,0332387	Alto
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	363	43	PI	0,576	Muito Baixo	568501	168648393,9	296,6545246	Alto
MONTE ALEGRE DO PIAUI	1109	105	PI	0,585	Baixo	181433	53623378,31	295,5547134	Alto
PALMEIRA DO PIAUI	1488	169	PI	0,616	Médio	110277	30725322,43	278,6194984	Alto
BENEDITO LEITE	1803	279	MA	0,595	Baixo	66699	17000753,9	254,887688	Alto
JABORANDI	336	48	BA	0,617	Médio	604852	149560576,1	247,2680524	Alto
SAO JOSE DO BELMONTE	478	63	PE	0,635	Médio	449699	106332163,7	236,4518571	Alto
PENDENCIAS	479	61	RN	0,631	Médio	459069	107065586,3	233,2232983	Alto
CURRAIS	1457	191	PI	0,559	Muito Baixo	114750	26425843,98	230,2905793	Alto
SAO DESIDERIO	59	4	BA	0,61	Baixo	3853030	850620490,3	220,7666409	Alto
VARZEA DO POÇO	1394	190	BA	0,665	Alto	123623	26569627,76	214,9246318	Alto
BARRA DE GUABIRABA	1152	153	PE	0,554	Muito Baixo	173505	34248518,68	197,3921137	Alto
RIACHAO DAS NEVES	206	38	BA	0,569	Muito Baixo	983416	191578999,2	194,8097237	Alto
TASSO FRAGOSO	246	49	MA	0,599	Baixo	843585	149128841,2	176,7798635	Alto
GILBUES	908	130	PI	0,651	Alto	232732	41038286,21	176,3328043	Alto
FORMOSA DO RIO PRETO	114	26	BA	0,646	Alto	1827615	307513126,2	168,2592484	Alto
SOBRADO	1383	248	PB	0,555	Muito Baixo	125072	20354251,97	162,7402774	Alto
ALDEIAS ALTAS	623	102	MA	0,549	Muito Baixo	346331	55618060,11	160,5922083	Alto
JACOBINA	107	27	BA	0,652	Alto	1915574	295269811,3	154,1416887	Alto
CORRENTINA	98	24	BA	0,642	Médio	2135392	324891041,4	152,1458549	Alto
GUAMARE	54	9	RN	0,646	Alto	4511133	662754053	146,9152102	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB.